



# 澳門特別行政區 立法會會刊

## DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

第四屆立法會

第四立法會期 (二零一二—二零一三)

第一組

第 IV-91 期

IV LEGISLATURA

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2012-2013)

I Série

N.º IV-91

**Data:** 29 de Novembro de 2012  
30 de Novembro de 2012

**(Início e termo da reunião de 29 de Novembro)**

**Início da reunião:** 15 horas  
**Termo da reunião:** 19 horas e 58 minutos

**(Início e termo da reunião de 30 de Novembro)**

**Início da reunião:** 15 horas  
**Termo da reunião:** 19 horas e 59 minutos

**Local:** Sala do Plenário do Edifício da Assembleia Legislativa, sito nos Aterros da Baía da Praia Grande, Praça da Assembleia Legislativa.

**Presidente:** Lau Cheok Va

**Vice-Presidente:** Ho Iat Seng

**Primeiro-Secretário:** Chui Sai Cheong

**Segundo-Secretário:** Kou Hoi In

**(Deputados presentes na reunião de 29 e 30 de Novembro)**

**Deputados presentes:** Lau Cheok Va, Ho Iat Seng, Chui Sai Cheong, Kou Hoi In, Fong Chi Keong, Kwan Tsui Hang, Leonel Alberto Alves, Ng Kuok Cheong, Vitor Cheung Lup Kwan, Tsui Wai Kwan, Chan Chak Mo, Cheang Chi Keong, Au Kam San, Vong Hin Fai, Ung Choi Kun, José Maria Pereira Coutinho, Chui Sai Peng, Leong On Kei, Chan Meng Kam, Lee Chong Cheng, Ho Sio Kam, Lau Veng Seng, Lam Heong Sang, Mak Soi Kun, Chan Wai Chi, Sio Chi Wai, Ho Ion Sang, Chan Mei Yi e Tong Io Cheng.

**(Convidados presentes na reunião de 29 de Novembro)**

**Convidados:**

Cheong U, Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura;  
Cecília Cheung So Mui, Chefe de Gabinete, GSASC;  
Lei Chin Ion, Director, SS;  
Leong Lai, Director, DSEJ;

Ung Vai Meng, Presidente, IC;  
João Costa Antunes, Director, DST;  
Iong Kong Io, Presidente, IAS;  
Vong Iao Lek, Presidente, ID;  
Sou Chio Fai, Coordenador, GAES;  
Ip Peng Kin, Presidente, FSS;  
Vong Chuk Kwan, Presidente, IFT;  
Zhao Wei, Reitor, UM;  
Lei Heong Iok, Presidente, IPM;  
Chan Wai Sin, Subdirector, SS  
Iao Man Leng, Assessora, GSASC  
Ho Lai Chun da Luz, Assessora, GSASC;  
Ung Chi Keong, Assessor, GSASC;  
Wai Cheng Iong, Assessor, GSASC.

**(Convidados presentes na reunião de 30 de Novembro)**

**Convidados:**

Cheong U, Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura;  
Cecília Cheung So Mui, Chefe de Gabinete, GSASC;  
Lei Chin Ion, Director, SS;  
Leong Lai, Director, DSEJ;  
Ung Vai Meng, Presidente, IC;  
João Costa Antunes, Director, DST;  
Iong Kong Io, Presidente, IAS;  
Vong Iao Lek, Presidente, ID;  
Sou Chio Fai, Coordenador, GAES;  
Ip Peng Kin, Presidente, FSS;  
Vong Chuk Kwan, Presidente, IFT;  
Lai Iat Long, Vice-Reitor, UM;  
Lei Heong Iok, Presidente, IPM;  
Chan Wai Sin, Subdirector, SS  
Iao Man Leng, Assessora, GSASC  
Ho Lai Chun da Luz, Assessora, GSASC;  
Ung Chi Keong, Assessor, GSASC;  
Wai Cheng Iong, Assessor, GSASC.

**(Ordem do Dia da reunião de 29 e 30 de Novembro)**

**Ordem do Dia:** Debate das Linhas de Acção Governativa para 2013 - área dos Assuntos Sociais e Cultura.

**Sumário:** Debate das Linhas de Acção Governativa para 2013 - área

dos Assuntos Sociais e Cultura.

**Acta:**

**Presidente:** Sr. Secretário Cheong, Srs. Representantes do Governo, Srs. Deputados.

Boa tarde.

Vamos dar início à sessão.

A Ordem do Dia é sobre o debate das Linhas de Acção Governativa para o ano de 2013, na área dos Assuntos Sociais e Cultura.

Bom, pedia-vos um pouco de silêncio.

Passo primeiro a palavra ao Sr. Secretário Cheong, para fazer a apresentação das Linhas de Acção Governativa para o ano de 2013, na área dos Assuntos Sociais e Cultura.

Sr. Secretário Cheong, faça o favor.

**Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, Cheong U:** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr Presidente da Assembleia Legislativa

Srs. Deputados

Antes de mais, aproveito esta oportunidade para agradecer a fiscalização efectuada, a preocupação e o apoio dados no ano passado, aos trabalhos dos serviços subordinados do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, por todos os Srs. Deputados.

Em 2012, as equipas de trabalho dedicadas aos diversos domínios sociais e culturais empenharam-se na concretização dos objectivos da acção governativa, convergentes na “promoção de uma diversificação adequada da economia e elevação da qualidade de vida da população”. Atendendo às realidades, sem descurar os interesses de longo prazo para o desenvolvimento social, os projectos relativos à vida da população, que visavam maior dinamismo comunitário, melhor qualidade social e maior sentimento de felicidade dos cidadãos, desenvolveram-se com base na consolidação dos resultados já alcançados, procurando assegurar-se a realização das prioridades, ultrapassar as dificuldades e obter novos progressos assinaláveis.

Hoje, permitam-me que exponha primeiro e de forma sucinta, as medidas adoptadas este ano, no âmbito dos assuntos sociais e cultura, que eram de grande importância para a vida da população, para depois apresentar as prioridades da acção governativa para o próximo ano, pedindo-se a sua apreciação e correcção às senhoras e aos senhores deputados.

Em face da inflação alta e persistente, o Governo da RAEM lançou várias medidas que pretendiam proteger os grupos sociais em situação vulnerável, ajudando-os a enfrentar a pressão de vida, nomeadamente:

- O valor do risco social foi ajustado duas vezes, em Janeiro e em Julho, o que representa uma subida de 12%.

- Foram aumentados os montantes do apoio especial aos três tipos de famílias em situação vulnerável (as monoparentais, as de deficientes e as de doentes crónicos), sendo de 50% o aumento para o apoio em actividades de aprendizagem para famílias monoparentais e para o apoio de invalidez e de 100% o aumento para o apoio em cuidados médicos específicos; a essas famílias continuou a ser atribuído o subsídio de subsistência.

- Mais famílias de baixo rendimento beneficiam do apoio alimentar de curto prazo, com o aumento do limite máximo de rendimento do beneficiário até 1,7 vezes do valor do risco social. Procedeu-se, em Janeiro e em Setembro, à atribuição de mais uma prestação do subsídio às famílias beneficiárias do subsídio regular.

- Foi actualizado o subsídio anual para os idosos, de MOP5.000 para MOP6.000, numa manifestação de carinho e atenção para com este grupo etário.

- Foi definido o mecanismo de ajustamento do valor do risco social, o que contribuiu para a criação e o aperfeiçoamento do sistema de apoio social.

- Quatro creches entraram em funcionamento, dando assim resposta à procura destes serviços.

- Deu-se continuidade à execução e ao aperfeiçoamento do “Regime de avaliação do tipo e grau da deficiência, seu registo e emissão de cartão”. Até meados de Outubro de 2012, foram recebidos 9.514 requerimentos do subsídio de invalidez, dos quais 7.908 resultaram na sua atribuição ou foram tratados.

- Para assegurar um funcionamento sustentável e um desenvolvimento estável, o Fundo de Segurança Social, com base no resultado do relatório actuarial, apresentou uma proposta para o aumento da pensão para idosos e do montante de contribuições. Na concretização do regime de segurança social de dois níveis, está em discussão a definição das regras dos vários tipos de contribuições, sua gestão e aplicação em que assenta o regime do segundo nível: regime de previdência central não obrigatório. O FSS procedeu, pela primeira vez, à realização de prova de vida de 2012 através de quiosques automáticos, conjuntamente com o Instituto de Acção Social e o Fundo de Pensões, e criou postos de atendimento no Centro de Serviços da RAEM na zona norte e no Edifício China Civil Plaza no NAPE, com vista a prestar continuamente, aos residentes, serviços de boa qualidade.

- Na área da saúde, foi reforçada a prestação dos cuidados de saúde destinados aos idosos. Em meados do ano, entrou em funcionamento o novo Posto de Saúde para os Idosos da Taipa que se destina a prestar aos idosos com 60 ou mais anos de idade serviços de exame físico, de prevenção e tratamento das doenças comuns e doenças crónicas, laboratoriais e de exames complementares. A par disso, organiza periodicamente palestras de sensibilização, de todos os tipos, na comunidade, a fim de promover a saúde dos habitantes da zona.

- A Unidade Associada de Cuidados Continuados do CHCSJ começou a prestar serviços em Julho. Numa primeira fase, disponibiliza 24 camas aos pacientes de medicina interna, de neurologia e de ortopedia que, após tratamento, se encontrem em estado estável e possam ter alta dentro de duas semanas segundo o previsto.

- Foi efectuada a recategorização do regime de triagem adoptado pelo Serviço de Urgência e prolongado o horário de prestação de consultas externas no âmbito da medicina tradicional chinesa, acupunctura e saúde oral.
- Com a colaboração activa da população e uma cooperação estreita entre os serviços envolvidos, os inspectores de controlo do tabagismo realizaram, nos três primeiros trimestres, mais de 190 mil inspecções aos estabelecimentos, tendo instruído mais de 6 mil acusações.
- Em 2012, o CHCSJ tornou-se o primeiro hospital local internacionalmente acreditado, o que demonstra que os cuidados de saúde diferenciados prestados em Macau obtiveram afirmações de apreço e o reconhecimento de instituições internacionais de avaliação.
- No domínio da educação, procedeu-se à atribuição do “Subsídio para a aquisição de material escolar a estudantes do ensino superior no ano lectivo 2011/2012”, tendo-se registado mais de 35.000 estudantes beneficiários. O lançamento deste programa não só consubstanciou o apoio aos estudantes na frequência do ensino, aliviando os seus encargos financeiros, como também favoreceu o seu contacto permanente com o Governo da RAEM. Isto porque a prestação periódica de informações permite aos estudantes locais do ensino superior, especialmente aos que se encontram no exterior, conhecer melhor a realidade social e o rumo de desenvolvimento da RAEM, atraindo-os a regressar e trabalhar em Macau após a conclusão dos seus estudos, de modo a dar o seu contributo à sociedade.
- Com a aprovação do “Quadro Geral do Pessoal Docente das Escolas Particulares do Ensino Não Superior” (adiante designado por “Quadro Geral”), iniciaram-se a implementação do regime de carreiras e a atribuição ao pessoal docente do subsídio para o desenvolvimento profissional, cujo valor foi significativamente aumentado. Foi uma demonstração da importância que o Governo da RAEM e toda a sociedade dão à educação e da atenção e respeito que nutrem pelos professores, oferecendo uma garantia institucional eficaz a favor da construção do corpo docente no futuro.
- Acompanhando o aumento do investimento no sector educativo, houve um aumento significativo do valor do subsídio de “optimização da rácio turma/professor ou professor/alunos” para o ano lectivo 2012/2013.
- Foi criado o “Conselho Profissional do Pessoal Docente” e desenvolvidos os respectivos trabalhos. Criou-se um novo mecanismo para atrair os alunos com melhor aproveitamento escolar para a frequência de cursos do ensino superior na área da Educação, reforçando a criação do corpo docente. Foi fortalecida a equipa do pessoal da Educação Moral, sendo promovidas, continuamente, acções de educação moral e cívica, de educação sexual e de educação dos pais, entre outras.
- O Governo da RAEM empenhou-se na promoção da série de acções “desenvolvimento da energia positiva”, tendo por objectivo cultivar nos jovens um espírito activo e empreendedor. Realizou-se a primeira edição do “Plano de Incentivos para Jovens Distintos – Estimular a Energia Positiva”, tendo, através de uma selecção, distinguido os jovens que se revelaram corajosos em enfrentar desafios e ultrapassar obstáculos no seu crescimento e entusiastas em participar na prestação de serviços sociais.
- Foi implementado o “Plano de promoção da nova geração do Sol”, no sentido de incentivar os jovens e estudantes a participar activa e espontaneamente em diversos tipos de actividades ao ar livre e de actividades de lazer de pais e filhos, benéficas para a saúde mental e física, criando hábitos de vida saudáveis. Acresce que, relativamente a este plano, foram produzidas uma aplicação para telemóvel (apps) e uma página electrónica.
- No domínio do turismo, diferentes vias foram utilizadas para abordar o posicionamento estratégico de Macau como “Centro Mundial de Turismo e Lazer”. De acordo com as recomendações dos vários estudos, os serviços de turismo criaram grupos de trabalho internos para impulsionar e prestar colaboração e apoio na elaboração de um plano global a longo prazo, um plano de desenvolvimento a médio prazo e um plano de acção a curto prazo.
- Em Setembro de 2012, o Governo da RAEM organizou o “1.º Fórum de Economia de Turismo Global”, onde foram recolhidas opiniões de especialistas internacionais sobre a criação de Macau como um Centro Mundial de Turismo e Lazer, no sentido de impulsionar o intercâmbio e a cooperação do turismo e da economia a nível internacional.
- Desde a entrada em vigor da lei de “Proibição de Prestação Ilegal de Alojamento”, em 13 de Agosto de 2010, até agora (30 de Setembro de 2012), foram desencadeadas 102 acções conjuntas, em que 401 fracções foram inspeccionadas. Um total de 60 fracções foram fechadas por suspeita dessa prestação e contra os infractores da lei foram instaurados procedimentos sancionatórios. Até agora, 140 fracções foram libertadas das medidas provisórias que lhes tinham sido aplicadas.
- No desenvolvimento da oferta turística, promoveram-se, em cooperação com outros departamentos governamentais e entidades interessadas, actividades turísticas relacionadas com as áreas de cultura, educação, religião, festivais e ecoturismo, entre outras, para continuar a aprofundar o “Plano de Desenvolvimento de Produtos Turísticos de Macau”. Ao mesmo tempo, a cooperação regional na área do turismo foi uma grande aposta, com o que se pretende explorar os mercados potenciais e promover a diversificação dos mercados geradores de visitantes internacionais.
- No domínio da cultura, as Crenças e Costumes de “A-Ma” e de “Na Tcha”, a Gastronomia Macaense e o Teatro em Patuá entraram este ano na Lista de Património Cultural Imaterial de Macau.
- O processo legislativo da Lei de Salvaguarda do Património Cultural entrou na fase final, com o projecto da lei já submetido à Assembleia Legislativa para apreciação.
- Iniciaram-se várias obras de restauro e para reaproveitamento de edifícios de interesse histórico, enquanto novos espaços criativos e uma biblioteca foram inaugurados. Terminaram as obras da Galeria “Na Tcha” e do “Arquivo Histórico da Associação Beneficência Tung Sin Tong”, que estão já abertos ao público. De entre os espaços criativos inaugurados estão o “Pavilhão de Criatividade de Macau”, a “C-Shop” e a “Galeria da Moda de Macau”. Com a recente abertura da Biblioteca do Mercado Vermelho, melhorou-se o ambiente cultural da comunidade.

- Nos últimos anos, foi envidado um grande esforço para a promoção da prática desportiva, com vista a melhorar a condição física dos cidadãos. Actividades diversificadas do desporto para todos foram regularmente organizadas. Para proporcionar à população oportunidades de participação e de apreciação dos eventos desportivos, este ano foram realizadas 19 actividades recreativas e desportivas para todos e certames desportivos e mais de 2.000 classes de recreação e manutenção e turmas das Actividades de Férias, contando com a participação de cerca de 430 mil pessoas. Por outro lado, os utentes da rede das instalações desportivas públicas ultrapassaram os 4 milhões (até finais de Setembro).

- No respeitante ao desporto de rendimento, o Governo tem-se empenhado na formação de atletas locais. Fruto de vários anos de esforço, os atletas locais obtiveram este ano resultados satisfatórios nas competições em que participaram. Na 9.ª edição do Campeonato Asiático de Natação, a delegação de Macau obteve, pela primeira vez, uma medalha de prata. E na 4.ª edição do Campeonato Mundial Júnior de Wushu, os atletas locais conquistaram 2 medalhas de ouro, 4 de prata e 3 de bronze. O desporto para as pessoas portadoras de deficiência continuou a desenvolver-se. Foram organizadas actividades de formação e de intercâmbio entre agentes desportivos com deficiência locais e do interior da China. Foi enviada uma delegação desportiva à 14.ª edição dos Jogos Paralímpicos em Londres.

Sr. Presidente

Srs. Deputados

- Oferecer garantias e melhorar a vida da população é o objectivo fundamental da acção governativa. O Governo da RAEM já deixou claro que, em 2013, a sua acção se centrará em “melhorar o bem-estar da população e planear um desenvolvimento a longo prazo”. Assim, no ano que vem, os objectivos na área dos assuntos sociais e cultura continuarão a ser os de dar atenção e melhorar a vida da população e de elevar o seu nível de bem-estar em geral, tomando como importante referência as expectativas dos cidadãos na definição e realização de acções. Através do aperfeiçoamento dos mecanismos de longo prazo da acção governativa, procurar-se-á cuidar prioritariamente dos grupos em situação económica mais vulnerável, melhorar o sistema de saúde, elevar a qualidade educativa, reforçar a acção social, aperfeiçoar o regime de segurança social, aumentar a qualidade do turismo, promover o desenvolvimento da cultura, dar importância ao crescimento dos jovens, fomentar a saúde física e mental da população e fornecer melhores instalações e serviços em todos os domínios. A par do investimento de mais recursos para o reforço da formação de talentos, serão fortalecidas a educação moral e cívica dos jovens e a promoção da rectidão na sociedade, de modo a que haja maior coesão social e maior sentido de pertença dos cidadãos, fomentando a construção de uma sociedade harmoniosa e saudável.

- A seguir, permitam-me apresentar as prioridades da acção governativa em 2013 nos domínios da tutela da secretaria para os assuntos sociais e cultura:

1. Aperfeiçoar o sistema de saúde e melhorar a qualidade dos serviços prestados

- Em 2013 continuarão a ser concretizadas as políticas de serviços de saúde abrangentes. Serão envidados esforços no sentido de melhorar constantemente os indicadores e de reforçar o

mecanismo de prevenção e controlo de saúde pública. Empenhar-nos-emos no estabelecimento de uma rede pública de segurança nos cuidados de saúde, com vista a proteger a saúde física e mental dos cidadãos. Será acelerada a construção das instalações integradas no “Projecto de Melhoramento das Infra-estruturas do Sistema de Saúde”.

- Prosseguirão os diversos trabalhos de acompanhamento depois da acreditação internacional, em busca de uma constante melhoria da qualidade de serviço.

- Serão melhoradas a gestão de saúde pós-hospitalar e a gestão de medicamentos destinados aos idosos, assim como estudados o aditamento de medidas facilitadoras para a terceira idade e a expansão dos cuidados em medicina tradicional chinesa, de forma a melhorar os serviços prestados.

- Na prestação de serviços atempados e adequados aos doentes, será seguido o princípio da prioridade dos casos mais urgentes e adoptado o mecanismo de triagem.

- A entrada em funcionamento, prevista para o segundo semestre de 2013, do Edifício do Serviço de Urgência do CHCSJ, com 96 camas, permitirá aumentar a capacidade de atendimento dos serviços de urgência. Neste momento estão a ser preparados os equipamentos e aparelhos médicos necessários.

- Será desenvolvida activamente a formação de internos gerais e complementares e melhorada a distribuição do pessoal, dando resposta ao desenvolvimento dos diferentes tipos de serviços.

- Serão objecto de acompanhamento o processo legislativo da Lei do Erro Médico, a revisão do Regime Legal dos Internatos Médicos e os trabalhos subsequentes à criação do Conselho para os Assuntos Médicos. Será melhorada a estruturação do sistema de saúde de Macau, de modo a elevar o nível geral de prestação de cuidados de saúde.

- Continuarão a ser reforçadas as acções de aplicação da lei e de sensibilização contra o tabagismo e as estratégias de divulgação visando a prevenção serão sujeitas a ajustamentos adequados. As normas legais relativas aos modelos de rótulos das unidades de embalagem do tabaco e à criação de áreas para fumadores em casinos serão executadas de forma rigorosa, tendo por objectivo a protecção da saúde dos cidadãos.

- Será levada por diante a primeira fase da criação do processo clínico informatizado individual para toda a população de Macau. No quadro da estratégia de “planeamento global e execução faseada”, pretende-se a integração das informações clínicas do CHCSJ, dos Centros de Saúde, do Hospital Kiang Wu e do Hospital da Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau.

- Reforçar-se-á o mecanismo de colaboração com as entidades médicas sem fins lucrativos e com o exterior e continuar-se-á com a distribuição de vales de saúde, de modo a incentivar um desenvolvimento conjunto com o sistema de saúde privado.

- Atendendo à alta inflação, o Governo da RAEM pretende aumentar o valor atribuído no âmbito do Programa de Participação nos Cuidados de Saúde para MOP600,00 a partir de 2013. Está a ser ponderada a prorrogação do prazo do uso dos

vales de saúde, para 2 anos, para que o programa produza melhores efeitos.

2. Melhorar constantemente a qualidade da educação e dinamizar a energia positiva da juventude

Sr. Presidente

Srs. Deputados

- O Governo da RAEM continuará a implementar a linha orientadora “Promover a prosperidade de Macau através da Educação”, atribuindo, adequadamente, mais recursos para o ensino superior, melhorando, de forma contínua, os respectivos regimes jurídicos, acompanhando a produção e a aplicação da lei do “Regime do Ensino Superior” e dando impulso, de forma ordenada, aos processos legislativos inerentes.

- Em 2013, será estudada a elaboração de um plano, a médio e longo prazo, para a área do ensino superior. Proceder-se-á à preparação da criação do “Fundo do Ensino Superior”, ao reajustamento da organização e do funcionamento dos serviços administrativos desta área e ao estudo sobre o enquadramento do mecanismo de garantia da qualidade do ensino superior local, fomentando, deste modo, o seu desenvolvimento estável e sustentável.

- Proceder-se-á, como prioridade, aos trabalhos da mudança do *campus* escolar da Universidade de Macau para a Ilha da Montanha, garantindo a segurança e a estabilidade deste processo e um bom funcionamento da universidade após a mudança.

- No próximo ano, continuar-se-á a conceder o subsídio ao abrigo do Programa de Subsídio de Aquisição de Material Escolar aos estudantes de Macau que estejam a frequentar cursos de ensino superior ou de pós-graduação, dentro ou fora de Macau, elevando este subsídio de 2.000 para 3.000 patacas, com vista a aliviar os seus encargos com a aquisição de livros, materiais de referência e de aprendizagem.

- Prosseguirá a construção da base de dados dos recursos humanos qualificados e serão realizados estudos sobre a procura de profissionais qualificados nas várias áreas. As instituições do ensino superior vão acompanhar, de forma dinâmica, a revisão dos seus estatutos, com vista a um desenvolvimento sustentável.

- No respeitante ao ensino não superior, de acordo com as linhas orientadoras que apostam no desenvolvimento prioritário da Educação, na melhoria da sua qualidade, na formação pessoal como eixo central e na promoção da igualdade de acesso, será promovida com forte empenho a execução do Planeamento para os Próximos Dez Anos para o Desenvolvimento do Ensino.

- Continuar-se-á a aumentar o investimento nos recursos e estudar-se-ão a rentabilização das funções da reserva financeira do Fundo de Desenvolvimento Educativo e a valorização do seu papel orientador nas políticas educativas. Considerar-se-ão os aumentos dos montantes dos subsídios da escolaridade gratuita, para o pagamento de propinas, para o ensino recorrente e para aquisição de manuais escolares, entre outros; alargar-se-á o montante limite do rendimento médio mensal do agregado familiar dos alunos com dificuldades económicas, para a candidatura aos subsídios,

umentando o número dos beneficiários e o montante das bolsas de mérito.

- No ano lectivo 2013/2014, o Fundo de Desenvolvimento Educativo terá como prioridade conceder financiamentos que contribuam para aumentar as capacidades linguísticas dos alunos, cultivar neles qualidades morais e cívicas e promover uma aprendizagem alegre e eficaz.

- Refiram-se ainda o reforço do corpo docente, o desenvolvimento das funções do Conselho Profissional do Pessoal Docente, a implementação das medidas definidas no Quadro Geral, a promoção do desenvolvimento diversificado e global do sistema escolar, o desenvolvimento prioritário do sistema da escolaridade gratuita, a revisão do diploma legal do “Estatuto das escolas particulares”, a implementação da avaliação escolar global, a promoção da utilização eficaz dos recursos educativos e o reforço do aconselhamento aos alunos, da educação moral e cívica e da educação sexual, entre outros.

- Será criado o “Plano de incentivo 100% Pais” e estudado o reforço dos mecanismos e métodos da educação dos pais, para que estes sejam incentivados a aprender continuamente como ter atitudes e métodos correctos sobre a educação dos filhos.

- Continuar-se-á a realizar uma série de jornadas educativas e outras actividades, cultivando nos jovens uma filosofia de vida de valores correctos e morais e o seu sentimento de amor pela Pátria e por Macau, desenvolvendo competências criativas e inovadoras, estimulando o espírito crítico e a independência de pensamento.

- Com o esforço conjunto do Governo e das escolas, será aprofundada a cooperação com o Interior da China na área da Educação, nomeadamente no que respeita à promoção do intercâmbio no domínio do ensino técnico-profissional.

- A aplicação do “Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo” será objecto de estudo e avaliação, com a tomada de medidas que permitam melhorar efectivamente a gestão e a fiscalização relativas ao programa, garantido legalidade, justiça e eficiência no uso do erário público.

- No domínio dos assuntos da juventude, a implementação da “Política da Juventude de Macau (2012-2020)” será promovida de forma ordenada. O mecanismo de longo prazo relativo às acções na área juvenil será aperfeiçoado. Dinamizar-se-á a concretização das medidas e das principais acções definidas pela política juvenil.

- Serão desenvolvidas as funções de consulta e de comunicação do Conselho de Juventude e aprofundadas as relações de parceria com as associações juvenis e respectivas instituições.

- Impulsionar-se-á, de forma contínua, o plano de trabalho “Trata-se de um professor e trata-se também de um amigo”, divulgando ao mesmo tempo as histórias emocionantes dos jovens, de modo a incentivar, neles, a energia positiva. Continuar-se-á a adoptar o sistema de louvores e de prémios relativamente aos jovens participantes no serviço de voluntariado e procurar-se-á aumentar o alcance da participação e o profissionalismo de jovens voluntários. Reforçar-se-á a participação dos jovens na sociedade e melhorar-se-ão os mecanismos de informação, para que tenham maior sentido de missão enquanto participantes na construção da RAEM e maior

sentido de pertença a Macau. As acções que exortam os jovens a procurar progressos desenvolver-se-ão de forma contínua.

- Desenvolver-se-ão, amplamente, diversas actividades extracurriculares, para que os jovens tenham mais e maiores espaços e contem com maior apoio político para aumentar as suas capacidades criativas e de inovação.

### 3. Reforço do apoio aos grupos em situação económica mais vulnerável, implementação do regime da segurança social de dois níveis

- Sendo princípio da acção governativa do Governo da RAEM “melhorar a vida da população”, o trabalho da acção social centralizar-se-á, continuamente, em reforçar o apoio aos grupos mais frágeis e carenciados da sociedade. Para além disso, prestar-se-á atenção ao planeamento a longo prazo, elaborando os planos de desenvolvimento dos serviços de apoio a idosos e de reabilitação para os próximos dez anos (2015 a 2024).

- A política do Governo da RAEM relacionada com os idosos tem por fim constituir uma sociedade de harmonia a que a população sénior pertence, onde a sua vida se possa garantir, havendo nela um sentido de utilidade e o sentimento de capacidade de aprendizagem.

- Com a finalidade de estabelecer eficazmente o mecanismo de ajustamento para o risco social, criar-se-á um mecanismo permanente para que seja dada maior protecção aos grupos economicamente carenciados.

- Lançar-se-á uma série de medidas oportunas e flexíveis correspondentes às necessidades da população para que se possa oportunamente ajudar os grupos mais frágeis e carenciados a lidarem com a pressão quotidiana provocada pela mudança da situação económica em curto prazo, entre as quais se inclui o alargamento do âmbito dos beneficiários do apoio especial atribuído mensalmente aos três tipos de famílias em situação vulnerável, em que estão abrangidos a demência senil, o autismo e a epilepsia.

- Atribuir-se-á, no próximo ano, mais uma quantia adicional ao apoio especial às famílias beneficiárias do apoio financeiro; - Aumentar-se-á o subsídio anual para idosos para MOP 6.600; - No próximo ano, será ajustado o valor do subsídio para a renda para que se possa, de melhor forma, ajudar os grupos em situação vulnerável a pagar a renda; - Aumentar-se-á em 10% o subsídio de invalidez, ou seja de MOP 6.000 para MOP 6.600 e de MOP 12.000 para MOP 13.200 correspondentes, respectivamente, às formas de invalidez normal e especial; - Prolongar-se-á o prazo limitado do Programa de Apoio Alimentar de Curto Prazo, de 6 para 8 semanas.

- Serão edificados, em 2013, 5 novos complexos de serviços de apoio familiar e comunitário, alargando a rede de serviços e reforçando as funções de apoio a indivíduos e famílias. Nos próximos três anos, registar-se-á a construção de um total de 43 instalações sociais para a prestação de diferentes serviços.

- Aumentar-se-á o número de vagas nas creches, ministrar-se-ão cursos para pais e filhos e preparar-se-á a criação do projecto piloto sobre os serviços das creches na comunidade. Em 2013, serão criadas cinco creches, o que permitirá disponibilizar um total de cerca de 1.400 vagas. Ao longo da reflexão sobre a eficácia de medidas tomadas e da conclusão da construção de habitação pública, prevê-se a disponibilização de cerca de 7.000 vagas até 2015,

aumentando 75,8% em comparação com o ano de 2010.

- Aumentar-se-ão, nas ilhas, as vagas para o centro de cuidados diurnos e o lar de cuidados especiais. Com a conclusão das obras de um lar para idosos, de grande envergadura, em 2013, proporcionar-se-ão, provavelmente, serviços a 300 idosos. Nos próximos três anos, aumentar-se-ão mais de 1.100 camas nos lares e vagas para cuidados diurnos.

- O Governo da RAEM está muito atento ao problema do “duplo envelhecimento” relacionado com as pessoas portadoras de deficiência intelectual e os seus familiares e, por isso, está a planear a construção de mais 4 lares nos próximos três anos, que proporcionarão 349 vagas de internamento para deficientes intelectuais que carecem deste tipo de serviços e de cuidados.

- Far-se-á a revisão geral do “Regime de avaliação do tipo e grau da deficiência, seu registo e emissão de cartão” para um ajustamento adequado e melhoramento contínuo. Promover-se-á constantemente o trabalho referente à prevenção e ao controlo do vício do jogo, estabelecendo políticas mais eficazes de prevenção desta problemática. Dar-se-á ainda continuidade à promoção dos trabalhos relativos ao “Regime de Credenciação dos Assistentes Sociais”.

- A fim de assegurar o funcionamento sustentável e desenvolvimento estável do Fundo de Segurança Social, será, gradualmente, ajustado o montante das contribuições, procurando-se um equilíbrio de direitos e responsabilidades entre trabalhadores, empregadores e Governo. Em 2013, o Governo da RAEM começará a efectuar uma injeção de dinheiro extra para o FSS, com a finalidade de consolidar os recursos financeiros. Ao mesmo tempo, dar-se-á continuidade ao impulsionamento da criação do regime de previdência central não obrigatório do segundo nível, iniciando o trabalho legislativo de diplomas específicos relativos ao regime de contribuições e as formas de gestão. Divulgar-se-á, junto dos cidadãos, em diferentes fases, um conceito de gestão financeira ao longo da vida e procurar-se-á incentivar a participação dos empregadores, trabalhadores e indivíduos no regime de previdência central, com vista a constituir um regime de protecção de aposentação eficaz e de longo prazo.

### 4. Aprofundamento do Sistema de Turismo de Lazer, implementação de acções de divulgação cultural

- A fim de se tornar Macau num “Centro Mundial de Turismo e Lazer”, posicionamento estratégico definido pelo 12.º Plano Quinquenal Nacional, o Governo da RAEM empenhar-se-á em concretizar o objectivo de longo prazo deste posicionamento através de quatro facetas, a saber, cooperação regional, desenvolvimento urbanístico, turismo cultural e turismo de qualidade. Através do desenvolvimento de serviços turísticos integrados com temas variados e características diversificadas, promover-se-á a diversificação da economia adequada. Assim, iniciar-se-ão os trabalhos relacionados com o “Plano Geral do Desenvolvimento Turístico” e, em sintonia com o desenvolvimento do posicionamento, será proposto um plano de desenvolvimento turístico de médio e longo prazo, para definir um projecto de trabalho abrangente e global para a indústria turística. A área de estudo deste plano abrange serviços governamentais, diferentes áreas da indústria turística, recursos humanos, formação turística, produtos turísticos e turismo de qualidade, entre outros. Os grupos de trabalho internos dos

serviços de turismo já foram criados para avançarem com estes trabalhos.

- Em relação à gestão da indústria turística, dar-se-á continuidade ao acompanhamento de trabalhos de revisão do diploma regulador das actividades hoteleiras e de restauração. Serão criadas condições favoráveis para a modernização e diversificação do desenvolvimento da indústria e estabelecido um mecanismo eficaz de fiscalização, que permita otimizar a conjuntura turística e impulsionar a qualidade dos serviços. Além disso, acompanhar-se-á a revisão do diploma regulador da actividade das agências de viagens e da profissão de guia turístico.

- Serão promovidos os elementos turísticos com características locais e fomentada a diversificação dos produtos, visando o desenvolvimento do turismo cultural. Apoiar-se-á a conjugação da indústria turística com a comunidade local, suportando, constantemente, as associações comunitárias locais na organização de actividades turísticas e culturais. Impulsionar-se-á o desenvolvimento das pequenas e médias empresas, aumentar-se-á a atracção turística das áreas comunitárias, criando uma zona antiga apelativa. Dar-se-á continuidade à diversificação dos mercados fonte de visitantes, explorando novos mercados no mundo.

- Para estabelecer Macau como uma “Cidade de Festividades”, os serviços de turismo continuarão a organizar e a co-organizar vários eventos e festividades, com destaque para o “25.º Concurso Internacional de Fogo-de-Artifício”. Aproveitando a oportunidade do 60º aniversário do Grande Prémio de Macau, transformar-se-á o evento numa actividade de todo o ano e criar-se-á um ambiente festivo em que toda a cidade poderá participar.

- Na área da cultura, dar-se-á a prioridade ao desenvolvimento do “Centro Mundial de Turismo e Lazer” e de uma “cidade culturalmente rica e sustentável”, o que pressupõe a conservação do património cultural, o desenvolvimento de um ambiente cultural na comunidade, a promoção da divulgação artística, o melhoramento do ambiente artístico-cultural, a realização de mais acções de intercâmbio cultural e a valorização da cultura local.

- A divulgação e a promoção da salvaguarda do património cultural serão plenamente iniciadas na comunidade. Arrancar-se-á também com o trabalho preparatório da inventariação do património cultural imaterial e será dado início à inventariação dos edifícios de interesse cultural de Macau. Reforçar-se-á a promoção do desenvolvimento cultural no seio da comunidade, detectando e protegendo a unicidade da cultura comunitária e aumentando a participação em actividades culturais por parte dos moradores.

- No âmbito do alargamento de espaços culturais e criativos, serão concluídos e inaugurados, em 2013, o “Cinema de Arte” e o “Centro Cultural e Criativo da Associação Hó-Sông-I-T’óng”. Estão planeadas a remodelação e a transformação das “Oficinas Navais” não só num local cultural e criativo mas também num espaço de exposições de arte contemporânea, aumentando assim a coesão cultural nos respectivos bairros.

- No que é relativo à formação de quadros qualificados, serão desenvolvidos alguns programas de formação especialmente orientados para determinados grupos de pessoas, como o “Programa de Especialização Técnica na Área Cultural” e o “Programa de Formação de Recursos Humanos em Gestão Cultural e das Artes”, entre outros. Em simultâneo, criar-se-á o “Programa de Apoio aos

Estudos Culturais e Artísticos” que visa apoiar os jovens locais a prosseguirem o estudo das artes, da cultura e das indústrias culturais e criativas até ao grau de mestrado em estabelecimentos de ensino do exterior.

#### 5. Desenvolvimento do hábito regular da prática desportiva para contribuir para a saúde física e psicológica da população

- Em 2013, no domínio do desporto, aprofundar-se-á a política do desenvolvimento paralelo do desporto de rendimento e do desporto para todos. Através do desenvolvimento do desporto para todos, será não só reforçada a condição física dos cidadãos, mas também melhorado o desenvolvimento do desporto de rendimento.

- Neste sentido, face aos resultados da avaliação da condição física da população de Macau, será intensificada em 2013 a divulgação do desporto para todos. Através da combinação entre o desporto para todos e a aplicação de dados científicos à prática desportiva, reforçar-se-ão os conhecimentos dos cidadãos quanto aos benefícios dessa prática, promovendo uma activa participação da população.

- Quanto ao desporto para todos, realizar-se-ão promoções itinerantes do desporto nas escolas, no sentido de sensibilizar os alunos para a sua prática, melhorando assim a sua aptidão física. Por outro lado, rentabilizar-se-ão as instalações, os espaços e as redes das sociedades civis, onde se tem registado uma boa experiência na prestação de serviços ao público. Realizar-se-ão regularmente diferentes actividades do desporto para todos, dando assim orientações aos cidadãos na sua prática desportiva em função das condições de cada local.

- Em relação ao desporto de rendimento, será reforçado o Plano de talentos do desporto. Através do apoio financeiro de diferentes categorias e do projecto de apoio financeiro à formação, mais atletas de elite poderão participar. Por outro lado, será melhorado o nível dos treinos através da contratação de treinadores especializados; a implementação da formação de treinadores e juízes permitirá consolidar progressivamente os elementos das equipas técnicas do desporto de Macau. Será dada continuidade ao desenvolvimento das escolas de formação desportiva de diferentes modalidades para jovens, formando, deste modo, constantemente, atletas da nova geração, assim otimizando a formação de gestão do pessoal desta área.

- No âmbito do aperfeiçoamento da gestão das instalações desportivas, serão lançados, a título experimental, “a gestão e o reconhecimento verdes” das instalações desportivas. Será intensificada a construção de várias instalações desportivas, de forma articulada com as necessidades do desenvolvimento profissionalizado do desporto local.

- Quanto ao apoio de Macau à reconstrução de Sichuan, os 103 projectos prometidos pelo Governo da RAEM à reconstrução estão completamente prontos. Em princípio, o trabalho remanescente centrar-se-á na apreciação e avaliação final dos relatórios de auditoria, tendo por objectivo assegurar que os projectos foram desenvolvidos de acordo com o espírito e as exigências do Governo da RAEM na concessão do apoio e cumpram as normas e critérios nacionais de qualidade e de segurança.

- Por fim, gostaria de referir que as mulheres, que ocupam metade da população de Macau, constituem uma força importante e

insubstituível no impulso do desenvolvimento da RAEM, rentabilizando funções específicas na evolução sócio-económica e cultural e contribuindo para a estabilidade e a harmonia da sociedade. Por isso, o Governo da RAEM criou, com base na Comissão Consultiva para os Assuntos das Mulheres, a Comissão dos Assuntos das Mulheres, onde uma Secretária-Geral se responsabiliza pelo trabalho, a tempo inteiro.

- Para compreender e acompanhar constantemente as necessidades das mulheres de Macau e o seu desenvolvimento, será, progressivamente, criada uma base de dados sistemática, a fim de colocar à disposição de investigadores científicos e dos organismos governamentais valiosa informação de referência, dados e análises objectivas. Além disso, proceder-se-á à divulgação e à transmissão, sob diversas formas, junto da sociedade, de correctos conceitos referentes à mulher, quer no emprego quer na família. Através de intercâmbio com os serviços envolvidos e os trabalhadores desta área, dar-se-á atenção a políticas favoráveis à família, equilibrando o papel dos trabalhadores na família e no emprego, valorizando a capacidade das mulheres de participar em diferentes actividades e promovendo a harmonia na família e na comunidade.

Sr. Presidente

Srs. Deputados

No futuro, face a desafios difíceis resultantes da complexidade e das constantes mutações verificadas na conjuntura sócio-económica, a nossa equipa do trabalho prestará, como sempre, serviços a toda a população em observância do princípio «ter por base a população e tomar decisões políticas fundadas em critérios científicos» e, de acordo com a prioridade da acção governativa, “Melhorar o bem-estar da população e planear um desenvolvimento a longo prazo”, persistindo nos princípios de uma acção governativa legal, íntegra, diligente, zelosa, pragmática e eficaz. Estaremos muito atentos e preocupados com as necessidades da população, auscultando e ponderando as opiniões com modéstia, sinceridade e toda a vontade para, por um lado procurarmos interesses e por outro lado resolvermos as dificuldades da população, criando-se assim uma base sólida e firme no que diz respeito aos níveis de satisfação e de felicidade da população de Macau e à construção de uma sociedade harmoniosa.

Dou por terminada a minha intervenção.

Peço a apreciação e a apresentação das preciosas sugestões do Senhor Presidente e das Senhoras e Senhores Deputados.

Obrigado!

**Presidente:** Bom, está concluída a apresentação feita pelo Sr. Secretário. Vamos dar início ao debate.

Sr. Deputado Chan Meng Kam, faça o favor.

**Chan Meng Kam:** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário

Do âmbito dos Assuntos Sociais e Cultura, da sua tutela, incluem-se a prestação de cuidados de saúde, a segurança social, a educação, o desporto e recreio, etc., tudo áreas relacionadas com a vida da população, isto é, desde a nascença, envelhecimento, enfermidade,

morte, a implementação das respectivas políticas, sejam bem ou mal feitas, tudo está intimamente ligado ao quotidiano da população.

As despesas orçamentais do Governo da RAEM previstas para o próximo ano atingem 82,6 mil milhões, sendo que a área dos Assuntos Sociais e Cultura ultrapassa os 36,7 mil milhões, representando cerca de 44%. Mas, será que, quando adoecer, a população pode ser assistida por médicos, através destas despesas do erário público gastas na prestação de cuidados de saúde? Haverá oportunidades de aprendizagem com as despesas na Educação? Será que a Cultura e o Desporto atingirão também os efeitos previstos? Gostava hoje, em conjunto com o Sr. Secretário, de analisar estes problemas que sintetizam as preocupações da população.

As pessoas têm medo de adoecer, mas não podem evitar uma doença. Têm que ser observadas por médicos em situação de grande ou pequena enfermidade. Em situações normais, na maioria dos casos, as pessoas nascem e morrem nos hospitais. Mas, infelizmente, é difícil consultar médicos em Macau, sendo necessário esperar muito tempo, situação que já é antiga e reconhecida pela população, mas que não está ainda resolvida, surgindo entretanto novos problemas, cada vez mais complicados, o que faz com que as pessoas se sintam cada vez mais desamparadas. A população não se cansa de perguntar: sendo o nosso Governo tão rico, porque é não encontra uma solução para este velho problema? Este ano, o Sr. Secretário refere, nas Linhas de Acção Governativa, que, em todo o mundo, os sistemas públicos de cuidados de saúde acarretam diferentes tempos de espera no atendimento e que, comparativamente, o tempo de espera em Macau é reduzido.

Para além disso, a Administração já afirmou que o tempo de espera nas consultas de Clínica Geral é de um mês aproximadamente. As especialidades que exigem um maior tempo de espera são cardiologia, ortopedia, com uma média aproximada de 3 meses; otorrinolaringologia, oftalmologia, mais de dois meses. Mas, há dias, muitos residentes vieram dizer-me que, para uma ecografia do tipo B, há uma lista de espera até 2014. Uma velhinha de 80 e tal anos, para ser operada às cataratas, tem que esperar um ano. Enquanto que, para uma ressonância magnética, é preciso esperar dois anos. A população interroga-se, não sabendo se tem uma vida assim tão longa para aguardar a vez de ser atendida. Porque é que esta situação a que a população está sujeita é tão diferente da auto-avaliação feita pelo Hospital?

Mais, quanto às consultas médicas dos doentes do foro oncológico, a entidade competente afirma que, se as primeiras consultas obrigarem a um tempo de espera superior a um mês, aquelas podem ser antecipadas no momento do respectivo atendimento, de forma a proporcionar um serviço mais adequado. Mas, segundo os dados revelados, nestes últimos anos, há, anualmente, cerca de 1.000 novos pacientes do foro oncológico, sendo que, em 2010, os pacientes que estão em lista de espera para consulta de acompanhamento são 13.717. Ora, só há 3 médicos de oncologia e 16 camas de enfermaria para hematologia oncológica. Como é que podem proporcionar um serviço melhor com este tipo de recursos?

Na óptica dos recursos investidos, em 1999, o Governo gastou 1,23 mil milhões na prestação de cuidados de saúde, enquanto que, no orçamento deste ano ronda os 4,46 mil milhões e, no próximo ano, 5,2 mil milhões. Tal representa um total de várias dezenas de milhar de milhões nos últimos 13 anos, mas, em termos de paridade, o número de camas de enfermaria e de pessoal médico em cada 1.000 habitantes não sofreu um aumento significativo. Em 2011, em

Macau, por cada 1.000 habitantes, o número de camas de enfermaria era de 2,2 camas, de médicos, era 2,6 pessoas, de enfermeiros, 2,9 pessoas, inferior a muitos países desenvolvidos ou regiões de idêntico nível. Embora a assistência médica e a salvação de vidas não tenham preço, perante o aumento de recursos, não havendo uma redução do tempo de espera para atendimento, o número de camas de enfermaria e de pessoal não acompanha basicamente as necessidades da sociedade e da própria população. Perante as várias dezenas de milhar de milhões investidos, sem que haja um aumento evidente dos resultados, não será que se deve reflectir sobre os problemas, de forma aprofundada, pela raiz, reformando a situação?

Por outro lado, passados tantos anos, ainda não foi feita a revisão do “Regime Legal dos Internatos Médicos”, proposta pela entidade competente, razão por que os Serviços de Saúde não dão formação a médicos estagiários, há três ou quatro anos. O Hospital Kiang Wu também suspendeu a formação, há dois anos. Mais de 300 médicos graduados aguardam, tristemente, há alguns anos, sem que seja aberto concurso, havendo, portanto, uma redução no número dos recursos humanos. Perante as solicitações da sociedade, este ano, os Serviços de Saúde e o Hospital Kiang Wu voltaram a lançar um processo de formação de médicos estagiários, indo os Serviços de Saúde formar 100 médicos do internato geral. Até ao momento, qual é o ponto de situação quanto a esta formação? Desde a criação do Conselho de Assuntos Médicos, no ano passado, que tem sido dito que “o regulamento aguarda despacho de autorização”, e, até Abril deste ano, pela “rápida criação”, para mais adiante se falar em “problemas técnicos”, arrastando-se “o esforço de criação durante este ano”.

O processo legislativo relativo ao erro médico arrasta-se há mais de dez anos, durante os quais foram realizadas duas consultas públicas. Este ano, no que se refere à acção governativa, continua ainda na fase de “implementação activa”. Continuando a arrastar-se, ano após ano, qual o desenlace final? Sr. Secretário, será que pode esclarecer, de uma forma clara, toda a população?

Macau não dispõe de uma lei do erro médico, mas isto não quer dizer que a Administração possa ser ilibada das consequências que os erros médicos comportam. À semelhança do caso do Sr. Wong, que queria atirar-se pela ponte ou de um prédio abaixo, pelo azar que sofreu, chegando mesmo a chorar, compassivamente, em frente à Assembleia Legislativa, com a entidade competente a nada querer saber disso, acho que, em termos de compaixão, já se perdeu a oportunidade.

Macau já entrou na fase de envelhecimento da população. Segundo os dados estatísticos de Hong Kong, a procura de cuidados médicos da população de idade avançada é 9 vezes superior ao resto da população, uma vez que as respectivas doenças são mais complexas. A procura de camas de enfermaria por habitante, com idade inferior a 65 anos, é de 1,3 camas em cada 1.000, enquanto que, para os que têm mais de 65 anos de idade, é de 11,8 camas. Face ao envelhecimento da população e perante o aumento da procura de cuidados médicos, como é que o Governo encara o planeamento da prestação dos cuidados de saúde, durante os próximos dez anos? Que medidas a prever?

As pessoas, quando envelhecem, receiam pela falta de cuidados. De uma maneira geral, os idosos só se sentem amparados se as suas necessidades de vestuário, alimentação, habitação e transporte forem satisfeitas. Qual a garantia, quanto a condições materiais, para que os idosos possam sobreviver? As pessoas, quando envelhecem, têm que

se aposentar. Os cuidados em questão, prendem-se com a garantia de receitas, sendo que a principal contrariedade é a questão da não descida do nível de subsistência durante a velhice.

No sistema de segurança social vigente no País, bem como no regime de previdência previsto em Hong Kong ou nas pensões de aposentação de Taiwan, as contribuições dos empregadores e empregados constituem a principal fonte de receita. As pensões para os idosos de Macau, embora sejam actualizadas para 3.000 patacas mensais por pessoa, dependem essencialmente do grande volume de investimentos do Governo. Se, nos próximos quatro anos, o Governo não injectar 37 mil milhões, o Fundo de Segurança Social pode entrar, eventualmente, em bancarrota. Há falta de mecanismos a longo prazo. Quando a economia está boa, o Governo pode fazer grandes investimentos, mas, nos próximos dez anos ou mais, se a economia não for boa, o fardo irá ser cada vez maior. Será que o Governo pode continuar a assumi-lo, de modo folgado? Em comparação com o País, Hong Kong e Taiwan, há muito tempo que as contribuições locais são de 45 patacas mensais, o que está completamente desfasado do desenvolvimento sócio-económico. Se continuarem assim, isso significa que o Governo mantém as suas responsabilidades e que os nossos descendentes são obrigados a suportar uma carga cada vez mais pesada.

Mas, o regime do Fundo de Previdência Central tem sofrido inúmeras peripécias, pois, decorrida a consulta pública de 2007, foi elaborada, em 2008, a “Proposta de Consulta da Reforma do Sistema de Segurança Social e Protecção da Terceira Idade”, em 2009 foram definidas as “Regras Gerais de Abertura e Gestão de Contas Individuais do Regime de Poupança Central”, em 2011 foi submetida à apreciação da Assembleia Legislativa a proposta de lei do “Quadro-geral do Fundo de Previdência Central”, enquanto que, este ano, a designação da proposta de lei foi alterada para “Contas Individuais de Previdência”, que já foi objecto de aprovação. Trata-se, de facto, de uma repetição das contas individuais do regime de poupança central, estando muito aquém da expectativa dos residentes. Nas linhas de acção governativa do Sr. Secretário para o próximo ano, refere-se a preparação e implementação activas das respectivas medidas legislativas. A nossa população está muito atenta aos dois níveis do regime de segurança social e considera que não se deve olhar apenas para o presente. O processo anterior não era científico, o que não implica que não possa ser reformulado. Para que haja mais residentes a serem realmente beneficiados aquando da sua velhice, será que o Governo está determinado a definir um mecanismo de segurança social a longo prazo?

Para além disso, no que toca à educação, a igualdade no acesso à educação corresponde ao ponto de partida da equidade e à base de uma sociedade justa. Num certo sentido, a igualdade social não pode ser concretizada enquanto não houver igualdade no acesso à educação. A importância do ensino integrado, da educação pré-escolar e da educação contínua carece de explicação. O Governo da RAEM dá importância à educação, razão por que foram aumentados os investimentos na educação contínua, ultrapassando, no próximo ano, 10 mil milhões. Mas, a educação corresponde a um trabalho social metódico e feito a longo prazo e, para além da importância dada à aplicação de investimentos, deve assumir, no entanto, uma postura pragmática. No passado, a taxa de natalidade era baixa, mas, nestes últimos anos, com a subida crescente da taxa de natalidade, surge a dificuldade de se conseguirem vagas nas creches. De acordo com os dados estatísticos, o total de bebés nascidos nos anos de 2010 e 2011 foi, respectivamente, de 5.114 e 5.852 e, somando os 5.206 dos três primeiros trimestres deste ano, a procura de vagas nas

creches ascende a umas dezenas de milhar. Na apresentação feita pelo Sr. Secretário, foi referida a entrada em funcionamento de cinco novas creches, no próximo ano de 2013, abrindo mais de 1.400 vagas para as crianças, prevendo-se que, em 2015, sejam cerca de 7.000 vagas. Mas, creio que existe ainda uma certa discrepância com as reais necessidades. Com o aumento da população e o aumento da taxa de natalidade, julgo que, no futuro, esta procura vai continuar a aumentar. Como é que o Governo vai resolver este problema? Como é que vai implementar, de forma científica, as oportunidades de educação?

No ano passado, o Governo lançou o “Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo”, com a duração de três anos e, no próximo ano, será o último. Este tipo de programa devia, em princípio, fazer uma avaliação ao fim de um ano, portanto, melhorando-o ano após ano, mas, não fosse a série de problemas levantados pelo Comissariado de Auditoria, será que os serviços competentes estão a cumprir a lei e as suas atribuições?

O Comissariado de Auditoria e o Comissariado contra a Corrupção são organismos supervisores do Governo da RAEM, tendo o Sr. Secretário dirigido este último, devendo compreender que se torna necessário proceder a uma devida supervisão, mesmo que haja uma subdelegação de competências das instâncias superiores. O Relatório de Auditoria efectuado, desta vez, levantou algumas questões e, posteriormente, o Sr. Secretário, ao ser entrevistado pela imprensa, afirmou que ainda não teve oportunidade de o ler. Na Parte V daquele Relatório consta a resposta da entidade envolvida, sendo que todo o processo da auditoria não demorou apenas um ou dois dias. Sr. Secretário, pergunto-lhe, será que houve falta de diálogo entre a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude e a tutela ou será que a acção de investigação do Comissariado de Auditoria não lhe despertou atenção? Neste contexto, o Sr. Secretário frisou que o referido Programa devia adoptar uma política mais flexível. De acordo com o lema da aprendizagem através da educação, afinal, a que é que se pode chamar de flexibilidade adequada? Neste momento, o Sr. Secretário já leu o Relatório. Tens algo mais a adiantar?

O Governo dá importância ao sector cultural, promovendo as indústrias criativas, criando o Conselho das Indústrias Culturais e preparando a organização do Fundo das Indústrias Culturais e Criativas, o que é bom. Mas, o ano passado, salientei que a cultura não se deve reduzir à transformação em indústrias culturais e criativas. Há que fazer uma opção entre as duas vertentes e procurar uma mais-valia. Para além disso, em paralelo ao lançamento do Parque das Indústrias Culturais e Criativas na Ilha de Hengqin, com base na experiência adquirida com a criação do Parque Industrial de Medicina Tradicional Chinesa, no âmbito da cooperação regional entre a Província de Guangdong e Macau, importa saber qual a forma de apoiar as potenciais indústrias culturais e criativas de Macau, para que venham a ser integradas, de modo concreto, naquele âmbito de cooperação regional.

Em termos de desporto e recreio, no próximo ano, serão investidos 1,1 mil milhões. Compete ao Governo a responsabilidade no desenvolvimento de acções desportivas e de recreio para fortalecer a condição física dos residentes. Mas, qual a quota-parte de fundos aplicados quer no “Desporto para Todos”, quer nas entidades associativas de carácter desportivo ou noutras modalidades? Será que os residentes conseguem elevar a sua condição física pela prática do desporto?

Por último, gostava de falar sobre o problema dos hotéis económicos. Anualmente, dezenas de milhões de turistas visitam Macau e nem toda a gente pode ficar em hotéis de luxo, razão por que a média de estadia dos turistas que pernoitam em Macau é relativamente baixa. Alguns turistas optam, então, por passear em Macau, pernoitando em Zhuhai, surgindo, em consequência, as pensões ilegais. De forma a permitir que os turistas permaneçam mais tempo em Macau e em ordem a melhorar as condições de estadia dos turistas, será que o Governo está a considerar algumas medidas para encorajar os investidores a construir hotéis que pratiquem preços mais económicos, de modo a que mais turistas possam pernoitar em Macau?

Obrigado.

**Presidente:** Sr.<sup>a</sup> Deputada Ho Sio Kam.

**Ho Sio Kam:** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Secretário

Srs. Representantes do Governo

Caros colegas

Do que ouvi na apresentação dos pontos principais da acção governativa do próximo ano, o Sr. Secretário enumerou muitas iniciativas legislativas na área educativa ou em outros aspectos afins. A primeira questão que gostava de lhe colocar tem a ver, portanto, com o andamento da Lei do Ensino Superior.

Como todos sabem, os diplomas ou leis que acompanham o ritmo dos tempos trazem benefícios positivos para o desenvolvimento geral de Macau. Regressando ao regime do ensino superior em Macau do século passado, foi publicado, em 1991, o Decreto-Lei n.º 11/91/M. Vendo bem, já lá vão 21 anos. Na verdade, já não satisfaz as necessidades do actual desenvolvimento acelerado que se regista na sociedade de Macau, sobretudo em termos de recursos humanos de qualidade, o que limita o desenvolvimento saudável das nossas instituições de ensino superior. Fala-se muito, portanto, especialmente no sector educativo, sobre a revisão da Lei do Ensino Superior. Se olharmos novamente para o ano de 2004, o Governo, nessa altura, já tinha uma proposta de lei finalizada, procedendo, no ano seguinte, à respectiva consulta pública, mas, não se sabe porque é que, passado 8 anos, não há rasto daquela proposta. Isto gera dúvidas e preocupações no sector educativo. Por conseguinte, muitas pessoas amigas deste sector, quando me encontram, só me falam sobre isso. Em Novembro do ano passado, quando da discussão das Linhas de Acção Governativa, questionei o Chefe do Executivo sobre esta matéria. Em Fevereiro deste ano, na minha intervenção durante o período Antes da Ordem do Dia, apresentei algumas opiniões. Mas, na apresentação da acção governativa para o próximo ano, o Sr. Secretário referiu-se apenas ao acompanhamento das iniciativas legislativas respeitantes à lei do “Regime de Ensino Superior”. Este tipo de descrição é semelhante à dos anos anteriores. Afinal, para quando a legislação? Há alguma previsão nesse sentido? A Lei do Ensino Superior tem uma relevância muito importante na prosperidade de Macau. Neste momento, as instituições de ensino superior, quer públicas quer privadas, consideram que aquele antigo regime está obsoleto e que é muito restritivo. Veja-se a recomendação feita este ano pelo Comissariado Contra a Corrupção a uma determinada instituição do ensino superior, ou as reclamações dos residentes que são apresentadas com frequência aos deputados

da Assembleia Legislativa, as últimas das quais se referem a alguns problemas existentes nas instituições de ensino superior. A raiz do problema está no atraso da lei, que não se adequa à realidade, razão por que a orientação e o desenvolvimento dessas instituições, nomeadamente, a criação de cursos de mestrado ou ainda de alguns projectos científicos se debatem com dificuldades. Isto condiciona a formação de talentos em Macau. Espero, por isso, que o Governo dê importância ao assunto e que agende a apresentação da Lei do Ensino Superior, com a maior brevidade. É claro que, de acordo com a tendência mundial, de facto, o ensino superior vai exigindo uma cada vez maior autonomia, se bem que não se trate de uma liberdade arbitrária ou isenta de supervisão. A forma de proceder quanto ao regime de avaliação do ensino superior é também muito importante.

Tenho, por isso, algumas questões a colocar. Não sei se o Sr. Secretário pode responder-me daqui a pouco, mormente, quando é que a Lei do Ensino Superior vai ser apresentada? Qual a tónica da revisão, desta vez? Vai prever mecanismos de supervisão e responsabilização? A população espera que o erário público seja bem aproveitado, daí a necessidade de aumentar a respectiva transparência. Mais: qual o ponto de situação, no que concerne à elaboração da proposta de lei do regime de avaliação no ensino superior? Este aspecto é focado também nas Linhas de Acção Governativa para o próximo ano, tratando-se, aliás, de um assunto sobre o qual, há vários anos, muitos colegas têm vindo a malhar. Para além disso, está definido um plano director para o planeamento do ensino superior para os próximos dez anos, havendo, de facto, uma orientação. No futuro, qual é o plano director para o desenvolvimento do ensino superior? São estas as três questões relativas ao ensino superior.

De seguida, gostava de falar sobre a questão do “Quadro Geral do Pessoal Docente das Escolas Particulares do Ensino não Superior”, que foi referido também pelo Sr. Secretário, resultado concreto, ao cabo de 21 anos, do esforço conjunto entre o Governo, o sector educativo e a sociedade. O objectivo final do “Quadro” é educar e cultivar bem as gerações vindouras, elevando, assim, o nível da qualidade do ensino. Restam-nos ainda alguns meses até à data da sua aplicação formal, em Setembro. Penso que esta novidade carece obviamente de um ajustamento mútuo entre a gestão das escolas, os docentes e os Serviços de Educação. Por exemplo, aquando da aprovação do “Quadro”, quis saber se os Serviços de Educação e Juventude não teriam de dar esclarecimentos sobre os diplomas, de modo a clarificar os docentes e os serviços administrativos das escolas. A Direcção dos Serviços de Educação e Juventude actuou atempadamente, prestando esclarecimentos directamente às escolas. Mas, há, no entanto, alguns problemas do ponto de vista prático, nomeadamente, o lançamento, pelo Governo, do aperfeiçoamento do rácio entre turma e docente, o que obriga ao recrutamento de mais docentes. Pois bem, será possível às escolas encontrar docentes de qualidade? Por outro lado, será que as próprias condições das escolas permitem recrutar mais docentes? Às vezes, nem é uma questão de dinheiro, pois há escolas que se queixam de não terem sequer hipótese de terem mais secretárias para os professores. Isto tem a ver com as condições de *hardware* e *software*. Estes problemas não podem certamente ser resolvidos de um momento para o outro, mas, apenas dentro dos próximos dois anos. Tenho vindo a dizer, portanto, que é necessário haver um período de ajustamento no “Quadro”. Como docente que sou, compreendo perfeitamente o espírito legislativo do “Quadro”, mas, creio que o objectivo final é encontrar a forma de haver uma articulação com a Administração, no sentido de elevar a qualidade do ensino.

Seguidamente, no âmbito das Linhas de Acção Governativa do próximo ano, referidas pelo Chefe do Executivo, há uma referência à contínua edificação de um ambiente social de valores humanistas, promovendo-se o espírito de respeito para com os professores, respeito pelos idosos e prazer em ajudar, com vista a garantir a transmissão às gerações vindouras das virtudes tradicionais dos cidadãos de Macau, herdadas do passado. Estes aspectos são, na verdade, muito importantes na cultura tradicional chinesa, razão por que a própria sociedade reconhece haver necessidade de ser criado este ambiente. Mas, o “Quadro” tem a ver, por outro lado, com a questão dos docentes que se aproximam da aposentação, sendo que estava inicialmente previsto, aliás, um artigo que salientava uma preocupação humanista a ter para com os docentes de idade mais avançada, que, no fim, foi retirado, esclarecendo o Governo que tal se deveu a motivos técnicos. Temos, de facto, um grupo de docentes idosos que, no passado, laboravam em condições árduas e, por coincidência, ainda hoje, ao almoço, conversei com uma pessoa dedicada do sector que me dizia que os professores que se tinham reformado antes dos anos 90 do século passado não eram pessoas que se queixavam muito, pois as dificuldades guardavam-nas para si próprios. Nessa altura, ainda não tinham a pensão de reforma ou de previdência, o salário mensal era apenas de umas poucas dezenas de patacas e, quando se reformavam, também não ganhavam muito. Por isso, como é que pode haver para com esse grupo de docentes uma preocupação humanista? As entidades associativas do sector educativo, bem como a sociedade, querem saber, assim, se o Governo não poderá reflectir um pouco mais sobre isto. Conceder-lhes mais medidas de garantia, seja a título de prémios de docência ou do que for. Pelo menos, que exista na sociedade um ambiente de respeito para com os professores e para com a actividade docente, podendo isto constituir um factor positivo para a futura equipa de docentes que queiram ingressar no sector. Sei que o Chefe do Executivo já respondeu a este problema em várias oportunidades e, inclusivamente, no seio da Assembleia Legislativa. Perguntava ao Sr. Secretário, por conseguinte, se não nos podia adiantar o que é que o Governo vai fazer, nomeadamente, sobre as iniciativas para a concessão, de uma só vez, de um prémio de gratificação. Qual o ponto de situação das respectivas acções? Será que está prevista alguma calendarização para o efeito e qual a forma de apoio a dar àquele grupo de docentes idosos? Especialmente, quanto ao modo de resolver o problema da regularização das garantias de aposentação.

O terceiro aspecto que queria abordar com o Sr. Secretário refere-se à orientação geral quanto ao futuro desenvolvimento da educação em Macau. A educação para desenvolver Macau é o lema que tem vindo a reger a acção do Governo da RAEM, o que é um aspecto muito positivo. Quanto a mim, sinceramente, que já ensino há várias dezenas de anos, desde os tempos da Administração Portuguesa até à governação da RAEM, após a transferência de soberania, o meu sentimento é muito profundo. O desenvolvimento do ensino em Macau, nos anos 70 e 80, era lento e, decorridos quase 13 anos após a transferência de soberania, assistiu-se a um acelerado desenvolvimento da educação, quer pelos investimentos aplicados no sector, quer porventura pelo imenso trabalho efectuado em termos de diplomas legislativos na área do ensino. Mas, através da definição do plano decenal de desenvolvimento, da implementação do “Quadro”, etc., no futuro, ao pretendermos trilhar um caminho que preze pela qualidade, como é que devemos proceder para tal? Sobretudo quanto à escolaridade gratuita dos 15 anos, que é um acto governativo positivo. Muitos dirigentes do País, quando visitam Macau, reconhecem este facto e que o mesmo contribui para elevar a qualidade humana dos cidadãos de Macau. Olhando para trás, a escolaridade gratuita dos 15 anos teve que percorrer um caminho que

teve início em 1995, através da escolaridade tendencialmente gratuita até à sua implementação integral, em 2007. É sabido, nesta altura, que há mais de  $\frac{4}{5}$  das escolas que integram a rede de escolaridade gratuita. Há bocado, o Sr. Secretário falou na prioridade a dar no desenvolvimento do sistema de escolaridade gratuita. Perguntava-lhe, então, que medidas concretas estão previstas pelo Governo, neste sentido? Isto porque, no próximo ano, o “Quadro” já exige a aplicação de mudanças de 1,3 entre os docentes de nível 6 e 1, portanto, o aparecimento de alguns problemas pertinentes. Gostava de saber, portanto, que medidas estão previstas pelo Governo para apoiar as escolas integradas na rede de escolaridade gratuita.

Obrigada.

**Presidente:** Sr. Deputado Chan Wai Chi.

**Chan Wai Chi:** Obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Representantes do Governo

Caros colegas

Há inúmeros Serviços Públicos sob a tutela do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura e, com apenas 15 minutos, nem sequer dá para falar de um só deles. Perante a grande montanha de problemas que tenho para expor em tão pouco tempo, só posso apontar os pontos principais ou apontá-los de forma resumida.

Tenciono começar por falar de casamento, pois esta manhã fui à festa de casamento de uma pessoa amiga, que foi muito agradável, vendo os membros do casal a assinarem o papel e a reconhecerem mutuamente o acordo para aquele enlace. Mas, no acto da assinatura, pensei para comigo, porque é que a testemunha não lhes deu outro papel para assinar? Falo em assinarem o acordo previsto na lei de prevenção contra a violência doméstica, evitando que haja agressões entre o casal. Esta lei ainda não existe, sendo que a designação anterior era lei de combate ao crime de violência doméstica, centrada mais nos respectivos problemas. Em relação à consulta pública sobre a proposta de lei em questão, muitos cidadãos, sobretudo senhoras, vieram ter comigo, achando que a proposta anterior considerava a violência doméstica um crime público, enquanto que nesta versão a violência doméstica não é mencionada como um crime público em especial, o que nada impede que o acto de violência doméstica não seja um crime semi-público. Isto cria dúvidas e alguma ambiguidade. Cria-se, assim, uma discrepância entre o objectivo inicial e a orientação da proposta legislativa. Pessoalmente, não concordo com o Tratado de Desigualdade, mas, em relação ao compromisso de os maridos não baterem nas mulheres, acho que é uma cláusula que todos os homens devem assinar. Mas, por outro lado, queixo-me também das numerosas instalações de abrigo para as mulheres mal tratadas na sociedade de Macau, havendo, porém, uma falta de apoio aos homens mais desfavorecidos. Deve haver igualdade de direitos entre homens e mulheres! De facto, seja o combate à violência doméstica ou a prevenção da violência doméstica, trata-se de uma defesa dos membros do agregado familiar.

Tenho algumas sugestões para o Sr. Secretário, que são resultado de estudo e dados recolhidos. Acho que a violência doméstica deve cingir-se a cinco princípios, mormente: 1) tolerância zero; 2) defesa da posição da vítima; 3) prevenção como prioridade; 4) liderança das acções por parte do Governo, em colaboração com diversas instituições; por último, 5) articulação entre a educação, a

reabilitação e a punição. Devem ser adoptadas estas soluções para prevenir e penalizar a ocorrência de violência doméstica.

O crescimento de uma pessoa numa família íntegra favorece o seu futuro desenvolvimento. Este depende não só de factores hereditários, mas também do meio em que se desenvolve. Pedia então ao Governo da RAEM, em especial no que se refere aos aspectos sociais, educativos, culturais e desportivos, para proporcionar aos jovens das futuras gerações um ambiente que lhes permita ficarem dotados de capacidade para construir a sua própria casa de ouro ou lar de sonho, em vez de os alojarem nas pensões públicas dispendiosas que custam mais de 1.000 patacas por dia, conforme foi dito pelo Sr. Director Lei. Há bocado, alguns colegas falaram sobre a implementação dos 15 anos de escolaridade gratuita, sob a égide do Chefe do Executivo Chui ou ex-Secretário Chui. Ora, os 15 anos de escolaridade gratuita inserem-se apenas numa política favorável para se atingir o objectivo educativo, embora a gratuidade não implique que o ensino tenha que ser bem realizado. Será que os 15 anos de escolaridade gratuita são uma garantia de elevação da qualidade do ensino? A resposta, claramente, é que não. Qual o problema existente, neste momento, com o lançamento do “Quadro”? O número de tempos lectivos dos docentes foi reduzido, mas, será que o volume de trabalho foi igualmente reduzido? Não. Pelo contrário, as tarefas administrativas, entre outras, aumentaram. E quanto aos alunos? Já perguntei aos Serviços de Educação como é que vão proceder à avaliação dos alunos, mormente, à plataforma diversificada de avaliação e o que é que vão fazer para que a aprendizagem dos alunos não seja condicionada pelo ensino orientado pelos exames. A Direcção dos Serviços de Educação adiantou, entretanto, que vai continuar a esforçar-se na formação dos docentes, na avaliação escolar, no apoio aos alunos, etc. Mas, temos que saber que o desenvolvimento dos alunos não depende somente dos ensinamentos dos professores, havendo mais pessoas que se esforçam, dentre as quais, os assistentes sociais das escolas, a quem os Serviços de Educação chamam assistentes de aconselhamento nas escolas. Quanto a estes colegas da área educativa que prestam o seu contributo, não se encontram salvaguardados pelo “Quadro”. Embora a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude tenha salientado que o subsídio para o serviço de aconselhamento nas escolas foi elevado em 35%, nos últimos três anos lectivos, desde 2010, espero que a Sr.<sup>a</sup> Directora Leong possa fornecer os dados sobre os salários dos aconselhadores ou assistentes sociais das escolas, para se saber se, de facto, também tiveram um aumento de 35%. Perante a grande diferença que existe, não podemos exigir mais às pessoas que não conseguem rendimentos proporcionais aos seus contributos, criticando-as por mudarem de emprego tão rapidamente, de tal forma que, mal o Governo abre a boca, toda a gente desata a fugir.

Outro aspecto que foi mencionado, há pouco, pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Ho Sio Kam, foi o facto de não ser referido ou indicado no “Quadro” o problema dos docentes já desligados do serviço ou que se encontram prestes a sair. Gostava de acrescentar aqui algo mais sobre isto, para que o Sr. Secretário Cheong possa responder a seguir, de forma mais pormenorizada. Porquê? Porque houve um colega que me perguntou: “Olha, quando o Chefe do Executivo cá veio, porque é que você não aproveitou a oportunidade para lhe perguntar”? Respondi-lhe nestes termos: “Quando vi o Chefe do Executivo, era para lhe falar sobre a questão da atribuição de uma só vez, mas, onde é que isso se encontra nas Linhas de Acção Governativa”? O Chefe do Executivo disse-me, então: “Há, mas o regulamento administrativo está em execução”. De seguida, perguntei ao Sr. Secretário: “Qual a situação”? Ele respondeu-me: “O regulamento

administrativo deverá estar concluído em breve”. Está publicada no *Boletim Oficial* uma provisão para os docentes que forem desligados do serviço, mas, e quanto aos docentes que irão ser já desligados? Ora, friso, uma vez mais, na medida em que o regime de previdência não pode oferecer uma garantia total, não terá o Governo de fazer algo mais? Este compromisso foi assumido pessoalmente pelo Chefe do Executivo, quando esteve sentado aqui na Assembleia Legislativa, perante mim e os docentes, pelo que temos expectativas quanto a isso. De seguida, vou dar ao Governo os detalhes do conteúdo a que me refiro. Julgo que devem ser previstos mais incentivos ou apoios aos professores, para que venha a ser formada uma equipa de docentes de excelência, pois é com isto que os 15 anos de escolaridade gratuita poderão alcançar o último objectivo, qual seja, a elevação da qualidade do ensino. Quando um docente, com sentido de responsabilidade, prepara as aulas, o tempo que leva é sempre bem superior aos tempos lectivos, sem contar com o tempo que precisa para corrigir os exercícios, preparar os testes e exames, etc. Bom, se a escola tem um ensino de qualidade, o que é que se faz nos tempos extracurriculares? Farto-me de encorajar as pessoas a irem mais aos campos desportivos do que aos casinos, porque se tornam pelo menos mais saudáveis, enquanto que, nos casinos, a probabilidade de ganho ou perda é de 50%.

Em relação ao “Desporto para Todos”, o nosso Instituto do Desporto lançou o plano *Sport Easy*, de que já me tornei sócio, mas, ultimamente, por causa das reuniões, não tenho participado, razão por que a minha saúde está menos bem. A implementação deste programa está a ser bem realizada, mas há ainda alguns aspectos que poderão ser melhorados. Primeiro, quanto ao Centro de Formação de Atletas, para que foi recentemente lançado um concurso público para a sua construção, prevendo-se que esteja finalizado em 2015, trata-se de uma boa notícia para os praticantes do desporto. Em Macau, embora seja um sítio pequeno, a potencialidade dos atletas não é baixa. O nosso campeão mundial de ténis de mesa do País, o Sr. Yung Kuo Tuan, é de Macau. Nestes últimos anos, muitos atletas atingiram bons resultados, embora como amadores ou semi-profissionais, o que é de felicitar. Se esse Centro de Formação de Atletas fizer melhor, com orientação e objectivos mais bem definidos, estou certo que os atletas de Macau, no futuro, irão brilhar no mundo desportivo.

Mas, independentemente do “Desporto para Todos” ou “Ocupação Recreativa para Todos”, será que não há outros aspectos que devem ser tomados em atenção? Certa noite, quando saí da Assembleia Legislativa, já à tardinha, dirigi-me ao campo relvado próximo da Assembleia Legislativa para apanhar um autocarro e vi um professor com um grupo de alunos a jogarem rãguebi, sem qualquer equipamento de protecção, embora os jovens estivessem muito entretidos a jogar, bem como o professor. Perguntei-lhes, então: normalmente, onde é que vocês fazem os treinos? Disseram-me que era ali, porque não havia muitos grupos e há falta de instalações. Já encontrei jovens a praticarem desporto radical junto aos passeios ou nos degraus do Estádio da Taipa, a voarem de um lado para o outro, com muito jeito. Perguntei-lhes, também: vocês têm algum campo para treinar? Eles responderam-me: o Jardim de Ho Yin, depois das obras, deixou de ter um espaço próprio. Pedi informações ao Governo, ao então director substituto, José Tavares, tendo-me então informado que este assunto está a ser estudado pelo Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, nomeadamente, sobre a viabilidade de construção de um espaço formal nas Ilhas, para que os amantes de *skate board* possam, no futuro, realizar as suas actividades em espaço próprio, reduzindo os riscos contra acidentes. Os dirigentes sabem disto. A resposta foi-me dada em 16 de Janeiro de 2012. Já

estamos em Outubro deste ano e não vejo na Taipa qualquer iniciativa de estudo relativa a esta matéria, esperando, contudo, que nos novos cinco aterros previstos no planeamento urbano, para além do “Desporto para Todos”, sejam previstas também instalações para o desporto das minorias, permitindo aos jovens ou às pessoas com potencialidades desportivas uma oportunidade para desenvolverem os seus talentos.

Há instantes, um colega falou no tempo de espera para as consultas, mas, segundo o que vem descrito no documento, em comparação com outras localidades, não é muito tempo. Pode dizer-se que as pequenas consultas podem ser realizadas em consultórios médicos particulares, através do uso dos vales de saúde, enquanto que para as doenças específicas têm que ser feitas na consulta da especialidade dos hospitais. Pois bem, se o tempo de espera é tão longo nas consultas dos hospitais, quando chegar a vez, pode acontecer que uma pessoa já nem sequer precisa da segunda consulta, pois, especialmente nas doenças oncológicas, não se pode esperar! Perguntei à Administração: com a escassez de médicos especialistas em oncologia, qual é a situação do respectivo recrutamento? O director deu-me uma resposta, na altura. Mas, daqui a pouco, gostava que me fornecesse dados concretos para comprovar que o Governo actuou, de facto, na área da oncologia, em especial dos médicos que saíram e se as vagas foram ocupadas.

Por último, no que toca ao turismo de qualidade, nomeadamente, sobre os autocarros de turismo, convinha ver se é possível fazer um ordenamento por períodos, pois, nas Ruínas de S. Paulo, o tráfego fica congestionado, com os polícias a ordenarem o trânsito desde as onze horas e tal da manhã, sem mãos a medir.

Para além disso, para finalizar, realiza-se, no próximo ano, o 60.º Grande Prémio. Espero que seja realizado de forma dinâmica, sem perturbar a população, sem congestionar o tráfego de Macau, que muito bom seria para os cidadãos.

Restam-me ainda 10 segundos. Espero que os outros Srs. deputados possam acrescentar algo mais ao que disse.

Obrigado.

**Presidente:** Sr. Deputado Ho Ion Sang.

**Ho Ion Sang:** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário

Srs. Representantes do Governo

Caros colegas

Os assuntos versados hoje na área da Secretaria dos Assuntos Sociais e Cultura são muito ricos. Acabei ontem de ler no jornal a apresentação feita pelos Serviços de Saúde acerca do futuro hospital das Ilhas, em grande destaque, a estar concluído entre 2017 e 2019. A maquete está bonita. A sensação com que fiquei, em termos de *hardware*, pois, neste momento, o Governo da RAEM tem dinheiro, é a de que não deve haver problemas. Mas, segundo foi salientado pelos Serviços de Saúde, há que proporcionar serviços de qualidade. Em relação a isto, tenho uma questão, e porquê? Recolhi alguns dados, e quais são esses dados? Referem-se ao número de médicos por cada 1.000 habitantes, que é de 2,6, ao número de enfermeiros por cada 1.000 habitantes, de 2,9, e ao número de camas de

enfermaria por cada 1.000 habitantes, na ordem de 2,2. Qual a razão porque agarrei estes dados? Pois bem, estes valores são inferiores às Regiões vizinhas.

Vemos, por outro lado, porque nós, sendo um... o Sr. Secretário menciona também, na acção governativa, que importa haver mecanismos de eficácia a longo prazo. Revendo também os últimos 10 anos... na altura, o Secretário elaborou também uma proposta para o aperfeiçoamento do sistema de cuidados de saúde, um plano para os próximos 10 anos. Segundo esse plano, tal como vimos, há o Complexo Hospitalar das Ilhas, que é muito bonito, mas, constato que é muito raro o Sr. Secretário falar da questão dos recursos humanos. E porquê? Nessa altura, com o *hardware* todo pronto, se não houver pessoal e se as camas ficarem vazias, a qualquer momento, sem ninguém para usar os equipamentos médicos e sem ninguém para fazer as operações, tudo isto me preocupa. Se nos cingirmos ao plano a 10 anos, e fizermos as contas, futuramente, quando chegarmos a 2021, tem que haver 517 médicos, enfermeiros, numa base de cálculo de 2,9, serão 600, e, fazendo os cálculos de acordo com os vossos quatro critérios, haverá 1.200, e camas de enfermaria serão 400. Em relação às camas, não há problema, pois o referido Complexo estará dotado de 400 camas. Mas, é preciso formar mais de 500 médicos. Relendo alguma informação divulgada nestes últimos dois anos, vejo que foram recrutados cerca de 100 médicos estagiários, que seriam formados pelos dois hospitais. Não sei qual a situação actual. De acordo com as contas feitas, serão suficientes aqueles 100 médicos, para se atingir o total dos 500 médicos? Se não forem suficientes, como é que o Sr. Secretário vai proceder à formação dos respectivos talentos? O que vai fazer para satisfazer as necessidades do aumento da população?

Para além disso, há também falta de enfermeiros. Sr. Secretário, não se esqueça que não são apenas os hospitais a precisarem de enfermeiros, pois, os asilos de idosos, as instituições de reabilitação, de ensino infantil e as escolas também precisam. *Grosso modo*, as duas escolas de enfermagem formam cerca de 100 pessoas, por ano. Não sei se nos próximos dez anos continuará a ser assim. Espero que, de seguida, o Sr. Secretário possa responder-me como é que, ao nível dos cuidados de saúde, podem ser prestados melhores serviços, falando sobre a distribuição dos médicos e enfermeiros, etc.

O Sr. Secretário falou, por outro lado, sobre as acções na área do serviço social. Os assuntos versados são bem diversos, incluindo, as creches, os asilos de idosos, algumas instalações de reabilitação, etc. Penso que o Sr. Secretário tem que mudar o raciocínio e porquê? Pois bem, acho que é impossível ao Governo fazer tudo o que tenha a ver com acções no domínio do serviço social, como o Sr. Secretário bem sabe. Mesmo que tal seja possível, isso sairia muito mais caro ao Governo do que se fossem as instituições de serviço social sem fins lucrativos a fazê-lo. Mas, deve ser reformulada a forma de cooperação através do financiamento às respectivas instituições. E porquê? Um exemplo: para um centro ou um lar, com um quadro de dez pessoas, só é concedido um financiamento para cinco ou seis pessoas, e o Sr. Presidente do Instituto de Acção Social, aqui presente, sabe disso. Mais, o financiamento não corresponde a 100% dos salários dessas cinco ou seis pessoas, pois que se lhe aplica um desconto. Quer isto dizer que há uma diferença salarial nesses lares, comparativamente ao que é praticado no mercado na mesma categoria. Se continuarem a adoptar este modelo de cooperação, daqui a três anos, com as 40 e tais instalações de serviço social que dizem que vão ter, será que vai haver assim tanta gente a trabalhar nesses serviços? Se não houver, é mais um *hardware*, um centro do género, sem ninguém a servir. Creio que o Sr. Secretário

deve reflectir sobre isto, caso contrário, aquelas instituições, depois de estarem a funcionar ao abrigo deste esquema de financiamento, vão acabar por devolver a bola ao Governo. E porquê? Tal como disse, há bocado, o financiamento não chega, com desconto e tudo, depois quem é que vai querer tirar o dinheiro do seu bolso? Acho que estas instituições ajudam, de facto, o Governo a prestar bem os serviços. Como sabem, tendo em conta o futuro desenvolvimento social irão ser precisos cada vez mais serviços sociais e de forma mais diversificada e qualificada. Daí que o modelo de assistência tradicional se tenha transformado noutra. Penso que o Governo sabe disto, senão não havia de salientar na acção governativa que vai precisar de criar não sei quantas creches, lares para idosos ou centros de reabilitação, etc. Creio que o Governo sabe disto, porque Macau já está numa fase de envelhecimento da população e as necessidades em questão são cada vez maiores. Espero que o Sr. Secretário possa estar atento à situação destas instituições de serviço social. Penso, igualmente, que o serviço social deve comportar um novo modelo de raciocínio para se conjugar com o desenvolvimento social, de modo a prestar um bom serviço. Era esta análise que queria fazer com o Sr. Secretário. Espero que possa responder-me daqui a pouco.

Para além disso, gostava de analisar também com o Sr. Secretário o sector do turismo, mormente, a capacidade de recepção da nossa cidade. Qual a razão desta questão? O ano passado, contámos com mais de 28 milhões de turistas. Mas, de acordo com o que o Sr. Secretário acabou de dizer, falou mais em aspectos positivos e do bom trabalho realizado. Mas, espero que o Sr. Secretário saiba de alguns factos concretos, no sentido de proceder aos respectivos melhoramentos, incluindo a capacidade insuficiente ou aquém do desejado, em termos de recepção dos turistas. A capacidade de escoamento das fronteiras também é um dos aspectos, aliás, já debatido, há dois dias, com a Secretaria para a Segurança. A discrepância ao nível de serviços, a margem de escolha limitada nos hotéis, as infra-estruturas de transporte não adequadas, os recursos turísticos reduzidos apenas às instalações do sector do jogo, os locais classificados pelo património cultural ou outros pontos de interesse são ignorados. Julgo que é esta a realidade de Macau. Como é que a Direcção dos Serviços de Turismo, que está sob a tutela do Sr. Secretário, vai implementar um turismo de qualidade em Macau, como medida a longo prazo da política turística? Como é que o Centro Mundial de Turismo e Lazer pode ser concretizado? Espero que o Sr. Secretário possa adiantar algo mais sobre isto. Fico com a ideia de que os Serviços de Turismo, quando se deslocam ao exterior, fazem uma propaganda que incide apenas sobre jogo e pornografia ou apenas sobre o Grande Prémio e sobre o Concurso de Fogo-de-Artifício, muito raramente se falando na rede do Património Mundial de Macau, tal como o Centro Histórico. Acho que as acções não são abrangentes. Espero, por isso, que o Sr. Secretário possa ter um espírito mais inovador, melhorando a imagem estática de Macau que é dada no exterior: vir cá para jogar ou ver fogo-de-artifício, não é verdade? Acho que se deve mudar de mentalidade e espero que o Sr. Secretário possa responder a isto.

Outra área sob a alçada do Sr. Secretário, é a defesa do património cultural. O património cultural constitui hoje um elemento importante da sociedade actual de Macau. Desde 2005, quando foi apresentado o pedido para a classificação, a economia registou um progresso rápido e a sociedade assistiu também a um desenvolvimento sem precedentes. Mas, o património cultural enfrenta grandes desafios. Porquê? Que tipo de crise? Aponto um exemplo: há anos, surgiu o caso da afectação da vista da Colina da Guia, e agora... há ainda outros casos, que não vou enumerar, casos numerosos relacionados com a conservação. De tal modo, que a

UNESCO fez um “*warranty*”, um aviso. Sobre quê? Pedindo ao Governo da RAEM a apresentação de algumas medidas de melhoramento e políticas, antes do dia 1 de Fevereiro do próximo ano. Se não forem tomadas as respectivas medidas de melhoramento, o nosso Centro Histórico pode, a qualquer momento, ser retirado da lista do Património Mundial. Sr. Secretário, acho que esta matéria é prioritária. Gostava de saber qual o andamento dos trabalhos. Sei que envolve alguns procedimentos jurídicos, incluindo a “Lei do Planeamento Urbano”, a “Lei de Defesa do Património Cultural”, etc. Gostava de ouvir o Sr. Secretário sobre isto. Se o nosso Centro Histórico for desclassificado, ninguém tem capacidade para assumir a devida responsabilidade.

Para além disso, voltando às Linhas de Acção Governativa de 2012, falava-se então do inquérito geral ao património de Macau, que não foi realizado. Portanto, com o adiamento de um ano, gostava de saber junto do Sr. Secretário e do Sr. Presidente Ung, que está aqui presente, qual a orientação das acções de preservação cultural para 2013, esperando que esta questão não seja descurada e que, no futuro, possam acelerar as acções neste domínio.

Outro aspecto: não sei se o Sr. Secretário já foi às Ruínas de S. Paulo ou à Barra, nos dias de feriado ou de festividade? Não sei o que é que o Sr. Secretário acha da capacidade de recepção dos pontos turísticos do Património Mundial e sobre se há ou não excesso de capacidade. Isto é muito importante, e porquê? Deve-se à designação de Centro Mundial de Turismo e Lazer. É nosso desejo que os turistas gozem a sua estadia enquanto aqui estiverem, uma passagem com qualidade, em vez de posarem para uma fotografia nas Ruínas de S. Paulo, logo abandonando o local, pois não ficam a saber de nada. Não é a qualidade que se exige? Espero bem que o Sr. Secretário preveja uma avaliação da capacidade de recepção dos pontos turísticos do Património Mundial, nomeadamente, sabendo o ponto de sustentação. Agradecia que o Sr. Secretário também respondesse.

Sr. Secretário, em relação ao controlo do tabagismo, porventura, um tema que lhe causa algumas dores de cabeça, sobretudo a pressão das empresas dos jogos. Ultimamente, tenho ouvido algumas empresas do jogo a reclamarem uma proibição total do fumo. Afinal de contas, há prazos. Gostava de saber o que é que o Sr. Secretário pensa da acção dos Serviços de Saúde nesta matéria, a bem da saúde dos mais de dez mil empregados que laboram neste sector, uma medida que colhe o nosso apoio, sendo a cidade sem fumo uma das nossas orientações.

Há ainda o regulamento administrativo, que já vem desde 2009, mas por legislar ainda, sobre o Desporto para Todos, que gostava de perguntar ao Sr. Secretário, em que pé é que está? Há muita gente que trabalha nesta área e que me veio perguntar porque é que foi dito que estava concluído no ano passado e este ano ainda não está pronto. Gostava de o ouvir sobre isto.

Sobre alguns recintos para actividades, muitos residentes acham que são insuficientes. As pessoas esperam que o Sr. Secretário possa prever mais instalações, quer para as actividades, quer para recreio e lazer dos cidadãos, em prol de um ambiente harmonioso.

Obrigado.

**Presidente:** Sr. Deputado Chui Sai Peng.

**Chui Sai Peng:** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário

Srs. Representantes do Governo

Caros colegas

Tenho algumas questões que fossem mais elucidativas da parte do Sr. Secretário.

Em primeiro lugar, sobre a acção social. O ponto 1, quanto à harmonia no seio das famílias. Neste últimos anos, tenho notado um aumento da taxa de divórcio e do número de casos de violência doméstica, criando sucessivamente mais famílias monoparentais. Isto traz efeitos negativos para o desenvolvimento social a longo prazo. A origem destes problemas familiares é bem complexa. Creio que um bom começo é meio caminho andado, mas, muitas das vezes, descubro que a maioria dos recém-casados nem sempre se prepararam ou equacionaram bem a questão antes de se casarem. Ouvimos, também, que há muitos jovens que não têm coragem de se casar, porque não têm ainda casa. Parece-se que, se o problema das casas for resolvido, o lar se torna necessariamente feliz. Não sei se o Sr. Secretário analisou o facto de uma casa bastar para que os problemas familiares sejam resolvidos. Espero que sejam dados científicos para posterior análise. Em caso negativo, há que dar importância aos elementos fundamentais de famílias saudáveis, como uma meta a atingir a longo prazo ou como uma política. O que os recém-casados pensam e a realidade podem ser duas coisas distintas. Será que o Sr. Secretário pode criar alguns serviços sociais mais adequados, sobretudo no aconselhamento aos recém-casados ou prestes a casarem-se, no sentido de terem conhecimentos mais correctos e não pensarem somente na casa? É óbvio que ter uma casa é muito importante, mas não é apenas a casa que conta. Creio que a harmonia no seio das famílias é um factor muito importante.

A segunda questão, o envelhecimento da população de Macau. De facto, é um problema que o Mundo enfrenta também. O Governo da RAEM tem agido com força no apoio à geração dos idosos, através de diplomas ou atribuições do Fundo, atenuando as suas limitações financeiras. Há, também, mais habitações públicas, proporcionando-lhes bons lares. Mas, como definir, a longo prazo e de forma mais eficaz, a política para os idosos? Acho que isto merece ser estudado. Nas diversas Regiões vizinhas, foram lançadas muitas políticas pioneiras para a terceira idade, permitindo-lhes uma melhor adaptação ao desenvolvimento social, reintegração no meio laboral ou oportunidades de aprendizagem. Ou até mesmo colaborando com as empresas, de forma a criarem mais postos de trabalho adequados aos idosos. Uma sociedade adulta deve estar atenta ao quotidiano de todas as camadas sociais, em detrimento da exclusiva garantia de um espaço para se viver ou sobreviver.

Espero que o Governo possa fazer estudos sobre as capacidades das pessoas idosas, num plano de desenvolvimento a longo prazo, no sentido de estudar as possibilidades de aproveitamento da sua experiência, dando um contributo à sociedade. Não será de pensar na reintegração ocupacional dos idosos? Como sabemos, em Macau, os recursos humanos são escassos, mas os Serviços Públicos, bem como algumas empresas, fixam uma idade para a aposentação. Muitas das pessoas reformadas são ainda muito saudáveis, a sua saúde é talvez melhor que a das que ainda não estão reformadas. Será que a política de apoio à reintegração ocupacional dos idosos não poderá articular-se com a política de apoio às pequenas e médias empresas, em vez de serem importados tantos trabalhadores não

residentes? Estudar um método sistemático e ordenado para evidenciar o papel dos idosos. Espero que o Sr. Secretário possa reflectir sobre isto.

Quanto à atenção para com os idosos débeis, estes encontram-se espalhados pelos bairros antigos e novos. A melhor alternativa continua a ser o acompanhamento feito junto dos seus lares. A formação dos recursos e a prestação dos serviços devem ser elevadas para responder ao ritmo dos tempos, aspectos que espero sejam tomados em conta.

A outra questão, referida no documento do Sr. Secretário, é sobre o estudo da “Participação das mulheres nas actividades dos jogos de fortuna e azar e o seu estado de saúde psicológica”. É claro, os homens são diferentes das mulheres, embora haja igualdade de direitos, concordo. Gostava de saber se está concluído o relatório final a nível geral da população, ou seja, incluindo homens e mulheres. Será que pode partilhar connosco os resultados a que chegaram? Como homem, estou também interessado em saber qual o nível de participação e o estado de saúde psicológica nesta matéria. Será que não nos poderia fornecer os respectivos dados? Será que primeiro são as senhoras e só depois é que é a vez dos homens? O vício no jogo é tão grave quer nos homens quer nas mulheres. Neste momento, os estudos que se fazem incidem, na sua maioria, sobre a vertente social. Mas, quanto aos estudos em termos médicos, sobretudo a nível da psicologia patológica, não sei qual é o respectivo ponto de situação. Será que há estudos que incidem sobre ambos os aspectos? Espero que o Sr. Secretário possa fazer a apresentação destes trabalhos.

Em relação ao problema da toxicodependência dos jovens, acho que o problema está cada vez mais grave e tem mesmo tendência de começar em idade mais baixa. Há, porém, casos ocultos, razão por que a simples contagem estatística pode não corresponder a dados exactos, mas, seja como for, este aspecto merece ser reflectido. A tendência da toxicodependência e do consumo da droga *ice* que se faz em casa está a aumentar. De acordo com alguns dados publicados, a droga *ice* provoca ilusões, alucinações auditivas e desvios de comportamentos, por vezes muito graves. Na *internet* há muitos dados sobre isso. Quem tiver um computador e navegar na *internet* aprende facilmente a produzir *ice*, mesmo dentro de casa. Nos *workshops* de combate à droga, fala-se na raiz do problema, que é a proibição da importação de novas substâncias químicas. Na lei de combate à droga, está publicada, nos anexos, a lista das substâncias proibidas de serem importadas. Dado que se trata de um dispositivo legal, tal impõe a necessidade de haver um processo legislativo, o que implica mais tempo. As substâncias químicas evoluem muito depressa e, muito rapidamente, podem ser substituídas por outras novas para produzir *ice*. Não sei se o Sr. Secretário pode estudar a hipótese de recorrer a uma melhor forma para a elaboração da relação das substâncias impedidas de serem importadas, quiçá, através de regulamento administrativo, para tornar o processo mais simples e de esta matéria poder ser controlada, de forma mais atempada. Gostava que o Sr. Secretário pudesse falar sobre isto.

Quanto a outro aspecto, sobre a educação, o enriquecimento educativo da população. As técnicas informáticas estão em moda há mais de dez anos, estando o teclado dos computadores a substituir o pincel chinês, o lápis ou a esferográfica e até mesmo a nossa memória. Hoje em dia, a *internet* está a mudar também a forma dos hábitos sociais. Sou a favor da tecnologia, porque é favorável ao avanço das sociedades. Mas, manter as tradições é também um

aspecto a ter em conta, caso contrário, formam-se *robots* em vez de pessoas.

Queria, por isso, centrar-me na formação da qualidade do ensino da população, sobretudo nos aspectos da cultura e dos valores morais tradicionais. Quais os passos planeados para o futuro desenvolvimento da educação? Como orientar as aptidões dos jovens, quer em termos de vida quer de tecnologia, em prol da transmissão dos valores tradicionais? Gostava de ouvir a opinião do Sr. Secretário.

A aptidão para a leitura e o raciocínio estão intimamente ligados ao pensamento e à cultura. São conhecidos, nestes últimos anos, os bons resultados alcançados pelos alunos de Macau no *Programme for International Student Assessment*, vulgo *PISA*, mas o nível de aptidão para a leitura é relativamente baixo. Isto significa que a capacidade de raciocínio e a avaliação da veracidade das informações é fraca. Para além de aumentar os subsídios para material didáctico, Sr. Secretário, que medidas prevê para este domínio?

Em termos de turismo, ouvimos falar todos os anos sobre o Grande Prémio, por isso, não há ninguém que não conheça este evento. No próximo ano, celebra-se o 60.º aniversário, pelo que é natural haver uma certa pompa e circunstância. Mas, à medida que a cidade se desenvolve, os problemas com as vias de circulação e o tráfego agravam-se. Quando eram as crianças, podíamos brincar livremente nas ruas, enquanto os carros podiam estacionar em frente à porta de casa. O Grande Prémio era um chamariz para os turistas gastarem dinheiro em Macau. Mas, nos dias de hoje, este acontecimento não tem que desempenhar necessariamente esse papel. É evidente que não se deve desistir deste evento de marca, pois, de facto, todo o Mundo está atento a ele, porque nele se formam grupos e grupos de futuros pilotos de Fórmula 1. Sr. Secretário, será que tem, neste momento, ideias novas para a celebração e realização deste evento? Foi referido, há pouco, que se pretende torná-lo o grande evento do ano, mas, será que estão previstas algumas iniciativas a longo prazo, que nos possam surpreender? Segundo ouvi dizer, o Grande Prémio vai ser realizado em duas semanas. Será que foi feito algum estudo de viabilidade para o efeito? Qual as respectivas conclusões? É natural que seja dada importância ao evento, mas estamos a falar de criatividade. Não sei se podem reduzir para uma semana, pois já se pode fazer muita coisa, por exemplo, fazer treinos de terça-feira a quinta-feira, depois as provas em quatro dias, ou seja, tudo resumido, numa semana, em vez de se prolongar por duas semanas, para que não haja engarrafamentos e reduzindo os efeitos no tráfego. Para além disso, deve ser estudada também a hipótese de aumentar o valor dos prémios para atrair melhores pilotos e para que a população de Macau e os turistas passem a conhecer melhor esses bons pilotos. Do ponto de vista dos residentes, embora muitos deles não tenham qualquer relação com o Grande Prémio, porque não pensar, por exemplo, em pedir aos pilotos reformados ou especialmente aos que são subsidiados pela Fundação Macau, para fazer uma volta com os cidadãos, para estes apreciarem um pouco o Circuito da Guia, em momento de celebração do 60.º aniversário?

No que toca às indústrias criativas, há, de facto, alguma expectativa neste aspecto, já que pretendemos transformar-nos num Centro Mundial de Turismo e Lazer, aliás, um assunto fulcral na cooperação regional entre a Ilha de Hengqin e Macau. Desta forma, gostava de saber se há algum plano concreto para a transformação dos sectores profissionais de design de moda, desenhos animados, produção cinematográfica, artistas plásticos, etc., em indústrias. Qual

o andamento e o ponto de situação dos trabalhos? Que resultados são esperados? Gostava de saber se há novidades quanto ao aproveitamento das indústrias criativas a desenvolver na Ilha de Hengqin.

Por último, queria falar sobre a área da saúde. Nestes últimos anos, há, em Macau, muitas empresas e Serviços Públicos que incentivam o seu pessoal a participarem em trabalho voluntário, o que é favorável para as diversas partes, pois cada qual presta o seu contributo, sem pensar em qualquer contrapartida, o que constitui uma energia positiva, quer a título pessoal quer para a sociedade, sobretudo para as novas gerações de jovens, cultivando neles o espírito de ajuda e amor.

Noutra perspectiva, fala-se, no documento, da criação de um grupo de voluntários do Centro Hospitalar Conde de S. Januário. Queria saber qual o planeamento previsto, a ideia desta iniciativa, a dimensão dos recursos, o conteúdo da formação e a área dos trabalhos em curso, uma vez que terá início já no 1.º semestre do próximo ano.

Em termos de recursos humanos, a população de Macau não pára de crescer, razão por que a procura dos cuidados de saúde bem como as respectivas instalações crescem também em paralelo. O sector da saúde enfrenta igualmente dificuldades, em termos de recursos humanos. O pessoal de enfermagem já manifestou, há algum tempo, alguma complexidade e pressão no seu trabalho, sendo numerosos os doentes que procuram cuidados médicos, queixando-se do tempo de espera e da insuficiência de tempo para consulta, o que põe em risco a qualidade da assistência médica. Quanto a este aspecto, Sr. Secretário, será que prevê algumas medidas concretas e algum planeamento para responder aos recursos humanos em falta, em conjugação com o avanço do *hardware*?

Em último lugar, sobre o processo clínico electrónico. Fala-se, também, no relatório das Linhas de Acção Governativa, do desenvolvimento do processo clínico electrónico. O projecto pretende agrupar os processos clínicos das instituições de saúde do Governo, do Hospital Kiang Wu e da Universidade de Ciência e Tecnologia. Creio que a partilha de recursos é uma medida inovadora. Gostava de saber que estratégias e medidas estão previstas em termos de trabalhos sobre o processo clínico electrónico, partilha de recursos e protecção de dados pessoais. A quem compete o funcionamento desta iniciativa?

**Presidente:** Sr. Deputado Pereira Coutinho.

**José Pereira Coutinho:** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário

Srs. Representantes do Governo

Caros colegas

Antes de entrar no tema da “Gente de Macau, Coisas de Macau”, e não “Gente de Macau, Terras de Macau”, Sr. Secretário, as pastas da sua tutela têm uma relação directa com isto. Há bocado, muitos colegas falaram sobre a vida da população, sobretudo dos idosos, dos deficientes físicos, dos deficientes mentais, das famílias monoparentais. Espero que não os deixe ficar tristes, pois, muitas das vezes, as medidas só são concretizadas muito depois.

Todos sabemos de onde é que vem o Sr. Secretário. Esteve à frente do Commissariado contra a Corrupção, durante dez anos. Creio que o Commissariado contra a Corrupção bem como o Commissariado da Auditoria são organismos autónomos, nos termos do artigo 59.º da Lei Básica, e sob a dependência directa do Chefe do Executivo, pelo que devem ser respeitados. Acabámos também de assistir às críticas feitas no relatório do Commissariado da Auditoria aos Serviços de Educação, que o Sr. Deputado Chan Meng Kam acabou de referir. Acho que deve ser assumida uma postura positiva, pois é uma missão do Commissariado supervisionar os Serviços Públicos. Será que há margem para melhoramentos? Para além do Commissariado da Auditoria, há também um Parecer do Commissariado contra a Corrupção sobre os Serviços de Saúde, que estão sob sua tutela. Os enfermeiros, os médicos, os assistentes, os administrativos têm trabalhado arduamente, há imenso tempo, mas, como é que são tratados? Não é um tratamento humanizado! Enquanto estava a ouvir-vos falar, recebi algumas mensagens, que gostava de transmitir ao Sr. Secretário: o Senhor deve tratar os subordinados com humanidade.

Nos Serviços de Saúde, que estão sob a sua tutela, o pessoal não tem outro meio ou solução senão recorrer ao Commissariado contra a Corrupção. O Commissariado, depois de elaborar o relatório, enviou-o aos Serviços de Saúde, referindo-se ao cálculo das horas extraordinárias pelo dobro. Porque é que, desde Junho de 2012, não se aplica o parecer do Commissariado? Porquê? Será que é de menosprezar? Ou será que o vão cumprir? Bom, não sendo assim, digam que o Commissariado não está correcto. O próprio reclamante teve muita coragem, porque, hoje em dia, não é muito fácil um funcionário público fazer uma reclamação junto do Commissariado! Qual a pressão a que tem de sujeitar-se? O contrato pode não ser renovado a qualquer momento, tal como aconteceu com a Paulina Alves, com o caso das dez campas. Que tratamento lhe foi dado? O assunto foi por água abaixo e até hoje ainda não fizeram as contas! Sr. Secretário, será que recebeu uma circular dos SAFP avisando-o que o pessoal dos Serviços Públicos, sob a sua dependência, não pode sair em horário de serviço? Como é que vai resolver este problema? No futuro, quem se atreve a fazer queixa junto do Commissariado? Gostava de entregar essa circular ao Sr. Secretário. Como é que vai tratar deste assunto? É uma matéria da sua responsabilidade! Nem sequer se pode pronunciar uma simples palavra. Documentos simples, os dados do registo da pontualidade, não podem ser apresentados ao Commissariado. No futuro, quem é que vai reclamar? Quem? Espero que o Sr. Secretário possa responder a isto.

Qual a sensação com que fiquei acerca dos vários Secretários que intervieram anteriormente? A arte do hipnotismo. Quer dizer que nós falamos, mas o Governo continua a fazer as coisas a seu bel-prazer e a única presença anual acaba desta maneira. Espero que o Sr. Secretário possa responder às questões que coloco. Os problemas derivam do ambiente de lamúria que persiste na sociedade, sob todos os aspectos, que se vai multiplicando. Alguns Serviços Públicos sob a sua dependência têm um mau mecanismo de reclamação! Por exemplo, a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, sob a sua tutela, tem professores. Estão aqui presentes individualidades do sector da cultura, por exemplo, representantes da Universidade de Macau, do Instituto Politécnico, do Instituto de Formação Turística, dos Serviços de Educação. Mas, há no Instituto de Menores um grupo de professores da Educação que dá aulas em regime de contrato individual de trabalho. Foram retaliados, pois dos dez professores só restaram quatro. Fiz uma queixa aos Serviços de Educação, mas sem solução. É como deixar um cão à solta dentro de

portas fechadas, deixando que morda as pessoas! É esta a situação. E quem pode ajudar o Instituto de Menores? Com a massa quente nas mãos, como resolver este problema? É um assunto que a Direcção dos Serviços de Educação deve tratar ou, em alternativa, não reconhecer os estudos dos respectivos alunos. Neste momento, eles não têm aulas e, quando deixarem o Instituto, o que podem fazer? Eles estão preocupados. Há muitas queixas no Instituto de Menores. Porque é que ninguém quer saber dos professores de lá? Quer se trate de docentes do quadro das escolas particulares ou das escolas oficiais, será que esse grupo dos oito a dez docentes não é constituído por pessoas?

Bom, falando do novo hospital, onde é que parou? Será que tem a ver com interesses particulares, para se chegar ao estado em que estamos? Senhor director dos Serviços de Saúde, tenho pena de si! Fala-se, todos os anos, nesta questão. Mas, agora, onde está o nosso hospital? As contas que o Sr. Deputado Chan Meng Kam me deu são as seguintes: 1,2 mil milhões em 1999, 4,4 mil milhões em 2012, 5,2 mil milhões em 2013. O montante é cinco vezes maior! Para onde foi o dinheiro todo? Porque é que há ainda tantas queixas? O átrio do Hospital Conde de S. Januário é um autêntico mercado. E o banco de urgência? Um campo de refugiados! Os funcionários públicos pagam pelo serviço, mas, porque é que a qualidade é tão baixa? Não estamos a mendigar. Penso que o Sr. Secretário foi contaminado pelo problema da Sr.<sup>a</sup> Secretária Chan. Fez várias promessas em 2012, assinalei inclusivamente a vermelho e entreguei-lhe, mas, em 2013, desapareceram. Nós, como deputados que somos, como podemos acompanhar estas coisas? O que é que vai fazer? Muitas coisas não aparecem em 2013! Não estou para contar tudo, porque não tenho muito tempo. Sr. Secretário, entrego-lhe isto.

Quanto tempo me resta? Seis minutos?

Bom, falando em abuso de poder, Sr. Secretário, há Serviços Públicos sob a sua dependência em que se verificam situações de abuso do poder, quer por aplicação das leis ou devido a lacunas na legislação. Mas, antes de falar sobre isto, queria alertar o Sr. Secretário para o facto de o regime de disponibilidade permanente estar regulado pela Lei n.º 18/2009, na qual o artigo 24.º exige a respectiva produção legislativa! Porque é que estão agora a explorar os interesses e os direitos dos enfermeiros? Porquê? Será que não são pessoas? Porque é que não legislam? O Governo bem o sabe! O erro médico também, a que alguns colegas já se referiram, pois há mais de dez anos que passaram a bola à Assembleia Legislativa, alegando que este assunto está em curso na Assembleia Legislativa. Quando estou na rua, as pessoas pedem-nos para nos apressarmos, porque o diploma está nas nossas mãos, o que não é verdade! São muito espertos. O Sr. Director Lei Chin Ion é muito esperto. Ainda bem que o Sr. Deputado Cheang Chi Keong lhe devolveu a bola!

Volto a falar do abuso de poder, que referi no início. Se o mecanismo das queixas não for bem feito, podem acontecer cenas infelizes e isto relaciona-se com a Direcção dos Serviços de Turismo, e porquê? A Sr.<sup>a</sup> Secretária Chan farta-se de falar em serviço *one stop*, para resolver os procedimentos administrativos, facilitando a vida dos cidadãos. Mas, não é assim, bem pelo contrário. Tenho um caso que gostava de partilhar com o Sr. Secretário. A emissão de licença para saunas pelos Serviços de Turismo. Da última vez, tentei saber do que precisava, porque não tenho experiência disso. No meio do processo, alguém me veio dizer que há quem com 500.000 trate do assunto numa *one stop*, pois essa pessoa consegue falar com todos os Serviços Públicos, sem que uma pessoa seja obrigada a percorrer cada um deles. A que é que chamamos este tipo de

tratamento? Tenho ainda outra experiência pessoal, num recinto de diversão nocturna, no *AIA Building*, em que, após várias insistências, continua sem solução na Direcção dos Serviços de Turismo. Será que tem de recorrer a soluções fora do comum para resolver a situação? Voltando ao início, tudo tem a ver com o mecanismo das queixas. A grande falha na RAEM é o mecanismo de queixas, que é muito mau! O pessoal não pára de aumentar, mas sem poder resolver os problemas. Por isso, Sr. Secretário, não seja *amigo, amigo, amigo* em tudo, porque não consegue resolver os problemas. Estamos a precisar de responsabilização. A Sr.<sup>a</sup> Secretária diz que, no próximo ano, os dirigentes dos Serviços estarão sujeitos ao regime de responsabilização. Creio que o Sr. Secretário é capaz, porque esteve no Comissariado durante mais de dez anos, razão por que os seus subordinados podem responsabilizar-se. Espero que não seja apenas uma vez por ano e que venham cá mais vezes, para trocarmos opiniões. O Chefe do Executivo vem cá três vezes. Não seria de os Secretários virem, pelo menos, três vezes?

Mudo de assunto, para falar em camas requisitadas ao Hospital da Universidade de Ciência e Tecnologia. Os Serviços de Saúde prevêm no respectivo orçamento anual financiamentos a muitas instituições e organizações de cuidados de saúde, mas, será que fazem a avaliação dos resultados? Quem serão os destinatários dos benefícios? Será que os cidadãos de Macau são privilegiados? Lembro-me, no ano passado, de se falar da ausência de médicos especialistas na urgência do Hospital da Universidade de Ciência e Tecnologia. Segundo me disse um médico cardiologista do Hospital Conde de S. Januário, se uma pessoa tiver um ataque cardíaco não deve ir à urgência do Hospital da Universidade de Ciência e Tecnologia, pois, se o problema não for resolvido no espaço de meia hora, a pessoa morre, de certeza. Não sei se o Sr. Secretário já lá foi alguma vez. Um serviço de urgência sem médicos especialistas. Será que não pode haver melhoramentos? Mas, entretanto, fechou o Centro de Saúde da Taipa, que funcionava, anteriormente, durante 24 horas. E agora? Vão abri-lo novamente? As coisas que a população pede para serem feitas não as faz e, como tal, transformam-se em grandes problemas.

Em último lugar, restam-me ainda dois minutos para falar consigo, Sr. Secretário. Deve estar mais atento aos trabalhadores dos Serviços de Saúde e de outros Serviços sob a sua tutela. Muitos deles fazem trabalho por turnos e o subsídio que pagam é o mesmo de há vinte anos. Porque é que não fazem nada? Porque não propôs à Sr.<sup>a</sup> Secretária Chan? Como é que consegue trabalhar assim? Porque é que os enfermeiros do serviço de urgência adoecem? 90% adoecem por trabalharem demais, sem interrupção. Não será de melhorar este aspecto? Para além da questão do tempo, há ainda o factor da remuneração, que deve ser feita conforme a lei. Espero, por isso, que o valor do subsídio, de 20%, de há mais de vinte anos, seja melhorado. Pode ser ou não, Sr. Secretário?

Obrigado.

**Presidente:** Bom, vamos fazer um intervalo de meia hora, antes de prosseguirmos.

(Intervalo)

**Presidente:** Bom, continuamos com a sessão.

Vou dar a palavra a quatro Srs. deputados para intervirem, antes de o Sr. Secretário responder.

Sr. Deputado Mak Soi Kun.

**Mak Soi Kun:** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário

Srs. Representantes do Governo

Caros colegas

Há muita gente que diz que o Senhor é boa pessoa e que joga frequentemente a bola com os cidadãos, sem qualquer arrogância, porque, quando joga e apanha facilmente cotoveladas, continua a jogar, razão por que tem um bom relacionamento com as pessoas. Já participei num passeio consigo e pude conhecer a sua capacidade de liderança e gestão, razão por que muitos cidadãos confiam em si. Achem que a gestão do Sr. Secretário, na área dos Assuntos Sociais e Cultura, de uma maneira geral, é boa, embora haja alguns aspectos a melhorar.

Vou falar agora sobre os cuidados de saúde, as indústrias criativas, a educação, as remunerações dos docentes, as creches, etc., mas não sei se o tempo é suficiente. Não sendo, apresento as questões por escrito ao Sr. Secretário. Há bocado, o Sr. Deputado Chan Meng Kam teve uma intervenção brilhante, razão por que vou começar por falar da cultura.

Como é que nascem as indústrias criativas? Pois bem, na apresentação do Sr. Secretário, falou-se em cidade culturalmente rica e sustentável. Bom, se não abordarmos a questão da cultura, como é que o Centro Mundial de Turismo e Lazer pode ser tratado? De facto, Macau precisa de elementos culturais, porque somos uma autêntica cidade do jogo, o que dá uma imagem negativa. Mas, isto é uma realidade concreta e, o que interessa, neste momento, é saber o que o Governo pensa fazer e que pessoas vão ser escolhidas para se dedicarem a este assunto. Isto é muito importante. Gostava de perguntar ao Sr. Secretário, que opinião é que tem sobre as indústrias criativas? Os especialistas da matéria disseram-me que, do ponto de vista de estudo económico da indústria, há que começar primeiro pela definição da cultura, em termos latos, sendo a soma de todos os produtos físicos e espirituais. Em termos restritos, a cultura é a riqueza espiritual que se gera a partir da criatividade das ideias. Desde que o presidente do Instituto foi empossado, foram organizadas muitas actividades de carácter internacional, inclusivamente, grandes concertos de renome mundial no Centro Cultural, fazendo Macau um centro cultural. Mas, não sei se é pelo facto de a população ter poucos genes artísticos, pois, quanto mais elevado é o nível dos espectáculos, menos pessoas aparecem para assistir aos mesmos. Mas, afinal, será por falta de publicidade ou será que o nível cultural das pessoas de Macau não atinge o padrão? Esta realidade tem que ser alterada, senão, Macau transforma-se numa autêntica cidade do jogo. Eu apoio as actividades que o Sr. Presidente Ung organiza, contudo, gostava de ouvir o Sr. Secretário falar sobre o modo como devem ser cultivados os genes artísticos e a qualidade cultural das pessoas de Macau. Porque é que existe este problema concreto? Dou-vos um exemplo: em Taiwan, as livrarias estão abertas durante 24 horas e há sempre pessoas a lerem os livros. Será que há em Macau este tipo de mercado? Os estudiosos desta matéria entendem que a cultura tem que ser embebida e acumulada no tempo, acrescida das influências do ambiente, o que não pode ser feita à força. A cultura não pode ser uma questão de o Governo querer e fazer de imediato, nem tão pouco assumir todos os encargos. Por conseguinte, o Fundo das Indústrias Culturais, recentemente

criado, deve fazer a avaliação dos resultados. E porquê? Quando se fala sobre cultura já é complicado, agora, em termos de indústria, sinceramente, será que Macau tem condições para criar indústrias culturais? No que respeita a investimentos financeiros, o que mais nos preocupa é deitar dinheiro ao mar. Por esta razão, os estudiosos da matéria interrogam o Sr. Secretário sobre o modo de definir a questão, na perspectiva económica, isto é, no aproveitamento eficaz das verbas e dos recursos humanos envolvidos para a produção de bens económicos pelos sectores em causa, pois apenas neste sentido se pode definir como indústria. Portanto, tratando-se de uma questão no domínio dos Serviços de Economia, porque é que está inserida aqui? Esta matéria deve ser feita nos termos próprios, senão o Governo está a queimar dinheiro! Por mais recursos humanos que queiram aplicar, a conjugação dos elementos está errada. Surgem assim as dúvidas sobre o modo de transformar essa indústria de modo eficaz. Como alcançar uma nova orientação para o desenvolvimento?

Bom, deixando de parte as indústrias, para falarmos sobre outros assuntos, por exemplo, sobre o sector das construções, que envolve montantes de dezenas de milhões, será que não se trata de uma indústria? Mas, neste momento, de indústria cultural não há nada e agora, com duas palavras, já se pode transformar em “cidade cultural” e num tipo de indústria. Não será estar a sonhar demais? Os estudiosos da matéria perguntam então porque não começar pelo princípio, elaborando material didáctico apropriado, em articulação com a educação, promovendo a transmissão de conhecimentos e reforçando a educação moral, a começar logo em tenra idade, o hábito da leitura. Pelo menos, dispor de livrarias que funcionem 24 horas por dia, com clientela, e criando um ambiente de aprendizagem. A propósito, porque é que agora não se fazem concursos de debate em língua portuguesa? Na versão deste ano, referem-se as viagens de estudo para a língua inglesa, mas, no ano passado, havia ainda concursos de debate em língua inglesa, que, este ano, deixaram de ser referidos. Portanto, este ano, deixou de haver os dois concursos de línguas. Para onde foi a cultura? Por isso, a cultura resulta da sedimentação. Não podem fazer as coisas apenas quando gostam ou querem, mesmo a leitura, também não se faz desta maneira! Querem com isto frisar que Macau é bem diferente? Gostava assim de conversar com o Sr. Secretário sobre os momentos de reflexão que a Lei Básica nos oferece, nomeadamente, o que é “Um País, dois Sistemas”, “Gestão de Macau por Gentes de Macau”. Se tivesse oportunidade, bem gostaria de voltar novamente aos bancos da escola, na companhia do Sr. Secretário.

Voltando à questão da indústria, esta não pode ser feita à força, sobretudo quando se trata de cultura. Os estudiosos não conseguem perceber porque é que o Governo se farta de falar em cultura, quando a própria Universidade de Macau não faz estudos desta natureza. É provável que não tenham teses ou estudos que se debrucem sobre a cultura local de Macau, mas sim sobre temas internacionais. Este aspecto merece a nossa reflexão. As universidades do estrangeiro dão importância ao estudo das culturas locais, razão por que estamos a perder terreno em relação aos outros. Se não se criam condições culturais para formar um ambiente próprio, como é que os catedráticos podem desempenhar o seu papel, isto é, como se pode criar cultura sem sementes? Como criar as indústrias? Segundo dizem, a razão é porque as instituições de renome não conhecem a realidade de Macau e, por conseguinte, as teses que estudam a cultura local de Macau não têm mercado e ninguém escreve sobre ela. Será esta a orientação do desenvolvimento? Será a Universidade de Macau a nossa universidade?

Ao entrarmos neste aspecto, os estudiosos acham que há três aspectos a ter em conta neste péssimo ambiente: primeiro, há que salientar a Universidade Macau (idem para todas as universidades), que deve dar prioridade a estudos da própria cultura local; segundo, a valorização da cultura própria, isto é, tomar a cultura chinesa como base de referência; terceiro, a internacionalização. Por outro lado, deve ser uma instituição que nos sirva, daí ser a nossa universidade. Se não reconhecermos os nossos próprios valores culturais, falando apenas em questões de carácter científico, isto é, fazendo dissertações direccionadas para o mercado estrangeiro, como é que Macau tem a sua própria cultura? Não será estar a fazer as coisas às avessas? Se a própria Universidade de Macau menospreza a cultura local, sem a estudar, quem é que nos pode ajudar nesse aspecto? Como respeitar a Lei Básica, para aplicar eficazmente os princípios “Um País, dois Sistemas” e a “Gestão de Macau por Gentes de Macau”? Sinceramente, se a própria universidade não serve as gentes de Macau, menosprezando o valor dos estudos sobre as características locais, que cultura é que Macau dispõe? A Universidade de Macau não faz estudos sobre Macau. Que valor atribuir à herança cultural? O mais ridículo é, porém, a ausência de formação orientada para a formação de docentes nesta matéria. Os docentes locais alegam que as condições de ingresso são idênticas às dos docentes estrangeiros, mas que as remunerações e regalias são mais elevadas para os docentes estrangeiros. Desta forma, os docentes locais acham que lhes é impossível lançar as sementes da cultura, pois o Governo não lhes proporciona formação. Há falhas no sistema educativo. Sr. Secretário, os cidadãos pedem-me para perguntar ao Governo se faz cultura ou se há “cultura para se divertir”?

Já que estamos a falar da formação de docentes, aproveitava para me referir à remuneração dos docentes das universidades. Nas Linhas de Acção Governativa, fala-se sobre a importância da criação de uma estrutura educativa a longo prazo. No âmbito do sistema de ensino superior, não sei se sabem, mas surgiram agora dois grandes problemas. Primeiro, as remunerações dos docentes universitários não estão equilibradas, portanto, como é que eles podem leccionar com tranquilidade? Ouvei alguns catedráticos dizerem que os docentes recrutados que vêm de universidades com fama auferem remunerações mais elevadas do que os restantes, havendo grandes diferenças neste aspecto; segundo, de acordo com os dados estatísticos da Universidade de Macau, do Instituto de Formação Turística e do Instituto Politécnico de Macau, as remunerações dos Professores Catedráticos e dos Professores Assistentes variam entre eles. Qual é a diferença? A nível da Universidade de Macau, as remunerações dos Professores Catedráticos começam pelo índice 975, enquanto que no Instituto Politécnico... no Instituto de Formação Turística, pelo índice 770; o Instituto Politécnico pelo índice 770. Francamente, os da Universidade de Macau ganham muito mais. Há ainda um problema, estes dados foram fornecidos pelo Governo. Tomando como exemplo, um Professor Catedrático vence pelo índice 770, enquanto que na Universidade de Macau se prevê um índice mínimo e um máximo, mas no Instituto de Formação Turística só há um único índice, 770. No Instituto Politécnico, há uma situação especial, índice 770 para os residentes permanentes, depois os de Hong Kong recebem pelo índice 980, ou seja, não pelo índice do início. Porque é que os residentes permanentes de Macau têm um único índice de vencimento, o mais baixo, enquanto os de Hong Kong entram pelo índice máximo? Tenho os dados e todos eles vieram do Governo. Gostava que me explicassem porque é que a trabalho igual correspondem salários diferentes. Há motivos especiais? Alertava também para a diferença

remuneratória no ingresso na carreira. Porquê essa diferença entre docentes locais e do estrangeiro?

Bom, voltando à cultura. Quanto às indústrias culturais, todos acham que há problemas. Mas, há muita coisa a fazer pelo Sr. Presidente Ung, no âmbito da divulgação cultural. A nível da defesa do património cultural, os especialistas de Pequim e de Taiwan visitaram a Fábrica de Panchões Iec Long, e fizeram algumas sugestões. Quando houver obras, devem ser respeitadas as características antigas. Não vou adiantar muito aqui, pois daqui a pouco posso mostrar-lhe as fotografias, em que as coisas reparadas num canto são diferentes às da zona vizinha. O Governo está atento às qualificações culturais, mas, em termos de gestão dos Serviços, já algumas entidades, inclusivamente, o Comissariado contra a Corrupção, apontaram para alguns sinais de ilegalidade. Não sei se é corrupção ou ilegalidade administrativa. Muitos cidadãos já apontaram anteriormente que há problemas no modo de abertura dos concursos e alertaram-vos para isso. De acordo com a organização e os procedimentos adoptados, muito facilmente se criam situações de fraude e corrupção. Mas, como todos têm confiança no Sr. Secretário, porque veio anteriormente do Comissariado contra a Corrupção, acho que os vossos Serviços têm condições para fazerem melhor, servindo de exemplo a outros Serviços Públicos. Espero que estes acontecimentos sejam meramente pontuais e que não se repitam no futuro.

Mais, quanto aos cuidados de saúde, acho que, em termos gerais, estão bem. Mas, é claro, quando é preciso fazer análises e exames, o período de espera é longo. Não seria de equacionar a hipótese de aquisição de serviços a outras entidades particulares para fazerem exames de tomografia computadorizada ou ressonâncias magnéticas? Podem, no entanto, averiguar a respectiva qualificação técnica e definir um limite de financiamento. Será que isto é exequível? Os médicos devem ser avaliados também. Isto é básico.

Obrigado.

**Presidente:** Sr. Deputado Ng Kuok Cheong.

**Ng Kuok Cheong:** Antes de iniciar formalmente gostava de fazer um pequeno parêntese.

Há bocado, na cantina, chegou-se a um consenso entre deputados e deputadas, quanto à lei contra a violência doméstica que é da área do Sr. Secretário, de repente... no início da consulta pública, era muito claro. Perante as instituições de serviço social também foi dito que tal seria tratado como crime público, mas, depois, de repente, mudaram de ideia. Duvido, portanto, que estejam a infringir o que definido nos procedimentos da consulta. Mas, seja como for, disseram-me: Ng Kuok Cheong, daqui a pouco você vai ter de lutar! Eu respondi: sejamos racionais. Há deputados que podem testemunhar o que eu disse, pedindo-lhes, aliás, para ouvirem primeiro a explicação do Governo e só depois julgarem. Mas, segundo o que o Sr. Presidente acabou de referir, não tive oportunidade de ouvir a explicação do Sr. Secretário, mas sim de fazer a pergunta directamente. Queria alertar, portanto, o Sr. Secretário para esclarecer claramente quais os problemas para que a violência doméstica seja considerada como crime público. Se o Sr. Secretário ou os seus subordinados não conseguirem apontar as razões para tal, digam-nos qual é o escalonamento das acções neste sentido e não insistam em posições erradas.

OK, já deixei o meu alerta. Vou agora iniciar formalmente a minha intervenção.

Queria falar sobre o regime de previdência central, que não foi ainda referido pelos Srs. deputados. A população, em geral, está abrangida neste regime, segundo o esquema do Governo, mas, perante a frequente desvalorização da moeda, os montantes vão encolhendo. Pois bem, quando as pessoas de idade querem fazer o levantamento, não sabem quanto lhes resta. Daí que venha insistentemente perguntando se não estão previstos juros. Como valorizar os fundos? Resultado, a resposta que me deram, após duas interpelações escritas, é de que, no futuro, vai haver depósitos ou eventualmente a hipótese de se escolher uma bolsa de valores ou aplicação em Fundos, etc., para valorizar o capital. Mas, até este ano, tal ainda não foi implementado. Segundo me foi dito depois, após nova insistência, é que o capital vai ser depositado a prazo num banco, antes da transferência para o regime de previdência central. Há juros? Pode clarificar mais a questão? Não estou a procurar vantagens para a população, mas o problema reside em encontrar um mecanismo sustentável para o regime de previdência central no contexto da segurança social a dois níveis.

Numa primeira fase, ao transformar o regime de poupança central em regime de previdência central, há duas coisas a fazer. Primeiro, procurar mais instituições para aderirem ao programa, portanto, fazer as contribuições em conjunto, para depois se conseguir uma adesão total. Por outro lado, que a gestão dos investimentos de valorização inspire confiança às pessoas. Isto é muito básico, pois, se não houver confiança neste aspecto, não haverá grande adesão das pessoas e o regime de previdência central deixa de ser sustentável. Se não houver uma resposta concreta, vai-me parecer que não é seguro. De facto, muito pouco sério! Há que ter uma posição clara, e já, antes que o assunto se complique. O Governo terá que definir o modo como vai fazer os investimentos de valorização, para que toda a gente fique descansada. Isto é importante.

Espero que o Sr. Secretário possa, de facto, tratar pessoalmente das coisas, por exemplo, juntando as seis grandes empresas do jogo para, em conjunto, discutirem sobre o regime de previdência central, sobre as hipóteses de transferência do regime e sobre o aumento do capital. De seguida, dialogar com as entidades concessionárias da electricidade, da água, das telecomunicações, dos autocarros, etc., podendo até encarar-se a criação do regime de previdência junto dos trabalhadores. Será que o Sr. Secretário não poderá actuar neste sentido e fazer um estudo de viabilidade, procurando saber quais as considerações dessas empresas, integrando-as no regime?

Por último, quanto às várias instituições financiadas pela Direcção dos Serviços de Educação e Juventude e pelo Instituto de Acção Social e, num próximo passo, poderem as organizações de serviço social aderir também, será que não pode ser criado um mecanismo de transferência do regime de poupança dos respectivos trabalhadores para o regime de previdência central? À medida que tal for sendo feito, larga-se o respectivo âmbito, generalizando-se o regime, em que todos podem participar, havendo vários tipos de contribuição para o regime de previdência central. Depois, se isso vier a ser articulado com o nível superior da segurança social, isso é à parte, porque é uma questão a considerar a muito longo prazo. Mas, pelo menos, que seja feita alguma coisa no âmbito do regime de previdência central, para que seja viabilizada, em concreto, uma estrutura sustentável. Caso contrário, continuando a haver desleixos, ano após ano, fico preocupado, caso o dinheiro venha a desaparecer, pois, no futuro, quando a economia de Macau piorar, vai tudo por

água abaixo! Nesta altura, em época de crescimento económico, o Sr. Secretário tem que ajudar os Serviços que tutela a juntarem as instituições especiais e os especialistas, por exemplo, docentes, assistentes sociais, e outros, eventualmente, pessoal dos cuidados de saúde, para criarem uma *account* (conta) de pessoas especializadas com carácter móvel, no âmbito das contas do regime de previdência central, para que não dependam anualmente apenas da injeção de capital do Governo. Acho que se trata de um assunto premente, neste momento, pois, no futuro, se a economia tiver que ser ajustada, a polémica será maior.

Por outro lado, há ainda uma coisa que o Sr. Secretário pode tratar directamente com as empresas do jogo, qual seja, a proibição total do fumo nos casinos. Pois bem, quem tiver vontade de o fazer, o apoio poderá ser total. Juntar também o Sr. Secretário Tam e dialogar com as seis empresas do jogo, convencendo-as de que se trata de uma medida que o Governo da RAEM pretende implementar. Ou, quem sabe, subscrever uma espécie de convenção entre as seis empresas do jogo, no sentido de haver um máximo de esforço na proibição de fumar ou na proibição total de fumar, na medida em que, em rigor, há responsáveis de empresas do jogo que têm afirmado publicamente que, conforme a sua experiência de funcionamento dos locais, é melhor a proibição total do fumo. Ora, o Governo, neste momento, não está a exigir uma proibição total do fumo, mas sim a criar zonas de fumadores e de não fumadores, de forma deliberada. Isto não é carne, nem é peixe! Não faz sentido. Porque não estudar o ambiente do sector e decidir pela proibição total do fumo, sem que tal influencie esta indústria pioneira. Mas, é claro, isto não depende da vontade dos Serviços, porém, será que o Sr. Secretário não pode tratar pessoalmente da questão? Acerte com o Sr. Secretário Tam a forma de promover a proibição total de fumar nas salas de jogo. Será que, no próximo ano, já há resultados? Neste momento, há condições viáveis para o efeito. Espero que o Governo não perca esta oportunidade.

Queria lembrar ainda o regime de credenciação dos assistentes sociais. Lembro-me que este assunto estava a aquecer a meio do ano, mas, no fim, entrou em fase de arrefecimento. O Governo disse que, depois de ouvir a opinião pública, era preciso rever o texto e depois proceder a nova consulta. Bom, deixou de se falar nisso. Nas Linhas de Acção Governativa do próximo ano, apenas se fala em acompanhamento sobre esta matéria, sem haver a coragem de adiantar que, no próximo ano, o regime de credenciação dos assistentes sociais pode ser implementado. Mas, na verdade, já se fala nisto há imenso tempo, tendo havido um consenso com o sector. Gostava que me dissessem qual é o ponto da situação, pois, segundo julgo saber, questão, aliás, que já interpelei, oralmente, foi-me respondido que havia a intenção de criar um regime comum de certificação profissional entre os assistentes do sector privado e do sector público. Depois de feito o trabalho de casa, de repente, recuaram, pois os assistentes sociais da função pública não serão abrangidos, mas somente os do sector privado, o que gerou alguns protestos. Uma das razões é o facto de a Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública entender que os trabalhadores públicos não são contemplados na respectiva credenciação, razão por que a questão se torna difícil. Depois de vários estudos, finalmente, a resposta dada pelo Governo, quer à interpelação escrita quer oral, foi de que vai negociar com a Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, no sentido de resolver este problema, por forma a que o sector possa aceitar e que os assistentes do sector privado e do sector público possam ser registados. Qual a situação actual? Já falei com a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça, depois de feito o estudo, que acha que não há problema, adiantando até que não foi

estudada apenas a questão dos assistentes sociais, mas também de uma série de profissionais, que podem ser contemplados, isto é, que pode haver uma forma conjunta de solução. Não há problema, pois o que importa é que os assistentes, quer do sector privado quer do sector público, possam ter em conjunto as carreiras e as regras profissionais que são definidas a nível mundial. Deve ser criada uma comissão para a certificação profissional, constituída na sua maioria por profissionais qualificados da área do serviço social, para definir as respectivas carreiras e formas de financiamento aos assistentes sociais do sector privado. Portanto, uma série de condições, e não passo a passo, para depois alegarem que já foi discutido, pondo os problemas todos na mesa e ganhando coragem para resolver concretamente os problemas. Será que, inclusivamente, as carreiras dos assistentes sociais da função pública, dos assistentes sociais e das instituições do serviço social do sector privado, subsidiadas pelo Governo, não terão que cumprir algumas condições e critérios de qualidade? E quanto à certificação da capacidade dirigente dos gestores das instituições de serviço social? Acho que estes assuntos devem ser tratados, pois, numa perspectiva económica, se Macau apostar apenas no desenvolvimento da diversificação das indústrias, muito sinceramente, devemos mas é pensar em termos de formação, que é a indústria do serviço social. De acordo com os cálculos demográficos, a nossa *market share* (quota de mercado) irá ser cada vez maior, porque o envelhecimento da população tende a aumentar, de forma brusca. É óbvio que a população dos deficientes físicos também representa uma certa quota-parte. Nestas circunstâncias, os destinatários do mercado do serviço social vão aumentar entre 100-150%. Há que formar constantemente profissionais com potencialidades ou talentos profissionalizados, tal como as nossas instituições de ensino superior têm vindo a fazer.

Há ainda o que vem depois das 19.000 habitações públicas, há o plano pós habitação pública, o plano de aterros das novas urbanizações, e todos estes planos criam grandes quantidades de instalações de serviço social e de prestação de cuidados de saúde, utilizando as nossas pessoas, as nossas terras, os nossos recursos. As acções de serviço social resultantes da cooperação entre o Governo e o sector privado, no futuro, não-de transformar-se numa indústria e porquê? A razão prende-se com o envelhecimento da população, nós estamos no Delta do Rio das Pérolas, e este fenómeno também vai ocorrer em toda a Província de Guangdong. Se Macau agir bem e servir bem os nossos idosos, no futuro, pode inclusivamente alargar os serviços até ao resto do Delta do Rio das Pérolas. Nem é necessário que venham para Macau, pois podemos recorrer à cooperação regional com a Província de Guangdong para sairmos um pouco daqui, se a qualidade dos serviços vier a ser garantida. Trata-se, portanto, de uma oportunidade em termos de indústria. Por conseguinte, o Governo, ao financiar estas instituições de serviço social, não deve fazê-lo por compadrio e desinteressar-se pelo modo de gestão das mesmas, atribuindo apenas dinheiro. Há que definir exigências, elevando assim a qualidade dos serviços e exigindo a participação de assistentes sociais qualificados profissionalmente com curso de gestão. Porque dispõem as nossas escolas também de alguns assistentes sociais, pessoal de cuidados de saúde e terapeutas? As instituições de serviço social, para além de assistentes sociais, será que não devem dispor de pessoal de enfermagem e de terapeutas? Deve ser criado gradualmente um regime de subsídios aos profissionais do sector privado, subsidiando os assistentes sociais profissionais, em vez de atribuir verbas de uma só vez às entidades associativas, aproveitando-se parte do montante para subsidiar os profissionais do serviço social, da terapia ou da enfermagem. A adopção deste esquema poderá desenvolver esta indústria, para no fim poder... em termos de interesse económico, é favorável também

a Macau. Espero que, em 2013, não continuem a desleixar-se, no que se refere à certificação profissional dos assistentes sociais. Há que obter resultados.

Gostava de frisar, em último lugar, o esforço a desenvolver na avaliação da qualidade das instituições de ensino superior. Este assunto já foi apresentado há três anos, chegando, nessa altura, a ser contactadas algumas organizações profissionais de Hong Kong, alegando-se que estas seriam capazes de avançar com esta tarefa. Mas, depois, não se sabe porquê, talvez porque algumas instituições do ensino superior tenham feito alguns comentários, não sei, no fim, parou. Tinham então que criar primeiro uma nova lei para o ensino superior e, perante este diploma, é que a lei da avaliação poderia avançar. Assim, nunca mais é Sábado! Neste momento, nem sequer há uma lei do ensino superior. Acho que se deve começar a definir um mecanismo de avaliação inicial, portanto, os que quiserem, que adiram, os que não querem, OK, tudo bem, não se supervisiona. Depois da avaliação, os resultados serão tornados públicos, o que pode criar um certo efeito de concorrência, incentivando as nossas instituições do ensino superior a esforçarem-se no melhoramento da qualidade do ensino. Se falhar uma vez, isso não implica que seja incapaz para sempre. Depois de serem desafiadas uma primeira vez, a qualidade melhora, beneficiando os jovens de Macau. Espero que sejam determinados e que actuem depois da feitura das duas leis.

Obrigado.

**Presidente:** Sr. Deputado Tong Io Cheng.

**Tong Io Cheng:** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário

Srs. Representantes do Governo

Caros colegas

Macau é uma sociedade diversificada, contando a nossa população com pessoas de diversos cantos, incluindo os que nasceram em Macau ou que têm descendência de Macau, vindos da China continental, os portugueses e pessoas de outros lugares. A origem é variada e, ainda que com um estilo de vida comum, expectativas e pensamentos idênticos para aqui residirem, todas elas são pessoas de Macau.

Creio que há no hemiciclo muitas pessoas que foram novos imigrantes, pelo que, quando vêm para um sítio novo, têm que se adaptar às mudanças durante algum tempo, enfrentando muitas dificuldades e podendo sentir-se, por vezes, aflitos. Mas, após algum tempo, vão-se inserindo gradualmente na sociedade. Se o Governo puder dar mais apoio aos novos elementos que integram a sociedade de forma legal, penso que poderão adquirir um melhor sentimento de pertença à sociedade. Gostava de perguntar ao Governo, por conseguinte, se prevê políticas específicas para apoiar as pessoas a habituar-se ao novo ambiente em que tenham de viver.

A segunda questão incide sobre a prestação de cuidados de saúde. Trata-se de situações que me foram transmitidas por profissionais, razão por que gostava de informar o Sr. Secretário. Penso que, de uma forma indirecta, os problemas também podem ser detectados.

A sociedade está, de facto, a desenvolver-se de forma muito rápida, o ritmo do trabalho e a vida, a própria família, a pressão é bem

grande e são muitas as pessoas que, psicologicamente, assumem grandes responsabilidades. De acordo com os últimos estudos médicos, as doenças do foro psiquiátrico mais ligeiras, em termos psicológicos, por exemplo, a depressão, é muito frequente na nossa sociedade. Há pessoas que contraem esta doença, mas que não têm coragem de o dizer ou porque temem ser identificadas. Quando têm este problema psicológico, fecham-se mais dentro de si próprias. Com o tempo, este tipo de doença agrava-se. O nosso hospital público está sempre muito atarefado, como sabemos, porque tem que cuidar de doentes de toda a espécie, separando-os pelas diferentes especialidades, mas o hospital não pode crescer de forma ilimitada.

Porque é que levanto esta questão? Há um médico especialista que trabalha nas instituições de cuidados de saúde, que gostava de o convidar para aqui vir, da especialidade de psiquiatria e psicologia, que não é natural de Macau, mas que a instituição quer recrutar para aqui prestar serviços médicos. Lamentavelmente, foi-lhe dito que Macau não precisa desta especialidade. Espero que o Sr. Secretário ou o Sr. Director me possa fornecer alguns dados, sobre o número de doentes nas consultas externas ou no Centro Hospitalar na especialidade de psiquiatria e psicologia. Ou que existam muitos profissionais, especialistas nesta área, localmente, razão por que não há necessidade de importação de pessoal qualificado do exterior? Esta é uma questão de vida ou de morte, e porquê? A depressão, vista de uma forma simples, pode ser fatal. Lembro-me de um acontecimento muito triste. Penso que as pessoas da minha geração sentem o mesmo. Há dez anos, uma super-estrela de Hong Kong, atirou-se, no dia das mentiras, de um sítio muito alto, pois, segundo foi adiantado, sofria de depressão. Passar pelo sofrimento da depressão não é uma questão de força de vontade, mas, sim, de doença. Pois bem, se a pessoa não for tratada atempadamente, poderá fazer um disparate. Li num jornal de ontem, o caso de uma senhora que se atirou de um prédio, por motivos de depressão, mas que foi depois salva. O que é que isto quer dizer? Talvez seja uma doença ligeira, porventura, uma gripe na área da psiquiatria, não sei se estou correcto, mas o efeito pode ser grave. Havendo alguém para ajudar estes pacientes, seja por via do tratamento medicamentoso seja pela via do aconselhamento, para ultrapassar aquelas dificuldades, elas não morrem. Trata-se de uma questão de vida e trata-se de emoções, sem dados que possam ser aferidos cientificamente. Queria que o Sr. Secretário e o Sr. Director se pronunciassem, pois Macau precisa deste tipo de serviço médico. Será que há em Macau profissionais suficientes? Se não houver, será que temos de os recrutar no exterior? Não são muitos, talvez a Sra. Deputada Kwan não se oponha, uma vez que não se roubam postos de trabalho às gentes de Macau. Pois bem, se tivermos em Macau profissionais desta área, há que dar-lhes prioridade no recrutamento e só depois pensar no resto. Mas, se não houver, isso afecta os doentes. Espero que o Sr. Secretário me possa fornecer esses dados, não estou a questionar. Só gostava de saber a situação em causa, para que este aspecto seja tomado em atenção. É este o segundo ponto a ter em conta.

Terceiro aspecto, conjugado com o que fui descobrindo nas áreas dos outros Secretários. Do que se trata? A grande artéria da economia de Macau é o sector do turismo, sendo neste que se encontra apoio. Muitos dos Srs. deputados já disseram que não esperam que Macau se transforme num centro internacional de jogo e, aliás, o Governo já respondeu a isto. O Sr. Secretário Tam foi muito claro quanto a este aspecto: quer um centro de turismo e lazer internacional. Se for este o nosso objectivo, o que é que importa fazer? Um plano de turismo integrado, com capacidade de atendimento integrado. A nível do turismo, como é que pode ser

elevada essa capacidade de atendimento? Que medidas concretas podem ser previstas ou, quem sabe, o Sr. Secretário já pensou nisto e, muito em breve, pode falar-nos sobre isto, mas gostava de saber o que há de concreto.

Por último, um tema mais leve. Tenho pontos comuns com o Sr. Secretário, e porquê? Gosto muito de jogar à bola, seja futebol ou basquetebol. Embora não tenha tempo para assistir aos jogos, gosto de saber das novidades, como do *MBA*, do *CBA*, etc., que oferecem bons espectáculos. A prática do desporto é um aspecto muito importante para a elevação da saúde da sociedade, daí que a Secretaria dos Assuntos Sociais e Cultura seja tão importante. O desporto é muito importante.

Há bocado, o nosso colega falou do campeão de ténis de mesa, Yung Kuo Tuan, originário de Macau, mas, neste momento, temos outras modalidades desportivas, tais como, o futebol, o basquetebol, o ténis, que muitas pessoas gostam de praticar. Em debates anteriores, perguntei se não podiam ser organizadas mais competições. Macau, de facto, tem realizado algumas provas, convidando atletas de renome, incluindo do golfe e do ténis. Mas, acho que Macau pode desempenhar ainda outros papéis, pois, nos países lusófonos, há muitos atletas de talento, sobretudo no futebol, como o Brasil, e Portugal é também um país forte em futebol. Será que não podemos então servir-nos do nosso prato forte para estabelecer relações a nível do desporto, por exemplo, na área do futebol? Como sabem, o futebol chinês, não estou a falar mal do País, em termos de futebol, apenas, é mais ou menos. Podemos então dar o nosso contributo, criando uma ponte de relacionamento entre eles, não é verdade? Gostava que o Sr. Director falasse sobre isto.

Bom, era só isto.

**Presidente:** Sr. Deputado Lau Veng Seng.

**Lau Veng Seng:** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário

Srs. Representantes do Governo

Caros colegas

As áreas tuteladas pelo Sr. Secretário são bem diversas e muitos dos colegas já colocaram algumas questões nas várias vertentes. Aproveitava hoje esta boa oportunidade para trocar ideias com o Sr. Secretário e com a sua equipa.

A primeira coisa que gostava de perguntar ao Sr. Secretário é sobre a cultura, nomeadamente, sobre a situação do desenvolvimento das artes e das indústrias culturais. Vejo, nas Linhas de Acção Governativa, um desenvolvimento activo neste sentido, nos próximos anos, incluindo a formação de talentos, a criação de espaços para as indústrias criativas e culturais, as actividades de promoção no exterior dos resultados da criatividade local, havendo também uma atenção quanto à herança cultural. Concordo que as artes criativas têm que ser profundamente cultivadas.

Creio que o organismo competente está bem ciente do facto de a essência das indústrias culturais residir na cultura, na criatividade e não nas indústrias. A ideia é que a cidade tem que dispor de uma cultura madura para que haja criatividade, portanto, um ambiente próprio e só assim é que haverá condições para que as indústrias se

desenvolvam. A cultura carece de um processo lento de formação, e a criatividade também. A cultura e a criatividade não podem ser feitas à pressa, nem sequer pedindo resultados imediatos, incluindo os efeitos económicos. Devem ter uma orientação para o desenvolvimento sustentável e a herança cultural nesta matéria.

Por conseguinte, há que saber como desenvolver as indústrias culturais e artísticas e começar basicamente pelo conceito da formação geral do ambiente cultural e artístico. Aumentar inclusivamente o grau de participação da população em actividades culturais e artísticas, dando relevância à formação da capacidade de apreciação e assimilação dos participantes nos eventos. Dou-vos um exemplo: o organismo competente convida com frequência grupos artísticos de fama para actuarem em Macau, proporcionando à população momentos de contacto com espectáculos de qualidade. Espero que essas oportunidades sirvam para alargar a visão e a mente dos nossos residentes. De facto, nestes últimos anos, muitos têm sido os residentes atraídos a assistir a espectáculos. Acho que, para além dos programas de arte, se puderem prever mais oportunidades de interacção entre os artistas e os espectadores, isso pode contribuir para um maior entendimento do conteúdo cultural do respectivo espectáculo, favorecendo a elevação da nossa qualidade de apreciação.

Para além disso, deve ser previsto um maior intercâmbio com o exterior no âmbito das acções da formação. O organismo competente deve dar ênfase ao modo como os participantes podem compreender e assimilar a essência dos programas, elevando o respectivo nível cultural, em vez de ser apenas a observação de uma simples exibição. Este aspecto é muito importante. Trata-se, também, de um passo fundamental para a criação do ambiente cultural e artístico. Não sei qual a visão da Administração em relação a isto. Como implementar estas medidas? Como melhorar as situações atrás referidas para elevar a eficácia dos programas?

Quanto a um outro aspecto, e refiro-me ao futuro desenvolvimento da criatividade cultural e artística, que planos de incentivo e apoio é que a Administração prevê a longo prazo? Espero que o Sr. Secretário nos possa falar sobre isto.

Encontro também nas Linhas de Acção Governativa uma referência aos vários meios para o aprofundamento das acções de defesa do património cultural. A nível do reaproveitamento do património cultural, o é que a Administração vai fazer para reanimar as zonas antigas? Vem referida no documento a realização de algumas actividades nas Ruínas de S. Paulo e alguns trabalhos arqueológicos, entre outros. Espero bem que venham a dar vida às zonas antigas. Julgo que deve haver um maior esforço no desenvolvimento das respectivas acções e, como tal, gostava de saber o que é que o Instituto Cultural de Macau vai promover neste sentido.

Foi igualmente referida a formação activa de talentos, na área da criatividade cultural, que se relaciona com a lei da defesa do património cultural a ser futuramente aprovada, porque pode haver outros imóveis culturais e bens patrimoniais não classificados como património cultural, que tenham de ser protegidos e reparados atempadamente, o que exige a formação específica de profissionais de recuperação do património. Como sabemos, há pouca gente a ingressar na área das construções ou decorações. Do que sei, os profissionais desta matéria devem possuir conhecimentos de desenho e ter paciência. Acho, portanto, que a captação dos respectivos recursos vai ser difícil. Queria saber como é que vão encontrar essas

pessoas e prepará-las para que a protecção do património possa ser bem feita. Gostava de saber mais sobre isto.

Em relação às questões da área da saúde, já muitos colegas falaram sobre o nível dos serviços prestados nos cuidados de saúde, por exemplo, sobre os residentes que têm de esperar muito tempo no hospital, etc. Mas, gostava de saber mais sobre os trabalhos relativos à Lei do Erro Médico. Como sabemos, há um certo grau de risco durante as intervenções cirúrgicas, o tratamento das várias etapas e a própria doença dos pacientes podem tornar a operação mal sucedida e originar erros médicos. Desta forma, os erros médicos podem resultar de erros de toda a organização. Não temos, neste momento, um hospital universitário, os licenciados em Medicina vêm de universidades de dentro e fora do País, tendo níveis diferentes. No sector dos seguros, é relativamente difícil assumir os encargos resultantes de um erro médico. Por outro lado, quanto às vítimas, é-lhes muito difícil provar o facto. Creio que há ainda uma certa divergência na sociedade, quanto ao facto de considerar a indemnização do erro como uma responsabilidade civil. Mais a mais, na presença de certas condições e motivos muito especiais, o processo legislativo sobre esta matéria pode tornar-se mais complicado. Sei que a Administração preparou um enquadramento e conteúdos para a Lei do Erro Médico, pelo que espero que possam ser apresentados com brevidade. Aproveitava também para colocar uma questão para a qual toda a sociedade está atenta, isto é, qual o andamento da Lei do Erro Médico? Será que está prevista no diploma alguma matéria que defenda os interesses do médico e do doente?

Acho que a Lei do Erro Médico representa uma vontade da Administração em reforçar a defesa dos interesses dos médicos e dos doentes. Lembro-me, quando da apreciação das carreiras dos trabalhadores dos cuidados de saúde, que havia uma maior preocupação na sociedade sobre o nível do serviço prestado. Já que temos que gastar tanto tempo no processo legislativo, creio que o mais importante é evitar e reduzir ao máximo a ocorrência de erros médicos, pois as indemnizações nunca podem substituir a vida das pessoas. Há que supervisionar o nível do pessoal que presta cuidados de saúde, reforçando a sua formação, elevando e regularizando o respectivo nível profissional, o que é muito importante. Alguns colegas perguntaram, há bocado, como é que deve ser implementado o regime de certificação profissional dos trabalhadores dos cuidados de saúde. Espero que o Sr. Secretário ou os Srs. Representantes do Governo nos possam esclarecer a questão.

Mais, em relação ao funcionamento do futuro centro de serviços médicos e de outras medidas, será que nos pode apresentar quais as medidas pioneiras sobre a formação do pessoal e reserva dos quadros?

Queria falar também sobre os assuntos sociais, mormente sobre o apoio às comunidades desfavorecidas. As pessoas falam amiúde, sobretudo acerca da forma como deve ser melhorado o apoio às comunidades desfavorecidas, especialmente, os deficientes mentais. Sabemos, através dos dados, que há, em Macau, mais de 2.000 deficientes mentais, mas há apenas 400 camas nos lares, havendo, portanto, uma necessidade premente neste aspecto. Consta, nas Linhas de Acção Governativa deste ano, um grande reforço no apoio às comunidades desfavorecidas, lançando-se uma série de medidas, por exemplo, a construção de lares e centros de reabilitação, a criação de serviços de acolhimento temporário, etc. Sinto que o Governo está realmente a responder às necessidades das comunidades. Mas, como está o andamento dos trabalhos? Para além

disso, que outras medidas estão previstas para apoiar as comunidades desfavorecidas de Macau?

Noutro aspecto, uma vez que os deficientes mentais exigem um cuidado permanente dos familiares, e perante o problema do envelhecimento da população, os encarregados de educação dos deficientes mentais vão envelhecendo também, perdendo, assim, gradualmente, a capacidade de cuidar quer de si quer dos filhos deficientes mentais, razão por que estão muito preocupados. Este problema carece de um sistema de apoio social integrado. Que medidas é que o Governo tem para isto? Como resolver esta questão para reduzir a preocupação dos respectivos familiares e terem uma vida mais estável?

Para além disso, uma vez que a procura de serviços sociais tende a aumentar, os recursos humanos têm que acompanhar essa evolução. Tratar desta matéria é difícil, perante a escassez de pessoal, portanto, como é que a Administração vai recrutar os recursos humanos necessários para responder às necessidades? Creio que, para além dos programas de apoio atrás referidos, o mais importante é o apoio à integração social dos deficientes mentais, auxiliando-os a evidenciar as suas potencialidades e a consciencializarem-se do seu próprio valor na sociedade, proporcionando-lhes espírito de confiança e capacidade autónoma para cuidarem de si, o que é favorável ao desenvolvimento saudável do seu estado físico e espiritual. Que planos é que o organismo competente prevê para implementar as respectivas acções? Gostava que os Serviços em causa pudessem falar sobre esta matéria.

Obrigado.

**Presidente:** Bom, o tempo que resta será deixado ao Sr. Secretário Cheong e aos Srs. Representantes do Governo para responderem.

Sr. Secretário, faça o favor.

**Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, Cheong U:** Obrigado, Sr. Presidente, e agradeço também as opiniões e questões dos Srs. deputados.

Em relação às opiniões apresentadas, ouvimo-las e já as apontámos. Quanto às críticas que merecem servir de referência, vamos certamente aceitá-las com sinceridade, reflectir sobre elas e proceder a melhoramentos. Quanto às situações apontadas, creio que algumas delas precisam de ser esclarecidas pelos colegas, para que delas tenham um melhor conhecimento. Há, porém, dois níveis: um, em termos de debate a nível de política, e outro, a apresentação dos dados e das situações.

Sr. Presidente:

As opiniões dos Srs. deputados dizem respeito a áreas muito abrangentes, abarcando, mais ou menos, as oito áreas na dependência da Secretaria para os Assuntos Sociais e Cultura. As questões menos faladas ou menos urgentes, tais como, o turismo, a cultura, o desporto, as indústrias culturais ou até mesmo o Grande Prémio, se o tempo for suficiente, falava depois sobre isso, caso contrário, serão apresentadas e discutidas na próxima ronda, quando chegar a nossa vez de intervir.

Os Srs. deputados estão atentos à situação das medidas legislativas para a criação do Conselho para os Assuntos Médicos e, aliás, a sociedade também está atenta a isso. Depois de uma série de

procedimentos, dado que já recebemos o relatório da análise feita pelos Serviços de Assuntos de Justiça sobre a proposta de lei da criação do Conselho para os Assuntos Médicos, os Serviços de Saúde já emitiram também um parecer técnico quanto à natureza e competências desse Conselho. No seguimento da análise detalhada das opiniões da Direcção dos Serviços de Assuntos da Justiça, a natureza, os objectivos e as competências desse Conselho foram objecto de revisão. Dado que o sector dos cuidados de saúde está atento à organização e às competências do Conselho para os Assuntos Médicos, há vários aspectos que teremos de contemplar, avaliar e consultar o sector, para que a revisão do conteúdo possa colher o apoio e a aceitação do sector dos cuidados de saúde.

Os Serviços de Saúde, depois de analisarem e estudarem as opiniões e os pareceres do grupo especializado para a criação do Conselho para os Assuntos Médicos, e depois de terem colhido, em 29 de Junho de 2012, as opiniões do sector, por forma a definir a natureza, os objectivos e as competências do referido Conselho, tendo em consideração o aproveitamento cabal dos seus recursos, procederam à revisão da primeira versão do respectivo regulamento administrativo, incluindo a modificação da natureza, estrutura e competências do Conselho para os Assuntos Médicos. Os Serviços de Saúde vão definir também os diplomas complementares que prevêm a criação do regime de avaliação das qualificações profissionais e do regime de penalização disciplinar. Neste momento, os Serviços de Saúde já concluíram a revisão da proposta, e esta já entrou em processo legislativo, sendo a segunda versão da referida proposta de lei finalizada no mês de Outubro, tendo já sido submetida a análise pela Direcção dos Serviços de Assuntos da Justiça, para ser discutida e aprovada depois pela Assembleia Legislativa. É esta a situação actual do processo legislativo para a criação do Conselho para os Assuntos Médicos e o motivo do atraso verificado.

Os Srs. deputados estão também atentos à situação actual e ao atraso na Lei do Erro Médico. Trata-se de um diploma jurídico de grande relevância, cujo objectivo é o aumento da defesa dos legítimos interesses dos médicos e dos doentes e a criação de um mecanismo mais eficaz para resolução dos conflitos. Os Serviços de Saúde dão muita importância aos procedimentos relativos à Lei do Erro Médico, quer em termos de detalhe e âmbito de aplicação, quer servindo-se da consulta pública como base de recolha de opiniões, definindo a responsabilidade da culpa como linha de orientação legislativa.

Tomando como referência a experiência do que se faz nas Regiões vizinhas, os Serviços de Saúde fizeram uma constante revisão e aperfeiçoamento do conteúdo da proposta de lei e, em consulta com os juristas, com os Serviços dos Assuntos da Justiça e com a Assembleia Legislativa, as opiniões da Comissão Permanente, foi estudada a inserção da arbitragem como um mecanismo de resolução dos conflitos em cuidados de saúde, clarificando e colmatando na proposta de lei a definição e o âmbito do erro médico, criando, em simultâneo, as instituições de aferição com carácter autónomo e com competências próprias, bem como o mecanismo de conservação dos processos clínicos, entre os vários aspectos.

A Lei do Erro Médico constitui uma etapa importante na promoção da reforma dos cuidados de saúde. Para além de responder activamente às solicitações da sociedade e dos cidadãos, defendendo mais claramente os legítimos interesses dos médicos e dos doentes, em articulação com as medidas inseridas na série de reformas na área da saúde, a saber, o Regime Jurídico do Internato, a

regulamentação das actividades das instituições de saúde do sector privado e a criação do Conselho para os Assuntos Médicos, portanto, a implementação sistemática e o aperfeiçoamento das infra-estruturas da área da saúde. Quanto à criação do regime de avaliação das qualificações profissionais, já está concluída a recolha inicial das opiniões e a respectiva discussão. Neste momento, os Serviços de Saúde finalizaram basicamente a revisão e o ajustamento da Proposta de Lei do Erro Médico, sendo submetida à apreciação da Assembleia Legislativa, durante 2012.

Falava, de seguida, sobre o andamento do processo legislativo da Lei do Ensino Superior e do atraso verificado. Aproveitava para frisar que, no âmbito dos assuntos sociais e cultura, nestes últimos dois a três anos, tem havido uma maior colaboração com a Assembleia Legislativa, sobretudo em processos legislativos, porque há muitos diplomas, razão por que aumentaram os trabalhos dos Srs. deputados, seja a Lei do Ensino Superior ou a Lei contra a Violência Doméstica.

Quanto à Lei do Ensino Superior, no momento actual, tomando como referência a experiência do desenvolvimento mais avançado do ensino superior em outros Países e Regiões, conjugando-o com a realidade concreta do ensino superior de Macau, ouvindo também as opiniões das diversas instituições de ensino superior, obteve-se um consenso inicial com as mesmas instituições quanto à revisão dos principais aspectos, definindo-se basicamente o conteúdo da proposta de lei. Os Serviços competentes estão a proceder à última revisão e ajustamento, para se alcançar um maior aperfeiçoamento do articulado. Estão igualmente a esforçar-se para que sejam incluídos mais aditamentos e dados de referência nas principais alterações, no sentido de haver uma melhor base de debate entre as diversas partes, aquando do futuro processo legislativo.

Os trabalhos legislativos para a redacção da série dos diplomas complementares deverão arrancar após a aprovação da Lei do Ensino Superior. Mormente, o regulamento administrativo para o regime da avaliação do ensino superior e, em termos de andamento, espera-se que o texto esteja concluído com a maior brevidade, para ser discutido em processo legislativo. Os trabalhos iniciais já começaram, tomando como referência a experiência dos Países com um maior desenvolvimento do ensino superior, em conjugação com a realidade de Macau e servindo-se do diálogo com as instituições do ensino superior de Macau, concebendo-se um quadro para o regime de avaliação. Houve Srs. deputados que já se referiram à avaliação das instituições do ensino superior. Neste âmbito, o quadro da avaliação compreende dois níveis, um, em termos de avaliação da própria instituição e outro, sobre os cursos. A avaliação da instituição inclui a avaliação das qualificações e da qualidade, enquanto que a avaliação dos cursos incide sobre a análise e a apreciação dos cursos vigentes e dos novos cursos a ser criados. O trabalho nunca parou, por um lado, o último aperfeiçoamento do texto da proposta de lei e, por outro, para a realização cabal do trabalho já foi encomendado a uma instituição profissional de avaliação que defina o âmbito, a relação dos conteúdos e das normas de avaliação, encontrando-se o trabalho já em curso.

Dois dos Srs. deputados estão atentos à questão do Prémio de Docência, que está directamente ligada aos aspectos já referidos por alguns Srs. deputados, aquando da discussão do Quadro Geral do Pessoal Docente das Escolas Particulares do Ensino não Superior, no ano passado. A atribuição do Prémio de Docência é uma defesa importante para a elevação da qualidade educativa da excelente equipa de docentes. Por forma a ser articulada com a implementação

do referido “Quadro”, reconhecendo o contributo prestado pelos docentes no sector educativo, vamos organizar actividades dedicadas ao pessoal docente, como forma de evidenciar a dedicação prestada e as virtudes do respeito aos docentes, incluindo a atribuição pecuniária, de uma só vez, a docentes categorizados e que já saíram do sector educativo. Uma vez que as medidas dependem do procedimento legislativo e dos demais aspectos que lhe estão inerentes, não há ainda uma proposta concreta a apresentar às pessoas. Mas, o que vos posso adiantar é que os trabalhos estão a correr bem e que a orientação é no sentido do apoio dos organismos associativos para que seja feita a respectiva implementação. A proposta, após estar definida, será tornada pública com a maior brevidade. O montante a atribuir dependerá do tempo de serviço prestado. Antes de abandonar o sector educativo, uma pessoa deverá prestar serviço docente em Macau, durante 20 anos completos, no mínimo, e ter 55 anos de idade, de acordo com as opiniões recolhidas. A contagem dos 55 anos de idade será feita até 31 de Agosto de 2013. Os Srs. deputados poderão, no entanto, colocar a questão sobre os que não irão ser contemplados, sobretudo os que têm de leccionar mais um ano, será que perdem muito? Ora, sabemos que, após a aprovação do “Quadro” e de acordo com o que ali está disposto, a definição das carreiras profissionais do pessoal docente é mais clara com a classificação dos diversos níveis, que vão desde o nível 1 a 6, considerando as duas medidas em curso, isto é, a classificação por níveis diferentes, que visa atribuir subsídios profissionais diferenciados. Se o tempo de docência corresponder a 20 anos, o subsídio mensal pode atingir as 7.000 ou 8.000 patacas. Se trabalhar mais um ano, os subsídios a receber da parte do Governo já serão 70.000 ou 80.000, um valor superior ao Prémio da Docência. O que queremos é ter em consideração todos os aspectos. Mas, só queria salientar que deve prevalecer na sociedade a tolerância, pois, enquanto subsídios, há quem os considere altos ou baixos, razão por que uma boa intenção pode influenciar o humor das pessoas. Mas, creio que a equipa de docentes é inteligente e sabe actuar de forma adequada.

Conforme a linha de orientação atrás referida, penso que poderemos, de seguida, fazer uma apresentação pública mais detalhada do Prémio de Docência.

Houve Srs. deputados que se referiram ao Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo. Aceito, com sinceridade, as opiniões e as críticas que foram tecidas à minha pessoa. Mas, gostava de aproveitar esta oportunidade para esclarecer o princípio que rege o meu trabalho, incluindo, como é óbvio, o tempo em que estive a trabalhar no Comissariado contra a Corrupção. Qualquer que seja o facto, há que cumprir a lei. O cumprimento da lei não dá azo a qualquer margem ou manobra deliberada. Mas, o problema surge quando os jornalistas me fazem perguntas e querem trocar algumas ideias, sobre as quais, em princípio, eu não quero adiantar mais do que já tenha dito, apesar de ter que falar um pouco, pois eles também estão a trabalhar e esperam concluir as suas próprias tarefas. Na verdade, quanto ao objectivo do referido Programa, prende-se inteiramente com a promoção da educação contínua e permanente, de forma a elevar as qualidades e capacidades dos formandos. Os cursos abarcam temas muito largos, havendo quem entenda que a aprendizagem da condução de motociclos ou automóveis não deve estar inserida no Programa e quem concorde com as vantagens dessa aprendizagem. As opiniões das pessoas são diversas, havendo, entre elas, quem não considere os cursos de arranjos florais, culinária, informática ou caligrafia como não profissionais, razão por que questionam se devem ou não estar abrangidos. Questionam também porque não há mais exigência e

porque é que não é dada atenção à questão das habilitações. Há discrepâncias nas opiniões. A minha visão ou opinião é de que o âmbito dos cursos pode ser mais livre, sem infringir a lei, para que haja mais residentes a participarem, beneficiando do Programa para elevar as suas aptidões, enriquecendo os seus valores e para se sentirem mais felizes ao terem uma melhor ocupação dos tempos. Penso que os Srs. deputados concordem também com este âmbito alargado, mesmo que haja discussão, mas, neste momento, é este o entendimento do Governo. Isto não quer dizer que os procedimentos de apreciação dos pedidos das instituições de ensino e a gestão e inspecção dos cursos sejam livres, de maneira nenhuma. Creio que não concordam que haja liberdade neste sentido, mas nem era isso o que eu queria referir. Os colegas dos Serviços de Educação e Juventude entendem que a supervisão tem que ser rigorosa, sem qualquer margem de manobra. Tomarei uma posição, de acordo com a experiência adquirida, no futuro, quando falar com os meios de comunicação. Darei uma opinião para que não haja mal entendidos.

Quando os Srs. deputados me perguntaram se eu realmente não tinha ainda lido o relatório, é mesmo verdade! Pois bem, se não li é porque não li, portanto, porquê acusar-me? Não é verdade? Não estou a querer dizer que houve quem fizesse bem ou mal, mas sim que eu simplesmente não o li. No primeiro dia em que fui entrevistado, acho que tive coragem em dizê-lo. Seguramente que devemos verificar e melhorar os procedimentos, conforme foi apontado pelo Comissariado de Auditoria, portanto, não estamos a colocar objecções quanto a isso ou a dizer que nos opomos à devida supervisão. De maneira nenhuma! De facto, todos esperam um desempenho cada vez melhor do papel do Comissariado de Auditoria e do Comissariado contra a Corrupção, porque é favorável para toda a sociedade. Continuo a concordar e a apoiar neste particular. Mas, faço também uma avaliação e um juízo da situação, quanto a algumas opiniões ou críticas colocadas pelos Srs. deputados.

Quanto às opiniões de alguns Srs. deputados sobre o financiamento às instituições de serviço social, são boas, na verdade, e merecem ser reflectidas, pois isso contribui para o avanço da sociedade de Macau. Há, na sociedade, muitas pessoas que se dedicam a isso e as próprias entidades associativas ou instituições de serviço social estão dispostas a servir os cidadãos, mesmo que trabalhem arduamente nos seus postos de trabalho, com algumas tarefas repugnantes, ou que os salários não sejam tão bons, mas são um grupo que serve sobretudo as comunidades desfavorecidas de forma dedicada. Agradeço-lhes imenso o contributo prestado. É claro que se alcançam resultados ao longo do processo de cooperação. Segundo cálculos já feitos, *grosso modo*, há cerca de 200 organismos associativos ou instituições de serviço social. Quais os resultados obtidos? O âmbito do serviço social é muito extenso, abarcando imensos aspectos e estando espalhado por diferentes cantos e comunidades sociais, facilitando os respectivos beneficiários. Douvos um exemplo: já há algumas dezenas de centros de idosos, sendo muitos deles dirigidos pelas entidades associativas, espalhados pelos vários cantos da cidade. Já visitei um centro de idosos, onde muitos deles vão lá de manhã cedo para lerem os jornais, conversarem, fazerem ginástica, lerem, etc. Estão felizes com o que fazem. Na altura, cantaram ainda uma canção e um deles declamou um verso que trouxe para partilhar convosco. Dizia então que estava muito feliz por ter bons amigos com quem conversar, tomar um bom chá, praticar algum desporto e sentir-se saudável, acompanhando as notícias do dia a dia. Perguntei-lhe que idade tinha. 86 anos. No Centro, havia 40 a 50 idosos. Tal como disse o Sr. Deputado Mak, que eu fizesse mais visitas aos bairros, que, aliás, tenho feito frequentemente, por exemplo, quando visitei a Fábrica de Panchões

Iec Long, encontrei um idoso a trabalhar em *part time* no templo à frente, tendo, portanto, uma ocupação. Os nossos idosos são muito capazes, participam na vida comunitária, divertem os outros, sentem-se bem e trabalham para promover o turismo em Macau. Era este caso que queria partilhar convosco. No futuro, em termos do maior ou menor número de pessoas subsidiadas ou do montante dos respectivos subsídios, presumo que o Sr. Presidente Long estará disposto a dialogar com as partes cooperantes, de forma pragmática, para ajustar os valores que acompanhem a inflação, pois que, através do diálogo, é possível avançar-se no sentido da respectiva colaboração. Estamos dispostos a dialogar e a ouvir as opiniões. Obrigado, Sr. Deputado Ho, por nos lembrar disso.

O Sr. Deputado Chan Wai Chi pediu alguns dados sobre os assistentes sociais das escolas, que, de seguida, lhe faremos chegar. Em relação à avaliação do ensino superior, que foi salientada pelos Srs. deputados, já a esclareci. Falava agora sobre o sistema da área da saúde do sector público de Macau, mormente sobre a elevação e o melhoramento do nível dos serviços prestados, a que estão atentos. Eu, tal como toda a gente, desejo que as coisas se façam cada vez melhor, que as consultas médicas corram bem e que as doenças sejam tratadas depressa, não é verdade? Não há ninguém que queira ficar furioso ou atrasar as coisas de propósito, mas deve haver mais diálogo.

Sr. Presidente:

Adiantava dois a três aspectos, em relação aos serviços do sistema dos cuidados de saúde. Por um lado, a nível de infra-estruturas de *hardware*, temos um plano de desenvolvimento decenal para o nosso hospital, incluindo a construção do hospital das Ilhas e... vê-se melhor por aqui. O Sr. Director Lei Chin Ion contou-me que viu um vídeo muito bom e que, se o mostrar aos Srs. Deputados, vão achar que o hospital é realmente bom. E porquê? Os espaços são, por um lado, mais amplos, com melhores zonas verdes e boa iluminação natural, com meios de transporte bem interligados. A fachada está virada para o lago, o reservatório de Coloane, atrás, há um terreno de reserva, que basicamente não tapa a vista dos quatro lados. Estamos a esforçar-nos para que a execução do projecto de arquitectura fique concluído em 2013 e que, em 2014, depois de concluído o referido projecto, se iniciem as obras. Lutamos para que a 1.ª fase esteja concluída em 2017 e, nessa altura, o nosso edifício de urgência poderá dispor de 96 camas de enfermaria. Há ainda o complexo hospitalar, o edifício das consultas de especialidade, bem como o pessoal médico e de enfermagem. Enganei-me, nessa altura, o centro de urgência das Ilhas vai dispor de 100 camas, o complexo hospitalar de 466 camas, prevendo-se 45 camas para os quartos de reclusos e havendo ainda o centro de comando de situações de emergência, o hospital de reabilitação, etc. A 2.ª fase das obras estará concluída em 2019, mas não irei repetir aqui os respectivos detalhes. Se for necessário, posso fazer a apresentação do projecto na Comissão Permanente, para que os Srs. deputados tenham um melhor conhecimento do mesmo. Quanto aos trabalhos previstos para o próximo ano, o Centro Hospitalar Conde de S. Januário vai proceder a uma série de melhoramentos, prevendo-se um novo edifício de urgência com 96 camas, se não estou em erro, e o terraço vai servir de estacionamento, com algumas dezenas de lugares para favorecer os cidadãos.

Srs. Deputados:

São estas as infra-estruturas de *hardware*, o novo hospital das Ilhas e o edifício de urgência do CHSCJ a que estão atentos, que vão

ser concluídos, seguindo-se depois o início das obras do edifício das especialidades médicas. Temos um plano para dez anos, criando centros de saúde nos diferentes bairros, mormente no Edifício do Lago, que é o centro de saúde com mais área, e o de Coloane, nas novas habitações públicas de Seac Pai Van. Fazem ainda parte do plano o novo centro de saúde do Bairro da Ilha Verde e o novo edifício de saúde da Praia do Manduco.

Srs. Deputados:

São estas as infra-estruturas em termos de *hardware*. Em relação a outros aspectos, para que os serviços a prestar à população sejam bem feitos, o Governo tem vindo a colaborar com os organismos associativos. Foram feitas, em 2011, 520.000 consultas aos nossos cidadãos, realizadas por mais de dez entidades médicas sem fins lucrativos, através do regime de aquisição de serviços, funcionando estas como centros de saúde dos diferentes bairros comunitários. Tenho ouvido opiniões favoráveis da parte dos cidadãos, mas, ainda pode haver, é claro, aspectos menos bons. Os doentes, como não são muitos, podem ter mais tempo para falar e fazer perguntas aos médicos e estes prestarem-lhes mais atenção e darem-lhes mais conselhos para uma mais rápida convalescença.

No que se refere à emissão de vales de saúde e tendo em conta a experiência dos anos anteriores, este ano propomos, nas Linhas de Acção Governativa, o aumento do valor para 600 patacas. O Governo vai considerar o prolongamento do prazo de validade até dois anos, conforme desejado por todos. Estamos a tratar disso e, logo que haja boas notícias, anunciá-las-emos.

Para além disso, há no Hospital aspectos menos bons que devem ser revistos e melhorados, contudo, este ano, o Hospital colheu a acreditação da instituição internacional de avaliação da Austrália, tendo sido aprovado em 45 itens de avaliação, 3 dos quais com menção de excelência. Não podemos, no entanto, ficar orgulhosos e satisfeitos. Às vezes, quando a avaliação é feita por terceiros, há mais imparcialidade e objectividade. Tenho pedido aos colegas dos Serviços de Saúde para não se sentirem satisfeitos com a actual situação, pois a população de Macau é relativamente pequena, com mais de 500.000 habitantes, pelo que, em termos de casos clínicos e de experiência, podem não ser abrangentes e ricos. Há que recorrer à formação permanente e à orientação de especialistas ou eventualmente a um encaminhamento para tratamento no exterior, para colmatar as insuficiências, para aperfeiçoar os serviços, o nível e a eficácia clínica na área da saúde.

Sr. Presidente:

Pedia agora a alguns colegas para esclarecer e aditar alguns aspectos salientados pelos Srs. deputados, pode ser?

Sr. Director Lei Chin Ion, faça o favor.

**Director dos Serviços de Saúde, Lei Chin Ion:** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente

Srs. Deputados

Em relação ao tempo de espera, queria dizer umas breves palavras.

O problema dos longos períodos de espera, de facto, é uma questão que se repete todos os anos. Os Serviços de Saúde têm-se esforçado, de facto, de modo permanente, no sentido de encontrar soluções para encurtar os tempos de espera. Mas, antes de falar sobre este problema, gostava de partilhar convosco um fenómeno real. Há um ano, foi aberto o Posto de Urgência das Ilhas, na Universidade de Ciência e Tecnologia, com o objectivo de atender uma parte dos doentes da urgência do Centro Hospitalar Conde de S. Januário, estando em funcionamento há cerca de um ano. Olhando para os números, não houve um decréscimo de consultas na urgência do Centro Hospitalar pelo facto de ter sido aberto o Posto de Urgência das Ilhas. Mas, somando os números do Centro Hospitalar e do Posto de Urgência das Ilhas, em conjunto, verificou-se um aumento de 30%. Quer isto dizer que 30% dos doentes não precisavam de ir à urgência antes de ter sido aberto o Posto de Urgência das Ilhas. Analisámos ainda alguns dados, que indicam uma utilização abusiva do Posto de Urgência das Ilhas, não sendo este talvez o termo próprio, mas uma utilização inadequada, que atinge 70%, enquanto que no Centro Hospitalar ronda os 30%. Quer isto dizer que a prestação grátis de cuidados de saúde faz aumentar a procura e as possibilidades de utilização abusiva. Portanto, quando os serviços são mais rápidos e mais convenientes, surgem mais facilmente utilizações menos adequadas.

Adiantava entretanto alguns números, segundo os nossos cálculos estatísticos, quanto aos serviços directamente prestados pelos Serviços de Saúde ou serviços adquiridos por meio de financiamento às consultas dos cidadãos junto das instituições de saúde não governamentais, incluindo as consultas externas, as urgências e os internamentos, que rondam, em termos numéricos, 1,6 milhões, face a uma população de apenas 560.000 pessoas. O Chefe do Executivo já frisou, por diversas vezes, que o Governo está orientado no sentido de ser encurtado o tempo de espera, mas, encurtar até que ponto, para que se considere adequado? A rede de segurança da área da saúde deve ser alargada até onde? Este aspecto merece uma discussão pública, segundo o que o Chefe do Executivo tem vindo a apontar. Significa isto que um doente, mal chega ao hospital, pode ser imediatamente consultado? Se for assim, qual o nível da despesa pública inerente à situação? Na realidade, a cobertura da rede de serviços na área da saúde já é bastante grande, por exemplo, são grátis os serviços prestados nos centros de saúde a todos os cidadãos, quer sejam permanentes ou temporários. A nível do hospital, 80% dos doentes têm serviço grátis. Comparando com Hong Kong, segundo as nossas contas, os cidadãos de Hong Kong pagam muito mais que os de Macau. Quer isto dizer que o Governo de Macau assume uma grande parte das despesas na área da saúde.

Afinal, alargar a rede de segurança da saúde até que ponto? Bom, para além de ser considerado o aspecto financeiro, há que ter em conta a questão do círculo vicioso. Quando o Governo alargar a rede, obtendo a população um serviço grátis, de modo mais fácil, os números vão aumentar, sendo que a utilização não adequada também aumenta. Provavelmente, o Governo terá de aumentar os recursos humanos e materiais para responder às solicitações, porque os números não vão parar de crescer, aumentando também os tempos de espera, sem que a qualidade dos serviços possa ser garantida. Se olharmos para o procedimento idêntico, em outras regiões do Mundo, é dada prioridade de tratamento aos casos mais urgentes ou é feita uma triagem dos menos urgentes, sendo diferentes os tempos de espera para as diferentes situações. Comparámos, de facto, o tempo de espera de algumas Regiões, em algumas especialidades, sendo menor em Macau. Mas, vamos esforçar-nos por encurtá-lo, contudo, atendendo à prioridade dos casos, de forma a garantir que as

situações de socorro imediato ou de doentes com alto risco são atendidos com a maior rapidez, enquanto que as situações menos urgentes ou de utilização indevida terão mesmo que aguardar. A gratuidade dos serviços, para além de ser aplicada nos centros de saúde, no hospital também é prestado serviço grátis em pediatria, ginecologia, obstetrícia, para os idosos e para as comunidades desfavorecidas, incluindo os doentes de oncologia, de doenças transmissíveis e de psiquiatria, representando 80% dos doentes do hospital público. Os Serviços de Saúde vão continuar a reforçar-se e a melhorar os diversos serviços e as medidas básicas, aumentando também os recursos humanos. Mas, tal não significa que a rede de segurança da área da saúde tenha que ser permanentemente alargada, pois este aspecto deve ser pensado com muita cautela.

Podemos encurtar o tempo de espera de várias maneiras, por exemplo, através da triagem que já mencionei, bem como a aquisição de serviços fora dos centros de saúde, isto é, junto das instituições de saúde não governamentais. Há Srs. deputados que falaram sobre o maior tempo de espera em algumas especialidades, aliás, temos vindo a adquirir alguns serviços do Hospital Kiang Wu, designadamente, na área da anatomia patológica, hemodiálise, radioterapia, quimioterapia, tomografia computadorizada, ressonância magnética e oxigenoterapia hiperbárica.

Falarei agora sobre o plano de formação do pessoal médico e de enfermagem. Temos uma proposta de plano decenal para a criação de uma rede cabal na área da saúde. Atendendo ao ritmo das construções, os Serviços de Saúde estão empenhados no recrutamento e formação do pessoal. Dava-vos alguns números estatísticos, a nível da proporção entre os residentes e o pessoal da área da saúde, que é de 1 para 2,9, mas, em termos reais, pois os enfermeiros que trabalham no hospital não foram contabilizados, há, em Macau, 1.842 enfermeiros, o que representa 3,3 enfermeiros por cada 1.000 habitantes. Comparando com alguns países, ainda é pouco, razão por que vamos continuar a reforçar o recrutamento e a formação dos enfermeiros. Nos consultórios particulares, os médicos não necessitam de enfermeiros, pelo que a maioria dos enfermeiros trabalham em hospitais. Quer dizer que precisamos de enfermeiros no seio das comunidades. Nestes últimos anos, os Serviços de Saúde recrutaram mais enfermeiros. Por exemplo, em 2011, foram recrutados mais 130, este ano, mais 79 enfermeiros. O total de enfermeiros nos Serviços de Saúde é de 958 pessoas e, no próximo ano, vamos recrutar mais 112 enfermeiros e 47 auxiliares de enfermagem. Noutros países, há uma tendência em formar auxiliares de enfermagem para realizarem algumas tarefas dos enfermeiros. Formámos recentemente cerca de 300 auxiliares de enfermagem, resolvendo assim parte das tarefas dos enfermeiros. Mas, o problema da falta de pessoal de enfermagem não se verifica somente em Macau, pois no resto do Mundo também há falta de enfermeiros. Por conseguinte, o problema não se resolve com a admissão de mais alunos ou mais recrutamento. Há ainda que atender ao número de formadores, procurando saber se os que estão na Escola de Enfermagem são suficientes, face ao número de alunos inscritos no curso de enfermagem. Outro aspecto muito importante é o local de estágio dos enfermeiros, pois não há muitos em Macau. Tudo isto afecta o trabalho de formação dos mesmos. Vamos procurar reforçar o recrutamento de alunos.

Para além disso, este ano, o Instituto de Acção Social já começou a dar apoio ao recrutamento de enfermeiros do País, para trabalharem em centro de idosos e de reabilitação. Isto resolve a insuficiência de enfermeiros nos meios comunitários. Em termos de médicos, os números gerais não são inferiores aos de outros países

ou Regiões, pois aquilo que mais precisamos é de médicos de algumas especialidades. Mas, ao definirmos a criação das infra-estruturas, prevemos também a formação dos médicos. Neste momento, temos um novo modelo de cooperação com o Hospital Kiang Wu e com o Hospital da Universidade de Ciência e Tecnologia. Tal como foi referido pelo Sr. Secretário, o regime da formação dos internatos médicos era para ser regulado através de regulamento administrativo, mas, segundo o parecer da Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça, tal terá que ser apresentado sob a forma de lei, razão por que estamos a rever a redacção do regime. Portanto, antes da aprovação desse regime, vamos adoptar um novo modelo de formação dos internatos médicos, já iniciado no passado mês. Temos, nesta altura, 79 licenciados em medicina que estão a ser formados em prática clínica e, no próximo ano, vamos aumentar para 100. Esperamos que o novo regime de formação de internatos médicos possa ser aprovado com a maior brevidade, acelerando também a formação dos médicos especialistas, em resposta às necessidades do futuro.

A minha intervenção fica por aqui, quanto às duas questões.

**Presidente:** Bom, Sr. Secretário Cheong, faça o favor.

**Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, Cheong U:** Sr. Presidente, pedia agora ao Sr. Reitor da Universidade de Macau, Dr. Zhao Wei, para falar de alguns aspectos salientados pelos Srs. deputados, pode ser?

**Presidente:** Bom, Sr. Reitor Zhao Wei, faça o favor.

**Reitor da Universidade de Macau, Zhao Wei:** Muito bem, obrigado.

Peço-vos desculpa, mas vou falar em mandarim. O meu cantonense não é bom. Pedia a compreensão dos Srs. deputados.

Em primeiro lugar, gostava de aproveitar esta oportunidade para agradecer aos Srs. deputados e à sociedade de Macau a atenção e dedicação dispensadas à Universidade de Macau. A Universidade está a esforçar-se por rumar ao futuro, graças ao apoio da comunidade e sobretudo dos dirigentes das áreas comunitárias.

O Sr. Deputado Mak referiu-se a um reforço de estudos sobre temas locais, a realizar pela Universidade de Macau. Concordo em absoluto com este aspecto, aproveitando, portanto, esta ocasião para falar sobre isso.

De facto, qual o motivo da realização de estudos científicos da responsabilidade da Universidade de Macau? A Universidade tem por missão ensinar e os projectos de investigação científica estão orientados para o ensino a alunos. A sociedade de hoje está dominada por conhecimentos que variam constantemente, razão por que esperamos que os docentes recorram à investigação científica para encontrarem a parte activa dos conhecimentos, pois só assim é que os alunos aumentam efectivamente as suas qualidades. De igual forma, a investigação científica tem que ser inovadora, e não repetitiva, as matérias já investigadas por outras pessoas não podem ser repetidas, o que fazemos tem que ser melhor do que outros, tal como na prática do desporto, alcançando recordes a todo o momento. Quer na investigação de temas locais quer de temas internacionais, a Universidade de Macau apoia-as em duas vertentes. Uma vez que a atenção está virada para os estudos locais, aproveitava para vos referir o que temos feito neste sentido.

Como sabem, a nossa investigação, quer na área da engenharia civil quer da engenharia mecânica têm raízes locais, prestando serviço às comunidades locais. Nestes últimos anos, a Universidade de Macau tem procurado expandir-se e a atenção está virada não só a nível internacional, mas também local e nacional. Por exemplo, estamos a promover um estudo específico denominado “Estudos de Macau”, pois a história de Macau é rica, resultado da cultura oriental e ocidental, tendo as nossas especificidades em termos culturais, sociais e económicos. Para além de constituir um fenómeno local, gera também muito interesse a nível internacional. Há três anos, organizámos um simpósio sobre os estudos de Macau, havendo um bom *feedback*. No ano passado, o evento foi realizado em Lisboa. Este ano, acabámos de o realizar em Pequim, no passado mês de Outubro. Ao serem feitos estudos abrangentes sobre a nossa própria terra, para além do serviço à sociedade de Macau, podemos apresentar a experiência do meio social e da cultura de Macau ao Mundo. Promovemos igualmente, a nível de cursos de mestrado, a realização de estudos sobre o centro de turismo. Muitos dos Srs. deputados referiram-se à diversificação das indústrias de Macau, como centro de turismo que poderá servir para um novo modelo de pensões, interessando estudar, portanto, qual o tipo de gestão e de formação necessários, criando uma disciplina específica para este tema. Publicámos também uma colectânea de mapas geográficos de Macau, resultado de estudos de vários anos. Muitos dos dirigentes estiveram presentes na cerimónia de lançamento da colectânea. Para os Srs. deputados que estiverem interessados, podemos enviar uns exemplares, amanhã. Recentemente, publicámos um dicionário português-chinês muito grosso. Não sei português, mas, segundo me disseram, trata-se do dicionário mais completo até agora publicado. Fizemos estudos também sobre programas de tradução automática e, de facto, algumas instituições estão a usar o respectivo *software*. No novo *Campus* da Universidade de Macau, como dispomos de espaços maiores, vamos criar mais escolas, tais como, a Escola de Saúde, a Escola de Design, cuja criação foi objecto da vossa consulta, há alguns anos. Falaram, há instantes, sobre a escassez de recursos humanos na área da saúde. Vamos, por isso, recorrer à Escola de Saúde para formar talentos locais, enquanto a Escola de Design estará directamente ligada às indústrias criativas. A posterior produção de arte cinematográfica estará inserida também na Escola de Design. Esta Escola, bem como a de Engenharia Civil, vão ficar instaladas no novo *Campus* da Universidade de Macau, na Ilha de Hengqin. Porém, os estudos de carácter internacional que fazemos servem, em parte, para Macau. Por exemplo, no princípio do ano, conforme tiveram oportunidade de saber, houve um grave problema a nível da rede de telecomunicações em Macau. Foi uma vergonha para Macau e também para a Universidade de Macau, porque a fornecedora não conseguiu encontrar ninguém para fazer a reparação, sendo necessário pedir pessoal de Hong Kong para vir cá de barco resolver o problema. A *Internet* de Macau ficou totalmente parada durante algumas horas. Mas, por sorte, depois daquele incidente, a Direcção dos Serviços de Regulação de Telecomunicações conseguiu, em conjunto com o professor Tam da Universidade de Macau encontrar a raiz do problema, concluindo que a fornecedora devia assumir a respectiva responsabilidade. Segundo a última reportagem, sabemos que a DSRT já aplicou a devida multa. Damos assim o nosso contributo e o nosso esforço. Agradeço, desta forma, o alerta dos Srs. deputados, pois damos importância quer aos estudos de carácter internacional e local. O objectivo dos estudos que fazemos, qualquer que seja a sua natureza, é para cultivar bons talentos para Macau.

Há ainda um problema, sobre os salários. A nível político, não fazemos qualquer tipo de discriminação para com os locais, e nem é possível. Não vamos baixar o salário pelo facto de uma pessoa ser titular do Bilhete de Identidade de Residente de Macau. Temos vários Conselhos incumbidos de definir o nível salarial, pelo que é impossível acontecer o que foi referido. Mas, assistimos, neste momento, a uma mobilidade de recursos humanos, e nem sequer falamos em altos talentos, mas, por exemplo, muitos dos alunos finalistas do ensino secundário prosseguem os estudos no estrangeiro. Estamos atentos, portanto, à formação dos talentos locais de Macau. A Universidade de Macau dispõe, neste momento, de uma política muito específica, qual seja, a reserva de algumas vagas para atrair pessoas de Macau depois da sua aprendizagem no estrangeiro, para, com algum sucesso, regressarem e trabalharem novamente em Macau. Por exemplo, há dois anos, o Sr. Director da Escola Pui Ching disse-me: um nosso aluno do secundário foi estudar para a Universidade Cornell dos Estados Unidos da América, num curso de cálculo de física quântica, tendo bom aproveitamento. Ele quer voltar para Macau. Você pode pensar nisso? Respondi-lhe que temos uma política muito específica. E qual é? Temos normalmente algumas vagas para recrutar pessoal a distribuir pelas várias Escolas, e o Reitor pode controlar algumas vagas disponíveis pelos diferentes directores das Escolas. Disse-lhes então que as respectivas vagas são destinadas a pessoas de Macau com estudos feitos no estrangeiro, que tencionam regressar, e o recrutamento é feito neste sentido. Portanto, pudemos recrutar o tal professor catedrático, é claro, tendo que atingir as exigências definidas em termos de investigação académica. No próximo ano, temos um professor visitante da Universidade de Louisiana, de apelido Pang, que trabalha nos Estados Unidos da América há umas dezenas de anos, e que tenciona vir até cá, já em Agosto do próximo ano. Desta forma, esta política é para continuar. Estamos disponíveis para ouvir as opiniões dos Srs. dirigentes dos organismos associativos e da comunidade, de forma a melhorar os nossos serviços e a fazermos melhor.

Obrigado, Sr. Secretário, obrigado a todos.

**Presidente:** Sr. Secretário.

**Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, Cheong U:** Sr. Presidente.

Conforme o que o Sr. Reitor Zhao acabou de referir, a Universidade de Macau está, de facto, a atravessar um período importante de desenvolvimento da sua própria história. Uma vez que as obras do *Campus* da Universidade estão em curso na Ilha de Hengqin, gostava de informar os Srs. Deputados que, depois de as obras estarem finalizadas em finais de Março, o túnel pode abrir ao tráfego e em Abril já se podem fazer as mudanças. As mudanças de todas as instalações implicam aquisições e toda uma série de organizações e, para a Universidade de Macau, trata-se de uma grande operação de logística. O Governo vai prestar todo o apoio nas mudanças, e esperamos que a grande prenda do Governo Central, o novo *Campus* da Universidade de Macau, possa mudar de instalações e que estas corram bem, criando boas condições para formar melhores talentos. É óbvio que o Instituto Politécnico e o Instituto de Formação Turística estão igualmente a prestar o seu contributo nos diversos aspectos.

Sr. Presidente, acrescentava aqui alguns dados, para seguir depois a intervenção do Sr. Presidente Iong, do Presidente Ip, pode ser?

**Presidente:** Muito bem, Sr. Presidente Iong, faça o favor.

**Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, Cheong U:** Há bocado, um dos Srs. deputados falou no mecanismo de queixas. Concordo em absoluto, aliás, os meios de queixa estão abertos. Creio que, independentemente de serem queixas dos próprios funcionários públicos ou queixas encaminhadas pelos Srs. deputados, são todas tratadas com seriedade. Muitas das queixas tiveram um tratamento mais cabal. Por exemplo, segundo o que o Sr. Director me disse há bocado, já foram tratadas recentemente. São os resultados que o próprio mecanismo de queixas proporciona, estando os próprios organismos igualmente cientes quanto ao ajustamento de certas situações.

Aproveitava esta oportunidade para falar um pouco do volume de trabalho dos Serviços Públicos, que é cada vez maior. Há instantes, foi referido o problema da falta de pessoal. Segundo foi dito pelo Sr. director, estão a ser realizados, neste momento, mais de 50 processos de recrutamento. Mais de 50 processos! Exames para recrutamento de pessoal. Podem imaginar a carga de trabalho que isto representa. Mesmo assim, os colegas esforçam-se para concluir os trabalhos. Queria, desta forma, prestar um público louvor aos colegas de muitos Serviços, sobretudo aos dos Serviços de Saúde, que têm um volume e uma pressão no trabalho cada vez maiores, cumprindo a sua missão de servir os cidadãos. No futuro, quando as novas instalações se encontrarem em funcionamento, vamos sentir alguma falta de pessoal, por exemplo, no novo Edifício de Urgência e no novo centro de saúde, a funcionar no Edifício do Lago, com uma área tão grande. Disse então ao Sr. director: recrute mais pessoal, o mais depressa possível! Caso contrário, os seus subordinados ficarão exaustos. Se tudo for feito atempadamente, seja no recrutamento, seja na distribuição do pessoal, é vantajoso para todos.

Sr. Presidente:

Quanto a outras questões, por exemplo, sobre os doentes com depressões ou perturbações psíquicas, segundo os últimos dados dos Serviços de Saúde, foram recrutados dois médicos psicólogos. ... não é verdade? Certo.

Perguntaram também se não podíamos organizar mais competições internacionais, especialmente entre os Países Lusófonos. É uma boa opinião. Vamos tentar ver qual a melhor forma de contacto. Temos um problema, convidando-se o Benfica ou o Sporting, fica muito caro, e não podemos suportar o encargo. Mas, se for o Brasil, que não experimentámos ainda, ou os outros países africanos, de que não estamos a duvidar do respectivo nível, contudo, às vezes, trata-se de uma questão de espectadores. É uma boa opinião, porque parte deles têm bom nível e são um atractivo. Vamos pensar nisso.

Os Srs. deputados falaram também no andamento da lei contra a violência doméstica. Tenho alguns aspectos a apresentar aos Srs. deputados. No ano passado, o Instituto de Acção Social procedeu à consulta pública da respectiva proposta de lei. A atenção das pessoas não está virada somente para a eventual acusação, mas sim para a defesa atempada e adequada das vítimas através do processo legislativo. Segundo as opiniões recolhidas, o objectivo legislativo reside no reforço de protecção à vítima e no respectivo mecanismo de apoio. A denominação do diploma foi alterada, neste momento, para Lei de Prevenção da Violência Doméstica. De acordo com a respectiva calendarização, a proposta de lei vai ser submetida ao Conselho Executivo no 1.º semestre de 2013, para, de seguida, entrar na fase de discussão e apreciação na Assembleia Legislativa. Em

relação aos restantes dados, o Sr. Presidente Iong falará sobre isso, daqui a pouco.

Em relação à credenciação dos assistentes sociais, qual é a respectiva situação? Como está o processo legislativo? Nesta altura, a ideia era para considerar, como destinatários, os assistentes sociais que trabalham na função pública e nas instituições de serviço social do sector privado. Mas, atendendo a que os funcionários públicos exercem funções em regime de exclusividade, não é adequado abranger os funcionários públicos do sector no sistema de registo. A consulta pública decorreu entre 8 de Maio e 22 de Junho, durante 45 dias. No decurso da consulta, realizaram-se três sessões de consulta pública no Instituto de Enfermagem Kiang Wu, contando com a participação de mais 500 pessoas e mais de 60 intervenções dos participantes, tendo sido recolhidas mais de 2.000 opiniões e sugestões. Em 26 de Outubro, o Instituto de Acção Social reuniu novamente com os SAEP, trocando opiniões sobre a viabilidade de considerar a carreira especial de assistente social. Trata-se de uma proposta cabal para definir a mesma carreira profissional para os assistentes da função pública e do sector privado, através de critérios profissionais dos vários postos de trabalho. As opiniões recolhidas carecem de um estudo aprofundado. Neste momento, o Instituto de Acção Social já procedeu à análise e ao estudo das opiniões recolhidas, tendo já concluída a versão chinesa do respectivo relatório síntese, seguindo, de imediato, para impressão, estando a tradução para a versão portuguesa já em curso. As opiniões recolhidas para a feitura do relatório síntese cumprem as exigências estipuladas no Despacho do Chefe do Executivo n.º 224/2011, quanto às «Normas para a Consulta de Políticas Públicas», tendo já sido concluídos os respectivos trabalhos e divulgação, antes do dia 19 de Dezembro. São estes os dois aspectos, em termos de situação dos trabalhos.

Sr. Presidente, alguns dos Srs. deputados falaram também sobre o mecanismo de protecção social e medidas para o envelhecimento social a longo prazo. Vou falar primeiro sobre a concepção do mecanismo de protecção social a longo prazo, seguindo-se depois a parte que toca ao envelhecimento, que será apresentada amanhã aos Srs. deputados.

O Governo da RAEM pretende criar um regime de garantia para os idosos e reformados que se adequa à situação social e económica de Macau, como salvaguarda das condições básicas de vida e sobrevivência, em termos de raciocínio para o mecanismo de segurança social a longo prazo. Foram tomados, como referência, os cinco modelos pilares de defesa económica dos idosos do Banco Mundial, incluindo o financiamento do Governo, a contribuição obrigatória, a pensão de aposentação do sector privado, a poupança individual e o apoio entre os elementos do agregado familiar. O sistema de segurança social de Macau é composto por três partes, mormente, o apoio social, o seguro social e os benefícios sociais, sendo que no regime de apoio social isento de contribuição é o Instituto de Acção Social que assume o primeiro nível. Num segundo nível, as pensões para idosos sob o regime de contribuição é um regime de seguro social, sendo da responsabilidade do Fundo de Segurança Social. No terceiro nível, o regime de previdência central, isto é, o regime de aposentação profissional, cabe ao Fundo de Segurança Social. No quarto nível, há a aposentação do sector privado e a poupança individual. No quinto nível, é o regime de mútuo apoio entre os membros do agregado familiar.

Quais as medidas que podemos implementar em Macau? No primeiro nível, estabelecer regimes de assistência de âmbito

financeiro, social e educativo, de curta, média e longa duração, com vista a proporcionar garantias básicas de vida para as pessoas mais carenciadas. No regime vigente, é definido o mecanismo de acompanhamento permanente do valor do risco social. No momento actual, o valor do risco social foi aumentado para 3.360 patacas. Para além disso, é feita a avaliação do grau de deficiência física, atribuindo-lhes os respectivos subsídios. Depois de aprovado pela Assembleia Legislativa, o valor foi actualizado para 6.000 patacas nos níveis 1 e 2 e, no próximo ano, propomos que seja revisto para 6.600 patacas. A acrescentar ainda a isenção de pagamento nos cuidados de saúde e as tarifas privilegiadas nos transportes. Quanto aos níveis mais graves 3 e 4, o valor será aumentado para 13.200 patacas, acrescido de cuidados de saúde a título gratuito e descontos nos transportes.

Para além disso, o primeiro nível contempla um modelo de gestão autónoma ou ainda a colaboração com as entidades associativas para a criação de instalações e o fornecimento de serviços, servindo assim as pessoas com necessidades. Tal como já disse anteriormente, há mais de 100 instituições ou entidades associativas de serviço social, com cerca de 200 postos, que prestam serviços domiciliários, acolhimento temporário, serviços comunitários, serviços juvenis, creches, lares para jovens, serviços aos idosos, lares para idosos, centros de dia, centros recreativos para idosos, serviços para idosos que vivem sós, serviços e lares de reabilitação, oficinas de dia, oficinas de trabalho protegido, centros de formação profissional, serviços integrados de reabilitação, centros educativos, carrinhas para o serviço de reabilitação, etc. Há também os serviços de prevenção de toxicoddependência, os lares de desintoxicação e os serviços externos de aconselhamento para a desintoxicação. Quanto a outros serviços integrados, temos também 5 centros que prestam serviços de prevenção contra o vício do jogo. Atribuímos igualmente subsídios aos idosos que completem 65 anos de idade, em 2013, sendo o valor actualizado para 6.600 patacas.

No segundo nível, a pensão para idosos constitui o principal financiamento do regime de segurança social, com o objectivo de proporcionar uma garantia básica à vida dos idosos, sob a forma de seguro social de contribuição e pagamento imediato. Neste momento, 90% das pensões para idosos são suportadas pelo Governo. Nos próximos quatro anos, prevemos uma injeção adicional de capital de 370 mil milhões... desculpem, enganei-me, não é tanto... o Governo prevê uma injeção adicional no valor de 37 mil milhões, aumentando assim, já no próximo ano, as verbas do Fundo de Segurança Social. Prevemos que ultrapassem os 4 mil milhões resultantes do imposto do jogo, como verba a ser transferida para o Fundo de Segurança Social. Este é o nível relativo ao Fundo de Segurança Social.

No terceiro nível, a previdência central. Foram lançadas, em 2009, as contas individuais de poupança central, atribuindo o valor de 10.000 patacas como montante inicial, sendo creditados, nos restantes três anos, os valores de 4.000, 6.000 e 6.000, respectivamente. Será dada continuidade, em 2012, à aplicação da proposta de lei “Contas Individuais de Previdência”. No futuro próximo, vamos implementar o “Regime de Previdência Central”. Podemos ver que, em Macau, os benefícios sociais não são tão maus como isso. E porquê? O actual modelo de vida pós-aposentação está próximo do proposto pelo Banco Mundial. Futuramente, iremos continuar a ter em linha de conta o desenvolvimento económico e as transformações demográficas, mediante a auscultação da opinião pública, dos estudos e análises, de actuárias periódicas e medidas de melhoramento, enquanto mecanismos de aperfeiçoamento da

aplicação e funcionamento do regime de segurança social de dois níveis, em prol da implementação da segurança social a longo prazo.

Acrescentava aqui o seguinte: mediante o acordo a chegar quanto ao aumento das contribuições e da injeção de capital feita pelo Governo, no futuro, o sistema de segurança social de Macau tem uma subsistência, se não me engano, de 40 anos, obviando as crises ou falências que possam surgir durante 10 ou 20 anos.

Sr. Presidente, para o tempo que resta, passava a palavra ao Sr. Presidente Ip Peng Kin, para acrescentar mais alguma coisa, sobretudo em relação à gestão dos fundos e sobre o modo como os valores podem ser aumentados. Não sei se depois resta tempo ainda para o Sr. Presidente Iong.

**Presidente:** Sr. Presidente Ip Peng Kin, faça o favor.

**Presidente do Conselho de Administração do Fundo de Segurança Social, Ip Peng Kin:** Antes de mais, sobre a gestão do Fundo de Segurança Social, temos adoptado sempre uma forma segura de investimento. É provável que já tenham reparado nos rendimentos de retorno dos investimentos feitos num ano ou em dois anos, que são relativamente baixos. Lembro-me que, em 2011, a taxa de rendimentos era de 1,64%. A razão principal reside nas grandes oscilações no mercado, nestes últimos anos. Atendendo ao crescente aumento de verbas provenientes do imposto do jogo, as receitas aumentaram, sendo aumentadas as verbas a transferir para o Fundo de Segurança Social. Daí que o numerário acumulado passasse a ser maior. Na gestão normal do Fundo de Segurança Social houve um desvio no valor acrescentado dos investimentos. Pois bem, o montante geral do numerário acumulado não deve ser tão elevado. Se olharmos para a situação actual, o nosso numerário ocupa 80%, enquanto os investimentos mundiais rondam os 15%, originando uma redução do valor acrescentado dos investimentos. Mas, reparámos nessa situação o ano passado, tendo então proposto o aumento dos investimentos. Entretanto, não tivemos sorte, pois, quando estávamos preparados para fazer os investimentos, o ano passado, houve a crise das dívidas da Comunidade Europeia. Atrasámo-nos um pouco, também. Segundo a negociação havida com a empresa de consultadoria financeira, vamos manter, por enquanto, o numerário em 60%, e os investimentos mundiais em 40%, para que o valor acrescentado, se não estou em erro, se situe entre os 3,7% e 6,5%. No futuro, com o aumento progressivo do capital, a possibilidade de taxa de retorno negativo será inferior a 5%. Reparem, quando os investimentos são feitos a longo prazo, a possibilidade de retorno negativo será muito pequena. É óbvio que há lugar a oscilações permanentes durante o período económico, pelo que, em aproximadamente pouco mais de 10 anos, vamos assistir a um maior ciclo na economia, enquanto que, nos próximos 3 anos, teremos um menor ciclo económico. Os investimentos feitos a longo prazo oferecem-nos uma certa garantia em termos gerais de valor acrescentado. Mas, seja como for, a nível de gestão dos fundos, optamos pela estabilidade nos investimentos, seguindo-se o aumento do retorno dos investimentos, a fim de mantermos um desenvolvimento estável, durante 40 a 50 anos.

Para além disso, no Conselho de Administração há dois elementos da direcção do Fundo de Segurança Social, um designado pelo Governo de Macau e outros provenientes dos empregadores e dos empregados para gerir os nossos fundos. Assim, cada aplicação terá que ser confirmada pelos elementos do Conselho antes da autorização do Sr. Secretário. Caso tal envolva montantes elevados,

irá então ser necessário submeter a respectiva proposta de autorização ao Chefe do Executivo para aprovação.

Mais, dispomos ainda de um Conselho de Fiscalização, responsável pela fiscalização da situação financeira e da gestão administrativa do Fundo de Segurança Social.

Sr. Secretário

Sr. Presidente

Era isto o que queria acrescentar.

**Presidente:** Bom, Srs. Deputados.

Creio que amanhã vai haver Srs. deputados que querem colocar questões sobre as áreas de serviço social e segurança social ou porventura sobre outras áreas, como a educação e saúde. Podem ter questões ainda nas áreas do turismo, jovens, cultura e desporto, entre outras.

Continuamos então com o debate das Linhas de Acção Governativa, amanhã, às 15:00 horas.

Encerra-se a sessão.

**(Interrupção)**

**(Sessão de 30 de Novembro)**

**Presidente:** Sr. Secretário Cheong, Srs. Representantes do Governo, Srs. Deputados.

Boa tarde.

Prosseguimos com o debate das Linhas de Acção Governativa do ano de 2013, no âmbito dos Assuntos Sociais e Cultura.

O Sr. Deputado Tsui Wai Kwan, queira tomar a palavra.

**Tsui Wai Kwan:** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário Cheong

Srs. Representantes do Governo

Ontem, o Sr. Secretário disse: homem de palavra, homem de verdade. Julgo que não há dúvida na ética da sua pessoa. Muitas das vezes, as sessões fogem à discussão das políticas, pelo que as críticas são dirigidas a pessoas e não a factos. É apenas uma tática de sobrevivência. O Sr. Secretário não ligue a isso.

Gostava, em primeiro lugar, de falar sobre a educação. Mal foi anunciado o relatório das Linhas de Acção Governativa, as pessoas dirigiram a sua atenção para a parte dos benefícios. Daí que haja quem diga: relativamente aos mecanismos a longo prazo, as pessoas estão mais viradas para os benefícios permanentes. Mas, há um ponto muito brilhante no relatório, que frisa “Promover a prosperidade de Macau através da Educação”. O Sr. Secretário usou uma descrição muito longa para este aspecto, um terço do texto, das páginas 239 a 250, num total de 11 páginas, o que evidencia o conceito governativo de melhor servir a população.

A economia de Macau não pode desenvolver-se por si só, carecendo do apoio de outros. Neste momento, a economia tem um bom desenvolvimento, devendo as qualidades e a educação cívica da população progredir em paralelo. Enriquecer a vida e a visão, os conhecimentos e as capacidades através da elevação do nível educativo, para enfrentar a futura concorrência mundial. Macau tem tão boas políticas de benefícios, sendo louvável a boa vontade do Governo para partilhar os frutos com a população. O progresso não pode separar-se da formação de talentos, mas julgo que não se trata de dar formação a um grupo de princesas e príncipes que só sabem gozar dos privilégios.

A política educativa patente nas Linhas de Acção Governativa é um compromisso que o Governo faz a longo prazo para Macau. Como, por exemplo, a nível do ensino superior, o Governo vai aumentar os investimentos em 26%. Para além disso, o número de vagas e o valor das bolsas de empréstimo no ensino superior são também aumentados, preparando-se ainda a criação do Fundo do Ensino Superior. O Sr. Secretário incentiva igualmente o espírito de educação contínua e a educação permanente. Há um esforço na realização de acções de formação de talentos de Macau. A ênfase no desenvolvimento de recursos qualificados, para o futuro interesse de Macau a longo prazo, é uma postura que um Governo responsável deve assumir. Concordo em absoluto com as respectivas políticas. Gostava de perguntar ao Sr. Secretário como é que vai concretizar esse espírito e as respectivas políticas. A Sr.<sup>a</sup> deputada Ho Sio Kam quer conhecer também o modo como vai baixar a taxa de reprovação.

Em termos de educação, não se trata apenas de transmitir conhecimentos e aptidões, pois tal inclui também uma orientação do pensamento. A educação cívica também é ensino. Na sua intervenção, o Sr. Secretário falou no cultivo de uma filosofia de vida e valores morais correctos nos alunos. Na verdade, não é só nos alunos, é igualmente importante o reforço da educação cívica na população, rectificando os valores morais dos cidadãos.

Desde que, há anos, foi lançado, pela primeira vez, o plano de comparticipação pecuniária, distribuindo o Governo muito dinheiro à população, nota-se um efeito nocivo, quer entre os que têm ou não têm dinheiro, fazendo subir muito a taxa de inflação. Não há dúvida que o plano de comparticipação pecuniária, bem como o cabaz de benefícios, permitem que a vida seja passada melhor, criando um certo equilíbrio psicológico a muitas pessoas. Com o andar dos tempos, estas medidas, quando passarem a ser uma rotina, fazem com que as pessoas as tomem como vantagens obrigatórias. Há muita gente que se preocupa apenas com o eventual aumento do valor do plano de comparticipação pecuniária e dos demais subsídios que constam anualmente nas Linhas de Acção Governativa. Quanto dinheiro se recebe no próximo ano? Há opiniões que dizem que há falta de planeamento a longo prazo nas Linhas de Acção Governativa, mas a verdade aí está, seja por via dos meios de comunicação ou por divulgação junto da população, o foco da discussão recai sobre os benefícios monetários. O planeamento a longo prazo é um aspecto para o qual muitas pessoas prestam atenção ou discutem. A postura das pessoas tem vindo a transformar-se, nestes últimos anos. A expectativa anual de algumas pessoas, quanto às Linhas de Acção Governativa, é entendida como dinheiro que cai do céu. Há dois anos, quando se propôs nas Linhas de Acção Governativa a transferência de parte do valor da compensação pecuniária para a conta individual de previdência central, isso gerou imensa polémica, discutindo-se, inclusivamente, a questão em artigos de jornal. Será que isto tem razão de ser? Quando há um juízo de valores idêntico para toda a cidade, torna-se assustador, tal como quando se fala

constantemente em maiores oportunidades de mobilidade vertical, a qual resulta somente de um esforço pessoal, mas muitas pessoas não pensam assim, achando que se deve despedir primeiro, os gestores que vêm do exterior. Que estado de espírito é este? Mais, mal concluem os cursos, querem logo ter casa e, quando não conseguem, dizem que o mal é do Governo. É certo que a economia está boa, com receitas financeiras razoáveis, mas, quanto a garantir que todos possam comprar casa, creio que o erário público não deve ser gasto desta maneira, aliás, nenhum Governo consegue fazer isso. As pessoas não param de pedir isto e aquilo, aumento de benefícios sociais, e, para cúmulo, alguns políticos, como querem engraxar os eleitores, vão na onda, criando muitas expectativas e desejos irracionais. Há pessoas que não querem dar, mas só receber, querem direitos sem cumprir deveres. Se toda a gente pensa que as receitas públicas podem ser utilizadas a bel-prazer, futuramente, quem vai construir o futuro de Macau? Que condições temos, no futuro, para manter altos benefícios? Há anos que o Dubai é um bom exemplo.

O fenómeno que aponte é reflexo de problemas na sociedade e na educação, que espero seja tomado em atenção, reflectido e discutido. Os efeitos secundários das medidas de benefícios a curto prazo podem ser estudados no âmbito dos assuntos sociais e cultura. Pensar igualmente no problema através da educação, rectificando as ideias e os valores irracionais. É um planeamento de trabalho a longo prazo. A missão é bem grande.

Ontem, o Sr. Presidente Ip referiu-se à taxa de retorno de 1,64%. Depois de comparados os dados, noto que é mais do dobro da taxa de retorno dos investimentos do Fundo de Reserva de 0,7%. Penso que há uma coordenação errada dos recursos feita pelos governantes.

Nas Linhas de Acção Governativa do próximo ano, em relação às medidas destinadas ao cuidado de idosos, a descrição não é pouca, pois, só em termos de subsídios, isso já nos turva a vista. Tal como no panfleto que auxilia os cidadãos a sintetizarem a matéria, constam os subsídios para idosos, as pensões para idosos, a comparticipação pecuniária, o montante adicional da previdência central, tudo somado, cada idoso recebe 60.000 patacas ao ano, o que dá uma média de 5.000 patacas por mês, acrescentando ainda as 600 patacas dos vales de saúde. Com tantas modalidades, os idosos nem vão conseguir contar bem. Será que a Administração não pode simplificar isto um pouco? As pensões para idosos estão inseridas na política de protecção de aposentação a longo prazo, cuja atribuição é feita mensalmente, enquanto os subsídios para idosos, que tiveram início em 2005, tinham como objectivo inicial chamar a atenção e apelar ao respeito para com os idosos, concedendo-lhes anualmente um subsídio. Se tivermos que os diferenciar com rigor, trata-se de subsídios com funções diferentes. Mas, com o decorrer do tempo, os subsídios para idosos passaram a ser uma medida de longa duração. Não será então de os transformar num único subsídio, para simplificar os procedimentos? Ou, quem sabe, uniformizar as datas de atribuição? O Chefe do Executivo chegou a anunciar, nas Linhas de Acção Governativa, uma tendência neste sentido. Na página 13 do Relatório, menciona-se que o Governo vai estudar a viabilidade de inserir a pensão para idosos no âmbito da segurança social, de forma a elevar a eficácia da concessão da pensão e do subsídio para idosos. Pessoalmente, sou a favor de que se junte o subsídio para idosos e a pensão para idosos na protecção social pós-aposentação, o que é mais conveniente, quer para o Governo, quer para os idosos. Será que o Sr. Secretário pode falar um pouco acerca dos pormenores desse estudo? Qual a orientação dos trabalhos? Pois bem, não encontro referência disso no Relatório das Linhas de Acção Governativa do Sr. Secretário.

Resta-me ainda um pouco de tempo. Gostava de falar do que disse há dias, quanto à questão da revisão do regime de isenção de imposto de veículos. De facto, a sobrecarga de tráfego nas vias rodoviárias é severa. Já não é a primeira vez que proponho ao Governo que reveja o Regulamento do Imposto sobre Veículos Motorizados, sobretudo o estudo da revogação de isenção a sectores com maiores lucros, tais como, os hotéis, as agências de viagens, os casinos, entre outros, para amenizar a invasão de veículos com chapas de matrícula amarela pelas estradas. Uma vez que o âmbito do problema é extenso, seja a nível de turismo, do pagamento de imposto, dos assuntos de justiça, a Secretária para a Administração e Assuntos de Justiça, o Secretário para a Economia e Finanças e o Secretário para os Transportes e Obras Públicas já deram *feedback* sobre esta matéria, mas, no fundo, não houve ainda um consenso muito claro.

Os casinos, os hotéis e as agências de viagens são empresas sujeitas ao domínio de gestão da Direcção dos Serviços de Turismo. Será que, neste momento, é necessária uma tão grande frota de veículos de turismo? O Sr. Secretário acha isso adequado? Para os autocarros ou automóveis ligeiros de turismo, isentos de imposto, basta que neles seja inscrito o nome da empresa, seja com letras grandes ou pequenas, visíveis ou não, sendo algumas delas tão pequenas que só podem ser lidas à lupa. Na verdade, a generalidade das pessoas desconhece se os mesmos são utilizados para serviço. Será que estes veículos isentos de imposto não são para uso dos administradores das respectivas empresas? Seja viaturas para uso dos administradores ou dos patrões, será que é justo para com os contribuintes que pagam imposto? Acho que é um abuso em termos de recursos, desperdiçando o erário público e sorvendo os interesses dos contribuintes que pagam imposto. Espero que o Sr. Secretário possa analisar esta questão com os Serviços competentes, revendo a situação dos veículos com chapa de matrícula amarela.

Obrigado.

**Presidente:** Sr.<sup>a</sup> Deputada Kwan Tsui Hang.

**Kwan Tsui Hang:** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Secretário

Srs. Representantes do Governo

Hoje, queria analisar com o Sr. Secretário a questão da segurança social.

Ontem, o Sr. Secretário referiu-se a muitas ideias do Governo, no âmbito do sistema de segurança social, salientando algumas questões sobre o regime de segurança social, no que concerne ao Fundo de Segurança Social. Lembro-me que, há dias, o Chefe do Executivo, quando esteve aqui na Assembleia Legislativa, trouxe-nos a informação de que, no próximo ano, a pensão para idosos será aumentada para 3.000 patacas. Trata-se de uma notícia muito boa para os idosos que dela beneficiam. O Governo disse igualmente que, nos próximos quatro anos, irá injectar um capital de 37 mil milhões. Creio que é uma boa notícia e garantia, em termos de recursos financeiros, para a continuidade de funcionamento do regime de segurança social, a longo prazo. Sr. Secretário, ontem falou sobre uma boa expectativa, qual seja, a estabilidade do Fundo de Segurança Social durante os próximos 40 anos. Os jovens que ouviram isto, exclamaram: podemos estar descansados. Mas, em

relação a este problema, quero dizer-lhe que, depois de muito pensar e repensar, não sei como é que o Sr. Secretário fez as contas, pois, no fundo, até ao momento, não sei o que é que está projectado e planeado, no que se refere à atribuição de benefícios pelo Fundo de Segurança Social, sobretudo a nível da pensão para idosos. Penso que não é apenas um problema do Conselho de Administração, porque envolve o futuro bem-estar de umas centenas de milhar de pessoas de Macau. Por isso, gostávamos de conhecer a realidade. Contudo, lamentavelmente, não falou desses aspectos, apenas salientando que não haveria problemas durante 40 anos. Mas, precisamos de dados. Desta forma, espero que possa esclarecer estes problemas. Penso que, do que consta no Relatório das Linhas de Acção Governativa, não há condições para tal, porque tutela muitas áreas. Julgo que, no futuro, vou insistir nisto, esperando que o Sr. Secretário nos possa fornecer mais dados, pois, até ao momento, ainda não foi esclarecida, no Conselho Permanente de Concertação Social, a futura concepção total da segurança social.

Quanto ao segundo aspecto, o segundo nível de protecção social pós-aposentação, ontem, alguns colegas falaram sobre o regime de segurança social de dois níveis, sendo a pensão para idosos apenas uma primeira linha na protecção básica para a terceira idade, enquanto que a segunda linha reside no regime de previdência central. A ideia inicial do Governo era para activar o regime de previdência central através da previdência central não obrigatória. Quando se fala em não obrigatoriedade, isso significa que a participação é voluntária, mas como é que vai ser feito? Na verdade, este assunto já foi debatido há alguns anos e não vejo que nada tenha sido feito pelo Governo a nível do regime de previdência central. Neste âmbito, muita gente fala de um problema, qual seja, a existência de um regime de aposentação no sector privado. Lembremo-nos que, em 2010, o Governo apresentou esta matéria na Assembleia Legislativa e, nessa altura, foram avançados alguns dados. Foi dito então que os empregados que participam no regime de aposentação do sector privado, que são quase 80.000 pessoas, exactamente 78.000 pessoas, representam mais de 600 empresas. Pelos vistos, bastava ao Governo esforçar-se um pouco mais para criar algumas condições de incentivo para inserir o regime vigente na previdência central de carácter não obrigatório. Ora, não sei porque é que, até agora, ainda não foram contactadas as respectivas empresas, abrindo caminho e condições para o respectivo diálogo. Trata-se, afinal, de um problema de determinação da parte do Governo ou será que encontrou dificuldades? Gostava realmente de saber o que se passa. Quanto mais tarde for implementado o regime de previdência central, mais prejuízo tal acarreta na protecção social pós-aposentação dos trabalhadores.

Para além disso, os colegas também se referiram ontem, e as opiniões podem servir para sua referência, sobre os itens de financiamento, incluindo a aplicação do “Quadro geral”, bem como os dados apresentados ontem sobre as cerca de 200 organizações de serviço social não governamentais que são financiadas pelo Governo e que têm condições para criarem a previdência central. Como é que pode ser dado aqui o primeiro passo? Acho que o Governo deve assumir uma postura dinâmica. Não sei como é que o Sr. Secretário vai responder a isto, mas eu, como elemento do sector laboral, espero sinceramente que o Governo possa aperfeiçoar os respectivos regimes, dando um passo em frente.

Quanto a outro aspecto, o problema da gestão do Fundo de Segurança Social, há instantes, o Sr. Deputado Tsui fez um elogio. Também eu preciso de fazer um elogio. De quê? Pois bem, comparando com a Autoridade Monetária, os resultados são muito

melhores. Mas, reparei que os juros das contas individuais da previdência, nestes últimos dois anos, foram muito altos. O Sr. Deputado Ung fez uma pergunta ontem, mas penso que ele verifica as contas com pouca frequência. Porém, como o assunto é mais pertinente para nós, costumamos verificá-las. Pois bem, para um depósito constituído em tão pouco tempo e com tão baixo valor, os que não levantaram ainda o montante ou os que não completaram ainda os 65 anos de idade recebem 600 patacas de juros. É um bom provento. Há quem questione, ironicamente, como é que o Governo pode deixar que a gente deposite mais algum dinheiro nas contas? Com juros tão altos, seguramente que são mais altos que os dos bancos. Acho que é um bom caminho, mas, em termos de nível de exigência, continuo a esperar que os gestores do Fundo de Segurança Social tenham um espírito mais aberto, pois o tipo de gestão actual é completamente diferente do que era praticado em 1990, aquando da criação do Fundo de Segurança Social. Não concordo totalmente com o que o Sr. Presidente Ip disse ontem. Há um Conselho de Administração, mas este órgão, nessa altura, funcionava com pouca eficácia a nível do Fundo de Segurança Social, porque os recursos eram reduzidos. Creio que o modelo de gestão ora adoptado ainda servia, mas hoje reparo que o saldo já ronda os 11 mil milhões. Com um montante tão grande estagnado, o valor acrescentado no investimento de capital deveria ser melhor. Há ainda um problema muito importante no Fundo de Segurança Social, qual seja, a contribuição e pagamento imediatos, razão por que esse montante não é praticamente movimentado. Nesta situação, os retornos de investimento devem ser maiores. Não estou a duvidar da capacidade dos membros do Conselho de Administração, mas, acho que podem não responder cabalmente às necessidades de investimento profissional. Será necessário reforçar e melhorar o mecanismo, recrutando mais pessoas adequadas para darem algumas opiniões. Acho que este aspecto merece ser levado em consideração.

O Sr. Presidente Ip disse também que poderão procurar alguns gerentes de Fundos para investir mais activamente. Acho que é uma boa sugestão, mas alertava aqui para o que se passa no regime de previdência obrigatória praticado em Hong Kong que, com o decorrer dos anos, envolve custos elevados de gestão, razão por que estão agora a proceder à revisão do regime. Macau não terá que seguir por esse caminho, nem as devidas expectativas devem ser depositadas nas mãos de outrem. Acho que estes aspectos devem ser mais pensados. São, por isso, sugestões pessoais, que podem servir de referência.

Gostava de falar, seguidamente, sobre a questão da educação. Ontem, em relação ao ensino não superior, de facto, o Governo disse muito pouco. Recebi algumas boas opiniões quanto ao problema dos subsídios atribuídos aos alunos das escolas não inseridas na rede escolar. Não vou mencionar algumas questões ocorridas no decurso do processo, mas, creio que o Governo sabe perfeitamente o que se passa. Acho que as escolas inseridas na rede de escolaridade gratuita são um suporte muito importante. Porque é que o Governo teve que criar uma rede da escolaridade gratuita? Pois bem, para incentivar as escolas a aderirem à rede, para melhorar o regime da escolaridade gratuita. O objectivo mais importante é que todos os alunos possam gozar de iguais e justos recursos de aprendizagem, incluindo os que não têm condições ou que se encontram em situação carenciada, garantindo-lhes uma escolaridade gratuita de 15 anos, portanto, uma solução justa para todos. Este o cerne da criação da rede de escolaridade gratuita. Mas, agora, segundo o que as escolas da rede me disseram, exceptuando a verba prevista por turma, em tudo há condicionalismos, em termos de admissão de alunos, propinas ou outras despesas colectáveis, razão por que não têm recursos para

reforçar as infra-estruturas e admitir mais pessoal docente. Será este um resultado justo? Na página 14 do texto apresentado ontem pelo Sr. Secretário, fala-se na prioridade ao apoio a algumas escolas, sobretudo às que estão inseridas na rede. Mas, como não especificou o respectivo conteúdo, espero que o Governo, através do presente debate das Linhas de Acção Governativa, possa esclarecer as escolas da rede, sobre qual o raciocínio e a ideia do Governo, para que não haja tantas opiniões, influenciando a eficácia do ensino.

Um outro aspecto falado, há pouco, foi o problema da taxa de insucesso escolar. Não vou debruçar-me concretamente sobre este tópico, mas acho que o Governo, a nível da educação, tem uma falha, pois os alunos são diferentes entre si e a educação que hoje temos está virada apenas para conhecimentos, habilitações e respostas a exames. Mas, para os que estão menos habilitados a ler e a escrever ou para outros que tenham maiores aptidões, que outras soluções lhes podem ser proporcionadas, especialmente para o futuro de Macau? Há muita gente que se farta de falar em falta de talentos em Macau, razão por que foram importados tantos ao longo dos últimos 10 anos. Porque é que não os temos? Houve um governante que disse, há dias, que o regime de importação de trabalhadores não residentes já vigora há 30 anos. Não sou contra a colmatagem de recursos humanos, face às carências existentes, mas, quando uma pessoa se farta de dizer que não há talentos em Macau, há 30 anos, qual a razão? Será que o problema está no sistema educativo ou será que não têm o propósito de pensar na formação de talentos? O que eu queria dizer é que o Governo não reflectiu seriamente no futuro do ensino profissional. Muito simplesmente, no futuro, quando o metro ligeiro entrar em funcionamento, o que é que vão fazer em termos de formação de quadros com cursos médios, a nível da electromecânica? Não tem necessariamente que ser a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais a organizar os cursos de formação, mas, sim, começar pelo ensino profissional. Espero, por isso, que o Governo faça uma melhor reflexão sobre isto. Li hoje o relatório de um profissional da área do ensino, sobre a visita de estudo organizada pela Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, à Alemanha, manifestando-se impressionado pelo contexto total do ensino profissional na formação de recursos humanos. Os membros do Governo passam a vida a fazer visitas ao exterior, mas, será que não deverão adquirir uma nova mentalidade? Proponho que pensem nisto.

Era para falar sobre o turismo, mas, como já não tenho muito tempo, só queria falar sobre o seguinte, pois, ontem, o Sr. Secretário falou em 200 e tal instituições. O Governo, quer mediante a aquisição de serviços quer em colaboração com algumas entidades do sector privado, presta serviços à população. Mas, qual o objectivo, para além de apoiar os cidadãos? Poupar recursos? Espero que o Governo avalie esta situação, pois, no passado, havia menos organismos e as instituições assumiam elas próprias parte dos serviços comunitários, mas, quando as instituições começam a multiplicar-se, para atingir as 200, como é que estas estão a dar aquele apoio? Por conseguinte, o Governo, ao fazer a distribuição dos recursos, terá que avaliar as situações. O Governo tem muitos recursos, mas as instituições do sector privado têm poucos recursos, contudo, o Governo não tem solução para proporcionar serviços de qualidade aos cidadãos.

O tempo está a terminar, não consigo acabar.

Obrigada.

**Presidente:** Sr. Deputado Chui Sai Cheong.

**Chui Sai Cheong:** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário

Srs. Representantes do Governo

Caros colegas

Gostava, antes de mais, de trocar ideias com o Sr. Secretário sobre alguns problemas e fenómenos relacionados com o crescimento dos jovens.

Quanto ao estudo da condição física da população de Macau, que indica que o estado físico dos jovens de Macau é tendencialmente débil, vejo que chamou a atenção de todos. Os jovens são o pilar do nosso futuro, um suporte para o desenvolvimento sustentável de talentos na sociedade. Os jovens aprendem conhecimentos nas escolas, sendo aqui que crescem e passam por uma fase importante da sua vida. Através do diálogo com alguns encarregados de educação, há escolas que fazem melhor, dão duas aulas de educação física por semana, fazem exercício matinal todos os dias e exercícios para os olhos durante os intervalos escolares. Isto ajuda os jovens a relaxar um pouco perante a aprendizagem tensa das aulas e, o mais importante, ajuda-os a treinar o corpo e a mente. Há, no entanto, muitas escolas que só dão uma aula de educação física por semana, sem qualquer outro tipo de actividade desportiva, sendo o resto do tempo apenas aulas e explicações. Porque é que, no que concerne ao desporto, há tanta diferença entre as escolas? Será que há orientações dos Serviços de Educação para as escolas quanto a este aspecto? Ou as actividades desportivas estão abrangidas no âmbito das orientações? Quais são as medidas levadas a que os Serviços de Educação prevêm para enfrentar a condição física tendencialmente débil dos jovens de Macau?

Um outro aspecto que gostava de dialogar com o Sr. Secretário tem a ver com uma série de medidas para o reforço da equipa docente, salientada nas Linhas de Acção Governativa, incluindo a melhoria das regalias dos docentes, a intensificação do diálogo com os docentes da linha da frente, o aumento da colaboração entre encarregados de educação e escolas, a melhoria do nível profissional dos docentes e das técnicas pedagógicas, entre outras. Creio que isto colhe basicamente a nossa concordância. Em consonância com o desenvolvimento social de Macau, as regalias dos docentes tendem a melhorar, pelo que, até certo modo, atrai a entrada de mais jovens para a carreira. A capacidade de assimilarem novos conhecimentos e de terem uma mente mais criativa são características dos jovens. Mas, em contrapartida, são mais facilmente influenciados pelo meio envolvente. Os temas de conversa entre os jovens docentes e os alunos podem ser mais próximos e entre si podem ter uma maior confiança mútua, podendo mesmo influenciar o comportamento e a orientação dos alunos. Será que a Administração prevê o aspecto da ética profissional na formação dos docentes, para que o espírito de luta pelo melhor, amor à profissão, valores morais e filosofia de vida correctos sejam inspirados nos alunos desde pequenos?

Para além disso, no âmbito da juventude, das Linhas de Acção Governativa do Sr. Secretário, refere-se o incentivo ao associativismo juvenil. Falei, há pouco, da facilidade dos jovens em captar novos acontecimentos e novas mentes, mas de serem também facilmente influenciáveis. A participação em actividades associativas é um direito conferido pela Lei Básica, sobretudo aos jovens. Do ponto de vista positivo, achamos que o associativismo é favorável ao

desenvolvimento harmonioso da sociedade e, como tal, o Governo da RAEM incentiva os jovens ao associativismo, mas em termos concretos, qual o pressuposto? Quais os trabalhos ora desenvolvidos? Gostava que o Sr. Secretário falasse sobre isto.

Por último, já ouvi muitos colegas e representantes do Governo discutirem sobre os problemas do Fundo de Segurança Social. Gostava de dar a minha opinião pessoal e espero que o Sr. Secretário pense nela. Em primeiro lugar, reconheço o imenso trabalho desenvolvido pelo Sr. Presidente Ip e colegas, colhendo alguns resultados, mas acho, igualmente, que, para além do esforço despendido, estão a assumir uma responsabilidade maior do que aquela que deviam assumir, e porquê? Vejamos as coisas por dois prismas.

Primeiro, o Conselho de Administração do Sr. Presidente Ip tem apenas cinco membros, pois, de facto, apenas ele e um membro a tempo inteiro assumem a responsabilidade pelas tarefas do quotidiano, exercendo os restantes três membros funções a tempo parcial. Creio que estes três elementos também trabalham bastante, mas só participam em reuniões. Fiz uns estudos e fiquei a saber que a carga de responsabilidade que o Sr. Presidente Ip e o membro a tempo inteiro assumem é bem pesada. Se as coisas correrem bem, não há problema, mas, quando acontecer alguma coisa, será muito difícil arranjar alguém para os ajudar. O montante do Fundo é cada vez maior, sendo cada vez mais pesada a responsabilidade. Proponho, assim, ao Sr. Secretário, que dê mais espaço de manobra ao Sr. Presidente Ip, por exemplo, nomeando mais um ou dois elementos para o Conselho de Administração, empregando profissionais da área, seja a tempo inteiro ou parcial, para ajudar o Sr. Presidente Ip.

Segundo, acho que, sendo o fundo tão grande, deve haver uma Comissão de Fiscalização. Para fiscalizar o trabalho do Sr. Presidente Ip, por um lado, e para partilhar a sua responsabilidade, dando-lhe opiniões *a posteriori* ou sugestões *a priori*. Penso que estes aspectos devem ser reflectidos pelo Sr. Secretário, quando regressar ao seu Gabinete.

Era isto o que queria dizer.

**Presidente:** Sr. Deputado Au Kam San.

**Au Kam San:** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário

Srs. Representantes do Governo

Caros colegas

Muitas das questões já foram abordadas, portanto, queria apenas concentrar-me mais nos mecanismos de longa duração. Dos quatro mecanismos de longa duração, três deles são do Sr. Secretário, à excepção da garantia de habitação.

O mecanismo de segurança social de longa duração, segundo a minha óptica, de facto, é um aspecto brilhante, desta vez, nas Linhas de Acção Governativa. Mas, tomando-o como exemplo de mecanismo de longa duração, qual a razão para serem injectados 37 mil milhões em quatro anos? Será que pode durar 40 anos? A deputada Kwan já colocou dúvidas sobre isso. Espero que o Sr. Secretário nos possa fornecer mais dados, pois, para além dos 37 mil milhões, o Sr. Secretário adiantou-nos ontem que vão ser transferidas

anualmente mais verbas das receitas brutas do jogo, aplicando mais 4 mil milhões. Ora, será que vai conseguir aguentar? É uma dúvida, a não ser que o sistema seja ajustado no seu todo. Espero, por isso, que este mecanismo de longa duração possa ser eficaz a longo prazo, em vez de fazer ver a muitas pessoas... o Fundo de Segurança Social como uma contribuição a fundo perdido, criando uma sensação de risco nas pessoas.

O referido mecanismo inclui também a pensão para idosos. Houve um colega que referiu que esta pensão vai ser aumentada para 3.000 patacas, pois, segundo o que foi dito pelo Chefe do Executivo, juntar-se-á a esta pensão, mensalmente, o subsídio para idosos. Nessa altura, somando a pensão para idosos com o subsídio para idosos, serão 3.550 patacas, por mês, o que ultrapassa o valor do risco social, aliviando a pressão do meio social. Este raciocínio é correcto.

Mas, segundo algumas opiniões recebidas de amigos que recebem o subsídio de invalidez, que porventura o Sr. Secretário também já conhece, esperam aqueles que o subsídio de invalidez possa ser igualado ao valor do risco social. Se tiverem sorte, conseguindo o subsídio de invalidez e a previdência social ao mesmo tempo, podem receber em média mensal... no futuro, tudo somado, recebem, por mês, 2.550 patacas ou, em último caso, 3.100 patacas. Se aumentarem um pouco, já se fica mais perto do valor do risco social, o que é uma boa resposta às solicitações das pessoas.

No entanto, segundo o pessoal de serviço social que presta apoio aos deficientes, é dito que o subsídio de invalidez agora dividido em duas categorias, subsídio de invalidez normal e subsídio de invalidez especial, na verdade, não é muito adequado, embora tenha sido aprovado pela AL, pois a invalidez normal recebe menos, enquanto que a invalidez especial recebe mais, o que nem sempre está certo. Talvez porque os deficientes com invalidez normal, como têm mais mobilidade, gastam mais em transportes públicos, etc. Neste momento, a divisão em duas categorias não é muito justa. Penso que isto deve ser revisto e reconsiderado. Se os subsídios puderem ser atribuídos mensalmente, isto é, se a previdência social de invalidez e o subsídio de invalidez forem pagos mensalmente, poderão aproximar-se mais do valor do risco social e isto facilita a vida aos amigos beneficiários.

O segundo mecanismo de longa duração tem a ver com a educação. Há, de facto, muito que falar sobre a escolaridade gratuita por 15 anos, que todos elogiam, qual grande benevolência do Governo. Mas, na altura, houve pessoas que fizeram críticas no hemiciclo, achando que a escolaridade gratuita não quer dizer que os problemas sejam todos resolvidos. É verdade, tal não resolve todos os problemas. O fundamental é que a base dos 15 anos de escolaridade gratuita possa promover a base de um ensino de qualidade. Qual é o problema actual? Por falar em taxa de insucesso escolar, um problema a que muitos estão atentos, como resolver isto? Um aspecto fulcral é o apoio aos alunos sem aproveitamento. Querer ou encontrar alunos de elite é bom para a RAEM. Mas, fortalecer a base dos alunos necessitados é igualmente importante. Os problemas que surgem, neste momento, têm a ver com as bases dos alunos, que não são boas, fazendo com que muitos alunos não tenham aproveitamento e que a taxa de insucesso escolar seja alta. Será que o Governo, ao despender tantos recursos para promover a escolaridade gratuita, tem meios para aplicar alguns recursos para incentivar e apoiar os alunos retrógrados, ajudando-os a avançar para a frente? Tínhamos antigamente, na China, um filme chamado “*Nenhum a menos*”, em que se falava no apoio aos alunos mais

atrasados ou com dificuldades de aprendizagem, dando-lhes recursos para os ajudar. Acho que é um aspecto que merece ser reflectido, em vez de dizerem que só querem reduzir a taxa de reprovações. Reduzi-la a partir de quê? Mediante o apoio a dar aos alunos retrógrados para recuperarem a marcha. Será este o procedimento correcto. Espero que pensem nisto e dêem apoio às diferentes escolas, pois, se as escolas tiverem planos de apoio aos alunos retrógrados, o Governo deve, de facto, dar-lhes mais apoio, para que esses planos sejam concretizados.

A outra questão educativa a resolver, que tem a ver com o apoio aos docentes, é também importante. Como apoiá-los? Tenho dito que os docentes têm que acompanhar o ritmo dos tempos. Para além do aumento das regalias previstas no “Quadro geral”, o mais importante é a promoção da qualidade no ensino, isto é, a melhoria das qualidades profissionais dos docentes. Como criar um plano de formação contínua para os docentes? Inclusivamente, a licença sabática para facilitar a frequência de cursos de formação dos docentes, durante o ano, actualizando os respectivos conhecimentos. Acho que é uma medida necessária. Hoje em dia, para se avaliar a qualidade do ensino, já não se levam em conta as mil e uma maravilhas que um docente diz nas aulas ou se sabe mesmo ensinar, mas sim o que os alunos, de facto, aprendem. Do que sabemos, Hong Kong já está a proceder a trabalhos nesse sentido. Um inspector, quando entra numa sala de aula, não vai avaliar como é que o docente ensina, mas sim o que os alunos conseguem captar. Temos, realmente, que começar também por este aspecto e progredirmos, sendo que o mais importante é considerar o que sai em termos de resultado. Bom, para tal, os docentes têm que se sujeitar a mais acções de formação, para resolver os diversos problemas. Julgo que só assim é que poderá ser elevada a qualidade do ensino em Macau.

Quanto à educação, em termos de mecanismo de longa duração, não vemos qualquer medida nesse sentido, esperando, portanto, que pensem um pouco mais sobre isto. O que se pretende é a melhoria da qualidade do ensino em Macau, no sentido de que os educandos sejam recursos qualificados no futuro, sendo este o objectivo do mecanismo a longo prazo.

O terceiro aspecto, sobre os cuidados de saúde. A nível de mecanismo de longa duração, vemos que o Governo lançou muitas infra-estruturas de *hardware*, embora não referidas nas Linhas de Acção Governativa deste ano, mas já anunciadas anteriormente. A previsão de mais infra-estruturas de *hardware* não quer dizer que haja serviços de qualidade. Nesta altura, essas infra-estruturas têm problemas. Segundo foi dito pelo Governo, quanto ao local de construção do Hospital das Ilhas, foi o mesmo definido em 2010, portanto, há dois anos. Era para estar finalizada a 1.<sup>a</sup> fase em 2014, mas, pelos vistos, a obra só começa em 2014. Havendo um local definido em 2010 e a obra começa apenas em 2014? É claro que há muitas justificações pelo meio, seja o parecer da consultadoria, as dificuldades no projecto de arquitectura, mas, será que podem justificar este atraso? Qual a razão para arrastar a construção do Hospital durante 4 anos? Acho que há que analisar e estudar seriamente os problemas do vosso trabalho. Porquê tanto tempo? Isto em termos de infra-estruturas de *hardware*.

Para além disso, há ainda, no futuro, os centros de saúde no Bairro da Ilha Verde, Lote 3, Seac Pai Van e Lote TN27 da Taipa. É evidente que o alargamento do sistema da área da saúde e dos centros de saúde vai implicar necessidades de pessoal médico e de enfermagem. Se, neste momento, já se diz que o pessoal não é suficiente, o que vai ser quando o sistema for alargado? Lembro-me

de o Sr. Director Lei ter dito que, no futuro, de acordo com o cálculo actual, faltam talvez umas centenas de médicos, mas enfermeiros faltam ainda mais, quando aquelas novas infra-estruturas estiverem concluídas. Mas, sabemos, também, que muitos dos alunos licenciados em Medicina que acabaram os estudos não puderam ingressar ou candidatar-se ao internato, desperdiçando-se esses recursos. Será que podemos realmente... pensar na forma de formação, como criar oportunidades para serem admitidos ao respectivo internato e estarem preparados para enfrentar o trabalho? Temos, por um lado, falta de médicos e, no futuro, vamos precisar de mais ainda e, por outro lado, muitos alunos licenciados em Medicina que não podem ingressar na carreira de médico. Há aqui um evidente erro de coordenação e, sendo assim, como é que o Governo vai resolver estes problemas? Acho este aspecto muito importante. Embora encontrem dificuldades na respectiva formação, porque o sistema de saúde é relativamente pequeno com poucos casos clínicos, o problema em si é sempre resolúvel, a não ser que não se queira, não é verdade? Ontem, antes de sair, dei ao Sr. Secretário o exemplo de um doente de oncologia que, depois das esperas todas, quando chegou a vez de consultar o médico no Centro Hospitalar Conde de S. Januário, este disse-lhe que não havia remédio, que só lhe restavam três meses de vida e que se podia ir embora. Esta pessoa já tinha ouvido falar de outros casos semelhantes no Hospital, que indicavam também não haver lugar a tratamento. Resultado, foi tratar-se em Hong Kong e ficou curado. O que é que o Governo da RAEM pretende realmente proporcionar, perante este tipo de qualidade de serviço e de postura médica? Compreendo que os médicos e os enfermeiros dos Serviços Públicos enfrentam uma pressão de trabalho muito grande, mas, quem está na profissão, deve ter a devida bondade e compaixão humana e, se puder curar as pessoas, porque não actua, em vez de as sentenciar à pena de morte? Espero que possam rever este aspecto. Não o obrigo a responder, mas estou a servir-me deste exemplo para a nossa discussão e para mostrar que existem alguns problemas no sistema de saúde.

Para além disso, ontem falou-se também do uso abusivo do serviço de urgência. Lembro-me que, sempre que o Sr. Director Lei aqui está, se fala disso, mas, qual a origem deste problema? Isso deve-se à insuficiência do serviço médico em horário nocturno. Será que, de ânimo leve, um simples cidadão que tenha uma gripe com febre vai ao médico? Pode ir como pode não ir e pode esperar até ao dia seguinte. Ou seja, ausenta-se ao serviço para ir ao médico. Se uma pessoa estiver naquela situação, se tiver um pouco de febre e se puder ser atendido por um médico nessa mesma noite já pode tomar os medicamentos e, no dia seguinte, ficar bom e voltar ao serviço. Pelo que se diz, uma pessoa que tenha um pouco de febre e que vai ao serviço de urgência, acham que isto é estar a abusar? Mas, que outros serviços lhe podem proporcionar? Há alguns centros clínicos que funcionam 24 horas por dia, com consultas nocturnas, mas não são muitos. Será que o Governo não poderá criar consultas nocturnas ou centros de saúde com consultas nocturnas, enquanto se pretende reduzir o número de pessoas que se dirigem ao serviço de urgência? Se este problema não for resolvido de vez, a situação abusiva no serviço de urgência vai continuar eternamente. O Sr. Director pode criticar as pessoas por abusarem do serviço de urgência, todos os anos, mas este problema deve-se à insuficiência da oferta material.

Por último, o controlo do tabagismo. Há muitos números neste particular, mas os problemas não são muitos, neste momento. A maior parte deles dizem respeito ao funcionamento, porque só há atendimento de chamadas e tratamento em horário de expediente, daí que, fora das horas de serviço, não há ninguém para tratar do assunto, o que é um grande problema. Afinal, só há proibição de fumo em

horário de expediente. E fora das horas de serviço, não há proibição de fumo? Se for assim, toda a gente fica a saber das regras do jogo. Como redistribuir o pessoal e tratar dos casos, para que o controlo do tabagismo seja uma boa medida?

Obrigado.

**Presidente:** Sr.ª Deputada Chan Mei Yi.

**Chan Mei Yi:** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Secretário

Srs. Representantes do Governo

As áreas tuteladas pelo Sr. Secretário são numerosas, com um âmbito de cobertura muito extenso, e têm a ver com o bem-estar da população de Macau, estando-lhe entregue sobretudo o das comunidades mais vulneráveis. Sabemos que o Sr. Secretário e os seus colegas trabalham muito, puxando muito pela cabeça. No ano que decorreu, o Sr. Secretário e os Serviços fizeram muito trabalho, com alguns resultados, especialmente na atribuição da pensão para idosos da segurança social, que responde às solicitações dos cidadãos, atingindo as 3.000 patacas. Embora ainda não anexada ao valor do risco social, já revela uma resposta do Governo à opinião da população. É claro que não é o óptimo, mas é sempre melhor e muitos aspectos podem ser ainda melhorados. Há tempos, quando foi feito o estudo sobre o índice de felicidade do território, registou-se um certo grau de insatisfação da população em relação aos quatro grandes factores intimamente ligados à sua vida. Os factores eram a habitação, os cuidados de saúde, a educação e o emprego, que apenas podem ser concretizados mediante políticas de longo prazo e grandes investimentos do Governo. Medidas pequenas e que beneficiam a população permitem apenas uma felicidade curta aos cidadãos. Por isso, para que os cidadãos se sintam mais felizes, o Governo deve ter uma visão e sensibilidade de longo prazo, introduzindo algumas medidas estáveis e de longa duração.

Num dos parágrafos do texto das Linhas de Acção Governativa do Sr. Secretário, menciona-se que, em 2013, entre todas as tarefas da área dos Assuntos Sociais e Cultura, as prioridades centralizar-se-ão no reforço do apoio dado aos grupos em situação vulnerável e dos cuidados prestados aos idosos, crianças, mulheres e deficientes, bem como no aperfeiçoamento do sistema da segurança social de dois níveis, aumentando o nível dos cuidados de saúde. Isto coincide com o que acabei de dizer. Como trabalhadora permanente da área do serviço social, tenho algumas questões a colocar ao Sr. Secretário.

Em primeiro lugar, os problemas relacionados com os deficientes físicos. Nas Linhas de Acção Governativa do Chefe do Executivo, fala-se no reforço do bem-estar da população como um tema de desenvolvimento a longo prazo, esperando-se que, a nível económico, Macau tenha um desenvolvimento estável, garantindo, assim, investimentos de forma segura e, com base nisso, um aumento das medidas a nível de benefícios sociais, concretizando o espírito de bem servir a população. Por falar em bem-estar da população, deve ser prestada mais atenção às comunidades mais vulneráveis, aos deficientes físicos e mentais e respectivos encarregados de educação, de forma a estender-lhes uma mão de apoio. De facto, neste momento, com a economia de Macau a desenvolver-se tão bem, será que aquelas pessoas podem partilhar atempadamente os frutos do desenvolvimento económico? Tudo depende da política do Governo. Mas, muitas das vezes, são elas as

primeiras a serem afectadas pela pressão que resulta do crescimento económico. O Governo, através da aplicação do actual regime de avaliação do grau de deficiência, bem como a atribuição do respectivo subsídio de invalidez, proporciona um melhor regime de protecção a esses deficientes e aos respectivos familiares. Quanto a pessoas ou agregados familiares com carência financeira, foi-lhes atribuído um apoio económico. Os portadores de grau de deficiência normal, se tiverem receitas com valor inferior ao risco social, podem requerer, a título pessoal, apoio económico, mas, como os deficientes físicos... os deficientes mentais, têm condições físicas muito específicas, têm que viver com os familiares, razão por que não podem requerê-lo a título individual. De facto, os deficientes mentais não têm capacidades básicas de emprego, sendo as suas receitas nulas, as despesas diárias, bem como o respectivo cuidado, são basicamente suportadas pelos membros do agregado familiar, que já assumem por si uma grande pressão diariamente, mas, lamentavelmente, o Governo não atendeu a este aspecto, obrigando a que o pedido de apoio económico dos deficientes mentais tenha que ser anexado aos elementos do respectivo agregado familiar. Numa visão objectiva, há uma certa injustiça para com eles, o que contraria a vontade inicial do Governo, no sentido de cuidar das pessoas carenciadas através da atribuição de apoio económico e de bem servir a população. Espero que o Sr. Secretário tenha compaixão pelas dificuldades que os deficientes mentais e os elementos dos respectivos agregados familiares enfrentam, regularizando algumas medidas no pedido de apoio económico dos deficientes mentais, autorizando-os a pedi-lo a título individual.

Para além disso, a sociedade está também atenta ao problema do envelhecimento dos deficientes mentais e dos respectivos familiares, esperando que o Governo possa construir lares de acolhimento com a maior brevidade. Ontem, alguns colegas quiseram saber quando é que os respectivos serviços entram em funcionamento e eu própria apresentei, no passado mês de Outubro, uma interpelação escrita ao Governo sobre esta questão, cuja resposta me foi dada ontem, muito rapidamente e de forma muito detalhada, em relação às respectivas medidas. Não vou falar mais sobre isto, mas espero que o Governo venha a criar aqueles serviços, o mais depressa possível, cumprindo a calendarização das acções, em ordem a ajudar aquelas famílias com necessidades.

Vou agora gastar um pouco de tempo para também falar com o Governo sobre os deficientes físicos. Para além do cuidado que quer demonstrar para com eles, através do apoio pecuniário, acho que o Governo deve incentivá-los a estarem mais inseridos na sociedade, assumindo a respectiva responsabilidade. O desenvolvimento e a participação dos deficientes físicos em actividades desportivas é uma boa solução. A prática do desporto é favorável à saúde dos mesmos, aumentando-lhes a confiança própria, o que pode encorajá-los a saírem mais de casa e a estarem integrados na sociedade. É uma glória para Macau os que alcançam bons resultados. Lamentavelmente, neste momento, o Governo da RAEM tem procedimentos diferentes para a generalidade dos atletas e dos atletas paraplégicos. Para promover actividades desportivas, o Governo da RAEM concede apoio aos atletas, através do Regulamento dos Prémios do Desporto de Alta Competição. Quando os atletas conquistam medalhas em competições internacionais, recebem prémios pecuniários. Tomando como exemplo os classificados em 1.º lugar nos campeonatos mundiais, recebem estes, a título individual, um prémio de 180.000 patacas, enquanto que, a título colectivo, recebem 120.000 patacas. Mas, os atletas paraplégicos não estão abrangidos por este Regulamento, mas sim pelo Regulamento dos Prémios do Desporto para Deficientes, havendo uma grande

diferença de tratamento entre os dois. Por falar em campeonatos mundiais, tais como, os Jogos Paralímpicos, os atletas paraplégicos medalhados em 1.º lugar apenas recebem, a título individual, um prémio de 20.000 patacas e, a título colectivo, 18.000 patacas de prémio. A diferença no prémio entre a generalidade dos atletas e os atletas paraplégicos é de nove vezes mais. Para além de achar injusto, interrogo-me se não haverá, de facto, alguma discriminação do Governo da RAEM para com os atletas paraplégicos. Quer os atletas paraplégicos quer a generalidade dos atletas, para conseguirem ter bons resultados, têm que se sujeitar a treinos árduos durante muito tempo, chegando mesmo a despendar o dobro do esforço para lutarem por alguma medalha. Os prémios pecuniários, para além de servirem de incentivo, podem ajudá-los nas suas necessidades diárias. Espero que o Sr. Secretário possa rever esta política, de forma a manifestar a atenção e o estímulo do Governo para com os deficientes físicos.

Como deputada da Assembleia Legislativa, para além de estar atenta à população e às comunidades mais vulneráveis, na luta por adequados benefícios sociais e direitos, devo defender o espírito das leis. Ontem, o Sr. Secretário respondeu às questões sobre a criação e definição do Conselho para os Assuntos Médicos. Gostava de colocar também algumas questões relacionadas com o Conselho de Assuntos Médicos e a Lei do Erro Médico.

Antes de mais, a criação do Conselho para os Assuntos Médicos já foi discutida há alguns anos, havendo consenso entre o Governo, o sector e a população, no que toca à necessidade da sua criação. Mas, qual a organização, a estrutura e as competências daquele Conselho? Qual a definição do seu papel? São aspectos muito importantes. Espero que o referido Conselho seja profissional, tenha autoridade e reconhecimento e seja responsável, porque não deve ser apenas um organismo de consulta, pois, no futuro, seja no reconhecimento profissional, emissão de licenças, polémicas com incidentes médicos ou até mesmo em processos judiciais, o Conselho deve ter um papel como autoridade autónoma. A definição e a aplicação da Lei do Erro Médico carecem da competência decisiva atrás mencionada. Se existir apenas o Conselho para Assuntos Médicos, sem que haja a Lei do Erro Médico, quer dizer que há pessoas, sem lei, sendo muito difícil a respectiva aplicação. Se existir a Lei do Erro Médico, sem o Conselho para os Assuntos Médicos, apenas a lei sem pessoas a decidirem, é claro que não funciona, tal qual um par de mãos a conduzir uma viatura sem duas rodas, pois não pode faltar nenhuma delas. Partindo das situações enumeradas, perguntava ao Sr. Secretário, o que é que acha disto? Entre os dois, qual deles deve ser criado primeiro? Qual o primeiro e qual vem a seguir? Há, de facto, uma relação decisiva de consequência. Espero que o Sr. Secretário nos possa esclarecer isto.

Outro aspecto que gostava de referir é sobre a violência doméstica. No ano passado e já este ano, fiz uma interpelação por escrito, três vezes, sobre a protecção das crianças e sobre a lei contra a violência doméstica. Julgo que a violência doméstica deve ser considerada como crime público, aliás, alguns dos colegas também concordam com este ponto de vista. Mas, lamentavelmente, o Sr. Secretário, aquando da resposta dada em sessão de debate, apenas disse: a tónica legislativa vai estar no reforço do mecanismo de protecção e de apoio às vítimas, alterando inclusivamente o nome da lei, para Lei de Prevenção à Violência Doméstica. Sei que há opiniões na sociedade que acham que se a violência doméstica for considerada como crime público, tal pode servir de obstáculo à reparação da relação familiar, ponto de vista que obriga, de facto, a vítima a ter de suportar o acto da violência doméstica, despreocupando-se pelo respectivo direito

humano fundamental. Penso que, em termos objectivos, isto vai criar um efeito de tolerância à violência doméstica. É este o meu ponto de vista em relação a isto. Sr. Secretário, vou apontar-lhe alguns exemplos. Se uma vítima de violência doméstica tiver que se queixar à Polícia e quiser processar alguém, até o caso ser aceite, muitas das vezes, como depende financeiramente do agressor e não tem meios para se socorrer ou porque tem vergonha de contar aos outros, só resta à vítima sofrer no silêncio. Há casos em que as vítimas são agredidas há mais de cinco ou dez anos, incluindo crianças. As crianças vitimadas nem podem sequer queixar-se à Polícia e, mesmo queixando-se, o caso será entregue aos respectivos encarregados de educação para tratamento, sendo estes os próprios agressores, o que significa, de facto, colocar as ovelhas na boca do tigre. Há casos que envolvem até agressão sexual. Internacionalmente, as acções de protecção às crianças são consideradas prioritárias e daí a criação da Convenção dos Direitos das Crianças, sendo a China um dos países convencionados. Desta forma, se não for considerada como crime público, qualquer vizinho que tenha conhecimento do problema, mesmo que venha a fazer queixa, o caso nunca será tratado. Sendo um crime público, pode servir de alerta aos agressores, como objectivo principal, pois, uma vez descobertos, serão punidos e só assim é que os efeitos de cautela podem ter resultado. Dou-vos ainda outro exemplo: se o tráfico de droga não fosse um crime público, ninguém faria queixa dos criminosos e dos traficantes de droga. Como levá-los então à justiça?

No tempo que me resta vou falar sobre segurança social. Quanto à previdência social, há muitos anos que temos vindo a lutar para que o valor seja de 3.000 patacas, anexando-o ao valor do risco social. Estou satisfeito por encontrar nas Linhas de Acção Governativa do Chefe do Executivo, a subida desse valor até 3.000 patacas. Os governantes já adiantaram também que a média mensal, incluindo o subsídio de 6.600 patacas para idosos, será de 3.550 patacas. Há colegas que adiantaram, há pouco, considerar o subsídio para idosos como um mecanismo de longa duração. Concordo com esta sugestão e espero, igualmente, que o Governo possa juntar o subsídio para idosos à pensão para idosos, fazendo uma concessão a longo prazo. Na realidade, o Governo disse que, a curto prazo, o Fundo de Segurança Social não iria falir. Os idosos recebem essa participação como uma benevolência do Governo, mas deve pensar-se em situações de risco enquanto há prosperidade e, neste momento, com a situação tão bem agora em Macau, o Governo deve pensar mais na população. Em termos de contribuição da segurança social, como criar um mecanismo com maior duração? Há que definir claramente, nesta altura, qual o montante da contribuição do patronato e dos trabalhadores. O mais importante é salvaguardar os nossos cidadãos durante a sua vida pós-aposentação, para que tenham uma garantia básica de vida. O Sr. Presidente Ip falou ontem sobre o funcionamento do Fundo de Segurança Social. Espero que o Sr. Presidente possa defender esse montante do subsídio para os idosos, sendo grande a sua responsabilidade. Esperamos que, para além da garantia do capital base, haja uma mais-valia que acompanhe a taxa de inflação, pois só assim as coisas serão feitas a bem da população.

O tempo de hoje é curto, de facto, mas tenho ainda muitas questões a colocar ao Governo sobre os cuidados de saúde, a educação, a droga, os alunos que abandonaram os estudos. Mais logo, vou apresentá-las por escrito ao Sr. Secretário, porque agora o tempo é insuficiente.

Obrigada.

**Presidente:** Sr. Deputado Kou Hoi In.

**Kou Hoi In:** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário

Srs. Representantes do Governo

Caros colegas

O âmbito da tutela do Sr. Secretário tem uma responsabilidade bem grande, podendo dizer-se que toda a vida lhe está entregue, desde a nascença até à morte, desde o bebé que nasce até à sua morte. A vida e a morte estão nas suas mãos.

Para além da vida, inclui ainda o turismo, a educação, etc. Vemos aqui oito grandes direcções de serviços, mais três instituições de ensino, a responsabilidade é bem pesada, uma carga de trabalho muito grande. Mas, hoje gostava de falar em dois aspectos, um relacionado com o turismo. Aliás, tenho vindo a falar sobre o modo como se deve aumentar os elementos do turismo, para prolongar a estadia dos turistas em Macau. Por mais que se fale, parece-me que não tem havido muitos progressos.

Consta no 12.º Plano Quinquenal do País um apoio evidente para que Macau se transforme num Centro Mundial de Turismo e Lazer. Na verdade, Macau dispõe de numerosas condições ricas por si, por exemplo, a fusão cultural entre o Oriente e o Ocidente, com mais de 400 anos de história, o património mundial, o património cultural imaterial, etc. Dado que falta ao Governo um plano mais detalhado e integrado, os diferentes Serviços Públicos, no que toca ao aperfeiçoamento de elementos turísticos, governam por si próprios, sem que haja uma coordenação entre eles. Não será que esta atmosfera cultural pode ser completamente manifestada, para que os turistas que visitam Macau tenham outra sensação? De facto, quando faço visitas no exterior, quando se fala de Macau, as pessoas só entendem que se trata de uma cidade de jogo, numa só palavra, o “jogo”. O sítio é pequeno e não há muito que visitar. Como mudar a sensação das pessoas, para que não considerem Macau, apenas, uma cidade do jogo?

Já se fala, há vários anos, nos bairros antigos, havendo uma atmosfera cultural muito específica. Como aproveitar esse aspecto? Deve ser dado um novo visual aos bairros antigos, para que se tornem em pontos turísticos com características próprias. Por um lado, promover a história e a cultura de Macau e, por outro lado, atrair os turistas a visitá-los, reanimando o comércio local. O Governo farta-se de falar em apoio às pequenas e médias empresas, mas, na realidade, para além de apoio monetário, penso que as pequenas lojas esperam que o Governo passe da palavra à acção, dinamizando-os activamente e tendo uma determinação real para concretamente seleccionar os locais em questão e fazer estudos para o respectivo embelezamento. Francamente, já se fala em restauro e em embelezamento, há vários anos. O Largo do Senado até as Ruínas de S. Paulo ou até à Rua de Felicidade, etc., foram tratados pelo Governo anterior. Porque é que o Governo anterior pôde transformar estes sítios... toda a Rua da Felicidade foi tratada, as casas todas pintadas de novo, as fachadas decoradas, todo o Largo do Senado tem um aroma europeu. Porque é que, nessa altura, se podia fazer, e agora não? Desconheço as razões, mas, afinal, que problemas existem? Sinceramente, quando alguns amigos visitam Macau, só podemos levá-los a alguns pontos turísticos e, mesmo assim, dando algumas voltas para evitar os bairros antigos, evitando

a zona da Praça de Ponte e Horta até à Ponte Cais 16, porque está demasiado envelhecida e antiga. Tenho alguma vergonha em mostrar-lhos. Pois bem, como embelezar esses bairros antigos para dar uma boa sensação às pessoas? Acho que o Governo deve pensar mais nisto, como embelezar realmente Macau, para que os turistas, quando nos visitam, achem que Macau é realmente bonito, e é realmente diferente.

Mais a mais, como é que os factores culturais de Macau podem ser evidenciados? Quanto a isto, assistimos no País à exibição de espectáculos nocturnos de maiores dimensões. Há, certamente, música, dança, nos espectáculos, uns que se realizam no mar e outros tendo as paisagens como fundo ou até mesmo... a maior parte das vezes, estes espectáculos usam a forma de conto para descrever a história e a cultura locais. Será que Macau dispõe de condições para realizar este tipo de espectáculos? Por exemplo, em horário fixo ou durante a noite, será que podemos editar a história e a cultura de Macau, com mais de 400 anos, através da narração de um conto, um espectáculo nocturno, para os turistas verem? Inclusivamente, organizarem-se alguns espectáculos sobre o mar. Havia, antigamente, exibições no Lago, que depois pararam. Vemos frequentemente no País que se trata de iniciativas do Governo e não comerciais. Se isso depende unicamente dos investidores, mal fazem as contas e vêm que não há lucro, ficam logo sem vontade de nada fazer. Mas, se tivermos que adicionar esses elementos para atrair os turistas, sobretudo em período nocturno, seguramente que permanecem em Macau, não se indo logo embora e prolongando a respectiva estadia. Os turistas, antes ou depois dos espectáculos, podem visitar os arredores, e passearem a pé, dinamizando e reanimando o comércio local desses bairros. Como é que o Governo vai proceder à implementação disto e tomar a iniciativa? Será que o Governo pode reflectir sobre isto?

Segundo os dados estatísticos mais recentes, até ao mês de Dezembro deste ano, os turistas que não pernoveram em Macau representaram 52%. Penso que uma das razões por que os turistas não querem ficar em Macau é o preço caro dos hotéis. Como incentivar o investimento em hotéis económicos? Ouvimos o Governo aceitar esta proposta e apoiá-la, mas, será que há medidas de política a proporcionar aos investidores? Não as vemos ainda. Estamos a precisar de algumas políticas que favoreçam mais pessoas a investirem em hotéis económicos, não obrigando os turistas a aguentarem os preços caros dos hotéis e permitindo-lhes assistir a mais espectáculos nocturnos. Julgo que isto pode beneficiar o prolongamento da estadia dos turistas em Macau.

Outro aspecto que apoio é a transformação de Macau numa “Cidade de Festividades”, organizando e co-organizando vários eventos e festividades, como, por exemplo, o Concurso Internacional de Fogo de Artifício, o Grande Prémio de Macau, o Festival de Música, o Festival Macau Fringe (*Macao City Fringe Festival*), o desfile do Ano Novo Lunar, entre outros, constantes nas Linhas de Acção Governativa. É óbvio que estas festividades ajudam a que haja um maior conhecimento de Macau a nível internacional e permitem aos turistas e aos cidadãos sentir as diferenças em Macau. Mas, como integrá-las na vida quotidiana da população? Acho que é um aspecto a considerar. Quantos são os espectadores que assistem *in loco* aos espectáculos, por exemplo, da festa do fogo de artifício que fazem semanalmente, do Festival de Música ou do que for? Será que pode ser criada toda uma atmosfera de festividade? Não a sentimos. Por exemplo, no Grande Prémio, que em mandarim se lê quase grande engarrafamento, só se fala sobre as ruas com engarrafamento, onde não há engarrafamento e onde se conduz mais

facilmente, em vez de se saber quem é o melhor piloto. Como levar esta atmosfera de festa a Macau inteiro, através dos diversos eventos, para que os turistas a sintam? O fogo de artifício, depois do *bomb* da explosão, em período diurno, não oferece nenhum ar de festa às pessoas. Acho que o Governo deve reflectir mais sobre o modo de criar um maior ambiente festivo.

Por último, gostava de falar sobre a educação, pois referiram-se ao problema da taxa de insucesso escolar. Julgo que a questão fundamental tem a ver com o facto de a reforma educativa ainda não poder alterar o modelo de ensino do tipo “spoon-fed education” [educação de mão beijada]. Evidentemente, se não pudermos alterar esta situação, na qual os critérios para avaliar os talentos se baseiam unicamente nos resultados das classificações, penso que não há meio para que os alunos tenham interesse na aprendizagem. Acho que o método actual de ensino deve estar orientado para a criação de interesse nos alunos no processo de aprendizagem, em vez de ser uma aprendizagem forçada. Espero, por isso, que o Governo possa analisar este aspecto com o sector educativo. Se esta situação não for melhorada, a adopção deste modelo irá perpetuar uma taxa de insucesso escolar alta, afectando o interesse e a iniciativa de aprendizagem dos alunos, sem que se alcance um progresso na nossa reforma educativa. Espero, por isso, que o Governo pense mais em como despertar maior interesse na aprendizagem dos alunos.

Obrigado.

**Presidente:** Bom, seis dos Srs. deputados já entrevistaram. O tempo que se segue será entregue ao Sr. Secretário e aos Srs. Representantes do Governo para responderem.

O Sr. Secretário Cheong, faça o favor.

**Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, Cheong U:** Obrigado, Sr. Presidente.

Mais uma vez, venho agradecer as valiosas opiniões e alguns pontos de vista manifestados pelos Srs. deputados, ontem e hoje, sobre determinadas questões.

Sr. Presidente, vou agora complementar o que não chegou a ser totalmente respondido ontem e depois explicar e trocar algumas impressões com os Srs. deputados acerca daquilo que foi abordado hoje.

Ontem, o Sr. Deputado Tong Io Cheng falou sobre a assistência do Governo em prol dos novos imigrantes. Sobre este assunto, estou inteiramente de acordo. Historicamente falando, Macau é uma das primeiras cidades que recebe migrantes e, durante períodos distintos, tem vindo a aceitar imigrantes provenientes de outras localidades, proporcionando-lhes trabalho e aceitando a sua integração na sociedade local, transformando-os em membros da população de Macau. Em contrapartida, esses imigrantes têm contribuído muito para o desenvolvimento local. Portanto, esta capacidade de tolerância e de aceitar e de juntar pessoas de origem distinta torna esta localidade um sítio muito querido para todos, agregando-os, quer a nível de vivência quotidiana quer a nível de cooperação no trabalho, trazendo grandes contributos para a sociedade de Macau.

Pretendo abordar esta questão sob duas vertentes. De facto, há necessidade de prestar apoio e carinho aos imigrantes para a sua integração na sociedade local e, neste sentido, existe um plano de apoio regular para a integração dos novos estudantes recém-

chegados, encarregando algumas instituições locais de organizarem cursos em inglês, cantonense, escrita clássica, etc... Assim, em finais de Novembro do corrente ano, irão ser abertas inscrições naqueles cursos para estudantes e respectivos encarregados de educação, bem como cursos de cantonense falado e de chinês escrito destinados a estudantes estrangeiros.

Por outro lado, também o Instituto de Acção Social está envolvido nas acções de integração social dos novos imigrantes, desenvolvendo uma série de actividades, como, por exemplo, prestando apoio económico às famílias imigrantes com dificuldades económicas, vindas do exterior há menos de sete anos e proporcionando apoio financeiro às instituições civis locais para prestarem serviços de integração a favor dos novos imigrantes, incluindo a organização de grupos de acompanhamento, cursos de línguas, sessões de apoio didáctico a favor de estudantes, acções vocacionais e de integração social, etc... O número de participações atinge anualmente mais de uma dezena de milhar. Assim, em termos de apoio económico, são beneficiados mais de 800 agregados familiares, com cerca de 2.000 indivíduos; 15.000 participações em actividades de integração social durante o ano transacto e desde Janeiro a Setembro deste ano, contabilizando-se cerca de 10.000 participações do mesmo género. Em relação às actividades desenvolvidas pelo Instituto de Acção Social, são prestados serviços diversos em questões de natureza emocional, comportamental ou relativas a problemas económicos. No passado, quando ainda estava no Comissariado contra a Corrupção, tive a oportunidade de participar em actividades diversas destinadas à integração dos novos imigrantes, promovendo o espírito de cumprimento da lei e de incorruptibilidade, alertando-os para que não sejam praticados actos de oferta de prendas para facilitação de procedimentos administrativos. Isto é muito importante para que Macau seja uma sociedade harmoniosa, unida e tolerante.

Ontem, alguns Srs. deputados falaram também sobre os problemas que ocorrem durante o Grande Prémio de Macau, nomeadamente, o Sr. Deputado Chui Sai Peng. Em primeiro lugar, aproveito esta oportunidade para agradecer à população de Macau a compreensão e tolerância manifestada pelos inconvenientes causados durante as actividades do Grande Prémio de Macau, pois, anualmente, este evento causa perturbações ao nível do trânsito local. Muitos Srs. deputados salientaram ainda que o Grande Prémio é, desde os anos 50, um evento muito afamado a nível internacional. Pessoalmente, tenho acompanhado a sua evolução, representando uma memória colectiva de todos nós. Todas as actividades deste ano foram realizadas com sucesso, embora tenham também acontecido situações desagradáveis. De qualquer modo, foram entretanto reforçados os trabalhos de vistoria e de segurança, permitindo assim a realização com sucesso das diferentes actividades do Grande Prémio, nos últimos dois dias do evento. De acordo com as opiniões da população, têm-se mantido, este ano, alguns problemas de trânsito, embora já com alguma melhoria em relação à situação verificada no ano transacto. Também tive oportunidade de visitar pessoalmente alguns locais de maior movimento, tais como, Avenida do Conselheiro Ferreira de Almeida e Avenida de Horta e Costa. Assim, na quinta-feira da semana do Grande Prémio, não sei se ainda se lembram, passei de carro em algumas zonas da cidade e verifiquei que estavam muito movimentadas, por exemplo, a Avenida do Coronel Mesquita ou a Areia Preta, perto do Complexo Desportivo de Mong-Há. No próximo ano, iremos esforçar-nos para alcançar melhores resultados em todos os níveis, tendo em conta que irá ser celebrado o 60.º aniversário do Grande Prémio. A organização também irá levar em consideração as experiências vividas durante as actividades comemorativas do 50.º aniversário. O início está

marcado para sábado e domingo da primeira semana do Grande Prémio e, como se trata de um fim-de-semana, os inconvenientes causados à população local, em termos de trânsito, deverão ser menores, visto que não há aulas nestes dois dias. Na semana seguinte, haverá provas na quinta, sexta, sábado e domingo, durante quatro dias. Portanto, devido ao 60.º aniversário do Grande Prémio de Macau, no próximo ano, serão realizadas actividades especiais, procurando trazer o melhor para a população de Macau. Assim, a organização irá esforçar-se para realizar actividades de tipo carnavalesco e de grande envergadura. Ontem, um dos Srs. deputados pediu mais pormenores sobre a organização do Grande Prémio do próximo ano. Pois bem, serão consideradas modalidades de corridas de carros organizadas em regiões e localidades vizinhas para serem realizadas em Macau. Por outro lado, irá ser lançada uma modalidade de corrida de carros, denominada “Taça da Grande China”, destinada aos pilotos oriundos das quatro localidades das duas margens, ou seja, Interior da China, Taiwan, Hong-Kong e Macau, por ocasião da comemoração do retorno de Macau à Pátria-Mãe. No passado, muitos pilotos afamados e classe mundial da fórmula 1 começaram a sua carreira no Grande Prémio de Macau, pelo que a organização está a planear convidá-los para participarem no 60.º aniversário do Grande Prémio de Macau. Para enriquecer o conteúdo das actividades de natureza carnavalesca, a organização também está a planear um desfile de pessoas afamadas, para que a população possa sentir o calor do ambiente carnavalesco entretanto criado, procurando ainda proporcionar aos profissionais da comunicação social e aos cidadãos locais uma oportunidade para participarem nestes eventos. Ontem, também se falou na possibilidade de os profissionais da comunicação social e alguns cidadãos poderem estar em carros de corrida conduzidos por pilotos afamados e percorrerem a pista do Grande Prémio. Portanto, são apenas algumas ideias para apresentar aos Srs. deputados.

Ainda ontem, o Sr. Deputado Chui Sai Peng abordou a questão do envelhecimento da população, perguntando se o Governo tem ou não algum plano estratégico sobre esta matéria. De facto, este assunto requer grande atenção por parte do Governo. De acordo com os resultados dos Censos 2011, a população local já ultrapassou as 520.000 pessoas, das quais perto de 40.000 são idosos com mais de 65 anos, representando 7,2% do total. Com o desenvolvimento da sociedade, a qualidade dos serviços médicos locais irá ser gradualmente elevada, tendo ainda em conta o respectivo regime de gratuidade que abrange praticamente toda a população local. Ainda de acordo com o conteúdo de um relatório publicado pelos Serviços de Estatística e Censos de Macau, a população idosa local irá representar 20,7% do total, em 2036, indiciando um agravamento gradual do fenómeno de envelhecimento da população do território. Assim, deverão ser considerados e definidos planos de trabalho e estratégicos face aos eventuais impactos derivados do envelhecimento gradual da população em matérias de saúde, vida quotidiana, habitação, apoio a idosos, recreio e cultura, etc... e, evidentemente, também impactos a nível da economia local, nomeadamente, desenvolvimento económico, poupança dos residentes, recursos humanos locais, pensão de velhice, receitas tributárias, etc... Deste modo, o Governo irá pensar num regime a favor dos idosos, tendo em conta os desafios que irão aparecer devido ao envelhecimento da população. Por isso, em resposta à tendência de agravamento do fenómeno de envelhecimento, o Chefe do Executivo anunciou, nas Linhas de Acção Governativa deste ano, o lançamento de um estudo integrado sobre a assistência médica aos idosos e a protecção das suas condições de vida após a aposentação, procurando assim criar um mecanismo sistematizado de protecção aos idosos. Este mecanismo tem por objectivo criar condições para

apoiar e prestar cuidados a favor da população idosa, em matérias relacionadas com a sua vida quotidiana, tendo sido criado, para o efeito, um grupo de trabalho interdepartamental para estudo do mecanismo de protecção aos idosos. Este grupo é liderado pelo Instituto de Acção Social, desempenhando ainda funções de coordenação e de promoção de acções nesta matéria, nomeadamente, proceder à revisão e avaliação do actual regime de protecção dos idosos e dos respectivos procedimentos, apresentando propostas para o seu aperfeiçoamento, bem como medidas concretas para a criação de um mecanismo de protecção dos idosos, após realizados os necessários estudos e análises integrados sobre a mesma matéria. Assim, serão efectuados trabalhos de investigação e estudos integrados durante os próximos anos, pelo grupo de trabalho interdepartamental criado para o efeito, com o objectivo de procurar definir políticas estratégicas para o aperfeiçoamento da protecção dos idosos e de conceber o respectivo plano de acções para a próxima década. Ainda sobre este assunto, o âmbito de estudo do mecanismo de protecção dos idosos irá envolver diversas matérias das principais áreas da acção governativa relacionadas com a população idosa, e relatórios sobre avaliação, análise e estudos de políticas serão produzidos para servirem de base de referência para a definição de políticas governamentais.

Assim, o futuro mecanismo de protecção dos idosos irá ter um suporte legal, com leis e diplomas legais, definindo o respectivo plano de actividades decenal as acções a desenvolver futuramente.

Na realidade, neste momento, os diferentes serviços públicos da Administração têm-se esforçado para o desenvolvimento económico do território e melhoria das condições de vida da população, procurando, por exemplo, o aperfeiçoamento e a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população idosa em vários níveis, nomeadamente, no que diz respeito à área da saúde, desde a prevenção de doenças, prestação de serviços de medicação, reabilitação, etc... Mais concretamente, iremos procurar implementar gradualmente serviços destinados a pacientes idosos, centros de saúde de idosos, zonas do hospital, especificamente destinadas aos idosos, esquemas de apoio aos idosos após a alta hospitalar e atendimento prioritário a favor dos pacientes idosos. Existem também outros planos relacionados, construindo-se mais instalações de prestação de serviços médicos, aperfeiçoando os serviços prestados, etc... Por outro lado, o Instituto de Acção Social também tem desenvolvido muitas acções a favor da população idosa, nomeadamente, acções de promoção e de divulgação em zonas comunitárias, em colaboração com entidades associativas locais; implementado serviços no âmbito do convívio, recreio, educação e outras áreas destinadas aos idosos, bem como um plano de apoio financeiro em matéria de educação dos idosos, no que diz respeito ao planeamento da sua vida após a aposentação. É evidente que os idosos também dispõem de muitos cursos e acções de formação a eles destinados, bem como serviços comunitários diversos, e encontram-se em fase de planeamento e de construção alguns projectos de instalações para a população idosa.

No que diz respeito à segurança social, através das medidas e do regime de segurança social, são atribuídos diferentes subsídios e apoios à população idosa local, para que seja praticamente assegurada a sua sobrevivência. Em anexo às Linhas de Acção Governativa deste ano, encontra-se um pequeno folheto onde consta um quadro pormenorizado dos benefícios destinados à população idosa em 2013. Salienta-se que, de acordo com a mesma informação, o montante dos subsídios e outros benefícios atribuídos aos idosos totaliza 59.600 patacas, não estando incluído neste total os vales de

saúde, benefícios no pagamento das tarifas de autocarros (os idosos só pagam 30 avos por cada viagem de autocarro), redução de rendas de habitação social, serviços médicos gratuitos, etc... Os Srs. deputados falaram na tendência do fenómeno do envelhecimento da população e procuraram saber se existe algum plano, indo agora explicar melhor este tema.

Sr. Presidente:

Há momentos, um dos Srs. deputados falou na integração das pensões e dos subsídios para idosos, pretendendo obter mais informações sobre esta questão. Devido ao limitado tempo que hoje temos, espero proporcionar-lhe informações mais pormenorizadas posteriormente, ou talvez, daqui a pouco, se tivermos mais tempo, explicar-lhe-ei melhor o assunto. Estou muito grato por saber do reconhecimento dos Srs. deputados acerca da acção governativa nesta área. O Chefe do Executivo disse que, devido ao esforço e contributo prestado pela população idosa local, temos que lhe prestar o devido respeito e carinho. Estou totalmente de acordo com as suas palavras, pois reflectem inteiramente o nosso sentimento, razão por que iremos esforçar-nos para executar, da melhor forma, as acções neste domínio.

O Sr. Deputado Tsui Wai Kwan disse que era necessário reforçar a educação cívica, promovendo correctamente os valores morais da população local. Por exemplo, existe, neste momento, na sociedade, uma onda de protesto contra a entrada de recursos humanos do exterior, dizendo-se que isso impediria a ascensão profissional dos locais. Penso que é uma falsa questão e que é muito discutível. Na verdade, a questão-chave é como aumentar as nossas capacidades para o trabalho, ou seja, as oportunidades estão sempre reservadas às pessoas mais bem preparadas. Só assim é que não se vai abaixo, caso contrário, seriam como plantas criadas em estufas sem capacidade para aguentarem condições climáticas adversas. Será que o Governo está a proteger demais os nossos jovens? Este é um bom tema para discutirmos. O Sr. Deputado Tsui Wai Kwan falou do acompanhamento que deve ser dado aos nossos jovens, mas, penso que antes devemos procurar sensibilizá-los para a questão da competitividade no trabalho, portanto, fazê-los ver que é mais importante procurar conquistar oportunidades por iniciativa própria, não recear desafios e melhorar permanentemente as suas capacidades para o trabalho, em ordem a darem um contributo válido para o desenvolvimento futuro de Macau.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Kwan Tsui Hang abordou a questão do funcionamento do Fundo de Segurança Social. Ser-lhe-ão remetidas informações mais pormenorizadas, posteriormente. Quanto à proposta de criação de outros fundos de previdência não central, penso que, se houver a participação de empresas de grande dimensão ou de outras entidades, será de reflectir sobre esta proposta, que é muito boa.

Relativamente à questão do ensino profissional, já estive a pensar no assunto e já o discuti com várias pessoas ligadas à matéria. É um tema importante, mas, importa ter em conta os dois pontos fulcrais seguintes: em primeiro lugar, muitos dos encarregados de educação preferem que os seus filhos frequentem o ensino superior, mesmo os que se encontram a estudar nas duas escolas técnico-profissionais de Macau e, nas outras dez com cursos técnico-profissionais, a maior parte dos alunos procura prosseguir os seus estudos em universidades ou politécnicos. Assim, temos que pensar no modo de resolver esta questão da mentalidade dos próprios encarregados de educação e dos estudantes.

Por outro lado, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Kwan falou de uma visita de estudo que efectuou no passado, ou melhor, há dois anos, a propósito de uma competição de técnicas profissionais a nível internacional realizada em Inglaterra, em que os jovens participantes de Macau obtiveram resultados muito satisfatórios. Não sei se eram estudantes do Instituto de Formação Turística ou da Escola Técnico-Profissional, contudo, conseguiram ser premiados naquele evento. No entanto, existe a questão da certificação de qualificação profissional, ou seja, se, após a conclusão dos cursos de índole profissional e depois de obtida a respectiva certificação profissional, os formados são altamente reconhecidos pela sociedade local e bem pagos pela prestação dos seus serviços. Assim, para além do respeito que é prestado a estes profissionais qualificados, são os mesmos compensados com remunerações elevadas, mesmo nas carreiras de cabeleireiro, cozinheiro, padeiro, mecânico, etc..., representando um grande atractivo para o ingresso de interessados nestas carreiras profissionais. Iremos reflectir e aprofundar melhor esta matéria e, dentro de duas semanas, iremos reunir com duas entidades associativas de pessoal docente para auscultar as suas opiniões, de modo a procurar formas de promoção de alguns cursos de índole profissional nas escolas do território ou tomar algumas medidas no sentido da criação de algumas disciplinas da mesma natureza. É evidente que tal será feito com a participação de alguns serviços públicos, como é o caso da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, procurando desenvolver mais acções para a promoção do ensino profissional. Na verdade, caso haja necessidade, poderão ser organizados alguns cursos profissionais diurnos ou nocturnos e, posteriormente, deverá também ser equacionado o problema da certificação da qualificação profissional. Assim, os formados, detentores de certificação profissional, poderão encontrar bons empregos e conseguir salários de acordo com a sua qualificação. São muitas as acções que devem ser desenvolvidas, muitas as opiniões que devem ser ouvidas, muitos os apoios e considerações que a sociedade deve prestar ao ensino profissional, portanto, muita coisa pode ser feita, mas, será que iremos conseguir, de facto, bons resultados? É, na realidade, uma matéria sobre que devemos reflectir profundamente e ouvir mais opiniões de todos os quadrantes da sociedade local.

O Sr. Deputado Chui Sai Cheong propôs a reforma do Fundo de Segurança Social para reforçar a capacidade de assunção das suas responsabilidades. Penso que é uma boa opinião e iremos considerá-la.

O Sr. Deputado Au Kam San disse que o regime de avaliação dos portadores com deficiência tem alguns pontos que não são razoáveis. Iremos considerá-los na avaliação e revisão do regime, a realizar brevemente.

Um outro Sr. Deputado falou na questão da qualidade menos boa dos serviços médicos prestados no hospital do Estado ou em outros hospitais locais. Não posso concordar com esta opinião e não podemos aceitar que seja um determinado caso isolado a prejudicar toda uma equipa especializada na prestação de serviços médicos. Os médicos têm uma formação de base de cinco ou seis anos e um estágio de vários anos. São muito dedicados e profissionais. Havendo algum problema, penso que devem ser sempre seguidos os trâmites normais de apresentação de queixas, que serão certamente acompanhadas e tratadas. É evidente que não creio que o dedo aponte para a maior parte ou para toda a classe médica. De qualquer maneira, vou aqui mencionar um caso para aprofundar o moral dos profissionais da área da saúde local.

Nos últimos tempos, tenho ouvido falar de dois casos. O primeiro, tem a ver com um acidente que ocorreu durante a realização do Grande Prémio de Macau, causando várias facturas num participante italiano, que recuperou rapidamente graças aos esforços dos nossos colegas da área da saúde. Posteriormente, regressou ao seu local de proveniência, logo que estavam reunidas as condições de saúde. Mas, antes da partida, agradeceu aos nossos médicos e confirmou que iria voltar, porque Macau é uma terra de gente boa, com um nível de qualidade de serviços médicos muito elevado.

Quanto ao segundo caso, há um mês, um ministro de um país africano quis falar comigo. Aproveitando a sua participação no Fórum Económico e Comercial Luso-Chinês, veio ter comigo, dizendo que, no passado, já tinha estado em Macau a participar no mesmo Fórum e que teve um derrame cerebral, um caso bastante grave, durante a realização do evento. Foi ao Hospital Conde de S. Januário e ficou internado durante seis meses. Conheceu muitos médicos e enfermeiros durante a sua permanência no hospital e só regressou à sua terra decorridos seis meses. Falou com a Sr.<sup>a</sup> Secretária Rita Santos e pediu para falar com o responsável do Governo pela área da saúde. Portanto, ficou muito agradecido pelos bons serviços médicos que recebeu em Macau, salientando o elevado nível e profissionalismo da equipa médica local. Para além de vir apresentar cumprimentos e agradecimentos, convidou-nos, a mim, ao Sr. Director Lei e a uma dezena de médicos, para visitarmos a sua terra e trocar impressões, conhecimentos e experiências na área da saúde.

É uma grande honra ter bons médicos e bons hospitais em Macau. Creio que existem sempre incertezas e imprevistos na área da saúde, mas, penso que, sendo registados 100 pacientes e se 95 ou 98 recuperarem a saúde e dois ou três ficarem menos bem tratados, é uma situação que é difícil de evitar, pois, às vezes, também é difícil avaliar o nível de qualidade dos serviços médicos prestados localmente. Não estou a defender ninguém, mas, julgo que não é adequado avaliar a qualidade dos serviços médicos prestados através de casos isolados de sucesso ou de insucesso, sendo difícil chegar-se a uma conclusão objectiva. De qualquer modo, as queixas apresentadas pelos cidadãos são sempre bem recebidas e consideradas, procedendo-se à respectiva avaliação, estudo e aperfeiçoamento, caso seja necessário.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Kwan Tsui Hang abordou o problema da escolaridade universal e gratuita, nomeadamente, a promoção prioritária da rede do ensino gratuito. Vou falar um pouco sobre esta matéria, nos termos do disposto na Lei de Bases do Sistema Educativo Não Superior. A Rede Escolar do Ensino Gratuito é composta por estabelecimentos de ensino públicos e privados que ministram cursos curriculares gratuitos, ou seja, escolas públicas e escolas privadas integradas na rede escolar gratuita. Em Macau, existem 53 escolas particulares integradas na rede escolar gratuita e 11 estabelecimentos de ensino públicos, representando 85,3% do total. Por seu turno, há 11 unidades não integradas na rede escolar gratuita. Assim, a prioridade do ensino recai no âmbito do desenvolvimento da rede de ensino gratuito, segundo as seguintes duas vertentes.

Em primeiro lugar, é dada prioridade à garantia na aplicação de recursos na área do ensino e, em segundo lugar, serão asseguradas também as outras condições para o desenvolvimento dos estabelecimentos de ensino, nomeadamente, no que diz respeito ao maior apoio que é dado aos estabelecimentos de ensino privados

integrados na rede escolar gratuita em matéria de arrendamento de terrenos para a sua construção, ampliação ou reconstrução.

Relativamente às futuras políticas nesta área, será assegurado, com prioridade, o desenvolvimento da rede escolar gratuita, garantindo ainda o crescimento da atribuição dos subsídios de escolaridade gratuita e de propinas, mantendo-se, no entanto, a diferença de montantes atribuídos a cada um dos subsídios. Assim, tanto os estudantes das escolas da rede escolar gratuita como os das escolas não integradas na mesma rede são subsidiados, recebendo os primeiros, em média, cerca de 310.000 e os segundos cerca de 200.000 patacas. Algumas escolas têm cerca de 30 e tal, 40 e tal ou talvez 50 alunos por turma, pelo que temos vindo a avaliar caso a caso para melhor encontrar uma solução para cada situação concreta. Como já se disse antes, irá ser mantida a diferença entre os montantes dos dois subsídios. Por outro lado, será também gradualmente regulamentada a matéria respeitante ao número de alunos por turma das escolas não integradas na rede escolar gratuita. Esta é a minha intervenção quanto a este assunto. Se houver tempo disponível, a Sr.<sup>a</sup> directora dos Serviços de Educação e Juventude irá apresentar mais pormenores relativamente a esta matéria.

Sr. Presidente:

Troco, de seguida, algumas impressões com os Srs. deputados sobre a questão levantada pelo Sr. Deputado Chui Sai Cheong. Posteriormente, irei passar a palavra aos Srs. directores para darem mais pormenores.

O Sr. Deputado Chui Sai Cheong abordou a questão da fragilidade física dos jovens locais, perguntando se existe algum plano com medidas a este respeito. Quando digo que os jovens locais são fisicamente frágeis, digamos, não são tão frágeis como se diz por aí, apenas que reflecte a preocupação manifestada pelos mais crescidos em relação aos nossos jovens. É muito importante que a nossa juventude tenha uma boa saúde física e mental, forte fisicamente, com persistência, cheia de vivacidade, etc... para o seu desenvolvimento nas diferentes fases da sua vida, desde a estudiantil até à integração no mercado de trabalho. Por isso, a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude tem vindo a estudar, definir e promover políticas de generalização do desporto e da saúde física e mental dos jovens, procurando fortalecer e elevar a qualidade física dos estudantes locais nas seguintes quatro vertentes.

Em termos de adopção de políticas, já se encontra em fase de produção legislativa o Enquadramento do Ensino Curricular de Macau e em fase de elaboração da proposta de lei a Política de Juventude de Macau, contendo estes diplomas políticas e medidas referentes à elevação da qualidade física dos estudantes e jovens do território. O primeiro documento determina a obrigatoriedade de existência de horas lectivas em matérias do ensino do desporto e da saúde em qualquer um dos níveis de ensino, com 150 minutos semanais para a prática de exercícios físicos ou desportivos. Para além disso, no ano lectivo 2012-2013, os Serviços de Educação e Juventude introduziram novas orientações relativas à prática do desporto escolar, promovendo a organização de actividades físicas ou desportivas extra curriculares, dirigidas aos alunos, através dos estabelecimentos de ensino, aproveito, por exemplo, os períodos antes do início das aulas e os intervalos, para a realização de actividades físicas, três a cinco vezes por semana, com dez a quinze minutos de cada vez.

Por outro lado, também foram envidados esforços para a procura de espaços disponíveis para a prática de actividades. Assim, no mesmo ano lectivo supramencionado, recorreu-se, pela primeira vez, à utilização do Fundo de Desenvolvimento Educativo para desenvolvimento de projectos escolares, no âmbito da criação de centros desportivos multiusos em espaços dos próprios estabelecimentos de ensino, a fim de procurar elevar o interesse dos estudantes para a prática do desporto, aumentando-lhes a capacidade desportiva. Já tive oportunidade de visitar algumas instalações e de praticar algum desporto, sendo realmente muito interessante e, embora sejam espaços reduzidos, permitem a prática de alguns exercícios físicos.

Quanto à diminuição da capacidade física dos estudantes, aliada aos problemas de obesidade, de miopia e de saúde dentária, os Serviços de Educação e Juventude, em colaboração com estabelecimentos do ensino superior, planeiam lançar planos para a elevação da capacidade física dos estudantes e para a protecção dos seus olhos e dentes. Em Outubro do corrente ano, já foram lançados estudos dirigidos aos estudantes do ensino secundário geral para a preparação do plano de lavagem de dentes. Estão também a ser elaborados manuais para estudantes e orientações destinadas aos encarregados de educação sobre práticas de desporto e de vida saudável, procurando ainda organizar acções de formação nesta área, junto do pessoal docente, sensibilizando os estudantes para a regular prática de exercícios físicos, para uma alimentação equilibrada, etc..., para que sejam adquiridos hábitos de uma vida saudável.

Para além disso, foi lançado este ano, pela primeira vez, o “Plano de Promoção – Uma Nova Geração da Luz Solar”, juntando recursos em termos de instalações de vários serviços públicos, nomeadamente, piscinas, bibliotecas, campos de jogos, jardins, trilhos, zonas para *barbecue* [churrasqueira], etc..., de modo a oferecer à juventude local espaços para a prática de actividades e de desporto, através de páginas electrónicas ou de *apps* de telemóveis criadas para o efeito. Serão ainda ampliados os espaços para actividades destinadas aos jovens locais, melhorados os equipamentos de diversas modalidades desportivas e implementadas medidas mais flexíveis em relação ao horário de funcionamento das instalações desportivas para promoção do desporto diversificado, melhor acautelando o desenvolvimento global da capacidade física da juventude local. No que se refere, especialmente, aos campos desportivos e de jogos, que fazer para criar condições propícias para a prática de actividades recreativas, desportivas e culturais pelos jovens locais?

Sobre este assunto, vou trocar algumas impressões com os Srs. deputados. Nestes últimos dois anos, tenho jogado futebol e basquetebol, mais vezes do que o costume. Qual é o objectivo? Embora não seja muito bom a jogar à bola, penso que posso servir de exemplo para a promoção do desporto. É sempre bom e saudável dar um passeio nos trilhos, ir aos campos, etc... proporcionando-nos um ambiente calmo e sem *stress*. Pretende-se, portanto, a criação de um ambiente propício para actividades ao ar livre, esperando, portanto, que os Srs. deputados possam também esforçar-se, sempre que possível, para a promoção e/ou participação nestas actividades ou, quem sabe, podermos um dia combinar um jogo de futebol. Todos nós devemos promover e praticar desporto, participando ainda em actividades recreativas, culturais e desportivas.

Agradeço a opinião do Sr. Deputado Chui. Assim, termino a minha intervenção, com a apresentação de algumas ideias e explicações quanto aos trabalhos planeados.

Sr. Presidente:

Havendo ainda algum tempo disponível, vou passar a palavra aos Srs. directores para fazerem a sua intervenção. Sr. Presidente Long, faça o favor.

**Presidente:** Certo. Sr. Presidente Long.

**Presidente do Instituto de Acção Social, Iong Kong Io:** Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados:

Já vários Srs. deputados falaram, ontem e hoje, acerca do problema da violência doméstica. Em relação a esta matéria, porque é que durante o período da consulta pública se tem falado na questão do crime público, mas, agora, opta-se por crime semi-público?

É de salientar que os actos de violência doméstica são sempre considerados de natureza criminal, pois as ofensas graves contra menores são sempre crimes públicos, havendo outras situações de ofensas normais que podem ser entendidas como crimes semi-públicos. Portanto, os crimes semi-públicos são aqueles cuja organização do respectivo processo criminal só é desencadeada a partir de uma queixa apresentada por um interessado.

De acordo com o teor da proposta de lei sobre o Combate à Violência Doméstica, apresentada em Setembro do ano transacto para efeitos de consulta pública, a questão mais importante envolvida, nesta consulta, era a de saber se deviam os casos de violência doméstica passar de crimes semi-públicos para crimes públicos. Na altura, havia uma grande preocupação da sociedade local, receando um agravamento da situação de violência doméstica, deixando as vítimas de apresentar as suas queixas devido ao medo, à dependência económica ou por outras razões. Assim, para implementar algumas medidas que possam assegurar rapidamente a protecção às eventuais vítimas de violência doméstica, procura-se recorrer à produção legislativa para efeitos de criminalização de tais actos. Contudo, após recolhidas todas as opiniões, verifica-se que o ponto fulcral não reside apenas na penalização dos autores dos actos de violência, mas também na protecção atempada, adequada e eficaz das vítimas. Assim, tanto os profissionais que aplicam a lei como os da área judiciária e do Direito colocam muitas reticências quanto a esta matéria, pois muitos dos casos concretos mostram que a criminalização do agressor pode causar situações de desagregação irreversível do seu agregado familiar.

Entre Setembro e Outubro do corrente ano, realizou-se uma visita de estudo a Portugal sobre aconselhamento familiar, tendo os profissionais da área social frequentado algumas acções de formação ali realizadas. Durante as sessões, feitas por reitores de universidades, juizes e profissionais do Ministério Público português, foram abordados assuntos relativos à violência doméstica, tendo sido salientado que, na prática, embora em Portugal os actos de violência doméstica já sejam considerados como crimes públicos, continua a não se verificar uma tendência de descida dos respectivos casos. Portanto, a criminalização dos referidos actos não tem tido o efeito dissuasor pretendido. Para combater a violência doméstica, penso que é mais eficaz reforçar a aplicação da lei e não a sua criminalização. Face ao exposto, o Instituto de Acção Social e os Serviços de Justiça têm-se esforçado na elaboração da proposta de lei sobre a prevenção da violência doméstica, em substituição da anterior proposta sobre combate à violência doméstica.

Tendo em conta esta alteração, o Instituto de Acção Social organizou, entre Setembro e Outubro do corrente ano, várias sessões de apresentação sobre o conteúdo da proposta de lei relativa à prevenção da violência doméstica, dirigidas a profissionais e entidades associativas, incluindo o Conselho de Acção Social, a Associação Geral das Mulheres, a Federação das Associações dos Operários, a União Geral das Associações dos Moradores, a Cáritas, o Centro de Protecção da Criança da Associação de Luta contra os Maus Tratos às Crianças, o Centro do Bom Pastor, etc... Após recolhidas as opiniões e as sugestões apresentadas pelos participantes, verificou-se que a maioria já tinha compreendido e aceite a nova versão da proposta de lei, em substituição da anterior relativa ao combate à violência doméstica, no sentido de ser reforçado o apoio e protecção que é dada às eventuais vítimas. Portanto, já recolhemos as opiniões e as sugestões, tendo a maioria dos participantes dado a sua concordância quanto ao conteúdo da proposta de lei submetida a consulta pública, esperando, portanto, que o processo legislativo tenha lugar ainda durante o corrente ano civil.

Quanto ao problema apresentado pelos Srs. deputados Lau Veng Seng e Chan Mei Yi, sobre as camadas mais desfavorecidas, particularmente as pessoas com deficiência mental, importa referir que, em Macau, há mais de 2.000 indivíduos com deficiência mental, havendo apenas pouco mais de 400 vagas para estes, ou seja, há uma grande procura destes lugares. Em 2010, entrou em funcionamento um lar totalmente novo e um centro de actividades ampliado para deficientes mentais. Por outro lado, também entrou em funcionamento, após mudança das respectivas instalações, um centro de emprego para apoio a deficientes mentais. Neste momento, encontra-se em fase de estudo um projecto de criação de mais quatro lares, durante os próximos três anos, com uma capacidade de 350 camas. Em simultâneo, estão a ser criadas condições, no domínio do acompanhamento e formação, para aumentar a capacidade dos serviços e cuidados a prestar a um maior número de indivíduos com deficiência mental, no sentido de aumentar a autonomia destes, reduzindo assim as pressões exercidas sobre os seus familiares. Os projectos das novas instalações estão a ser desenvolvidos, faseadamente, em colaboração com os Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes e com o Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-Estruturas, prevendo-se a respectiva entrada em funcionamento no mais curto espaço de tempo possível.

Em relação ao problema do envelhecimento da população que tem descendentes deficientes mentais, esta tem sido, ao longo dos anos, uma das preocupações do Instituto de Acção Social. Assim, em colaboração com entidades cívicas locais e de acordo com as necessidades dos portadores de deficiência mental, têm vindo a ser organizados cursos de aprendizagem e implementados serviços de acompanhamento e de apoio e formação profissional dirigidos àqueles, no sentido de elevar a sua capacidade de autonomia, facilitando a sua integração social, bem como de aliviar a pressão exercida sobre os respectivos familiares. Por outro lado, sempre que alguém tem dificuldades no acompanhamento de algum familiar com deficiência mental, o Instituto de Acção Social presta apoio, procurando um lugar disponível em lares de deficientes mentais ou, em casos urgentes, proporcionando apoio financeiro para efeitos de ingresso em lares privados.

Quanto à falta de recursos humanos nas entidades prestadoras de serviços, de acordo com a natureza e os destinatários dos serviços prestados, temos procurado prestar apoio financeiro e dar

oportunidades de formação ao respectivo pessoal qualificado, implementando ainda um plano de seguro de saúde para os profissionais prestadores de serviços sociais, reforçando os seus benefícios e abrangendo um maior número de profissionais qualificados de diferentes áreas, incluindo assistentes sociais, médicos, enfermeiros, técnicos e assistentes de fisioterapia, etc... No futuro, iremos investigar e realizar estudos no âmbito dos recursos humanos neste domínio e proceder à revisão do respectivo regime de apoio financeiro, no sentido de procurar assegurar a manutenção de pessoal qualificado através da reforma do regime de apoio financeiro, bem como atrair o ingresso de mais profissionais qualificados. Para a integração dos deficientes mentais na sociedade, o Instituto de Acção Social tem vindo a prestar-lhes serviços de aprendizagem, acompanhamento temporário, formação profissional, etc... para reforçar a sua capacidade de autonomia.

Em 2010, o Plano de Apoio Financeiro para a Promoção do Emprego das Pessoas com Deficiência autorizou a exploração do serviço de lavagem de roupa pela Associação de Reabilitação “Fu Hong”, tendo iniciado formalmente o seu funcionamento em 1 de Janeiro de 2012, proporcionando oportunidades de emprego a pessoas com deficiência mental e facilitando, assim, a sua integração na sociedade local. Em 2009, foi lançado o Plano de Actividades Sociais e Recreativas destinado a Pessoas com Deficiência para incentivar as entidades de reabilitação locais na organização de actividades sociais e recreativas destinadas a pessoas com deficiência, facilitando assim a integração dos deficientes mentais na sua sociedade. Em 2013, irá ser mantido o mesmo plano.

Ainda sobre as pessoas com deficiência mental, a Sr.ª Deputada Chan Mei Yi perguntou se estas poderiam solicitar a atribuição do respectivo subsídio, independentemente dos rendimentos dos outros elementos do seu agregado familiar. Como já se disse muitas vezes, a atribuição de subsídios destina-se apenas às camadas mais desfavorecidas da população, prestando ajuda aos mais necessitados, sendo necessária, portanto, uma avaliação rigorosa da situação económica de cada requerente e do seu agregado familiar. Assim, quer as pessoas com deficiência quer sem deficiência, idosos ou indivíduos com doenças graves são sujeitos à mesma avaliação. Portanto, para efeitos de atribuição do subsídio, a avaliação económica incide sobre o próprio e sobre o respectivo agregado familiar. Considera-se agregado familiar o conjunto de pessoas que vivem no mesmo lar com laços afectivos e de dependência e apoiando-se mutuamente. No início, os pais garantem a subsistência dos filhos e depois são os filhos que sustentam os pais. É evidente que, morrendo o pai ou a mãe, o Governo deve prestar ajuda a esta família. Mas, se avaliarmos apenas a situação económica de um deficiente, sem contar com a dos restantes membros do seu agregado familiar, então teremos que considerar também os mais de 40.000 idosos com 65 ou mais anos de idade e os indivíduos com doenças graves, porque não têm capacidade para garantir os seus próprios meios de subsistência. Desta forma, tal poderia causar uma certa perturbação a nível dos valores morais da sociedade. E não está de acordo com o objectivo traçado para a atribuição do respectivo subsídio.

Devido ao tempo disponível para a intervenção, fico-me por aqui.

**Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, Cheong U:** Caso o Sr. Presidente concorde, o Sr. Director dos Serviços de Turismo irá fazer uma breve intervenção de três a quatro minutos, em resposta a algumas perguntas colocadas pelos Srs. deputados.

**Presidente:** Sim, pode ser.

**Director dos Serviços de Turismo, João Costa Antunes:**  
Obrigado Sr. Presidente.

Srs. Deputados

Caros colegas

Eu ia começar por tocar numa problemática relativamente aos hotéis. Falou-se aqui na questão dos hotéis de acomodação económica, e também no tempo de permanência em Macau, no curto tempo de pernoita. Gostaria, então, de referir dois aspectos.

De facto, duma forma geral, podemos dizer que faltam hotéis em Macau. E não faltam só hotéis económicos, faltam hotéis de todas as categorias. Uma cidade que recebe 28 milhões de turistas dos quais apenas 50% pernoitam em Macau, e onde a taxa de ocupação dos hotéis é superior a 80%, eu diria que faltam hotéis, e se falarmos na categoria dos hotéis, diria que, se a média geral de permanência em Macau está à volta de 1.4 noites, a média de ocupação nos hotéis de 5 estrelas é de duas noites. Isto quer dizer que são muitos os turistas que vêm até Macau e que preferem, que escolhem, o alojamento de 5 estrelas. Contudo, estamos a dar toda a prioridade à análise da questão dos hotéis económicos. Neste momento, existem em Macau apenas 1 480 quartos em hotéis económicos, e estamos a analisar três processos, dois em expansão e, segundo informações obtidas, existem mais 18 pedidos para a construção de hotéis económicos no futuro. Significa isto que, neste momento, existem então cerca de 1 480 quartos, mas prevemos que venham a duplicar, atendendo ao número de hotéis que estão a ser licenciados, e cuja construção está a ser estudada. Vamos então poder duplicar o número de quartos económicos em Macau.

Para apoiar esta área de procura criámos uma página electrónica, através da qual se permite a reserva de quartos de hotel *online*. Portanto, existe a partir de agora a possibilidade de a procura de quartos económicos... de se poder proceder à sua reserva através da internet.

Estamos também a apoiar a hipótese da construção de hotéis económicos na nova via de acesso turístico das Portas do Cerco. Como sabem, é um projecto que está a ser desenvolvido, e foi já anunciada a possibilidade de se estabelecerem hotéis económicos nessa zona de acesso, junto às Portas do Cerco. Estamos a trabalhar nesse sentido e a dar toda a atenção a essa zona.

Se me permitem, gostaria de abordar apenas a parte do licenciamento, que ontem foi já referida, e em relação à qual gostaria, também, de clarificar alguns aspectos.

Os Serviços de Turismo possuem, como muitos departamentos oficiais, uma Carta de Qualidade, e nessa Carta de Qualidade relativa ao licenciamento estão previstos os prazos, o tempo que devemos levar para apreciar os vários pedidos. Ora bem, nós assumimos a responsabilidade do licenciamento, mas temos de trabalhar em conjunto com vários departamentos técnicos que também dão a sua colaboração.

Portanto, o que podemos afirmar é que criámos já, no nosso Serviço, uma área específica... para contactar com todos aqueles que pretendem investir em qualquer área, e que pretendem licenciamento, e distribuimos todas as informações em várias línguas. Os

procedimentos de licenciamento estão... profundamente, digamos assim, distribuídos, também ao nível da página electrónica e nos médias, e temos, pelo menos, uma reunião semanal com os investidores que pretendem construir ou que pretendem abrir novos estabelecimentos. O que acontece muitas vezes é que os projectos são apresentados mas não estão em condições de serem licenciados, e nós temos que seguir, à risca, todas as indicações dos vários serviços e tomar atenção especial à segurança contra incêndios, à segurança das obras públicas e à saúde.

Que eu me lembre, nestes últimos 25 anos que levo à frente dos Serviços de Turismo, registaram-se dois casos em que, de facto, tivemos que ter reuniões para explicar porque razão não era possível licenciar o estabelecimento em causa. Um deles foi conseguido ao fim de quatro ou cinco anos, porque havia um problema de propriedade, e um outro não foi possível, de todo, licenciar. Portanto, o que dizemos é que nem sempre é possível licenciar todos os projectos que nos são apresentados, veja-se um exemplo. Se está a ser construído um bar numa sub-cave, onde não existem saídas de segurança em número suficiente, é claro que um empreendimento deste género nunca será licenciado.

Portanto, gostaria de referir que, ao nível do licenciamento, existe uma Carta de Qualidade, e que estamos abertos, com certeza, a melhorar o nosso trabalho; e se houver alguma questão que seja possível esclarecer, estamos sempre à disposição de qualquer pessoa, tenho sempre a porta aberta para receber seja quem for, relativamente a qualquer questão.

Muito obrigado.

**Presidente:** Bom, vamos fazer um intervalo de meia hora e prosseguiremos depois.

(Intervalo)

**Presidente:** Bom, continuamos a sessão.

Sr. Deputado Lee Chong Cheng, tenha a palavra.

**Lee Chong Cheng:** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário

Srs. Representantes do Governo

Os temas a que me vou referir hoje são fundamentalmente sobre os três mecanismos de longa duração, sobre os quais tenho algumas opiniões a manifestar, e que gostava de saber o que o Sr. Secretário pensa sobre isso.

Mas, antes de falar nos mecanismos de longa duração, tinha uma pergunta para lhe colocar, qual seja, para quando o aumento do imposto do tabaco? Quais os Serviços responsáveis pela aplicação da Lei do Controlo do Tabagismo, nos casinos, a partir de 1 de Janeiro próximo? Creio que estamos atentos a estes dois aspectos. Segundo a experiência de outros lugares, o aumento do imposto do tabaco é a forma mais eficaz para reduzir o número de fumadores, sendo uma medida de carácter permanente a considerar. Comparando com as regiões vizinhas, há ainda uma certa diferença em relação ao imposto do tabaco em Macau e, por conseguinte, acho que há ainda margem para insistir nesta política.

Em segundo lugar, tem a ver... ontem, foi muito claro, ontem e anteontem, que, aquando do âmbito da segurança, já a Polícia Judiciária afirmara que o pessoal está muito ocupado nos casinos, sendo que a principal competência não é para controlo do tabagismo, mas sim no combate ao crime. Será então a Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos? Mas o âmbito de competências da Inspecção e Coordenação de Jogos está mais relacionado com dinheiro e com o funcionamento dos casinos. Embora estejam mencionados os diversos serviços competentes para a aplicação do diploma, em última instância, afinal, quais os organismos responsáveis pela inspecção periódica e não periódica nos casinos? Acho que este aspecto deve ser clarificado. Senão, quando chegar a altura, andam todos a perguntar de quem é a responsabilidade. No fim, quem será? A clarificação desta matéria é útil para a realização dos demais trabalhos. Espero poder saber mais sobre isto, Sr. Secretário, portanto, qual a forma de organização do trabalho?

Voltando à questão dos mecanismos de longa duração, o Chefe do Executivo referiu-se, nas Linhas de Acção Governativa do próximo ano, a três mecanismos de longa duração muito importantes, sob a tutela do Sr. Secretário, mormente, nas áreas da segurança social, da educação e dos cuidados de saúde. Estas três grandes áreas não envolvem trabalho inter-secretarial, sendo o Sr. Secretário o único a assumir esta tarefa. Qual o plano director para este trabalho todo? Não são trabalhos a brincar, pois poderão implicar um planeamento a 5 anos, 10 anos ou 100 anos, envolvendo Macau todo, portanto, como implementar as respectivas políticas, para que tudo seja ordenável, estável e sustentável? Qual o conteúdo previsto? Segundo o que foi adiantado ontem, fiquei esclarecido, afinal, depois da intervenção do Sr. Secretário, sobre o mecanismo de segurança social de longa duração, tomando como referência os procedimentos do Banco Mundial. Será que a ideia é recorrer aos cinco grandes pilares do Banco Mundial como base do nosso mecanismo de longa duração para criar a nossa segurança social? Mas, esse mecanismo está dividido em cinco partes. Qual o regime fundamental previsto no planeamento de cada uma das partes? A previdência, que já foi discutida há muito tempo, a previdência central, já foi objecto de discussão, mas, como está a pensão de aposentação do sector privado? A segurança social de dois níveis também já foi discutida, há muito tempo, mas dela nem sombra. Será que, no final, se vai transformar num plano para 100 anos? Será que os cinco grandes pilares básicos vão ser construídos dentro de 10 anos? O que está por detrás desta ideia? Agora pode ser apenas um passo inicial, podendo não ser muito completo, mas, pelo menos, importa saber com que contar, o que é que vai ser criado dentro de 10 anos ou 20 anos, tudo deve ficar muito claro, pois isto é muito importante. A matéria da segurança social é simples. O Sr. Secretário foi muito claro, ontem, quando disse que os mecanismos de longa duração estão relacionados com a nossa situação económica. Quando o desenvolvimento económico não for bom, as primeiras coisas a acontecer são os despedimentos, a redução dos salários e a redução das regalias. Sem previdência, sem pensão de aposentação no sector privado, não há contribuições. Quando a situação melhorar, os salários não sobem de imediato, bem como as regalias, havendo, até ao momento, instituições que ainda não voltaram à situação normal. Se for assim, como é que pode garantir a estabilidade do mecanismo de longa duração? É muito claro que, se a economia não for boa, será que os patrões vão tirar do seu bolso parte dos lucros obtidos para financiar os seus trabalhadores a manter o respectivo nível de vida, de salários e de regalias, até que a situação melhore? Não! A primeira coisa a que assiste é muito clara, quando há menos clientela, de imediato *cut, cut, cut, cut, cut*, é uma situação real. A nível do Governo, como garantir o mecanismo da segurança social estável e

de longa duração, em conjugação com a situação social e económica? Creio que é um assunto com o qual os nossos trabalhadores se preocupam. À medida que a idade deles avança, a reforma é sempre a primeira coisa que lhes interessa. Na verdade, os jovens devem estar atentos também a este assunto, pois estamos a falar de um mecanismo de longa duração e não de uma política para os idosos. Quando ingressarem no mundo laboral, é a protecção que lhes dá garantias para o resto da sua vida. Como é que os jovens devem planear o seu futuro e dar as suas opiniões, em prol de uma maior garantia de vida? Julgo que isto é muito importante, pois permite-lhes terem uma ideia mais clara a nível do planeamento financeiro e protecção em termos laborais. Creio que, se o Sr. Secretário quiser criar um mecanismo de segurança social de longa duração, isso não é tão simples como parece. Bom, em termos globais de concepção, isto deve ser muito bem pensado e devem ser realizadas eficazmente as acções de sensibilização, para que haja mais trabalhadores a conhecerem os seus direitos e para que todas as partes dêem o seu apoio, realizando bem o respectivo trabalho.

Outro aspecto que gostava de falar é sobre o mecanismo de longa duração na educação. Penso que não vou conseguir falar sobre os cuidados de saúde. Há bocado, ouvi uma palavra, que tenho mesmo que pronunciar. Porquê? Os jovens têm medo da concorrência. Lembro-me, em tempos, de ter contado uma história ao Secretário para os Assuntos de Economia e Finanças, muito curta, que era apenas sobre uma pergunta de um jovem: como é que se pode arranjar um emprego que lhe permita comprar uma casa mais rapidamente? Talvez pensem que aquele jovem parece demonstrar pouco sentido de concorrência, que não tem muita ambição ou que é pouco realista querer ter logo uma casa mal comece a trabalhar, etc., mas acho que o mais importante é reflectir sobre a razão do seu pensamento. Porque é que dizemos que ele tem medo da concorrência? A que se deve isso? Creio que são os nossos governantes quem deverão pensar mais sobre este problema: porque é que os jovens pensam assim? Porque é que achamos que aquele jovem não tem capacidade, por si próprio, para comprar a sua casa própria no sector privado e viver bem? Porque é que se começa logo a pensar que tem de depender do Governo, muito simplesmente, se tiver medo de concorrer? Há dias, quando estava a falar da concorrência, referi-me à política dos trabalhadores não residentes, hoje também vou falar um pouco sobre isso. De facto, a concorrência desleal gera medo na concorrência. Um trabalhador não residente talvez esteja a ser explorado, mas este não tem coragem de falar, o salário porventura também é baixo. Nesta situação, será que o jovem está a ter medo da concorrência? Muitas das vezes, há que procurar a raiz do problema para averiguar as razões do sucedido. Neste caso, a raiz do problema não está nos jovens, mas sim na distorção do mercado. A orientação de algumas políticas do Governo faz possivelmente com que os jovens tenham este pensamento ou é porventura a longa duração desta política que lhes provoca esta ideia, na medida em que a diversidade dos problemas condiciona o raciocínio dos jovens. Creio que o Sr. Secretário, a nível das acções na área da juventude, tem também um espírito aberto e uma grande vontade para ouvir os jovens, pois já vi o Sr. Secretário fazer muito trabalho deste género, razão por que pode pensar em sintonia com o ponto de vista dos jovens. Porque é que é assim? A que é que isto se deve? Porque é que os outros acham que eu não tenho confiança ou capacidade para concorrer com os outros? Penso que são estes os aspectos fulcrais relacionados com a orientação actual da generalidade das políticas do Governo ou talvez seja este um aspecto que requer uma maior atenção, no que concerne aos problemas dos jovens.

Restam-me ainda três minutos.

Quanto aos cuidados de saúde, penso que o mecanismo de longa duração neste domínio, um planeamento a 10 anos, ou a criação do sistema de cuidados de saúde durante 19 anos já dá para se verem alguns resultados, pois muitos dos problemas podem ser resolvidos com vagar e sistematicamente. Mas, será que há medidas a curto prazo que podem resolver a dificuldade que os utentes e os doentes crónicos enfrentam na longa espera para as consultas e exames médicos? Neste momento, qual o tempo médio de espera para as consultas de especialidade no Centro Hospitalar Conde de São Januário? Qual o tempo gasto directamente com os doentes? Quanto tempo é despendido a preencher a ficha clínica ou a realizar os procedimentos administrativos? Será que não podem ser aperfeiçoados alguns procedimentos para aumentar a eficácia das consultas médicas, reduzindo o tempo de espera dos doentes? Julgo que podem pensar nisto, porque as medidas a curto prazo podem, de facto, melhorar a situação. Creio que o Governo é capaz de actuar neste sentido, procedendo a diversos melhoramentos.

Por último, aproveitava um minuto e tal que me resta para falar um pouco sobre o turismo. Estou especialmente atento a esta matéria e tenho que apoiar o que o Sr. Deputado Tsui referiu quanto às chapas de matrícula amarelas. Porque é que continuam a estar isentas de imposto? Porque não substituir os veículos isentos de imposto por outros melhores? As camionetas de turismo sem qualquer tipo de manutenção, tudo avariado, chocando contra as paredes, dezenas de feridos, o que é isto? Porque é que não se preocupam com o problema das camionetas de turismo? Recebi um *case*, uma camioneta de turismo que, ao descer uma rampa, ficou com a coluna da direcção partida, isto é, o controle da direcção deixou de funcionar, ficando sem movimento, o que fez com que o condutor pedisse de imediato a demissão, pois não quis trabalhar mais. Neste momento, existe um problema de envelhecimento das camionetas de turismo, pois as peças são tiradas dumas para pôr noutras, as partes metálicas estão desgastadas, pois não têm, de facto, qualquer tipo de manutenção. Os parques de estacionamento também são insuficientes. Sei que não se trata de um problema da Direcção dos Serviços de Turismo, mas os Serviços de Turismo têm que zelar pela segurança dos turistas. Creio que este aspecto é mais que suficiente para determinar algumas exigências, mormente, quando é que as camionetas de turismo devem ser substituídas? Quando terão que sujeitar-se a manutenção e reparações? No sentido de se prever uma garantia de segurança dos turistas, não podem surgir mais casos de ferimento de turistas por envelhecimento das camionetas de turismo, pois isto põe em risco a imagem de Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer.

Obrigado.

**Presidente:** Sr. Deputado Cheung Lup Kwan.

**Cheung Lup Kwan:** Sr. Presidente.

Srs. Representantes do Governo

Caros colegas

As Linhas de Acção Governativa do Sr. Secretário, de facto, não precisam de ser lidas duas vezes, porque o que traz é mais que suficiente e completo, havendo de tudo, coisas pequenas e grandes. Especialmente, quanto ao que ouvi ontem, fiquei muito satisfeito. É provável que o Sr. Secretário tenha lido mal, 370 mil milhões,

fazendo as contas, cada pessoa pode ficar com 740.000 e, portanto, é melhor começar a repartir já, pois é bem bom.

Muitos colegas referiram-se à formação de talentos, sobre o modo de formar talentos em Macau. Ontem, o Sr. Reitor Zhao adiantou que a Universidade de Macau vai proceder a reformas, com a criação de condições de cursos para realizadores de cinema, indústrias culturais, tudo completo. Em termos de tradição, em Macau, quantas pessoas é que, depois dos estudos universitários, se tornam Professores Catedráticos? Mesmo eu, que já tenho uma idade avançada, os meus filhos e os filhos dos meus amigos que têm mestrado e doutoramento, adivinhe-se lá qual é o emprego deles. Ficam em casa a fazer as lides domésticas, porque o próprio pai lhes dá algum dinheiro ou arranjam emprego nos casinos ou hotéis. Ser *supervisor* já é um posto elevado, mais de 20.000 patacas, enquanto que distribuir as cartas numa mesa se ganha mais de 10.000 patacas. Hoje em dia, concorrem mais de 20.000 pessoas para cento e tal vagas. Vejam quantas pessoas desejam ter um emprego na Função Pública. Por isso, quando o Sr. Deputado Pereira Coutinho disse que os trabalhadores da linha da frente trabalham arduamente, na verdade, há ainda quem tenha de aguentar o triplo da dificuldade no trabalho. Não é bom sinal, e porquê? Os jovens devem fazer uma reflexão profunda sobre como se devem esforçar para atingirem um certo estatuto. Um pouco a brincar, há bocado, o Sr. Deputado Lee Chong Cheng disse porque é que os jovens temem concorrer. Não quero discutir consigo, mas é claro que têm medo! Andam mal habituados, pois quando nascem já têm chave de ouro ou colher na mão, sem terem de se preocupar com a vida, os estudos são grátis, o pai e a mãe também não têm que se preocupar. Quando vêm para a sociedade, têm logo emprego. O Governo oferece condições muito boas e, de facto, as regalias oferecidas são demasiadamente boas. Mais a mais, na Assembleia Legislativa há quem chame comerciantes gananciosos às pessoas que fazem negócios. Se alguém presta serviços para o Governo, tal é logo classificado como conluio entre o Governo e os comerciantes. Mas, se os jovens não lançarem projectos de negócios por iniciativa própria para encontrarem um emprego, será que há assim tantos postos de trabalho novos? Quem é que se inicia no ramo empresarial? Mesmo que lhes dêem 300.000, tal em nada adianta! Ninguém quer arriscar, a não ser que as 300.000 não precisem de ser reembolsadas. É esta a minha impressão, a título particular, mas isto não quer dizer que toda a gente pensa assim. Se quisermos mudar a mente das pessoas quanto ao medo de concorrência, no futuro, as figuras públicas que não chamem gananciosos aos comerciantes. As gentes de negócio são boas pessoas. Os trabalhadores e os comerciantes respeitam-se mutuamente. Neste sentido, deixa-se de ouvir “Ui”, são comerciantes gananciosos, quem quer arriscar? À excepção dos que já são de meia-idade, que remédio senão sujeitem-se a isso. Acho, por isso, que isto afecta, de certa maneira, a sociedade. Se este ambiente mudar um pouco, será melhor. Quando se fala em formação de talentos, vejamos a Região vizinha, onde os *administrative officers* [oficiais administrativos] são seleccionados anualmente de entre os 200 melhores alunos das escolas de Hong Kong e são formados especificamente para esse cargo, tendo que trabalhar em cada um dos Serviços Públicos. Os governantes de Hong Kong são, por isso, anjos, aptos para ficarem em qualquer Serviço Público. A razão disto tem a ver com a longa formação desde o início da carreira. Mas, em Macau, não há estas oportunidades, porque o tempo de regresso à Pátria é curto, porque não há tempo para os governantes rodarem de um organismo para outro e porque podem não ser capazes de assumir as respectivas funções, quando mudam de posto. O Sr. Secretário mudou, pelo menos, com tantas pastas ainda tem tempo para passear com os jovens, ir a vários cantos, jogar à bola. Não é mesmo fácil chegar a

este ponto. Vejam os outros Secretários e o Chefe do Executivo. Qual deles tem tanto vagar para fazer estas coisas? Pois bem, se fizerem o mesmo, temem que as pessoas digam “olha, esta pessoa é muito preguiçosa, não está a trabalhar”! Mas, o Sr. é diferente, tem muitas pastas que estão ligadas a muitas coisas: jogar futebol é consigo, o desporto, a natação têm tudo a ver consigo, a educação, o diálogo com os alunos está certo, também. Portanto, as críticas, os ataques e a violência oriundos da sociedade são mais reduzidos no que lhe diz respeito. Porque o que faz é mais moderado e está mais próximo da população.

Voltando a falar sobre creches, foram inauguradas mais cinco creches para crianças. De facto, este número não é relevante. Porquê? As creches devem ser criadas em consonância com a taxa de natalidade e, considerando que, nesta altura, o nível de vida é bom, no ano passado, nasceram mais de 1.000 indivíduos e, no próximo ano, talvez nasçam mais 2.000. Se tivermos em conta as 1.200 vagas que abriram nas cinco creches, tal não é suficiente para os milhares de nascimentos que ocorreram, pois as tais cinco creches apenas estarão a funcionar daqui a alguns anos. Também não foi feito um estudo sobre a distribuição demográfica. Onde vão ser construídas estas cinco creches? Mesmo que haja seis creches em Coloane, tal não resolve o problema, pois ninguém quer andar de autocarro até lá, tão longe. Por isso, a distribuição dos locais deve atender à distribuição demográfica e ao cálculo da taxa de natalidade, o que pode ser feito através do Censos. Se fizerem deste modo, isso será óptimo para as gentes de Macau.

Falo agora um pouco sobre a educação. Nunca estudei. O ensino está dividido em ensino recorrente e ensino regular. No ensino recorrente, é preciso saber quantos alunos são subsidiados. No ensino regular, com 30 alunos por turma, o Governo financia as escolas privadas e públicas. 30 alunos por turma, é claro que é bom! Mas, passado algum tempo, numa turma de 30 alunos, 10 desistem, ficando apenas 20 e, nessa altura, recebendo menos subsídio, a turma desagrega-se. Os professores também não sabem o que fazer. Desta forma, não sei se é verdade, mas isso consta neste documento, caso contrário, não sendo assim, então explique-nos novamente. Se for assim, acho que isto deve ser melhorado. Já que há tanto dinheiro em Macau e não se consegue gastar tudo, porque não fazer as coisas de forma mais equilibrada? Em termos de ensino recorrente, fala-se constantemente dos jovens sem estudos e sem emprego. Na verdade, estes precisam de ser apoiados. No ensino regular, não lhes é dado apoio, de que tanto necessitam. Dê-se formação às pessoas que não são boas ou que não têm capacidade, para que sejam pessoas capazes, pois isso será sempre uma decisão altamente meritória.

Quanto à questão da cultura e das artes, em Macau, há grandes prodígios neste domínio e no desporto. Penso que, a nível da região asiática ou mesmo no Mundo, são áreas muito prestigiadas em Macau. Gostava de louvar, em especial, o Sr. Presidente Vong Iao Lek. Há, no sector desportivo, muitas associações, pois o financiamento é tal que agrada a toda a gente, o que é bom. Mas, em relação a algumas associações de menor dimensão, acho que o financiamento deve ser um pouco maior, pois os grandes organismos associativos têm todas as capacidades para organizar actividades desportivas, com o financiamento dado pelo Governo, mas, as menos dimensionadas, mesmo que queiram, não têm capacidades para as realizar. Os subsídios que lhes são atribuídos são reduzidos, as actividades não podem ser realizadas e eles acabam por desaparecer. Quanto maiores forem maiores se tornam e quanto mais pequenos mais cedo morrem. Espero que prestem mais atenção às associações mais pequenas, para que estas se possam desenvolver.

Por falar em ópera chinesa, trata-se de uma cultura muito local, pois as gentes de Macau também gostam de cantar ópera cantonense. Mas, ela é dispendiosa, porque tem que haver uma equipa de músicos e instrumentos e tem de haver um sítio com isolamento acústico. Agora, com os imóveis tão caros, para se arrendar um sítio, para além de ser preciso fazer o isolamento acústico, há que recrutar pessoal e mestres e estes, se vierem do exterior, têm que ficar alojados em hotéis, depois, com a alimentação, os encargos são pesados. Hoje em dia, o financiamento para estas entidades artísticas é grande, por exemplo, o aluguer das instalações. Tal como já referi, os subsídios são atribuídos a algumas grandes associações, mas, a título individual, não. Numa criação artística individual, por mais que um artista explique ao Governo, este não acredita, e não lhe atribui o subsídio. Este grupo de talentos artísticos é desprezado. Sr. Secretário, face a este problema, tente fazer algo mais em prol dos jovens com trabalho feito nesta área.

De facto, já disse quase tudo o que queria dizer. Os factos atrás referidos são reais. A nível dos cuidados de saúde, e eu e o Sr. Deputado Fong Chi Keong ouvimo-lo, há quem diga, incluindo os colegas, que se gasta imenso dinheiro em vários serviços, sobretudo no Hospital Kiang Wu. De facto, os médicos fazem o seu melhor. Mas, em termos de distribuição do tempo, tal como alguns colegas já frisaram, especialmente no serviço de urgência em período nocturno, mesmo nos casos de extrema urgência, depois de uma pessoa dar entrada no hospital, não há médicos para atender, não há instalações e nem há espaço. Para as consultas de urgência normal nem sequer vale a pena perder tempo. Há pessoas que lá chegam às 3:00 horas e às 8:00 horas ainda não foram chamadas. Independentemente das razões, há que procurar melhorar, para que os cidadãos... porque o tratamento médico é importante para a saúde. Fartam-se de dizer que devem servir melhor a população, mas, se não conseguirem tratar bem dos doentes, estes morrem. Quem estão a servir? O desempenho de alguns Serviços já merece 80 valores, mas os cidadãos pedem-vos sempre mais.

Esqueci-me de falar de uma coisa, pois quando olhou para mim é que me lembrei. É um assunto muito especial. O Fundo de Segurança Social, o Sr. Ip, e porquê? Da outra vez, foi o Anselmo Teng que me deu, aquando da área da economia e finanças... já o disse muitas vezes, 300 mil milhões passam para 1,4 mil milhões. As despesas anuais são de 200 milhões. Dos 40% de investimento, recebem de retorno 1,6%. É, de facto, muito caro. Fazendo o cálculo pelo número de pessoas, o vosso Fundo, somando a parte da fiscalização e o resto, é muito diferente do da Autoridade Monetária. Será que entre vós existe algum contacto, para trocarem ideias acerca dos respectivos procedimentos? Não se trata de uma questão de apurar quem faz melhor, porque há que contar com a sorte quando se fazem investimentos. Se hoje for bom, talvez amanhã não seja. É verdade, porque ninguém pode garantir, mas ser seguro é sempre melhor. Mas, segundo as contas, a proporção é bem grande: 1,6%. De 300 mil milhões para 1,4 mil milhões, não chega a 0,1%. Acho, por isso, uma vez que está a correr tão bem, que devem arranjar uma forma para encontrar mais pessoas qualificadas para vos ajudar. O que vai acontecer daqui a 40 anos, seja a mim ou a você, ou a qualquer pessoa de Macau, ninguém consegue saber se o dinheiro é suficiente. O Governo não está preocupado com o que as pessoas lhe possam perguntar daqui a 40 anos, mas sim como é que, durante os próximos 10 anos, se deve investir em Fundos que passem de 1,6 para 1,8 e, nessa altura, bato palmas.

Obrigado.

**Presidente:** Sr. Deputado Lam Heong Sang.

**Lam Heong Sang:** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário

Srs. Representantes do Governo

Caros colegas

Os panfletos das Linhas de Acção Governativa deste ano chegaram a todas as casas através do *direct mail* dos Correios, com o seguinte título: “Melhorar o bem-estar da população e criar condições para um desenvolvimento a longo prazo”. Que novas condições e exigências? Como mudar os conceitos? Quais os novos objectivos do desafio e a forma de organizar as acções de desenvolvimento? Quais as acções de coordenação? É um aspecto sobre que importa pensar, Macau no seu todo, incluindo os governantes e todas as camadas da sociedade.

Não sei como é a nível da educação. Acho que, em Macau, falta, de facto, um espírito centralizado. Costumo dizer que uma pessoa tem que ser sincera e recta, honesta e sem discriminação, ser pragmática nas acções, sem fingimento ou falsidade.

Muitas áreas do Sr. Secretário incluem mecanismos de longa duração. Espero que, desta vez, possamos centrar no apoio à classe média. Vou recorrer ao vencimento dos funcionários públicos de nível 3, isto é, do índice 195 a 385, como exemplo de classe média. O que é que lhes falta? Como ajudá-los?

O Sr. Secretário quer elevar a qualidade geral. Dou-lhe, então, umas pequenas sugestões.

Em primeiro lugar, a escolaridade gratuita é de 15 anos. O nosso ensino superior é muito regular, mas o que há a fazer no ensino superior para adultos? Adotar o modelo de ensino regular? Espero que o Sr. Secretário pode pensar no sistema de créditos escolares, que permite melhorar as habilitações e o interesse dos alunos, com efeitos imediatos. Quem tem pressa pode fazer os estudos que quiser. Os créditos são cumulativos e podem ser utilizados para preparar uma tese de mestrado ou de doutoramento. O problema é que Macau é pequeno. Será que podemos usar o sistema de créditos escolares? Este sistema já se aplica na Coreia, não sendo nosso exclusivo.

Em segundo lugar, a formação profissional. Neste momento, há apenas um único sítio para receber formação profissional: a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais, pois os restantes não fazem. Mas, temos, de 1996, três Portarias, 51, 52 e 53. Especialmente o Anexo da Portaria 53, operário semi-qualificado, operário, operário qualificado, em que nunca ninguém fez nada. Quem vai fazer? Ninguém quer fazer. No regime de aprendizes, apenas os Serviços para os Assuntos Laborais fizeram alguma coisa. Não se fez a promoção na sociedade, temos armas, com dispositivos e exigências. Temos uma Comissão, com os responsáveis de algumas escolas como membros daquela Comissão. Não sei se chegaram a ter reuniões.

A nível da formação profissional, em Macau, não há. Será que podem fazer a aquisição dos cursos? Os vizinhos fazem isso, nós também podemos fazer. Podemos, inclusivamente, formar bolseiros. Aliás, já chegámos a fazer isso, quando tínhamos falta de soldados

qualificados, pedimos a ajuda da Sociedade de Barcos, para formar cento e tal pessoas. Há certas experiências que podemos continuar a fazer, portanto, é uma questão de se fazer, para subir o *rate*, elevando a nossa qualidade e capacidade de trabalho. Chegámos a fazer, mas o problema é que parou, deixando de haver continuidade.

O outro aspecto, a segurança social. Fiquei com pena de saber, através de uma notícia publicada num jornal, no dia 2 de Outubro de 2011, que, em 2016, o Fundo de Segurança Social vai falir. Daqui a 362 dias, mas o Sr. Presidente Ip Peng Kin sempre vai dizendo que vai ser muito estável nos próximos 40 anos. Há menos de um ano, foi feita uma injeção de capital de 37 mil milhões. Sem fazer nada, de um lado, diz-se que, em 2016, vai à falência, e, por outro, diz-se que estará estável durante 40 anos. Afinal, o que é isto? A segurança social não se limita à pensão para idosos ou pensão de invalidez, pois há ainda os subsídios de curta duração, para doença, desemprego, nascimento, casamento e morte. Há ainda dois regimes, depois da alteração do regime de segurança social, que já não acompanhei, o chamado regime de garantia salarial por insolvência. Talvez não tenha esse nome, em Macau, chama-se regime de garantia de pagamento de obrigações indemnizatórias de natureza ocupacional. O outro é a pneumoconiose, que estava inicialmente incluída no seguro de acidentes de trabalho, mas que depois ficou abrangida na segurança social, estando agora em meio-termo. Mudando-se as coisas daqui para ali, no fim, quem é que as regulariza? Ninguém se preocupa. A pensão para idosos é o mais importante. Quanto ao resto, quem vai tratar disso? Já pensaram nisto? Nesta altura, que dizer do regime de desemprego? Embora, neste momento, a taxa de desemprego esteja em 1,9%, é muito difícil prever o que vai acontecer no futuro. Quem sabe? Qual o sistema de suporte no regime de segurança social?

Mas, por falar em investimentos, é claro que, neste momento, há coisas inevitáveis no regime de segurança social, mas há que ter coragem. Gostava de dar aqui uma sugestão. O Sr. Secretário não tem que me responder, apenas lhe pedindo que leve duas palavras, no regresso ao seu Gabinete: pense nisso. Tal como num pedido de casamento, basta “pensar”. Um Fundo de Segurança Social para criar duas companhias filiais de financiamento total, uma para construir casas, outra para aceitar o pagamento da contribuição predial. Destinadas a servir os residentes de Macau que estão a fazer contribuições para o Fundo de Segurança Social. A companhia que constrói as casas pode comprar os prédios velhos para serem reconstruídos depois. É o dinheiro que vem dos lucros da venda das habitações públicas, para resolver as chamadas habitações com preços condicionados, as habitações económicas, para resolver alguns problemas. E porquê? O Fundo de Segurança Social não pretende colher grandes lucros. Por outro lado, as pessoas que tiverem de contrair um empréstimo, os contribuintes locais do Fundo de Segurança Social, podem fazer um empréstimo com uma prestação inicial de 5%, emprestam-se então os 95%, podendo ser aplicado menos 1% ou 1,5% sobre a taxa de juros vigente nos bancos. Não há problema, é muito seguro. Será que não podemos pensar nisto?

Temos agora mais de 10 mil milhões que, sendo investidos, daqui a alguns anos podem transformar-se em 20 mil milhões. Com algum dinheiro junto, multiplica-se por aí fora. Ficamos admirados com Singapura, onde isto já existe há 40 anos. Nós vamos começar hoje e, portanto, daqui a 40 anos, será que não podemos ser outra Singapura? Quem sabe se este sistema não pode estar vulgarizado pelo mundo fora daqui a 40 anos?! A experiência dos outros nem sempre é viável aqui. Não sei porque é que está na moda em Macau mostrar trabalho

feito e inventar políticas. As políticas são para se fazerem e as acções são para serem faladas, mas ninguém faz isso, de facto. Pois bem, como é que nos podemos concentrar nisto? É um facto que Macau está a autocondicionar-se a si próprio. Tenho realmente muita pena do Fundo de Segurança Social. Falou-se do 1 por 2 ou do tal 2 por 1. Porquê meterem-se nestas coisas? A nível político, porquê remexer nessas pedras para sair porcaria? Porquê ser pateta para consigo mesmo? O Fundo de Segurança Social já apresentou, em 2007, uma proposta, tendo recolhido, em 2008, a respectiva opinião pública. Porque não continuar com essa base? Que problemas há nessa base? Já estamos com meio caminho andado na segurança social de dois níveis e, no fim, parece que estamos a mudar de direcção. Onde irá parar o mecanismo de longa duração? Temos muitas publicações de referência, uma, de 2008, outra, do Instituto de Acção Social. Temos imensas publicações para consulta. Gastou-se imenso dinheiro nos estudos prévios sobre os mecanismos de longa duração. E depois? Podemos ir consultar na *Internet*. Há muitos textos escritos no sítio electrónico do Instituto de Acção Social, muitas publicações e situações imaginárias. Os Censos foram realizados em 2011. Como voltar a rever as coisas iniciais e actualizá-las?

Para além disso, temos agora algumas coisas muito giras, embora não chegue a ser como os governantes do País, com três palmadas: palmada na cabeça para arranjar ideias, palmada no peito para fazer grandes coisas e palmada no rabo para se ir embora. Mas, há coisas que são aumentadas em 50%. Quanto a passar de 2.000 para 3.000, não tenho opinião, mas porquê aumentar em 50% e não 40% ou 60%? Que dados têm? Por isso, estamos fora do encadeamento normal, as despesas públicas de 2007 a 2011 estão todas desligadas da ordem, com uma média de aumento anual de mais de 27%, um recorde mundial. Sr. Secretário, lembro-me muito bem de lhe ter dito que há certas coisas que podem ser reduzidas em 5%, fazendo em cada ano apenas uma coisa de cada vez, mas eficazmente, reduzindo as despesas em 5%. Há coisas que podem ser evitadas. Algumas das actividades podem reduzir os gastos em *backdrop*, lembranças, papéis de parede a preto e branco, cartazes a preto e branco, *OK!* Andam muito divertidos, até fazem anúncios! Um anúncio de carácter científico muito grande com 1.200 caracteres! Como interpretar isto? Não estou a fazer uma pergunta por rabugice, mas, de forma pacífica, temos que reflectir com cautela, sobre o que é que falta em Macau agora. O que falta nos quatros mecanismos de longa duração para a vida da população?

Actualmente, as escolas particulares que estão integradas na rede, depois da integração, que orientação é que têm? Estão orientadas para o ensino particular ou para o ensino oficial? Diz-nos que por cada aluno de uma escola oficial se gasta anualmente não sei quanto dinheiro. Como fazer a comparação? Num ensino com turmas reduzidas, porque é que uma escola tem que *set* [fixar] entre 25 a 35 alunos? Se houver quatro turmas, em turmas de 25 alunos, admito 100 alunos, se forem de 35, admito 140 alunos. Porque é que têm de ser admitidos mais 40 alunos? Há certos regimes que têm de ser reformulados. Há que prever uma certa flexibilidade nas coisas, mas, de certa maneira, incentivar alguns procedimentos.

Por outro lado, a distribuição não é equilibrada. Há algumas escolas que, por falta de salas de aula, não podem admitir mais alunos, por mais que queiram. As crianças querem sempre ficar na mesma escola dos irmãos, os directores das escolas não têm mãos a medir. O problema, actualmente, tem a ver com a distribuição das escolas, mas, como resolver o problema? Não podemos fazer da mesma maneira que as escolas de Sichuan, aquando do terramoto, quando funcionavam em barracas, não é verdade? Tomando como

exemplo a Zona Norte, em que há falta de espaço nas escolas, será que podem ser construídas barracas para os alunos? Não se pode. Como está o tal estudo de planeamento, em que se diz que se dá apoio a tudo e mais alguma coisa? Estou com receio de a situação voltar para trás com as turmas reduzidas. Houve uma elevada taxa de nascimento nos anos 70, com uma média de 7.000 indivíduos. Nos anos 80, uma média de 7.000 indivíduos, durante 10 anos. Nos anos 90, uma média superior a 4.000 indivíduos. Depois de 2010, voltou a subir, anualmente, entre 6.000 a 6.500. Quando há esta tendência, como fazer o planeamento das escolas?

O tempo está no fim.

Obrigado.

**Presidente:** Sr. Deputado Ung Choi Kun.

**Ung Choi Kun:** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário

Caros colegas

Se uma loja vender muitas coisas, na verdade, é o mesmo que não vender nada. Hoje vou-me basear, então, em três textos para centrar a minha intervenção.

Em primeiro lugar, já que a Sr.<sup>a</sup> Secretária Chan me intitulou de “pai do combate às pensões ilegais”, enquanto este problema não for melhorado, não há razão para eu deixar de falar sobre esta questão.

Ora, há ainda aspectos a melhorar e a acompanhar na aplicação da lei. Na intervenção de ontem, referiu que, desde a entrada em vigor da Lei de Proibição de Prestação Ilegal de Alojamento, de Agosto de 2010 a finais de Setembro deste ano, os Serviços competentes fizeram muito trabalho, selando 276 unidades de alojamento. Uma série de números, que não vou aqui mencionar. De facto, daqui a dois anos, com uma média de uma acção em cada 1,5 dias, com 5,4 residências detectadas, selando 0,57 unidade, por cada 10 residências inspeccionadas haverá uma residência selada. Segundo estes números e o que a população diz, há, realmente, uma certa contenção nas pensões ilegais, com tendência a serem mais ocultas. Mas, seja como for, depois da entrada em vigor da Lei de Proibição de Prestação Ilegal de Alojamento, o Grupo de Acção Conjunta já fez muito trabalho, disso se apercebendo a população e todos nós, razão por que os cidadãos me pediram para agradecer, em nome deles, ao Sr. Secretário e aos colegas da linha da frente do Grupo de Acção Conjunta. Mas, será que ainda hoje continua a ser realizada uma acção de combate em cada 1,5 dias? Perguntava ao Sr. Secretário, depois de terem sido seladas, ao fim de dois anos, as 276 unidades suspeitas de alojamento, das quais 140 foram reabertas, quantas pessoas responsáveis pelo respectivo funcionamento foram acusadas e/ou multadas? Quantas pessoas multadas já efectuaram o pagamento das multas? Isto é muito importante. Porquê? Porque, do que julgo saber, muitas vezes, porque há lacunas na lei, as pessoas que gerem as pensões ilegais fogem à responsabilidade, sendo os proprietários das habitações as vítimas. O Chefe do Executivo foi muito claro ao afirmar que foi concluída, recentemente, a orientação para a alteração da Lei de Proibição de Prestação Ilegal de Alojamento, sendo que o Governo vai proceder atempadamente à respectiva revisão, uma vez que há sinais de alteração do modelo de gestão das pensões ilegais. Sr. Secretário, se a lei não for aperfeiçoada, de forma a condenar os infractores, segundo o Direito

Público e o Direito Privado, não há meio para proibir a prestação de alojamento ilegal. Nas Linhas de Acção Governativa do Sr. Secretário está apontada a avaliação dos resultados da aplicação da Lei de Proibição de Prestação Ilegal de Alojamento, reorganizando-se atempadamente as respectivas acções, embora me parecendo que não se fala na revisão da lei. Por isso, questionava o Sr. Secretário sobre isto, bem como sobre a respectiva calendarização.

Quanto à segunda questão, bom, na verdade, tenho muitas questões a colocar-lhe, mas vou-me centrar mais na política educativa. Sr. Secretário, a política educativa é muito importante, como todos sabemos, e, por essa razão, desejo usar mais tempo para debater a questão com o Sr. Secretário. O Chefe do Executivo referiu, nas Linhas de Acção Governativa, que o Governo da RAEM vai insistir na linha orientadora “Promover a prosperidade de Macau através da Educação”, de forma ordenada, no ensino não superior, no ensino superior e na política da juventude. Percebe-se que a política educativa deve começar pelo ensino não superior, nele se baseando para a interligação com o ensino superior, em conjugação com a política da juventude, em ordem a promover o desenvolvimento sustentável da sociedade, a longo prazo. Embora o Sr. Secretário se tenha referido ontem aos problemas da educação e dos jovens, referiu-se, em primeiro lugar, ao ensino superior e, seguidamente, ao ensino não superior e à política da juventude. Deu muita ênfase ao ensino superior e pouca ao ensino não superior. É mencionado apenas na página 14 um maior empenho no desenvolvimento, uma melhoria da qualidade da educação, bem como a criação de condições para que todos possam aceder à educação de forma equitativa. É isto apenas, como acção governativa! Em nenhum lugar se fala sobre o ensino infantil. Sobre o ensino técnico-profissional, apenas uma dúzia de palavras, por exemplo, aprofundar o intercâmbio entre o Governo e as escolas do Interior do País, sobretudo na promoção do ensino técnico-profissional. Só isto! Não estou a contar o número de caracteres com o Sr. Secretário, mas as coisas falam por si. Pessoalmente, acho que há muitos problemas na política educativa do Sr. Secretário. De acordo com o ritmo de desenvolvimento da generalidade das coisas, vejamos as Linhas de Acção Governativa do Chefe do Executivo, em que se adopta o ensino não superior como base de orientação, do mesmo modo que os arranha-céus começam por ser construídos a partir das fundações, portanto, havendo uma boa base do ensino não superior. Caso contrário, não se poderá avançar rumo ao ensino superior! Por isso, a correlação entre a política educativa é muito importante. Sr. Secretário, as políticas de educação e da juventude têm uma relação muito estreita, mas, porque é que são tuteladas por dois organismos, nomeadamente a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude e o Gabinete de Apoio ao Ensino Superior? Senão vejamos, no País e nas Regiões vizinhas, a educação é tutelada apenas por um único organismo. Se o ensino não superior e o ensino superior forem dirigidos separadamente por dois organismos, não será que existe descontinuidade a nível de política? Se existir um único organismo a responsabilizar-se pelas políticas de educação e juventude, não será a respectiva correlação bem melhor? Por outro lado, devem ser reduzidas as respectivas subunidades, aperfeiçoando-se a estrutura administrativa, a começar por si, para evitar o que acontece com a Sr.<sup>a</sup> Secretária Chan, que é criticada frequentemente pelas pessoas. O ensino a todos deve ser personalizado como espírito educativo, com o que concordo plenamente. O objectivo do ensino é formar talentos e pessoas rectas e úteis. Para mim, quais são os principais valores na educação? Acho que é a ética e as qualidades humanas. Devem começar, portanto, desde a infância. Tal como na Região vizinha, o exemplo da educação nacional, porque é que a situação se tornou tão tensa? Pensem um pouco. Quem não ama a Pátria? Em termos

humanos, quem não ama os seus próprios filhos? Mas, qual deles em primeiro lugar, amar a Pátria ou amar os filhos? Podem pensar um pouco. Se no passado não dava importância à educação nacional, sem partir do superficial para o profundo, sem avançar gradualmente, de repente, obrigar a que as pessoas a aceitem, não é de estranhar que não haja problemas. Por conseguinte, para educar, desenvolver ou construir edifícios, deve começar-se pela base, para que haja estabilidade. É esta a lógica das coisas, Sr. Secretário. Espero, por isso, que o Sr. Secretário, ao pensar na política educativa, não seria de começar pelo ensino infantil, primário e secundário, isto é, pelo ensino não superior? A política deve iniciar-se no ensino infantil. Para além do treino da capacidade intelectual, o mais importante é dar primazia ao desenvolvimento feliz das crianças, à estrutura saudável das famílias, ao avanço da sociedade, ao desenvolvimento sustentável do País, etc. Mas, no “Planeamento Decenal do Desenvolvimento do Ensino Não Superior”, conforme os itens de desenvolvimento dos alunos, a educação moral e a educação cívica encontram-se em último lugar. A educação moral deve começar aos três anos de idade! Já frisei este aspecto por diversas vezes, antes do período da Ordem do Dia, mas, lamentavelmente, a Administração foi insensível. Espero que o Sr. Secretário, em conjunto com os seus colegas e dirigentes, possa reflectir com maior cautela sobre isto. Segundo o ditado popular, é de pequenino que se torce o pepino. As crianças entram nos jardins-de-infância aos três anos, sendo que a forma como os docentes os ensinam é fundamental, muito importante. Embora o Governo da RAEM acentue a promoção da prosperidade de Macau através da educação, parece haver ainda uma certa discrepância no que concerne à formação dos docentes do ensino não superior a longo prazo e a divulgação do propósito educativo. Embora o Sr. Secretário já tenha falado sobre isto ontem e há bocado, em jeito de resposta à Sr.<sup>a</sup> deputada Kwan, com o que não concordo lá muito, proponho-lhe que volte a ouvir e pense um pouco. Gostava que o Sr. Secretário pudesse esclarecer com mais profundidade o plano piloto dos currículos do ensino infantil a realizar em sete escolas e sobre o modo como deve implementado, a título experimental, o quadro da organização curricular da educação regular. Consta na página 245. Quanto aos problemas da taxa de insucesso escolar e do abandono dos estudos, entre outros, isso tem a ver com a orientação da política educativa. A autonomia educativa não implica a ausência de acompanhamento. Cada escola tem o seu sistema de aproveitamento próprio, tendo toda a liberdade de actuação. Como é que isto pode acontecer, Sr. Secretário?

Tenho um exemplo concreto. Uma criança de 15 anos, a estudar na 6.<sup>a</sup> classe do ensino primário, segundo a Lei de Bases do Sistema Educativo Não Superior, se não conseguir concluir o referido curso aos 15 anos, deixa de estudar. Casos semelhantes, há imensos. O Sr. Secretário tem, de facto, que definir medidas a nível das políticas, caso contrário, haverá numerosos jovens indisciplinados na sociedade. Antigamente, havia operários juvenis ou jovens aprendizes, e eu fui um deles, mas, e agora? Pois bem, o que vou dizer de seguida prende-se com o problema da interligação com o ensino técnico-profissional.

O ensino das aptidões profissionais tem sido útil ao longo do processo de desenvolvimento sócio-económico. Mas, com o avançar dos tempos, o ensino das aptidões profissionais debate-se com novos desafios e com a generalização do ensino básico, entre outros, sendo marginalizado o ensino técnico-profissional, com influências cada vez mais negativas. Há opiniões que entendem que o ensino básico de Macau dá importância aos talentos modelados por conhecimentos, sem atender, de uma maneira geral, às situações reais, às aptidões e aos interesses dos alunos e proceder à respectiva triagem, bem como

aos factores sociais concretos do território. Este tipo de orientação monodireccional não só forma talentos sem aptidões profissionais, mas igualmente dificuldades de adaptação ao futuro. Na página 247, das Linhas de Acção Governativa do Sr. Secretário, é referido que será estudada a melhor forma de desenvolver o ensino técnico-profissional, melhorando o respectivo regime jurídico. Gostava que o Sr. Secretário pudesse falar sobre isto.

Por último, sobre as questões do sector do turismo, os factores de pertença. Na passada semana, aquando do âmbito da economia e finanças, perguntei ao Sr. Secretário Tam se a Direcção dos Serviços de Turismo deveria pertencer à área da economia e finanças. Gostava agora de colocar algumas questões ao Sr. Secretário.

Como sabemos, a nossa indústria é demasiado unidimensional, embora se desenvolvam esforços no sentido da diversificação, em ordem a criar um centro de lazer, contudo, o sector do jogo vai continuar a ser uma indústria pioneira ainda durante algum tempo. O turismo é, actualmente, a nossa terceira indústria. Fala-se também, nas Linhas de Acção Governativa, no reforço da concorrência no sector do jogo turístico, etc. Se não houver uma articulação com o sector do turismo, a indústria pioneira deixa de ser jogo turístico. Por conseguinte, o Governo da RAEM tem vindo a salientar a necessidade de promoção do reforço de elementos não associados ao jogo, para abrir caminho à economia diversificada.

Por outro lado, a questão da coordenação no Executivo. De facto, o desenvolvimento da economia, os Serviços de Turismo bem como os Serviços das áreas das finanças e economia, têm desempenhado papéis recíprocos, designadamente, na área da economia e finanças, a Direcção dos Serviços de Economia e o Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau, que realiza acções frequentes na captação de comércio e investimento no Interior do País. Mas, paralelamente, a Direcção dos Serviços de Turismo também faz promoções turísticas. Acresce ainda o facto de a Direcção dos Serviços de Turismo ter diversos postos de divulgação espalhados quer em Macau quer pelo Mundo fora. Se esta rede puder associar-se à área da economia e finanças, estabelecendo, mormente, uma relação íntima com os Serviços de Economia e com o Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento, não será que isso traria maiores efeitos ao desenvolvimento da economia e do comércio de Macau? De facto, a coordenação entre os diversos Serviços Públicos é seguramente insuficiente, é, aliás, um problema crónico e, mais a mais, havendo tutelas diferentes, a articulação no Executivo será ainda mais difícil.

Em último lugar, a natureza dos assuntos sociais e cultura. Tal como foi dito ontem pelo Sr. Deputado Chan Meng Kam, a área dos assuntos sociais e cultura relaciona-se com as políticas da vida da população, desde a nascença até à morte. Há bocado, mesmo... foi se embora, o Sr. Deputado Pereira Coutinho... saiu agora, o Sr. Deputado Kou Hoi In... que chegou a dizer que desde a nascença até à morte tudo tem a ver com o Sr. Secretário, pois a implementação cabal ou não das respectivas políticas está intimamente ligada à vida da população. Por conseguinte, gostava de dizer que, no que diz respeito ao Sr. Secretário, deve prestar atenção aos serviços proporcionados à população local, incluindo a montanha dos que foram referidos pelo Sr. Deputado Lam Heong Sang, o que merece ser reflectido pelo Sr. Secretário.

O tempo está a chegar ao fim, a intervenção quanto à subordinação dos Serviços de Turismo no âmbito da economia e finanças termina por aqui. Espero que o Sr. Secretário possa meditar

nisto com seriedade, através da cooperação no Executivo ora sugerida. Por um lado, reforçando mais eficazmente os elementos não associados ao jogo na RAEM, desenvolvendo o sector do turismo e promovendo o desenvolvimento económico e, por outro lado, deve o Sr. Secretário realizar eficientemente as acções no domínio dos cuidados de saúde, da educação, da segurança social, etc., em prol do verdadeiro respeito que a população deposita no Sr. Secretário.

Obrigado.

**Presidente:** Sr.<sup>a</sup> Deputada Leong On Kei.

**Leong On Kei:** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Secretário

Srs. Representantes do Governo

Caros colegas

Penso que muitos dos colegas podem achar isto um pouco maçador.

A minha primeira questão também incide sobre a Lei do Controlo do Tabagismo em recintos turísticos. A questão já foi abordada, ontem e hoje, por alguns dos Srs. deputados. Propus também a proibição do fumo em recintos de jogo no âmbito da economia e finanças e segurança. Mas, lamentavelmente, os dois Srs. Secretários não responderam à minha proposta. Hoje, mais uma vez, vou continuar a bater nesta tecla. Gostava, assim, de aproveitar esta oportunidade para acompanhar a questão da proibição total do fumo, quer da parte daquelas instituições quer de todas as pessoas que estão atentas à questão. É provável que muitas pessoas não saibam que Leong On Kei trabalha numa empresa do jogo, sendo um dos responsáveis da mesma. Há deputados que já se referiram ao facto de eu falar acerca da proibição total do fumo, questionando se eu não estarei a dar *show* [espectáculo]. Sou peremptória, aqui e agora, apoio inteiramente a total proibição do fumo em recintos de jogo. Eu própria detesto os fumadores e não gosto de fumar. Por conseguinte, gostava de voltar a falar sobre este problema com o Sr. Secretário.

A Lei de Controlo do Tabagismo entrou em vigor há 11 meses e a entidade competente tem-se esforçado por fazer acções de divulgação. A proibição do fumo em locais públicos tem resultados deveras evidentes e desejáveis. É com toda a sinceridade que apresento esta proposta, esperando igualmente que a Administração seja sincera, encorajando a aplicação deste procedimento em todos os recintos de jogo. Sr. Secretário, Sr. director, podem alegar que os recintos de jogo podem tomar a iniciativa de decidir sobre a questão da proibição total do fumo. Mas, na óptica da gestão dos recintos de jogo, falei com várias pessoas envolvidas neste processo, especialmente nestes últimos dias, que também entendem que, se houver uma proibição total de fumo em alguns recintos, enquanto outros não proíbem totalmente o fumo, isso afecta, de certa maneira, as receitas. Ora, para quê proibir totalmente o fumo, se tal afecta as próprias receitas? Creio que qualquer empresa pensa assim. Mesmo num sítio tão rigoroso como Singapura, também se teme que a proibição do fumo afecte as receitas, não havendo ainda, portanto, uma proibição total do fumo nos recintos de jogo. Se houver apenas um casino que proíba totalmente o fumo, julgo que será difícil a qualquer responsável dar uma resposta aos administradores da empresa, pois estes irão questionar aquele pelo facto de a gestão e as receitas poderem ser afectadas pela proibição total de fumar.

Perguntava ao Sr. Secretário, então, será que a Administração vai encorajar todas as empresas do jogo de Macau a implementarem a proibição total do fumo nos recintos de jogo? Se as acções de divulgação forem eficientes, especialmente agora, em que muitos dos Srs. Secretários andam a fazer acções de promoção do turismo de Macau, dentro e fora do País, penso que podiam aproveitar, ao mesmo tempo, para fazerem uma ampla divulgação da proibição do fumo em Macau, para que todos, dentro e fora do País, fiquem a saber. Se for o Governo a tomar a iniciativa quanto a este aspecto da proibição total do fumo, creio que o projecto pode ser concretizado. Por outro lado, a separação das zonas de fumadores e não fumadores depende, simultaneamente, de três partes, mormente, dos Serviços de Saúde, da Polícia Judiciária e da Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos. Porquê? Os Serviços de Saúde regem a aplicação da lei, enquanto a Inspeção de Jogos se responsabiliza pelo funcionamento dos recintos de jogo. Por exemplo, se um cliente fumar numa zona de não fumadores, seguramente que o pessoal da Inspeção de Jogos o chamará à atenção, mas, se uma pessoa perdeu realmente dinheiro no jogo, aproveita-se disso para desabafar, não é verdade? Inclusivamente, pode comportar-se de modo irracional com os nossos colegas e, nessa altura, intervém a Polícia Judiciária. Há dias, questionei a área da Segurança acerca do modo como essa intervenção pode ser feita. Não me responderam, também. Perguntava, então, ao Sr. Secretário, como é que a coordenação das acções de controlo do tabagismo pode ser feita nos recintos de jogo? Será que os fiscais para controlo do tabagismo estão frequentemente nos recintos de jogo?

No outro Despacho, fala-se na análise da qualidade do ar a ser feita pelos próprios recintos de jogo, bem como a apresentação dos respectivos relatórios aos Serviços de Saúde. Os Serviços de Saúde irão proceder também às respectivas análises. Se houver discrepância de resultados perante a análise dos Serviços de Saúde, prevalece a análise da Saúde. Quer dizer que o relatório feito pelos recintos de jogo é falso? Mas, creio que os recintos de jogo não fazem isso. No entanto, as partículas suspensas no ar podem não estar homogeneamente distribuídas pelos diferentes espaços, daí que, quando uma empresa do jogo fizer a medição, poderão eventualmente estar mais dispersas... penso que a versão oficial é a que prevalece, razão por que não podemos reclamar da imparcialidade do relatório das empresas do jogo.

Para além do mais, o despacho que controla o tabagismo só está em vigor há dois meses e, sendo assim, o que se pode fazer? As empresas do jogo apresentaram um pedido para a criação de zonas para não fumadores com dois meses de antecedência, para depois aguardarem pela respectiva autorização, isto provavelmente... não sei se tem que passar pela Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, nessa altura, o tal percurso do ar e do ar condicionado, não sei... mais uma outra questão de natureza interdepartamental. Mesmo que o pedido e a criação sejam feitos em simultâneo, restam apenas dois meses. Não será apressado demais? Sr. Secretário, porque não a proibição total do fumo nos recintos de jogo, para evitar trabalhos e despesas desnecessários? Só assim é que se garante... desta feita, isso poderá não só garantir as receitas dos recintos de jogo, mas, se for feita uma boa propaganda, é a imagem de Macau que beneficia, e sobretudo a saúde dos trabalhadores do sector do jogo, proporcionando também aos clientes dos recintos de jogo um ar puro e sem fumo.

Outra questão, o serviço integrado para os deficientes físicos. Ontem, alguns colegas salientaram esta questão, mas há ainda muitos aspectos para reflectir, no que toca à sua vida colectiva, à

educação e aos respectivos meios de deslocação. Tenho, de facto, conversas frequentes com os encarregados de educação dos deficientes mentais. A nível de serviços dos lares, o Sr. Secretário já respondeu, há bocado, mas há encarregados de educação que afirmam estar à espera, há mais de dez anos, pelo internamento dos filhos com deficiência mental nos lares. Trata-se do problema do duplo envelhecimento já referido, sem que os filhos possam ser internados nos lares. Que dados é que a Administração dispõe, neste momento, sobre estes casos? Há planeamento prospectivo a longo prazo? Será que está previsto um regime central de espera, no sentido de resolver, da melhor forma, o problema de espera no internamento em lares para deficientes mentais?

No ano passado, pedi a atenção da Administração para a extensão do ensino especial ao ensino secundário complementar, mas, lamentavelmente, até à data, nada foi ainda concretizado. Nas Linhas de Acção Governativa, encontra-se expresso o acompanhamento dos resultados e sugestões da avaliação específica do ensino especial, para aperfeiçoar o sistema do ensino especial e para promover o desenvolvimento harmonioso do ensino especial e das partes constituintes, revendo-se a respectiva legislação. Qual o ponto de situação relativamente à revisão da legislação sobre o ensino especial? Para quando a conclusão deste trabalho, para que os alunos do ensino especial possam gozar os 15 anos de escolaridade gratuita, à semelhança dos outros alunos? Para além disso, os deficientes mentais carecem de materiais didácticos apropriados. Para além das disciplinas curriculares, devem prever a formação de aptidões para cuidarem de si próprios, através da simulação de situações reais, tais como, criar cenários em supermercados, para treinarem as respectivas capacidades do quotidiano. Para tal, será que a Administração vai rever os resultados dos serviços disponibilizados actualmente na política do ensino especial, definindo um planeamento educativo a longo prazo e criando cursos adequados a este tipo de alunos? Mais, alguns encarregados de educação também me disseram que a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude realiza uma avaliação dos alunos com dificuldades de aprendizagem e, se forem considerados com deficiência mental, podem ingressar no ensino especial. Os filhos foram avaliados pelos Serviços de Educação e Juventude e mediante isso, ingressaram no ensino especial, mas, segundo a avaliação do grau de deficiência feita no ano anterior, os filhos não se conformam com os critérios de invalidez, razão por que não foram considerados inválidos, sendo reencaminhados para as escolas do ensino regular. Perguntava à Administração, afinal, de entre a avaliação que é feita, qual é a correcta, a avaliação que é feita pelos Serviços de Educação e Juventude ou a avaliação do grau de invalidez? Como assegurar que o pessoal do Centro de Avaliação pode realizar uma avaliação correcta? A situação do caso atrás referido é injusta para a pessoa avaliada. O que é que a Administração vai fazer? Quem deve assumir a responsabilidade? Para os alunos que foram avaliados para ingressarem no ensino especial e que já se habituaram à respectiva aprendizagem nas escolas de ensino especial, e que tiveram depois de voltar ao ensino regular, isso traz-lhes, de facto, barreiras e dificuldades de aprendizagem. Espero que a Administração reforce o conhecimento e o tratamento destes casos.

Resta-me ainda algum tempo. Queria falar ainda sobre a atenção e o apoio dado aos deficientes físicos, nestes últimos anos. Para além do apoio financeiro, deve ser criado um ambiente sem barreiras físicas, pois, neste momento, há ainda muitos aspectos a melhorar. Os deficientes físicos que andam de cadeira de rodas têm ainda dificuldades de deslocação para saírem de casa. Por exemplo, há desníveis em passeadeiras e nas ruas, o que se torna muito perigoso

para eles. Deste modo, como é que podem estar inseridos na sociedade? Quando saem à rua, ficam com receio. Deve haver, inclusivamente, equipamento acústico nos semáforos, arruamentos, elevadores, pavimentos tácteis para invisuais... etc., que não estão espalhados, totalmente, por Macau. Há autocarros que não estão ainda equipados com rampas, o que impossibilita o acesso das pessoas que andam de cadeira de rodas. Alguns motoristas de autocarros também não abrem a rampa. É esta a situação. Mais, há casas de banho públicas sem simples indicativos internacionais para os invisuais. Espero que a Administração preste também atenção a estes aspectos.

Tenho ainda algum tempo para falar do Prémio de Docência. Ontem, o Sr. Secretário disse que, considerando que o “Quadro Geral” entra em vigor em 1 de Setembro deste ano e entendendo que os docentes são muito inteligentes e que sabem actuar adequadamente, a Administração, para mostrar respeito pelos docentes aposentados, vai atribuir o Prémio de Docência, de uma só vez, aos docentes qualificados já aposentados. Pessoalmente, sou a favor. Esta medida pode difundir o espírito do respeito pelos professores e pela educação. Mas, são estes elementos da linha da frente que mais podem auxiliar as comunidades mais desfavorecidas da sociedade, sendo que o seu trabalho pode favorecer a criação de uma sociedade harmoniosa, educando as comunidades e dando um contributo importante na criação da rede de relações das pessoas necessitadas. A Administração divulgou, este ano, a versão para consulta pública da proposta de lei do Regime de Credenciação dos Assistentes Sociais, que veio gerar muita polémica pela insuficiência de garantias dadas aos assistentes sociais. Espero, igualmente, que a Administração possa rever o regime de subsídios para os assistentes sociais. Perguntava também ao Sr. Secretário, se não podia atribuir subsídios aos assistentes sociais qualificados, sendo esta uma forma justa de reconhecer o contributo que os mesmos prestam à sociedade.

Obrigada.

**Presidente:** Sr. Deputado Sio Chi Wai.

**Sio Chi Wai:** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário

Srs. Representantes do Governo

Caros colegas

Nas Linhas de Acção Governativa para o ano económico de 2013, o Governo da RAEM enfatiza os mecanismos de longa duração. Na acção governativa, inclui-se a protecção ao nível da habitação, da segurança social, do melhoramento dos cuidados de saúde e do desenvolvimento do ensino. Da tutela do Sr. Secretário, há três deles, sendo com base nestes três aspectos que irei colocar questões e discutir com o Sr. Secretário.

Antes de mais, sobre os cuidados de saúde. O Governo da RAEM vai proceder ao melhoramento do sistema de saúde antes de 2020, no sentido de melhorar o nível dos serviços prestados. Há, essencialmente, três níveis, através dos quais se irá proceder ao referido aperfeiçoamento, incluindo, as obras de ampliação e reconstrução, a construção do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, bem como a rede de cuidados de saúde primários. Creio que estas iniciativas vão melhorar as infra-estruturas, em resposta ao desenvolvimento da sociedade. Mas, ontem, durante o debate,

muitos colegas referiram-se à maior necessidade de reflexão sobre a formação do pessoal de enfermagem e até mesmo dos médicos. Por isso, a primeira coisa que perguntava ao Sr. Secretário é sobre a formação dos médicos especialistas.

O Governo da RAEM definiu um plano preliminar de formação a partir de 2010, sendo os Serviços de Saúde a reforçar a formação dos médicos, informando, na altura, que precisavam de ter mais cerca de 200 médicos especialistas. Mas, como sabemos, não há no sistema educativo de Macau um curso de Medicina, nem de especialidades médicas. Portanto, gostava de saber se a formação dada aos médicos especialistas, conforme definida na acção do Governo da RAEM, permitiu formar alguns médicos especialistas, a partir de 2010. Julgo que o Governo da RAEM tem capacidade financeira para formar 200 médicos especialistas. Mas, as especialidades médicas são ainda subdivididas. Neste aspecto, queria saber qual é o andamento do plano e se foi possível concretizá-lo gradualmente, após o lançamento desta política.

Um outro aspecto que gostava de analisar com o Sr. Secretário Cheong refere-se ao pessoal de enfermagem. Neste momento, a formação deste pessoal é feita pelo Instituto de Enfermagem Kiang Wu e pela Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Macau. Na verdade, as duas instituições já formaram muitos talentos em enfermagem. A primeira sensação que nos fica, essencialmente, é a de que há mais senhoras nesta profissão, se bem que, no estrangeiro, também haja homens a desempenharem esta função, e não são poucos. Porque é que falo desta questão? Porque o desenvolvimento económico de Macau está a ser rápido demais, sendo as oportunidades de emprego cada vez maiores, oferecendo, assim, aos jovens uma maior escolha. As instituições de formação podem alargar a inscrição de alunos nos cursos, com a criação de novas infra-estruturas, mas receio que o número de alunos não seja suficiente. Acho que, no futuro, no âmbito da tutela do Sr. Secretário, deve ser integrada no sistema educativo a ideia de que a profissão de enfermeiro é muito respeitada, incluindo, obviamente, os médicos. Para além disso, deve ser modificada a mentalidade tradicional sobre a profissão de enfermeiro, porque não são apenas as senhoras que podem exercer esta profissão. Creio que há mais trabalho de divulgação a fazer, para que as pessoas mudem de mentalidade, embora não se possa garantir que venha a ser alterada a situação das candidaturas ou que tudo venha a correr muito bem, mas, pelo menos, que haja algum melhoramento. É uma sugestão.

Quanto à Lei do Erro Médico, falo de um aspecto já referido por muitos colegas. Espero, igualmente, que esta lei seja apresentada com a maior brevidade. Penso que é uma garantia para os interesses dos médicos e dos pacientes, no sentido de se chegar a um processo correcto, em situações de conflito. Mas, penso que, com o progresso social, a noção de defesa de direitos próprios é cada vez mais forte. Por conseguinte, muitas das vezes, é na noção de defesa de direitos que radicam os conflitos com o pessoal dos cuidados de saúde. Não será de proceder a algumas medidas preventivas antes que os conflitos surjam? Penso que deve ser dada importância às técnicas de diálogo entre os médicos e os pacientes e respectivos familiares. Lembro-me, aquando da revisão do Regime Legal dos Internatos Médicos, bem como de outros diplomas complementares, que se deu muita ênfase à questão da ética dos profissionais da área da saúde, com disposições para uma boa conduta profissional, definindo-se alguns critérios de orientação e de avaliação profissional. Creio que essas medidas foram bem lançadas e, especialmente quando houver melhores técnicas de diálogo com os pacientes e/ou respectivos familiares, os conflitos poderão ser um pouco mais reduzidos.

Quanto ao Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, gostava que pensassem na distribuição demográfica que está a mudar, sobretudo nas Ilhas, conforme os números divulgados pelo Gabinete de Estudo das Políticas do Governo para a população, até 2036. Afinal, qual é a capacidade de resposta deste Complexo para melhorar o nível dos cuidados de saúde a serem prestados? Gostava de dar um exemplo para vossa referência. Lembro-me, aquando da abertura do novo posto fronteiriço de Gongbei, que estava inicialmente previsto poder ser usado durante dez anos, mas, devido à política de visto individual, temos hoje que repensar os novos postos fronteiriços para conter as alterações que temos de enfrentar. Espero, por isso, ouvir algo mais sobre alguns planos do sistema na área da saúde. É claro que, se não os tiverem, as alterações demográficas não serão tão fortes como as que serão trazidas pela política do visto individual, mas, seja como for, será que, durante a fase de planeamento, consideraram a questão da dimensão demográfica?

Gostava, para além disso, de falar também sobre o reordenamento dos recursos nos cuidados de saúde, que alguns colegas já ontem referiram. O sistema da área da saúde de Macau é, na sua maioria, composto por instituições públicas de saúde, instituições de saúde sem fins lucrativos e instituições médicas do sector privado, sendo estas as suas três partes constituintes. Falou-se ontem do mecanismo de reencaminhamento das consultas, que julgo ser muito bom, em prol de um melhor aproveitamento dos recursos sociais. Seguindo esta lógica de raciocínio, será que não a poderão aplicar também ao nível das infra-estruturas, mormente, na utilização de alguns equipamentos médicos especiais? De facto, considerando a dimensão da população de Macau, os recursos dos três Hospitais de Macau sobram para as necessidades, mas, se forem utilizados em comum, não seriam mais bem aproveitados? Se bem que, em termos de pormenor, acho que deve ser levada em conta a questão da privacidade dos respectivos dados.

De seguida, falava na segurança social. O Governo da RAEM dá especial relevo à vida que os idosos gozam, vivendo em conjunto com os familiares, aliás, segundo os valores morais da cultura chinesa, é esta a orientação das pessoas. Mas, acho que deve ser dado mais algum apoio a estas famílias com idosos a viverem juntos. Há, neste momento, alguns Serviços Públicos que, em articulação com o esforço comunitário, estão a fazer este trabalho e creio que, a nível de infra-estruturas, houve grandes melhoramentos. Mas, há pormenores que podem ser pensados, como, por exemplo, a ocupação dos tempos livres dos idosos. O Governo pode prever algumas instalações e meios de transporte específicos para facilitar as suas deslocações. Se as medidas forem bem equacionadas, creio que os jovens até estão dispostos a viverem juntos com as pessoas da geração anterior, uma vez que isso não lhes traz dificuldades e podem tomar as refeições juntos, quando regressarem a casa. Penso que, se actuarem cabalmente, o bem-estar dos idosos nas suas casas pode ser concretizado.

Para além disso, o serviço das creches. Ouvi, há bocado, a entidade competente falar de um novo modelo de raciocínio para alguns deficientes físicos ou mentais, especialmente nos serviços em período nocturno ou a título provisório, etc. Acho que o serviço das creches também se deve cingir a este raciocínio, pois a sociedade mudou e, neste momento, os pais são ambos trabalhadores ou fazem serviço por turnos, precisando deste tipo de serviço. Mas, creio que, na área do Sr. Secretário, há muitos aspectos que podem ser articulados com a força dos organismos associativos e da sociedade, com vista à implementação das respectivas políticas, facto que

seguramente apoio. Pois bem, havendo a força da comunidade, a mobilidade e a flexibilidade, em termos estruturais, são maiores que as do Governo. É óbvio que o Governo dispõe de recursos abundantes e, como tal, havendo uma articulação entre ambas as partes, isso seria muito melhor. Apoiamos bastante esta ideia, se o Governo, sobretudo no âmbito da tutela do Sr. Secretário Cheong, puder contar mais com o envolvimento da comunidade. Mas, isto envolve o erário público. De facto, não devemos ver as coisas com maus olhos, pois muitas instituições estão deveras dispostas a servir a sociedade, sendo a sua especialidade servir bem os destinatários, razão por que não são peritos nos requerimentos que apresentam ao Governo ou em colmatar os dados em falta que o Governo lhes pede, sendo criticadas frequentemente pelas pessoas que duvidam de alguns procedimentos serem menos regulares. Penso que, se os actos forem irregulares, já teriam sido sancionadas pelos diversos meios de que a lei dispõe. O que mais receio é que, se algumas das instituições tomarem a iniciativa de apoiar os Serviços em causa e se, durante a fase de apoio, perante algumas disposições regulamentares, os procedimentos não forem eficazes, será que vão prejudicar o objectivo desta iniciativa?

Obrigado.

**Presidente:** Sr. Deputado Fong Chi Keong.

**Fong Chi Keong:** Já esperei muito tempo.

Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário

Srs. Representantes do Governo

Caros colegas

As áreas que o Sr. Secretário tutela incluem os cuidados de saúde, a educação, a acção social, a segurança social, a cultura, o desporto, o turismo, etc., podendo dizer-se que abarca a vida da população, de tudo havendo intimamente ligado à vida da população. É popular dizer-se que não há coisas simples na vida das pessoas. Será que o Sr. Secretário poderá prestar uma atenção maior e de forma mais abrangente? Este problema merece ser estudado. A eficácia da acção governativa responde às exigências dos cidadãos e isto depende da capacidade do Sr. Secretário.

Na área de tutela do Sr. Secretário, as despesas previstas no próximo ano atingem 36,7 mil milhões, sem incluir os vencimentos dos seus funcionários públicos. Por outras palavras, os 36,7 mil milhões serão gastos directamente com a população. Mas, quanto a saber se esse dinheiro será gasto adequadamente, é um aspecto a reflectir. Há bocado, Lam Heong Sang perguntou se não podiam aquelas ser reduzidas em 5%, que são mais de mil milhões, pois com estes se podem fazer muitas coisas, não é verdade? Realmente, há condições para reduzir estes mais de 30 mil milhões, não é assim?

Ontem, no debate das Linhas de Acção Governativa do próximo ano, aquando das intervenções de Chan Meng Kam e de muitos Srs. deputados, foram lançadas muitas críticas aos serviços na área da saúde, sobretudo sobre a qualidade dos cuidados de saúde, os recursos humanos, os meios de suporte, o tempo de espera. Quer isto dizer que há muitas coisas que não acompanham o ritmo de desenvolvimento social e as aspirações da população.

Nestes últimos anos, o Governo investiu mais de 10 mil milhões na área da saúde. No próximo ano, sendo mais de 5 mil milhões, porque é que ainda não há melhoramentos evidentes nesta área? Quais as razões para tal? Não seria de reflectirem com profundidade para encontrarem a raiz dos problemas? Não encontramos políticas de prazo relativamente mais longo no vosso planeamento, em matéria de cuidados de saúde, não é assim? Será que vos faltam talentos para o fazer? Se não os tiverem, contratem alguns especialistas para planear a política de saúde de Macau, não é verdade? Vejo o nosso director Lei a ficar com os cabelos brancos, só de trabalhar. Deve haver um plano mais longo, uma vez que a área da saúde é muito importante, não é verdade? O Sr. Secretário acabou de dizer que 80% dos cuidados de saúde são prestados gratuitamente, mas não, Sr. Secretário, no máximo, 60%. Muitas pessoas vão a consultas médicas em Hong Kong, pois os que têm possibilidades financeiras vão a Hong Kong. Sabe onde está o problema? Quanto ao nível dos cuidados de saúde em Macau, que nem me atrevo a criticar, pois estou dentro desta matéria, mas, se tiver tempo, depois falo melhor consigo. Mas, é muito estranho, pois uma pessoa diz que vai ver o médico, mas não tratar da doença, sendo aqui que reside a especificidade desta profissão. O que é que podemos concluir disto? Será que os pacientes podem ser curados da doença? Muitas das vezes, o essencial não está nos medicamentos ou nos equipamentos, mas sim nos médicos. A deontologia profissional do pessoal médico é muito importante, não é assim? A formação dos médicos deve então ser feita nestas duas perspectivas.

O Governo deve criar condições e ambiente que favoreçam a realização das tarefas do pessoal da área da saúde, para aumentar a eficácia dos cuidados de saúde, melhorar os procedimentos e as consultas médicas, para que os respectivos valores e estatuto sejam evidenciados. Actualmente, o pessoal da área da saúde pertence totalmente à Função Pública, não podendo ser despedido, mesmo que faça duas consultas numa hora. Tenho um amigo que me contou, uma vez, estarem apenas duas pessoas à espera de consulta, mas só após uma hora é que foi visto. A eficácia é mesmo baixa! Cheung Lup Kwan disse, há bocado, que, depois de chegar às 3 e tal ao banco de urgência, só depois das 8 pôde ser visto por um médico. É verdade. Porque é que há tanta falta de pessoal? É assim? Muitos colegas acabaram de criticar e pôr em dúvida se havia preguiça no pessoal. Sendo assim, não será que têm de reformar os cuidados de saúde bem como o respectivo sistema? Se não podem despedir as pessoas, isso dá-lhe imensas dores de cabeça. No sector privado, se uma pessoa não mostrar aptidão ou não seguir a orientação do hospital, pode ser despedida. O Governo não tem solução, quando uma pessoa não pode ser despedida. Pois bem, será que não podem reformular este aspecto? Podem, não é verdade? Bom, quanto ao pessoal da área da saúde, neste momento, um médico consultor ganha pelo índice 900 e, mesmo que sejam 70 por cada ponto, já são 63.000, mais 30 e tal por cento, já são 80 a 90.000. Sabe quanto ganha um médico de nível superior? Ganha mais de um milhão por mês! Sinceramente, as coisas baratas não prestam, pois quanto mais baratas forem, menos importância as pessoas lhes dão. Quando deixa de haver proporcionalidade entre o que se recebe e o que se dá, uma pessoa deixa de dar importância ao trabalho, fazendo as coisas deliberadamente, sendo que a vítima é a população, não é assim? Karl Max disse que a luta de uma pessoa tem sempre a ver com os seus próprios interesses. O esforço dado por uma pessoa está relacionado com os seus próprios interesses, não é verdade? Desta forma, qualquer que seja o regime, tudo tem a ver com a razoabilidade do regime de distribuição das receitas, não é verdade? Não será de reformular o regime dos médicos da função pública? Receberem mais se trabalharem mais, com bom trabalho recebem

mais. Deve haver diferenciação. O nosso Hospital também está a lançar trabalhos nesta matéria. De facto, são coisas de intelectuais, estou com a cabeça tonta, é-me mesmo muito difícil.

Vou falar de outra coisa. Nas Linhas de Acção Governativa menciona-se a criação de um Conselho. Será que não podem imitar Hong Kong, que tem uma autoridade hospitalar? Para além de se responsabilizar pela política de saúde pública do Governo da Região Especial, propõe também o tarifário dos serviços hospitalares, a política de recursos e faz estudos sobre os serviços hospitalares. É bom que criem uma autoridade hospitalar, pois sempre é melhor do que não ter ninguém a gerir. Pedindo ao Sr. Director Lei para gerir uma matéria tão vasta, é muito difícil, de facto, tenho mesmo muita pena dele. Como pode uma pessoa apenas gerir tanta coisa? A autoridade hospitalar é deveras profissional e, com tanto dinheiro gasto noutras coisas, podiam recrutar especialistas para a gestão. Não conseguem, de facto, gerir! Segundo reza um ditado chinês, mais vale gerir 3.000 soldados do que gerir três gatos-pingados. É mais fácil gerir soldados do que intelectuais. Espero que o Sr. Secretário pense nos problemas pela raiz.

O outro aspecto, sobre a questão da educação. A discrepância entre os níveis de ensino em Macau é relativamente grande, um facto sem margem para dúvida. As melhores escolas são as mais favoritas, enquanto as outras nem sombra fazem. Tem realmente a ver com o problema do equilíbrio na educação. O Sr. Secretário não mencionou este aspecto nas Linhas de Acção Governativa, o que prova que o Governo não lhe dá a suficiente importância. A discrepância educativa em Macau é uma questão velha e difícil. O Governo fala todos os anos na melhoria da qualidade do ensino, mas continua sem a resolver, de forma concreta. Na sociedade actual, são grandes as exigências e as expectativas da população, relativamente a uma educação justa e equilibrada. As políticas do Governo só se centram na aplicação de recursos, dando apenas importância às fachadas, ignorando a natureza das coisas e, como tal, as reformas não são grandes. O desenvolvimento educativo deve realmente caminhar de certa forma, a partir da vontade íntima de cada pessoa, sem depender puramente do dinheiro, sendo que o mais importante é percorrer racionalmente caminhos que levem a valores intrínsecos. Para além de se ensinarem os alunos, estes devem ter também uma boa educação. Acho que se pode começar pelos directores das escolas, que devem deixar de ser gestores para serem estudiosos ou especialistas, alterando o respectivo papel. O director de uma escola deve mobilizar os docentes, e os docentes os alunos, para aumentar o nível de ensino na escola, reduzindo assim a diferença entre as escolas e satisfazendo as necessidades dos encarregados de educação. Espero que o Sr. Secretário possa começar pela melhoria da qualidade do ensino, para modificar a situação pouco equilibrada da educação em Macau.

Uma outra questão é sobre o Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo. O CA já apurou não poucos enganãos. A Direcção dos Serviços de Educação e Juventude tem-se desculpado, cada qual tendo as suas razões. Não sei como é que o Sr. Secretário vai julgar este processo. Na óptica das Linhas de Acção Governativa do Sr. Secretário, este Programa deverá continuar. O Sr. Secretário diz que vai melhorar o mecanismo de apreciação e inspecção, não se sabendo como vai fazê-lo. Espero que não continuem a enganar-se. Muitos dos cursos deste Programa são coisas inventadas, procurando cada qual as suas próprias soluções. Tudo tem a ver com a captação de recursos do Governo. Os requerentes inscrevem-se nos cursos sem se importarem com o nível dos mesmos ou do que vão aprender, já que são grátis. Uma vez que a variedade dos cursos é grande, para

além de dificuldades na fiscalização, é mais difícil ainda a garantia da respectiva qualidade do ensino e dos resultados da formação. Sr. Secretário, diga-me, sinceramente, quais os resultados previstos com este Programa? Será que o dinheiro abunda de tal modo que o Governo pode gastá-lo de qualquer maneira? O dinheiro vem dos contribuintes dos impostos. É claro que o Governo pode continuar a dourar a pílula, mas os custos são deveras elevados. De facto, foi lançado, em 2007, o Plano de Financiamento em Educação Contínua, pelo qual se comparticipava uma parte das propinas dos requerentes, sem haver limite nos pedidos, tendo os educandos que assumir parte das propinas, sendo, portanto, mais prático que o actual Programa. Sr. Secretário, se quer continuar com o Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo, acho que deve fazê-lo à vista dos aspectos positivos do Plano de 2007, sintetizando a experiência desta vez, definindo claramente os objectivos e os destinatários do Programa e remodelando-o de forma a ser prático e viável.

Quanto ao planeamento do desenvolvimento do sector turístico, nas Linhas de Acção Governativa do Sr. Secretário, fala-se em desenvolver, atempadamente, estratégias e medidas na área do turismo, impulsionando, nomeadamente, um turismo de qualidade, optimizando a gestão da indústria, desenvolvendo o turismo cultural, impulsionando elementos turísticos com características locais e fomentando a diversificação de produtos turísticos locais.

Como não tenho mais tempo, e não quero voltar a falar disto, espero que concorde. Fico-me por aqui.

**Presidente:** Sr. Deputado Chan Chak Mo.

**Chan Chak Mo:** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário

Srs. Representantes do Governo

Caros colegas

Sou o último deputado da primeira ronda. Espero ser mais sucinto, porque muitos dos temas já foram abordados por outros colegas.

Nestes últimos anos, depois da transferência de soberania, ser gente de Macau – como colocar a questão? – significa uma pessoa estar muito contente, muito orgulhosa, porque, como há muito dinheiro, cada um pode fazer o que quiser, faltando, porém, determinação para o fazer.

Desta vez, do âmbito da tutela do Sr. Secretário, há muitas coisas dos assuntos sociais e cultura, muitos recursos que foram lançados na educação, nos cuidados de saúde, na segurança social, apoiando as comunidades desfavorecidas, uma diversidade de medidas que favorecem a população. Não vou discuti-las aqui, porque muitos colegas já as referiram. Mas, gostava de voltar... será que há sempre tanto dinheiro? Gostava de voltar às origens. Quem bebe água deve pensar na fonte. Donde é que vem o dinheiro? É claro que, para além dos negócios locais, há ainda os turistas. Julgo que há pouca discrição dos turistas aqui. Pretendendo-se manter o desenvolvimento da economia, seja da indústria do jogo ou dos negócios locais, os turistas são muito importantes. Se não houver turistas a fazer compras, como dizem as nossas pequenas e médias empresas e outras ainda, que conversam entre si, isso será, portanto, a morte de Macau, se não tiver turistas. A situação de Hong Kong é a mesma. Sou um homem de negócios e também considero que os

impostos mais importantes vêm dos turistas, quer através das apostas quer através das despesas em compras ou em outra coisa qualquer. O Sr. Secretário falou na questão do Grande Prémio, com o que concordo inteiramente, porque esta prova já tem uma longa tradição e é um grande evento que se realiza anualmente. No próximo ano, celebra-se o 60.º aniversário. O Sr. Secretário apresentou muitos aspectos do evento, mas, há uma coisa que gostava de ver mais clara, pois, na página 21, está referida a transformação desta festividade numa actividade ao longo do ano. Ora, neste documento nada disso é referido, mormente, a organização do evento durante duas semanas. Sendo ao longo do ano, será que vão realizar algumas mostras de automóveis, exibindo os carros giros na Baixa para as pessoas verem? Gostava de saber e, mesmo que não tenham ainda qualquer ideia, não faz mal, mas, como se fala em actividades ao longo do ano, apenas lhe queria colocar a questão.

Um outro aspecto é sobre o tal lema “12.º Plano Quinquenal”, muito falado por toda a gente, em que se define Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer. Toda a gente fala disto, os Serviços Públicos e o Governo, estando todos orientados nessa direcção, seja o Departamento de Trânsito, o Serviço de Migração, a Polícia de Segurança Pública, a Divisão de Controlo Fronteiriço, que estão a trabalhar nisso. Da área do Sr. Secretário, é claro que vai ser promovido o turismo e o modo como captar mais turistas. Primeiro, captando a sua vinda, segundo, o que é que se pode fazer para que permaneçam mais tempo, façam compras, visitas ou joguem. Perguntava, então, ao Sr. Secretário, o que tem pensado quanto a esta matéria? Porquê uma festividade uma única vez por ano, tal como o Festival de Música, o Festival de Cultura, o Concurso de Fogo de Artificio, o Grande Prémio, a Parada. As pessoas vão assistir porque isso as cativa. Mas, o que é que há de permanente e frequente? Tal como o plano para o Lago Sai Van, o Governo revela boa vontade nisso, porque há quem queira promover a feira nocturna, mas, depois de muito barulho, todos se encolheram, não da vossa área. Mas, na esteira da questão do Sr. Deputado Kou Hoi In, como embelezar a Rua Cinco de Outubro e a Rua da Felicidade? Por exemplo, será que o Governo pode criar uma rua pedonal na Rua da Felicidade, tal como *Shinsaibashi*, em Osaka? Será que podem fazê-lo? Há pessoas das ruas vizinhas que acham que isso é bom, havendo mais gente na zona, enquanto que, do lado da rua, se alega que, sem carros a passar pela porta, não há negócio. Como resolver este problema? Qual a questão a tratar? Como será a concepção? Quais são os meios de consulta, para que isso seja bom para todos? Se não for o Governo a orientar o trabalho, vai ser difícil avançar junto da comunidade, mesmo que seja a União Geral das Associações dos Moradores a fazê-lo. Tal como já aconteceu, no Lago Sai Van, uma boa acção possa redundar num fiasco. Que ideias existem para que as actividades sejam de carácter permanente, para os turistas, acha... queria avançar com a ideia de transformar o Lago Sai Van em zona pedonal, já que, neste momento, se fala em acção governativa de modo científico. Será que estudaram os principais mercados turísticos, por exemplo, o Interior do País, Taiwan, Hong Kong? Fizeram estudos? Fizeram *research* [investigação]? O que é que eles precisam? É provável que não venham a precisar de muitas coisas, pois vêm cá apenas para *look for* [ver]. Toda a gente sabe dizer que, para além do jogo, não há nada a fazer, toda a gente diz isto. Mas, sendo assim, os turistas vêm cá na mesma, portanto, como... têm a necessidade de fazer trabalho neste sentido, com base em dados científicos, resultados de estudos, por exemplo, para brincar, gostam do *Ocean Park* em miniatura, de circo, dispondo de dados que suportem o que pensam fazer, mas, acho que, nesta altura, ainda há vazios nesta matéria. Para além disso, qual a capacidade de suporte? Há dois anos, a Direcção dos Serviços de Turismo fez um estudo

sobre a capacidade de suporte dos turistas, feito por um especialista de uma instituição de Pequim. Qual a situação actual, decorridos dois anos? Será que os visitantes não acham que isto está um pouco apertado? Como transformar Macau num Centro Mundial de Turismo e Lazer? Acho que devemos reflectir sobre este aspecto. Outra coisa, para atingir este objectivo, julgo que a mentalidade do Governo deve mudar. Sr. Secretário, já visitou muitos sítios e às vezes, em conversa informal consigo, disse-me que, quando era jovem, andava de mochila nas costas a viajar pelo Mundo fora. Há dias, o Sr. Secretário Tam disse que, quando esteve no Hawaii, vestiu calções e andou de chinelos. Tudo bem, pois o clima naquelas partes é muito quente, há praias e piscinas. É essa a lógica, pois lá há Sol e praia. Mas, quando vêm para Macau, para além de jogarem, devem ir até às Ruínas de S. Paulo para fazer compras. Porque é que mencionei o facto de o Sr. Secretário já ter passeado pelo Mundo fora? Qual a cidade turística que não tem um *sidewalk café* nas ruas contíguas a pontos turísticos? Têm ou não? É impossível que não tenham. Foi isto o que realmente quis dizer. Como é em Macau? Há uma subunidade do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais com seis a oito pessoas que fazem uma inspecção todos os dias, pelas 8 horas da noite, para ver se há mesas a mais de uma distância de um centímetro do passeio, para passar multas ou processar os donos das lojas. Que mentalidade é esta? Não quero dizer que a cidade tenha que ser desordenada, mas o problema está na mentalidade... se for o Sr. Secretário a dirigir o trabalho, é melhor falar com o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, falar com a Sr.ª Secretária Chan, para tornar Macau numa cidade turística e ver se podem abrir um *sidewalk café* nas Ruínas de S. Paulo ou em outras zonas, em que os restaurantes possam pôr as mesas cá fora, sem afectar o trânsito e a circulação das pessoas, sem perigo, mas com fiscalização. Como é que se pode fazer isto? Prever uma zona para tal, cobrando o respectivo aluguer. Antigamente, era possível arrendar um espaço junto à entrada de instituições bancárias, pagando uma renda anual, mas agora parece-me que isso já não existe. Porque é que não se podem fazer estas coisas? No estrangeiro, há espaços ocupados, talvez não seja este o termo próprio, porque são legais, com áreas maiores que os passeios. O Sr. Secretário, seguramente, já viu. Como actuar nesse sentido, conciliando a perspectiva do turismo e do lazer? Quando uma pessoa está cansada de passear, tem que arranjar um sítio para se sentar. Nas Ruínas de S. Paulo não há qualquer sítio para uma pessoa se sentar, a não ser no chão, nas escadas. Que tipo de turismo e lazer é este? Não são obrigados a fazê-lo, mas, pelo menos, pensem nisto, não obrigatoriamente para pôr tendas nas varandas da Avenida de Almeida Ribeiro, mas isso pode ser feito em muitas zonas. Porque não pensar nisto? Um exemplo muito simples: em Veneza, em que toda a gente sabe onde fica a Praça de S. Marcos, as pessoas não se sentam nas mesas do interior dos restaurantes, mas ficam todos cá fora. As pessoas acham que há um melhor ambiente e, mesmo que se lhes peça para entrarem, preferem estar de pé cá fora. É claro que há uma diferença entre o interior e o exterior, mas os turistas gostam destas coisas. O Senhor também gosta de se sentar para tomar um café depois de passear ou visitar catedrais ou até mesmo para jantar nesse local. Como é que se pode fazer isto? Acho que esta perspectiva de fazer as coisas merece ser reflectida, pois é muito importante. Pois bem, falando primeiro nos estrangeiros, sem falar dos que vêm da China continental, quando aqueles aqui chegam não há nada, de facto. Que fazer para poderem sentir a atmosfera local, para além de visitarem os pontos turísticos? Será que podem pensar nisto?

Outra coisa que queria abordar é a divulgação da cultura e das artes. Há um Fundo, que dizem ser o Fundo das Indústrias Culturais.

Acho que, para se fazer alguma coisa, tem que haver um recinto. Se uma pessoa quiser cantar ópera cantonense, pode cantar à vontade, à porta fechada, alugando um espaço, mas deixa de haver interacção e troca de ideias e, seguramente, não se consegue criar esse ambiente. Porque digo isto? Por exemplo, em Hong Kong, antigamente, não se promovia a cultura e as artes, mas, depois de ser criada a *Academy for Performing Arts*, tudo ficou diferente, pois as pessoas podem fazer os cursos na Academia, onde há um ambiente próprio. Mas, neste momento, seja na cultura ou nas artes, cada qual faz à sua maneira. Como é que pode haver intercâmbio? Acho que, uma vez que se fazem coisas aceitáveis, tais como, o Festival de Música, o Festival de Artes, temos a Orquestra Filarmónica, a Orquestra Chinesa, todos eles com fama, mas só que os espectáculos são realizados no Centro Cultural. Havendo quem tenha interesse em formar um novo grupo de pessoas com interesse na cultura e nas artes, será que não podem pensar nestes aspectos? Primeiro, porque temos recursos, segundo, porque também não é difícil encontrar um terreno, pois ao lado do Centro de Ciência há muito terreno, que tem, à vontade, umas dezenas de milhar de metros quadrados. Depois de feito, podem formar o pessoal, tal como em Hong Kong, porventura não tão grande, mas há sempre quem esteja interessado e queira investir nisto, portanto, deve ser criada essa dinâmica. Veja-se o que disse o Sr. Presidente Vong Iao Lek, quando salientou que, se quisermos que os atletas sejam galardoados, há que arranjar atletas do Continente, sejam aposentados ou não, ou, quem sabe, treinadores, para activar todo o sector do desporto. Se alguém for premiado, todos lhe querem seguir os passos, por exemplo, havendo um premiado em artes marciais, os miúdos querem logo aprender também. Pode dizer-se que isto é muito importante, em relação a esta indústria.

Bom, pensem um pouco nisto. Ainda tenho algum tempo. Por exemplo, no sector da restauração de Macau, porque é que os nossos cozinheiros nunca conquistam fama? Porque foram aprendendo aos poucos uns com os outros, sem terem frequentado qualquer curso académico, tal como os artistas que dançam aprendendo sozinhos. Então e os que saem do Conservatório ou da Escola de Arte Culinária? São diferentes. Porque é que, neste momento, não podemos andar de cabeça levantada? Porque não há aceitação, nem reconhecimento, e não há qualidade na docência e num modelo de formação padronizada. Pergunto, portanto, a nível do desenvolvimento cultural e artístico, se podiam considerar estes aspectos? Penso que os investimentos não são grandes, mas a força de vontade é que tem de ser grande.

Bom, fico-me por aqui.

Obrigado.

**Presidente:** Bom, restam-nos 15 minutos. Pedia ao Sr. Secretário para responder, sumariamente, às questões dos Srs. deputados.

Sr. Secretário, faça o favor.

**Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, Cheong U:** Obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço as opiniões e as questões dos Srs. deputados. Quanto aos aspectos relacionados com a insuficiência de trabalho, vamos ouvi-los humildemente, sendo levados em consideração para que tudo seja melhorado.

Parece-me que os Srs. deputados estão a assumir a sua

responsabilidade, para que o Governo venha a executar bem o seu trabalho, dando-nos algumas opiniões muito directas e sugestivas, com as quais muito concordamos. Os funcionários públicos têm a missão de exercer as competências do Governo e cumprir as suas responsabilidades, realizando bem as suas tarefas, que podem, a qualquer momento, ser insuficientes, razão por que merecem ser melhoradas. Vamos ouvir com humildade e esforçarmo-nos na melhoria da qualidade, sobretudo, quando se trata do erário público e do modo como o gastar adequadamente e conseguir o máximo de eficácia, realizando e gerindo as tarefas da melhor forma. Os nossos colegas aqui presentes ouviram as vossas opiniões, havendo muitos aspectos que merecem ser tomados em consideração, embora vos possa apresentar uma experiência.

Fazemos, todos os anos, algumas reuniões de trabalho, propondo algumas condições. Por um lado, a utilização adequada do erário público e, por outro lado, o cumprimento da lei e uma conduta incorrupta. Quanto ao terceiro aspecto, responder às solicitações da população, quarto, realizar as tarefas em espírito de equipa, ao serviço da sociedade e da população.

As opiniões dos Srs. deputados fazem-nos pensar uma vez mais... é claro que a nossa equipa se vem esforçando bastante, mas, na verdade, em comparação com o passado, o volume e a âmbito dos trabalhos aumentaram bastante.

Sr. Presidente, devido ao factor tempo, agradeço as diversas questões que os Srs. deputados colocaram e peço desculpa por não poder trocar ideias com cada um de vós. Há muitas questões que merecem ser objecto de diálogo. A acção governativa pode ser debatida, podendo cada qual ter opiniões diferentes e, mediante o debate, chegar-se a uma boa conclusão, sendo isso favorável, de facto, ao nosso trabalho, bem como à sociedade.

Penso o seguinte: Sr. Presidente, quanto às questões ou pedidos de dados apresentados pelos Srs. deputados, vamos registá-los, pois não tenho agora tempo suficiente para responder, mas, posteriormente, faremos chegar-lhes esses dados. Mas, em relação a duas ou três questões, vamos dialogar com os Srs. deputados, de uma forma sucinta.

Quanto à Lei do Controlo do Tabagismo, o controlo do fumo nos casinos. Pedia ao Sr. Director Lei Chin Ion para vos falar um pouco sobre isto.

**Presidente:** Certo, Sr. Director Lei.

**Director dos Serviços de Saúde, Lei Chin Ion:** Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados

Vou falar, de forma breve, sobre a proibição de fumar nos casinos.

O Regime de Prevenção e Controlo do Tabagismo foi aprovado, na especialidade, pela Assembleia Legislativa, em 18 de Abril de 2011. Conforme o disposto na alínea 13) do artigo 4.º, os casinos são locais onde é proibido fumar. Os casinos em funcionamento, antes de 2013, devem, nos termos do Despacho do Chefe do Executivo, apresentar um pedido para a criação de áreas para fumadores, as quais não podem ser superiores a 50% do total da área destinada ao público. Quer dizer que, segundo o disposto na nova Lei de Controlo do Tabagismo, se um casino não tiver sido ainda autorizado a criar

áreas para fumadores, até 31 de Dezembro de 2012, será o mesmo considerado como um espaço público coberto, onde é completamente proibido fumar, aplicando o Governo da RAEM as medidas de proibição de fumo previstas na lei.

Alguns dos Srs. deputados, mais concretamente a Sr.ª Deputada Leong, pediu a proibição total do fumo nos casinos. Mas, esta sugestão não obedece ao disposto na nova Lei de Controlo do Tabagismo. Neste momento, o Governo da RAEM vai apreciar os pedidos para criação de áreas para fumadores, nos termos da lei. Quanto ao que foi sugerido pela Sr.ª Deputada Leong, mormente a iniciativa do Governo quanto às medidas de proibição total de fumar nos casinos, e uma vez que importa cumprir o disposto na nova Lei do Controlo do Tabagismo, o Governo tem que actuar nos termos da lei, não podendo aceitar, neste momento, a sugestão da Sr.ª Deputada Leong.

Para além disso, a nova Lei de Controlo do Tabagismo estabelece que, três anos após a sua entrada em vigor, isto é, em 2015, o Governo da RAEM deve fazer uma avaliação e proceder a uma adequada revisão da lei, de acordo com a situação concreta. Qualquer que seja a empresa que queira ser a primeira a proibir o fumo nos casinos, é sempre bem-vinda, pois vamos trabalhar neste sentido e aplicar a lei de forma restrita. Muito simplesmente, isto quer dizer que, se uma empresa não quiser criar áreas para fumadores e não quiser apresentar um pedido ou fazer obras, cumprindo apenas o disposto na Lei de Controlo do Tabagismo, basta colocar alguns dísticos de proibição de fumar, aplicando o nosso pessoal de inspecção, de forma rigorosa, a lei. Até à data, as seis empresas do jogo já apresentaram pedidos para a criação de áreas de fumadores, sendo que os Serviços de Saúde vão apreciar aqueles pedidos nos termos da lei, seguindo a decisão do Chefe do Executivo, quanto à eventual necessidade de criação dessas áreas de fumadores. Mas, qualquer que seja a empresa de jogo que queira cancelar um pedido já feito, pode fazê-lo, actuando-se então em consonância. Vale a pena lembrar-vos que a Lei de Controlo do Tabagismo está em vigor desde 1 de Janeiro, e os resultados são, de facto, visíveis. Isto deve-se à colaboração de todos os cidadãos de Macau e à acção dos nossos colegas do Gabinete para a Prevenção e Controlo do Tabagismo e à coordenação da Polícia e do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, o que permitiu atingir estes resultados.

Em relação ao cumprimento da lei nos casinos, o artigo 28.º da nova Lei de Controlo do Tabagismo é muito claro ao estipular que a fiscalização do cumprimento do disposto na lei compete, no âmbito das respectivas atribuições, aos Serviços de Saúde, ao Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, à Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos e ao Corpo de Polícia de Segurança Pública. Quer isto dizer que já está prevista na lei, de facto, esta colaboração, sendo que, durante o ano que passou, com o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e com o Corpo de Polícia de Segurança Pública essa colaboração foi muito boa. Temos acções conjuntas e acções individuais. Aplicámos muitas multas, que ultrapassaram as 7.000, das quais muitas vieram do Corpo de Polícia de Segurança Pública e igualmente do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais. Creio que a colaboração com a Inspecção e Coordenação de Jogos, tal como este ano, vai ser feita de forma cabal.

**Presidente:** Bom.

**Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, Cheong U:** Sr.

Presidente.

Vou acrescentar, sucintamente, mais alguns aspectos.

Nestes dois dias de perguntas e respostas, os Srs. deputados revelaram estar mais atentos à situação na área dos cuidados de saúde. Penso que esta é uma boa oportunidade para trocar algumas impressões convosco, pelo que gostava de apresentar outras perspectivas para analisar algumas situações. Não quer dizer que pretenda favorecer uma determinada parte ou que não concorde com as opiniões dos Srs. deputados, mas sim que pretendo analisá-las sob outro prisma. Penso que se trata de um bom meio para trocar depois ideias com os respectivos colegas. Para manter o moral do nosso pessoal, que cumpre esforçadamente as suas funções, servindo bem os cidadãos, para além do moral e da responsabilidade, há aspectos que merecem ser aperfeiçoados, pelo que é também nossa responsabilidade avaliá-los. Mesmo que nem tudo seja totalmente resolvido, importa melhorar e aperfeiçoar alguns aspectos, gradualmente. Creio que os nossos colegas partilham desta vontade.

Era para trocar ideias com alguns dos Srs. deputados, por exemplo, sobre a defesa do património, turismo cultural, reanimação das zonas antigas, referida pelo Sr. Deputado Kou, intensificando o comércio das pequenas e médias empresas, a taxa de insucesso escolar, a formação de talentos, etc., com muito boas opiniões, que merecem ser reflectidas e avaliadas constantemente, no sentido de fazer melhor. Por exemplo, a criação de um Centro Mundial de Turismo e Lazer, depois de ouvidas as óptimas opiniões do Sr. Deputado Chan Chak Mo. Queria apresentar-vos uma situação, qual seja, a definição da política para a criação de um Centro Mundial de Turismo e Lazer, pois, nos próximos tempos, o Governo irá dar um maior impulso à cooperação a nível interdepartamental, entre os Serviços de Turismo, o Instituto Cultural de Macau, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e, se for necessário, a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, para ajudarem ao lançamento das acções. Por exemplo, será possível criar alguns espaços com

esplanadas? Disse, muito acertadamente, que, quem vai a Veneza ou a Paris, prefere sentar-se no exterior do café e não no interior, porque há outra atmosfera. É possível fazermos mais nesse sentido. É claro que vamos esforçar-nos para tal, por exemplo, em muitos locais do Património Cultural, actualmente, temos, aos sábados e domingos, danças de leão, danças folclóricas e até mesmo exposições de artes marciais, uma variedade de espectáculos. Vamos avaliar a experiência e ver, no futuro, como fazer melhor. É óbvio que concordo com as opiniões dos Srs. Deputados Lam Heong Sang e Ung Choi Kun, mas, a curto prazo, não temos uma solução para fazer uma análise mais aprofundada. No futuro próximo, espero poder convidar os Srs. deputados para agendarmos uma reunião, ouvindo as vossas experiências e opiniões, sobretudo, do Sr. Deputado Lam Heong Sang, que trabalha na área da segurança social, há longa data, para podermos assimilar a vossa inteligência e experiência, ouvindo as vossas opiniões. Creio que, no futuro próximo, através do nosso esforço e da nossa boa vontade, os progressos serão cada vez maiores.

Agradeço, uma vez mais, ao Sr. Presidente e aos Srs. deputados.

Espero que os nossos colegas, ao ouvirem o encorajamento dos Srs. deputados, no futuro próximo, se sirvam do espírito de equipa para fazer melhor o nosso trabalho.

Obrigado.

**Presidente:** Bom, finalizamos então o debate das Linhas de Acção Governativa, no âmbito dos Assuntos Sociais e Cultura.

Vamos reunir novamente na próxima segunda-feira, às 15:00 horas.

Encerramos a sessão.

**Intérpretes-tradutores:** Gabinete de Tradução

**Redactores:** Gabinete de Registo e Redacção

